

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**OS NOVOS DESAFIOS DO SINDICALISMO DOS
TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

O CASO DO SINTESPB

WELINGTON BARROS CANTALICE

**CAMPINA GRANDE - PB
2010**

WELINGTON BARROS CANTALICE

**OS NOVOS DESAFIOS DO SINDICALISMO DOS
TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL:**

O CASO DO SINTESPB

Dissertação submetida à banca examinadora da
Universidade Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para obtenção do grau de mestre em
Ciências Sociais.

**ORIENTADOR: PROFº DRº ROBERTO VÉRAS
DE OLIVEIRA**

**CAMPINA GRANDE-PB
2010**

*DM 115.440.437
331-115.440.437
C229.M*



C229n Cantalice, Welington Barros
Os novos desafios do sindicalismo dos trabalhadores no Serviço Público Federal : o caso do SINTESPB / Welington Barros Cantalice. - Campina Grande, 2010.
191 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

1. Sindicalismo 2. Serviços Públicos 3. Globalização Neoliberal 4. Reforma Administrativa 5. Heterogeneidade 6. Sindicalismo de Servidores Públicos 7. Dissertação I. Oliveira, Roberto Veras de, Dr. II. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 331.105.446(043)

**OS NOVOS DESAFIOS DO SINDICALISMO DOS
TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL:
O CASO DO SINTESPB**

WELINGTON BARROS CANTALICE

DATA: _____

APROVADO POR:

PROF DR ROBERTO VÉRAS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR

PROF DR GONZALO ADRIÁN ROJAS

EXAMINADOR INTERNO

PROFª DR.ª CÂNDIDA DA COSTA

EXAMINADORA EXTERNA

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e a seus Professores.

Aos meus Pais, Vicente (in memoriam) e Dolores, pela oportunidade que me deram de chegar até aqui.

À minha doce e querida Companheira Marcella e aos meus queridos Filhos Thales e Gabriel; à primeira por assumir tudo, e aos segundos pela inspiração para concretizar este momento.

Ao meu orientador, Professor-Doutor Roberto Vêras de Oliveira, por ter acreditado e investido no meu sonho.

Ao Ilustre Professor-Doutor Wellington Pereira, grande incentivador desta conquista.

A todos os servidores do PPGCS, nas figuras de Rinaldo Rodrigues da Silva (Rinaldo) e José Francisco da Silva (Zezinho).

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse vitorioso.

RESUMO

Apresentamos um estudo de caso, onde foram analisadas as repercussões da crise que se abateu no sindicalismo de servidores públicos e suas implicações para o Sindicato de Trabalhadores em Ensino Superior na Paraíba, com foco no período 1990-2006. Isso, em um contexto de uma globalização neoliberal, tendo como pano de fundo as repercussões da crise do trabalho/emprego e suas implicações para o setor público. Por tratarmos de um movimento de servidores públicos, foram analisados os impactos das mudanças nas relações de trabalho a partir da Reforma do Papel do Estado, especificamente da Reforma Administrativa e suas repercussões nas práticas políticossindicais do SINTESPB. Levando-se em conta as singularidades, diferenciações e heterogeneidades da categoria trabalhadora no serviço público e, conseqüentemente, as suas implicações para a ação sindical. Constatou-se que, de fato, as mudanças que ocorreram no período descrito afetaram as práticas político-organizativas, alterando a subjetividade das lideranças sindicais do SINTESPB, levando-as ao desnorteamento na condução da luta sindical e protagonizando uma crise que se perpetua até hoje no movimento sindical dos trabalhadores em educação superior pública na Paraíba.

Palavras-chave: Sindicalismo. Serviços Públicos. Globalização neoliberal. Reforma administrativa. Heterogeneidade. Sindicalismo de servidores públicos.

ABSTRACT

It presents a case study where the repercussions of the crisis that knocked down the syndicalism of public servants and its implications in the Syndicate of Workers in Higher Education in Paraíba (Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior na Paraíba) were analysed. It focused the period from 1990 to 2006. It all happened in a context of a neoliberal globalization where the background is the repercussions of the crisis of work/employment and its implications to the public sector. As it is a movement of public servants, the impact of changes in the work relations because of the Reformation of the Role of State were analysed, specifically the Administrative Reformation and its repercussions in the political and syndicalist practices of SINTESPB (Syndicate of Workers in Higher Education in Paraíba), taking into account the singularities, differentiations and heterogeneity of work categories in the public service and consequently its implications in syndicalist action. It was verified, indeed, the changes that happened in the described period, affected the political and organizative practices, changing the subjectivity of the Syndicalist leaderances of SINTESPB, leading them to disorientation in the conduction of syndicalist fight, protagonizing a crisis that still lasts in the syndicalist movement of Workers in Public Higher Education in Paraíba.

Key-words: Syndicalism. Public Services. Neoliberal globalization. Administrative Reformation. heterogeneity. Public Servants syndicalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantidade e Distribuição de alunos matriculados nas universidades públicas, graduação e pós- graduação período 2010).....	131
Tabela 2 - Quantidade e Distribuição de Alunos Matriculados, por N° de Docentes, Graduação e Pós- Graduação Período (2010).....	133
Tabela 3 - Quantidade e Distribuição de Professores nas Universidades Públicas Federais na Paraíba, Segundo a Categoria (2010).....	134
Tabela 4 - Quantidade e Distribuição de Professores nas Universidades Públicas na Paraíba, Segundo a Jornada de Trabalho (2010).....	135
Tabela 5 - Quantidade e Distribuição de Professores nas Universidades Públicas na Paraíba, Segundo Regime de Contratação (2010).....	137
Tabela 6 - Quantidade e Distribuição de Professores nas Universidades Públicas na Paraíba, Segundo Regime de Contratação (2010).....	139
Tabela 7 - Quantidade e Distribuição de Professores na Universidade Estadual da Paraíba, (UEPB) Por Titulação (2010).....	139

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Mundo do Trabalho e Sindicalismo de Servidores Públicos.	157
Figura 2 - Impactos da Reforma Administrativa e Elementos da Crise do Sindicalismo...	163
Figura 3 - Subjetividade, Reforma Administrativa e Elementos da Crise do Sindicalismo.....	167
Figura 4 - Formação do Espírito de Serviço Público e Elementos da Crise do Sindicalismo.....	171
Figura 5 - Formação Sindical, Clientelismo e Patrimonialismo no SINTESPB e Elementos da Crise do Sindicalismo.....	175
Quadro1 - Filiados do SINTESPB (2010).....	145

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 GLOBALIZAÇÃO TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SINDICALISMO.....	24
2.1 Do Fordismo à Produção Flexível.....	24
2.2 O Fenômeno da Globalização.....	28
2.3 A Crise do Sindicalismo.....	32
2.4 Aspectos Estruturais do Desenvolvimento Brasileiro.....	37
2.5 Os Termos da Implantação das Políticas Neoliberais, Perpassando o Centro e a Periferia do Capitalismo Mundial.....	44
2.6 A Reforma do Estado no Brasil.....	51
3 DESENVOLVIMENTO RECENTE DO SINDICALISMO NO BRASIL E O SINDICALISMO DO SETOR PÚBLICO.....	57
3.1 Traços Gerais do Sindicalismo Brasileiro.....	57
3.2 O Ressurgimento do Sindicalismo (O Novo Sindicalismo).....	63
3.3 A Constituição Federal de 1988 e o Sindicalismo no Setor Público.....	72
3.4 A Nova Dinâmica das Relações de Trabalho no Setor Público e a Crise do Sindicalismo.....	77
3.5 O sindicalismo no Setor Público.....	80
3.6 A reforma do Estado e a Crise do Sindicalismo do Setor Público.....	86
4 A POLÍTICA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL PELA LENTE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DO SINDICALISMO.....	93
4.1 A política Universitária Brasileira.....	93
4.2, A Nova LDB no Contexto da Reforma do Estado	100
4.3 Evolução das Relações de Trabalho na Universidade Pública.....	106
4.4 O Sindicalismo no Espaço Universitário: Trajetórias e Crise atual.....	118
5 O SINTESPB.....	128
5.1 O Ensino Superior Público na Paraíba.....	128
5.2 A Trajetória Histórica do SINTESPB.....	145
5.3 A Crise Sindical Vista sob Diversas Perspectivas.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	184
ANEXO.....	191

1 INTRODUÇÃO

O movimento sindical no Brasil não é um fato novo e remonta à segunda metade do Século XVIII, quando têm início os primeiros movimentos de contestação, as primeiras formas de luta e organização operárias, que viriam a se desdobrar, já nos idos do século seguinte, numa atividade político-sindical bastante expressiva. Não há como negar que, sobretudo a partir de meados do Século XX, vários momentos da vida política brasileira foram marcados por uma atividade sindical de manifesta expressão, a ponto de termos, hoje, como desdobramento dessa trajetória, um presidente oriundo do meio sindical. No entender de Matos (2009, p. 07), “não há como analisar a sociedade brasileira de hoje sem levar em conta a importância das organizações sindicais”. Por outro lado, não há como negar que, mais em particular a partir do início dos anos 1990, o sindicalismo sofreu duramente o impacto das mudanças operadas nas relações de trabalho e na dinâmica sócio-econômica do país (ver, por exemplo, Vêras de Oliveira (2002).

Tendo essas questões em conta, é que passamos a nos interessar pela problemática da crise do sindicalismo e traçamos planos de desenvolver uma pesquisa que nos possibilitasse compreender melhor o contexto atual da ação sindical, os desafios que vem enfrentando, os impasses frente aos quais está posto. Nosso foco recaiu sobre o sindicalismo no setor público. Tomamos como ponto de referência um estudo de caso centrado na experiência do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Superior da Paraíba, que envolve os servidores da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Estadual da Paraíba.

O interesse pelo tema adveio de uma experiência breve como diretor do Sindicato de Trabalhadores em Serviço Público Federal no Estado da Paraíba - SINTSERF, no qual me dediquei ao trabalho de organização de um programa de formação sindical para lideranças sindicais de vários ramos: construção civil, ferroviários, trabalhadores do comércio, servidores públicos das três esferas da Administrativas Pública (Municipal, Estadual e Federal). A referida experiência foi desenvolvida entre os anos 2006 e 2007.

Observei, entre as lideranças sindicais com os quais lidei nesse período, a presença de um forte sentimento de impotência frente aos desafios postos e de desencanto com as práticas sindicais. Para mim, configurou-se assim um contraste com o papel desempenhado pela luta sindical contra o Regime Militar e a “Transição Conservadora” que se seguiu, com a

emergência do assim denominado “novo sindicalismo” e a criação da Central Única dos Trabalhadores.

Esse sentimento conformista pressupunha uma inevitabilidade quanto às soluções de curto e médio prazos, que no entendimento de Borges (2005) foi o responsável por lançar o movimento sindical e o sindicato numa maré de refluxo em relação aos anos de ascensão e de lutas que marcaram a década de 1980. No âmago mesmo deste processo subjaz uma crise sem precedentes, crise essa que imobilizou a classe trabalhadora e seus espaços de representação – os sindicatos –, evidenciado por uma queda da taxa de sindicalização, perda de representatividade de classe e insulamento e burocratização das suas lideranças mais expressivas e combativas.

Nosso objetivo geral neste estudo é compreender como esta crise se estabeleceu no seio do sindicalismo de trabalhadores em serviço público federal, no período de 1990 aos dias atuais, tendo como pano de fundo as repercussões da crise do Trabalho/Emprego e suas implicações particularmente para o setor público e a trajetória do SINTESPB.

Os estudos sobre o sindicalismo e sua crise tiveram um apogeu nos anos 1990, onde uma grande parcela de estudiosos se posicionou a favor de que se instalara uma crise do sindicalismo. Alguns inclusive pontuaram, aqui e alhures, que o sindicalismo já estaria em declínio “em impreterível marcha para o fim.” (RODRIGUES, 1998). Em certo sentido, as mudanças que ocorreram no panorama sindical do país levaram os analistas a anunciarem, senão a morte completa, pelo menos o declínio daquele sindicalismo mais reivindicativo, marca indelével da década anterior. Combinaram-se a reformulação prático-discursiva da CUT, que passou de uma prática de confrontação a uma postura mais aficita à negociação, com o surgimento do chamado “sindicalismo de resultado” com a fundação da central sindical neoconservadora Força Sindical, dissidência da então central CGT (Confederação Geral do Trabalhadores), que por sua vez originara-se de uma prática identificada com a tradição corporativista do sindicalismo no país.

A pesquisa em tela baseia-se num estudo de caso, em que se tem como objeto o Sindicato de Trabalhadores em Educação Superior no Estado da Paraíba – SINTESPB. A metodologia utilizada foi a da pesquisa qualitativa, se utilizando de entrevistas semi-estruturadas como procedimento principal, associadas à pesquisa bibliográfica, à pesquisa documental e à observação direta. No que diz respeito às entrevistas, foram entrevistadas entre Nov/2009 e Fev/2010 cerca de 11 pessoas, sendo que 3 deles (E9, E10 e E11) são lideranças sindicais do segmento docente e as 8 restantes (E1 a E8) são lideranças sindicais que representam o segmento dos servidores Técnico-Administrativos, inclusive Um deles

fazendo parte da atual direção do SINTESPB. Quanto à pesquisa bibliográfica, concentrou-se nas análises particularmente voltadas para o debate atual a respeito dos temas do trabalho, do sindicalismo e da crise do sindicalismo. Sobre a análise documental, abrangeu documentos, tanto nacionais, quanto locais, técnicos e institucionais do SINTESPB¹. Vale salientar, também, que nas análises do material oriundo das entrevistas foi utilizado um pacote informacional (software) específico para processar dados qualitativos, o “Nvivo” na sua Versão 8.0 da QSR internacional.

O tema do estudo é de bastante relevância em virtude daquilo que é citado por Nogueira (2005, p. 16): “São escassos os estudos sobre o sindicalismo das classes médias e nos serviços no Brasil, particularmente nos serviços públicos.” Ao mesmo tempo o tema se justifica pela importância que esse segmento teve nas demandas sociais e políticas no contexto da redemocratização do país e nas lutas que se seguiram ao longo dos anos 1990 até os dias atuais.

Ademais, na própria onda das mudanças no cenário sindical nacional, com o advento do “novo sindicalismo”, muitas associações de trabalhadores públicos, que atuavam quase como um sindicato (o que era proibido até antes da Constituição de 1988), engrossaram o cordão dos mudancistas formados pelos movimentos operários e sindicais que despertavam de um longo sono.

Do contexto em que (re)nasceu a luta operária, em contraposição ao sindicalismo controlado pelo Estado, surgiu também o sindicalismo de classes médias assalariadas e nesse meio o embrião daquilo que mais tarde (após 1988, com a Constituição Federal) transformar-se-ia em sindicatos de trabalhadores públicos, tudo isso sendo “determinado pela expansão dos serviços públicos e privados, seguido de constantes deteriorações das suas condições de vida e salário devido à crise econômica brasileira.” (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

¹ Devemos lembrar as dificuldades que tal empreitada traz para a consecução de qualquer pesquisa na área. Neste sentido, paga-se um preço por se está palmilhando um terreno recente, em termos de pesquisa sociológica, haja vista que não se pode contar com o apoio de material bibliográfico, no tocante à organização sindical dos funcionários das IFES, como de resto do setor sindical de servidores públicos, porque não há uma literatura especializada, em volume e extensão, que trate a respeito deste tema. Vale salientar ainda que essa constatação é aplicável tanto no caso das análises referentes à FASUBRA, quanto ao próprio objeto em análise deste estudo – o SINTESPB. Falando mais de perto, no caso do SINTESPB, deparamo-nos durante o transcorrer desta pesquisa com uma grande dispersão das fontes primárias, quando não a simples ausência destas mesmas, somente podendo ter um acesso parcial àquelas que porventura fossem encontradas nos arquivos da própria entidade. Outra questão bastante candente em relação ao material (fonte primária) de pesquisa são os efeitos de uma precária organização dos documentos encontrados, reunidos de uma forma não adequada do ponto de vista técnico, o que dificultou, sobremaneira, os levantamentos de informações registradas.

Aqui vale salientar que há uma controvérsia com relação ao conceito de “crise” e de “crise do sindicalismo”. Partindo do próprio vocábulo “crise”, conforme o dicionarista Caldas Aulete, na sua versão digital, assim se define: “Designa uma fase difícil de um determinado processo, geralmente por conta de novos fatos que perturbam o desenvolvimento de determinada situação.” (CAUDAS, 2009). Percebe-se, claramente, que, pela própria definição da palavra, refere-se a algo de caráter provisório, por ser passageiro, fugidio.

O debate sobre se o sindicalismo vive ou não uma situação de crise não é novo e também não está perto de se encontrar um ponto de consenso. Estudos mais recentes, como Rodrigues (1999), Alves (1998, 2000), Santana (2007), Ramalho (2003), Antunes (2005, 2007, 2008), Pochmann (1998), Boito Jr^o (2003) e outros, comprovam que o sindicalismo, tanto na América Latina quanto no Brasil, no decorrer dos anos 1990, sofreu de uma certa perda de capacidade de mobilização e de organização. Segundo Pochmann (1998, p. 161), os anos de 1990 apresentam pelo menos cinco profundas e importantes alterações, que juntamente com outras seriam responsáveis por esse estado de quase anemia do sindicalismo, a saber: a) queda na quantidade de greves; b) redução da taxa de sindicalização; c) proliferação do nº de sindicatos; d) fragmentação das negociações e d) diminuição das quantidades de cláusulas acordadas.

Leôncio Martins Rodrigues (2002), bastante festejado por uns e criticado por outros, argumenta:

os sindicatos, em todo o mundo, vivem hoje uma situação muito difícil, expressa na queda do número e da proporção de filiados e no declínio das taxas de greve, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como ator político. (RODRIGUES, 2002, p. 11).

Trata-se de um trabalho ambicioso e um “bem sucedido projeto de mapear os problemas do sindicalismo, utilizando uma extensa bibliografia internacional, em que os mais importantes pesquisadores europeus e americanos são resenhados para fornecer um quadro amplo das principais questões” e, obviamente, apresenta a postura do autor perante o debate. (RAMALHO, 2000, p. 1).

As possíveis causas do recuo do sindicalismo estariam postas a partir de uma diferenciação entre fatores de ordem política e econômica. Neste sentido, referem-se a ações empresarias antisindicalistas, à burocratização das organizações, à incompetência das lideranças sindicais, e a mudanças no padrão tecnológico e na estrutura do mercado de trabalho. As perspectivas de retomada da atividade sindical estariam fadadas ao definhamento. (RODRIGUES, 1999, p. 177 *apud* RAMALHO, 2000, p. 3). As novas tecnologias e métodos

de organização do trabalho, o declínio da atividade na indústria e o crescimento da ocupação no setor serviço, o desemprego, o surgimento e crescimento do setor informal, entre outras situações, segundo Rodrigues (1999 *apud* RAMALHO, 2000, p. 4), estariam provocando uma “fragmentação de interesses das classes trabalhadoras”, o que levava a uma “diferenciação no interior dessas mesmas classes, conseqüentemente, diminuindo sua coesão e solidariedade, dificultando sobremaneira a atividade dos sindicatos para exercer o papel de representação”.

Segundo o mesmo autor o declínio só não foi mais profundo porque, “ao contrario do que aconteceu ao setor privado, no Brasil e nos outros países capitalistas do mundo, houve um crescimento do sindicalismo dos funcionários públicos”, bem como “um crescimento na proporção de mulheres e nos níveis de escolaridade do movimento sindical, o que, em termos numéricos, sustentou as taxas globais de sindicalização e manteve o sindicalismo na ordem do dia da política.” ((RODRIGUES, 1999 *apud* RAMALHO, 2000, p. 3).

Outra tese bastante polêmica enunciada pelo autor é a de que o sindicalismo já não teria mais espaço numa organização societal em que a base socioeconômica já não estaria focada no setor industrial, mas no setor de serviços: “as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical [...] a conclusão vai, portanto, a favor da idéia do recuo do sindicalismo à medida em que avança a desindustrialização.” O destino, pois, do sindicalismo no interior de uma sociedade de serviços seria de uma “instituição condenada a ocupar uma posição subalterna, porque todos os fatores que favoreceram sua expansão no passado não mais existem ou se reduziram significativamente.” (RODRIGUES, 1999, p. 301).

Um conjunto de fatores, segundo o autor, interfere, significativamente, neste contexto de esclerose acelerada da atividade sindical, a saber: 1) dispersão física da produção; 2) redução das grandes plantas industriais agora transformadas em pequenas empresas; 3) maior mobilidade do capital internacional; 4) flexibilização da produção, organização e regulamentação que regiam o mundo do trabalho; 5) maior heterogeneidade da força de trabalho, com a presença de mulheres e dos imigrantes, tanto quanto o aparecimento de novas profissões no seio da classe trabalhadora, etc., provocando assim “não o fim, apenas, do velho modelo fordista-taylorista, mas também da velha classe operária sobre a qual se apoiara o sindicalismo como fenômeno de massa.” (RODRIGUES, 1999, p. 177 *apud* RAMALHO, 2000, p. 4).

Em suma, há uma diferença, não somente por força da sinonímia, mas, de fundo mesmo conceitual entre “crise” (que pressupõem a possibilidade de representar um salto de

qualidade) e “declínio” (que importa num envelhecimento, algo irreversível) e, nesse sentido, existe todo um conjunto de análises que vai em sentido diametralmente oposto às conclusões, ainda que ponderadas com algumas relativizações, a que os estudos de Leôncio Rodrigues chegaram. Entre esses, sobressaem os estudos de Ricardo Antunes (1995), para o qual não há propriamente um declínio do sindicalismo, mas sim uma

Crise cuja superação dependerá da forma como esse movimento enfrentará questões cruciais, tais como: a precarização da proteção social e a crescente individualização das relações de trabalho; a tendência de burocratização e institucionalização das entidades sindicais e seu conseqüente afastamento dos movimentos sociais autônomos; o culto ao individualismo, ao consumo e à resignação social; o novo corporativismo e sua defesa de categorias isoladas; a tendência de redução do sindicato ao espaço fabril como um agente de cooperação entre trabalhadores e empresa, entre outros desafios. (ANTUNES, 1995).

Outra posição de Antunes (1995) no tocante à crise do sindicalismo diz respeito à separação entre trabalhadores estáveis dos ditos precarizados (terceirizados, quarterizados, parciais, etc.), pois isso possibilita, ao seu ver, um “elemento decisivo da expansão da crise do sindicalismo”

Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores “estáveis” e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. (ANTUNES, 1995).

Para Labbé e Croisat (1992) e Mouriaux (2006) (apud MARCELINO, 2008, p.153), respectivamente, é importante lembrar ainda que outros fatores interferem nesta dinâmica de crise e/ou declínio do sindicalismo: “a burocratização do funcionamento dos sindicatos; a desconfiança das lideranças sindicais; e a politização dos sindicatos.” A desconfiança das lideranças sindicais estaria ligada ao grau de confiabilidade e credibilidade destas lideranças aferidos por seus representados e a politização dos sindicatos refere-se às possíveis ingerências de caráter político-partidários nas entidades sindicais.

Outra abordagem de destaque sobre a questão sindical é de Armando Boito Junior, que a exemplo de Ricardo Antunes se coloca em uma perspectiva marxista, embora com enfoques diferentes deste. As análises de Boito Junior, a respeito da crise ou declínio do sindicalismo, ligam-se, nos países do capitalismo ocidental, ao contexto em que estes Estados-nações

representam no panorama do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. (MARCELINO, 2008, p.150).

Na visão de Boito Junior (2003, p. 319), a crise do sindicalismo e/ou o seu declínio estaria irremediavelmente fadado a ocorrer em virtude do surgimento de uma nova ordem social, por força das mutações tecnológicas e econômicas (aquilo em que em algumas análises se pontifica como a “sociedade pós-industrial” ou sociedade de serviços.). Mas, na verdade, o que Boito Jr. indica, com o qual concordamos, é que algumas análises atuais atribuem ao sindicalismo problemas de mobilização, de perfil organizativo e de legitimidade sindical, dentro de parâmetros bastante estreitos, não levando em consideração aspectos ligados às questões políticas e os determinantes de ação das forças sociais que nele agem e interagem. Para tanto advoga que “o erro teórico do raciocínio que estamos criticando consiste em analisar a classe operária e o sindicalismo separadamente do processo político nacional e internacional. Toda classe social deve ser analisada em sua relação com as demais classes sociais, nunca isoladamente.” (BOITO JR., 2003, p. 331).

Boito Jr. nos lembra que, apesar do recuo do sindicalismo ser uma tendência dominante, não há como negar que esse refluxo do movimento sindical em escala global, incluindo aí o Brasil, ocorre de modo “*desigual e contraditório*”. Ademais, pode-se perceber que se o sindicalismo nos países mais desenvolvidos do capitalismo global (EUA, Japão, Inglaterra, França, Alemanha, etc.), em geral, passa por um momento de perda de poder de representação, o mesmo não ocorre em parte da Ásia e Europa Oriental, onde o movimento sindical cresce a olhos vistos: “[na Europa Oriental] devido à recente implantação da liberdade de organização sindical, o movimento sindical está ressurgindo após longo período de letargia.” (BOITO JR., 2003, p. 323).

Neste sentido, Boito Jr. vê a situação do movimento sindical hoje como uma fase de crise e/ou refluxo – e não como o faz Leôncio Rodrigues e outros estudiosos – como decadência e/ou declínio². No entender de Boito Jr., (2003, p. 325) é um erro analítico chegar a um prognóstico de decadência histórica irreversível do sindicalismo, fazendo projeções de longo prazo a partir apenas de tendências de curto prazo.

Nesse sentido, o autor aponta:

² Segundo Boito Jr. (2003, p. 325), quando se compara a atividade sindical (greves, taxa de sindicalização, etc.) dos anos 1990, na sua segunda metade, com os anos de 1980, nos países centrais do sistema capitalista global, vemos uma queda, no entanto, se a comparação é feita levando-se em conta os anos 1960, segundo o autor, a superioridade é gritante, valendo-se, também, para o caso do Brasil, em que não havia nada, no período desenvolvimentista e populista, que se comparasse a uma Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Os trabalhadores mais organizados sindicalmente da fase anterior do capitalismo puderam se beneficiar da expansão do movimento socialista em escala internacional ao longo da primeira metade do século XX. Embora o movimento sindical e o movimento socialista sejam dois movimentos distintos, eles podem entreter, dependendo da situação histórica, uma relação de fortalecimento mútuo, e foi justamente isso o que ocorreu em grande parte dos países ao longo do século XX. Já os novos setores da classe operária iniciaram sua luta sindical numa conjuntura política muito desfavorável, marcada pela crise do movimento socialista e pela ofensiva neoliberal em escala internacional. Por isso, é muito cedo para dizermos, simplesmente, que os setores emergentes da classe operária e dos assalariados de classe média não apresentam propensão à sindicalização. (BOITO JR., 2003, p. 325).

Outra questão bastante candente em relação à crise do sindicalismo é aquela que algumas análises levantam no sentido de sinalizar como possível causa dessa crise: a fragmentação e heterogeneização da classe laboral. Assim, coexistem processos de heterogeneização e de homogeneização dentro de um mesmo período histórico de uma mesma formação social. (BOITO JR., 2003, p. 330 *apud* MARCELINO, 2008, p.155). Apenas afirmar que a fragmentação e a heterogeneização são as responsáveis pela crise e desmobilização da classe trabalhadora com rebatimentos nas instituições de representação de classe não é o suficiente, haja vista que há fragmentações socioeconômicas antigas que estavam “adormecidas”, tendo sido despertadas à custa da ofensiva neoliberal que opôs o trabalhador do serviço público face a face com os da iniciativa privada: “foi o privatismo neoliberal (que marcou, nos anos 1990, os governos de Collor de Mello, FHC I e II) que construiu, ao satanizar o funcionário público, a divisão política e sindical entre trabalhadores do setor privado e funcionários públicos” (BOITO JR., 2003, p. 331). Assim, pontua Boito Jr.

Dizer que o movimento sindical declinou porque a classe trabalhadora está mais fragmentada é ignorar que o aguçamento da luta de classes e da luta antiimperialista nos anos 1960 e 1970 teve uma influência positiva sobre o movimento sindical de então, ocorrendo o inverso na situação atual, que é uma situação de ofensiva capitalista e imperialista sob a bandeira do neoliberalismo. (BOITO JR., 2003, p. 331).

Por outro lado, não há como negar que essas novas formas de divisão do trabalho, gestadas pelas mutações tecnológicas, de mercado de trabalho e as desregulações das relações de trabalho têm afetado a mobilização, aglutinação e organização dos trabalhadores, o que, por si só traz embaraços para a atividade de luta coletiva – representada sobretudo pelos sindicatos. Ou seja, há de se considerar que abundam elementos de uma “fragmentação específica das classes trabalhadoras hoje” e que essa mudança do paradigma fordista-tylorista para o da acumulação flexível apenas reforçaria tal efeito, tese defendida por Antunes (1999; 2007); Druck (1999); Alves (2000), entre outros.

Há uma última mas não menos importante questão abordada por Boito Jr. nas suas análises sobre a crise do sindicalismo aqui no Brasil, que diz respeito à irrupção ou não de uma “nova” ordem societal dita “pós-industrial” ou “sociedade de serviços”, enquanto elemento pertencente a uma formação capitalista moderna. Aquilo que Rodrigues (1999) pontuou quando advoga a tese de que o sindicato teria perdido a sua razão de ser, pois estaria superada a contradição fundante entre Capital e Trabalho numa ordem social “pós-industrial”, não se sustentaria:

Hoje pode tornar-se, nos países centrais, um capitalismo que emprega mais no setor terciário, sem que, por isso, mude sua natureza social. No capitalismo, o objetivo da produção é a acumulação de capital com base na exploração do trabalho alheio, seja na indústria, seja nos serviços. Só quando se oculta esse fato, como fazem os conceitos de “industrial” e “pós-industrial”, pode-se subestimar a potencialidade de resistência sindical dos trabalhadores. (BOITO JR, 2003, p. 328).

Em suma, com o desgaste recente do neoliberalismo, para Boito Jr., parece que há uma luz no fim do túnel para os movimentos sociais, dentre os quais o sindicalismo, que pode fortalecer-se na tarefa de lutar por um mundo mais justo e igualitário.

A tese do declínio do sindicalismo não é nova e também não é fruto apenas das reflexões teóricas da produção científica nas ciências sociais brasileira. Na verdade ela foi contemplada pelo *corpus* científico e teórico no país, de fato, através da obra de Leôncio Martins Rodrigues (1999), caudatário destas idéias, que as trouxe para o país. Autores franceses como Baumard e Blanchort (1994), Rosanvallon (1988), Caire (1990), Potel (1990), Bérout (2002), Mouriaux (2006), (*apud* por Marcelino, 2008), somente para ficarmos por aqui, são autores que se debruçaram nestas questões e refletiram, principalmente, nos dilemas do sindicalismo francês. Na França, o tema “crise do sindicalismo” foi amplamente debatido a partir da década de 1980 até início dos anos 2000, ocupando esse tema ainda mais espaço no debate público quando em comparação com o Brasil. (MARCELINO, 2008). A hipótese para explicar isso seria, em primeiro lugar, a presença marcante do sindicalismo, na sociedade francesa, como agente social de destaque na cena política, conquanto o ataque ideológico e material do neoliberalismo à organização sindical, tanto através do desemprego e da precarização do trabalho, quanto pela propaganda anti-sindical, incidiu diretamente na vida política do país. (MARCELINO, 2008). Além disso, o ataque ao sindicalismo inglês promovido pelo governo de Margareth Thatcher, do Partido Conservador, no decorrer dos anos 1980, foi um exemplo concreto e muito próximo da busca por dismantelar o Estado de

Bem-Estar Social, medida essa também ambicionada pelo Estado Francês (MARCELINO, 2008).

A propósito desse tema 'crise do sindicalismo' assim se colocaram os autores Baumard e Blanchort (1994, p. 23, *apud* MARCELINO, 2008, p. 149): "compreendemos que, mais que uma conjuntura desfavorável, é a essência mesma do sindicalismo que está atualmente em crise." Os autores recuperam essa tese, por sua vez, de Pierre Rosanvallon, em livro de 1988 (*La Question Syndicale*). (MARCELINO, 2008, p. 149).

Algumas análises já levantavam hipóteses explicativas para a crise do sindicalismo francês afirmando que essa crise tratava-se de um movimento que se desdobraria em três momentos específicos, que seriam: crise de adesão, crise de militantismo, crise de imagem do sindicalismo. No primeiro caso, estaria ligado ao desemprego, que excedia em muito àquele desemprego do pós-guerra. No segundo caso, as dificuldades de se sindicalizarem jovens e mulheres (devido às dúvidas de ambos quanto à eficácia e operacionalidade da ação sindical), e, por fim, no terceiro caso, a dificuldade de se sindicalizarem repercutiriam na identidade sindical e nas estratégias reivindicativas. (CAIRE, 1990, *apud* MARCELINO, 2008, p.151-52).

Para POTEL (1990), (*apud* MARCELINO, 2008), existem reflexões a serem feitas acerca da compreensão do refluxo e das possibilidades e limites do sindicalismo, baseadas em uma aproximação multicausal, ou seja:

Como compreender o sindicalismo sem ter presente que ele tira sua legitimidade de duas exigências aparentemente contraditórias: de um lado, ele milita por uma transformação radical da situação dos assalariados (aspiração que fornece, inevitavelmente, uma dimensão política ao sindicalismo e que é, freqüentemente, a fonte da motivação dos militantes); e, de outro lado, ele gere, dia após dia, a defesa desses mesmos assalariados no quadro das relações sociais existentes (o que é a origem do 'reformismo' sindical).? (POTEL, 1990, p. 174 *apud* MARCELINO, 2008, p.158).

Segundo Marcelino (2008, p. 158), a questão é esta:

O sindicalismo está em refluxo; as classes trabalhadoras enfrentam os desafios impostos à sua organização sindical pela heterogeneidade específica e pelo desemprego promovido pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo; e a maior ou menor capacidade organizativa e reivindicativa dos sindicatos está atrelada, invariavelmente, às condições políticas e econômicas da luta. Esses são os principais elementos que podemos identificar como a conjuntura da ação sindical hoje.

Em suma, Santana (2007) e Boito Jr (2003), entre outros, advogam a tese de que essa crise não seria da instituição de representação dos trabalhadores, mas, sobretudo, de uma forma (tipo) do “fazer sindicato”. O sindicalismo viveria, como é presente em algumas análises, um declínio terminal ou uma crise momentânea? Qual o futuro do sindicato na sociedade contemporânea? Haveria opção para ele nesta sociedade? Que questões o sindicalismo se defronta num mundo globalizado? Como enfrentá-las? E o sindicalismo do Setor Público, quais as suas perspectivas para o futuro?

O sindicalismo do Setor Público participa nesta conjuntura de crise de uma forma bastante diferenciada. O sindicalismo de servidor público surge no Brasil na década de 1930 sob o âmbito de um processo de modernização (conservadora), conduzido pelo Estado. Até meados da década de 1980, o sindicalismo do setor público ficou à sombra dos interesses do Estado. A partir de meados da década, com as mudanças que ocorreram no cenário econômico, social e político e os impactos no trabalho e nos sindicatos, o sindicalismo nos serviços, e aí visto o sindicalismo nos serviços públicos, passaram a ter importância essencial na compreensão dos rumos do sindicalismo brasileiro. (NOGUEIRA, 2005, p. 11).

Oriundo, na sua gênese, das associações de funcionários, que desde 1930 já existiam, somente vão se constituir como entidades sindicais (embora ainda não reconhecidas com tais) efetivas no final dos anos 1970, quando por força de fatores objetivos (crise econômica, crescimento do nº de trabalhadores e do emprego no Estado, ampliação do setor serviços na economia) e subjetivos (luta política pela redemocratização e o surgimento do “novo sindicalismo”) passariam a atuar mais efetivamente, junto a outros movimentos sociais e políticos. (NOGUEIRA, 2005, p. 11). Neste sentido,

A heterogeneidade do trabalho no Estado, as singularidades e contradições como trabalho assalariado no Estado brasileiro e a própria organização do Estado são fatores determinantes nas formas de ser dos sindicatos do setor público. (NOGUEIRA, 2005, p. 12).

É justamente neste sentido que as questões-problema desta pesquisa se orientam, ou seja, buscar compreender e analisar como essa crise, que evidencia um refluxo da atividade sindical, atingiu o sindicalismo de trabalhadores do serviço público, num contexto de mudanças no mundo do trabalho, num contexto de crise do trabalho/emprego e de como é percebido essa crise no âmbito do sindicalismo de trabalhadores do serviço público, nos seus rebatimentos na prática sindical do SINTESPB. De modo mais efetivo, buscamos responder às seguintes indagações: a) como essa crise afeta a prática sindical do SINTESPB? b) De que forma a crise do sindicalismo é vista pelos atores sociais que fazem o SINTESPB? c) Qual é a

reação esboçada pelos atores sociais (dirigentes sindicais, filiados, funcionários da instituição) diante deste quadro de mudanças nas relações de trabalho, na área de atuação do SINTESPB?

d) Como o Processo de Reforma do Aparelho de Estado repercutiu nas estratégias político-organizativas do SINTESPB e na Formação do Espírito de Serviço Público.?

Seguindo essas indagações acima, partimos de quatro hipóteses que nortearam a investigação sociológica dos impactos da crise do sindicalismo no SINTESPB.

1) A prática sindical do SINTESPB foi sensivelmente alterada por fatores estruturais ligados à reformulação no mundo do trabalho, notadamente no tocante às reformas do aparelho de Estado, levadas a cabo nos governos de Collor de Mello e FHC I e II;

2) A Reforma Administrativa do Estado trouxe para os trabalhadores do serviço público federal, vinculados ao SINTESPB, com reflexos diretos na sua prática sindical, uma série de mudanças objetivas nas relações de trabalho;

3) Estas mudanças nas relações de trabalho dos filiados ao SINTESPB, oriundas das novas determinações impostas ao Serviço Público Federal, propiciaram também mudanças na sua subjetividade a ponto de alterar negativamente a sua dignidade enquanto servidor do público;

4) O quadro de desprestígio da condição de trabalhador em serviço público, após a entrada em vigor das determinações aprovadas pela Reforma Administrativa do Estado, tem levado o trabalhador do Serviço Público Federal filiado ao SINTESPB a se desinteressar das questões referentes à política de um modo geral, tanto quanto à sua participação no seio das lutas e demandas encaminhadas pelo SINTESPB, influenciando, assim, negativamente na formação do espírito coletivo de serviço público.

Este estudo é composto por quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O 1º Capítulo (Globalização, transformação no Mundo do Trabalho e Sindicalismo no setor Público) trabalha com autores como Harvey (1992), Santos (2005), Lipietz (1989), Antunes (2005, 2006, 2008), Rodrigues (1990), Birh (1998), Nogueira (2005), Costa (2004), Diniz (1997;1998), Borges (2005). Partindo-se de uma perspectiva caracterizada por profundas mudanças nas condições técnicas e organizacionais da produção (do fordismo à produção flexível), referenciando-se num padrão global de determinações, como também, dentro de uma nova configuração do papel do Estado, busca-se evidenciar, com base nas

mudanças no mundo do trabalho e no processo de globalização do capitalismo contemporâneo, como o sindicalismo de uma forma geral e, mais especificamente, o sindicalismo do setor público, viu-se afetado por uma crise sem precedentes nas suas ações enquanto sujeito coletivo de lutas e representação dos trabalhadores.

O 2º capítulo (A nova realidade do Mundo do Trabalho e o Sindicalismo do Setor Público) trabalha no sentido de delinear, conforme Lipietz (1989), Druck (1999), Oliveira (1999), Vêras De Oliveira (2002, 2007, 2008), Matos (2009), Costa (2004), Viola (2001), Rands (2001), SANTOS (2001), Supiot (1995), Behring (2009), Boito Jr. (1996, 2003) e outros, os condicionantes da formação e gênese do sindicalismo no Brasil e do sindicalismo do setor público. Trabalha-se na perspectiva de se periodizar o surgimento do movimento chamado “novo sindicalismo”, após os ditos “anos de chumbo” preconizados pelo regime de exceção que se instalou no Brasil, a partir de 1964. Nesse mesmo diapasão evidencia-se, a partir dos anos 1980, o protagonismo crescente, juntamente com outros atores sociais, de instituições pré-sindicais (as associações de servidores públicos, sua organicidade, combatitividade e operacionalidade), o que iria desembocar, mais tarde, com o advento da Constituição de 1988, na possibilidade legal de se sindicalizarem, trazendo assim uma nova dinâmica das relações de trabalho no setor público e, por conta disso, influências nas suas recentes organizações sindicais.

O 3º capítulo (A política Universitária no Brasil pela lente das relações de trabalho e do sindicalismo), seguindo nas trilhas dos estudos de Navarro (1999), Morais (1991), Bosi (2006), Maués (2006), Ferreira (2003), Chauí (1999, 2001) e outros, opera-se mais especificamente no plano da Educação no Brasil, notadamente a educação de nível superior, haja vista que, por força do processo de intercomunicação dinâmica que o objeto fruto desta pesquisa se insere, viu-se que não se poderia falar de crise do sindicalismo do segmento dos trabalhadores do ensino superior sem que se deixe de abordar os determinantes da política pública de educação na sua feição de nível superior, tanto quanto os condicionantes impostos pela Reforma do Estado e a construção e evolução das relações de trabalho no espaço universitário daí advindas. Busca-se, assim, evidenciar as trajetórias do sindicalismo no espaço universitário, trajetórias que são, *vis-a-vis*, em certos aspectos, bastante convergentes em relação àquelas desenvolvidas pelo objeto pesquisado.

O 4º capítulo diz respeito ao SINTESPB, aborda como se organiza esse importante espaço social - a educação pública de nível superior na Paraíba, suas dinâmicas, perspectivas e enfrentamentos, tendo como elemento de condução a trajetória histórica e sindical dos

trabalhadores do setor público em educação superior, seus dilemas, práticas, percepções e enfrentamentos, visto sempre dentro de uma ótica de crise do sindicalismo.

Nas Considerações Finais são sistematizados as principais conclusões possibilitadas pelo presente estudo.

2 GLOBALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SINDICALISMO

2.1 – Do Fordismo à Produção Flexível

O mundo do trabalho vem passando, há mais de três décadas, por importantes mudanças que alteraram substancialmente as relações entre Capital/Trabalho, com repercussões profundas sobre as organizações de trabalhadores, especificamente as sindicais.

Sob a égide de um processo de reestruturação produtiva, surge, a partir de meados dos anos 1970, um esgotamento do modelo anterior baseado na produção e consumo de massa, conhecido por fordismo, evidência de uma crise nos padrões de acumulação capitalista, de caráter estrutural, que tinha como pressupostos básicos, entre outros, a produção e consumo em larga escala, rigidez do mercado de trabalho, denominados por Bihl (1998) e Harvey (1992) como “crise do pacto fordista.”

Havia, pois, toda uma conjuntura internacional adversa, do ponto de vista da dinâmica da acumulação capitalista, a saber: busca de novos nichos de mercado que pudessem servir para realização da produção; rigidez em termos de opções de investimento de curto-prazo; capitais de longo-prazo imobilizados exigidos para a manutenção dos padrões de consumo de massa; choques de oferta (aumento no preço do petróleo em 73 e 75); forte aumento da taxa de juros da economia do EUA, para conter o surto inflacionário galopante, oriundo do desequilíbrio fiscal americano, gerado para custear as guerras do Vietnã e da Coreia; e rigidez do mercado de trabalho. Esse “pacto” consistia num arranjo entre trabalhadores (representados pelos seus sindicatos), o patronato e o Estado, buscando-se garantir, minimamente, aos primeiros pactuantes, benefícios sociais e uma promessa de acesso cada vez mais ampliado ao consumo, e a todos os benefícios sociais cabíveis, desde que o trabalhador concordasse com um “abrandamento” na conflitualidade inerente às desiguais relações entre capital/trabalho, como também às suas demandas históricas de lutas.

Num cenário em que a competitividade capitalista torna-se selvagem, as empresas buscam se reestruturar para poderem concorrer num mercado agora não mais nacional, mas, global, onde padrões, processos e tempos específicos são, quase que instantaneamente – na velocidade virtual –, alterados, para poderem servir ao processo de acumulação capitalista, de maneira a que se possa produzir mais e melhor, de preferência, com menos gente trabalhando.

A recente reestruturação no capitalismo, enquanto relação social de produção, dá-se num contexto lastreado na revolução dos computadores da microinformática e da automação em escala global³ (CASTELLS, 2005, p.71), assim como a partir da introdução de novas formas de organização da produção. (RAMALHO & SANTANA, 2004, p 11-12). Aliado a tudo isto há toda uma gama de novas “tecnologias” de gerenciamento da produção – CCQ, *Just-Time*, *Kaizen*, etc. (ANTUNES, 1997). Parte-se, pois, de um regime de produção taylorista/fordista⁴, para um modelo de acumulação flexível, onde predominam formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas.

Em detrimento de padrões “rígidos”, característica do regime fordista de acumulação, exigia-se um novo “rearranjo”, uma nova “reapctuação” do modo de regulação e, por conseqüência, do padrão de acumulação, surgindo assim, com o intuito de debelar a crise já instalada, um novo padrão de acumulação, denominado de “acumulação flexível” Harvey (1992, p. 135-37). A “acumulação flexível” norteia-se pela flexibilização de produtos e processos, sempre buscando a recomposição dos ganhos de produtividade e da taxa de lucro, respectivamente, sendo que ambas estavam em franco descenso desde a década de 1960. (BIRH,1998, p. 65 e 75).

Outro aspecto que sobressai nesse contexto é o aumento do desemprego, desta vez de caráter estrutural,

Parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural, em oposição ao desemprego “fricional” (sazonal), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1992, p. 141).

A “acumulação flexível” surge como resposta à rigidez fordista e buscará romper – desregulamentando – o mercado de trabalho.

O mercado de trabalho, por ex. passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra

³ Entre outros resultados, configura-se o ramo da Telemática é um novo ramo da ciência da informação, que relaciona inovações em processos e produtos oriundos da junção entre a informática e as telecomunicações, possibilitando o processamento, a compressão, o armazenamento e a comunicação de grandes quantidades de dados (nos formatos texto, imagem e som), em curto prazo de tempo, entre usuários localizados em quaisquer pontos do Planeta.

⁴ Conforme observa Antunes (2008, p. 205), “entendemos o taylorismo e o fordismo como padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.”

excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes de contratos de trabalho mais flexíveis [...] mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. (HARVEY, 1992, p. 143).

Percebe-se, pois, que há um movimento no sentido de “desobstruir” o mercado de trabalho dos chamados “controles legais”, ou seja, uma desregulamentação combinada com a precarização das relações de trabalho, almejando uma vulnerabilização das condições de vida da classe trabalhadora. Busca-se flexibilizar produtos e processos de trabalho, tendo neste caso como mola mestra a desregulamentação dos direitos trabalhistas, subordinando, assim, ainda mais, o trabalho ao capital, alterando a sua objetividade e, por conseqüência, a subjetividade do trabalhador. Ao alterar o quadro das relações entre capital/trabalho, a repercussão dar-se-á diretamente nas organizações de classe dos trabalhadores – seus sindicatos.

Ora se somarmos os efeitos decorrentes do crescimento do desemprego estrutural com a precarização do trabalho e uma desregulamentação das condições de trabalho, rapidamente teremos aquilo que Castel (1998, p. 530) chama de “supranumerários”. Enfim, a lógica da reestruturação produtiva parece nos levar a um mundo de informalidades, gerando assim uma massa de trabalhadores (des) sociabilizados num contexto de uma relação de trabalho instável, que no entender de Castel (1998) os desqualificam, tanto no plano cívico, quanto no plano político. Ademais

O problema atual não é, apenas, o da constituição de uma “periferia precária”, mas, também, o da desestabilização dos estáveis. O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo, a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. CASTEL (1998, p. 526).

Esta idéia de “desestabilização dos estáveis”⁵ abordada por Castel (1998) caminha nas mesmas pegadas teóricas de Harvey (1992), pois, mesmos aqueles “estáveis” no mercado de trabalho, nem estes estão livres do “fantasma do desemprego” ou, o que é pior, do subemprego,

⁵Trata-se, no caso do Brasil, da *precarização* do trabalho e, “compreendido como processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central – e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto, e que tem levado a crescente degradação das condições de trabalho, da saúde (e da vida) dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical.” (DRUCK & MONY, 2007, p).

Estudos, como Pochmann (2001), Vasapollo (2006), Antunes (2007), caminham na mesma perspectiva de Harvey (1992), acentuam que a nova organização do trabalho é caracterizada pela extrema flexibilização, desregulamentação de direitos e precariedade dos vínculos do trabalho.

Enfim, tudo isto contribuiu para que a classe trabalhadora, no dizer de Antunes (2008, p. 198), sofresse um efeito de fragmentação, de heteroginização e complexificação. Esta dinâmica alterou a subjetividade do trabalhador, minando a coesão e a solidariedade de classe. Em suma, a reestruturação produtiva trouxe um grau de perplexidade e complexificação para o conjunto da classe trabalhadora, debilitando, enfraquecendo e desarticulando quaisquer movimentos de organização e luta sindical.

Estudos levados a cabo por Antunes (1997), Alves (1998) e Borges (2005), em virtude das causas acima mencionadas, apontaram como uma das conseqüências dessas mudanças a queda brusca das taxas de sindicalização, nos anos 1980 e 1990 do século XX nos países centrais do sistema⁶, que de certa forma, impactaram, também, ao nível da América Latina e do Brasil.

Autores como Harvey (1992), Rodrigues (1999), Alves (1998), Santana (2007), Ramalho (2003), Antunes (2007, 2008), Pochman (2001), Vasapollo (2006), Borges (2005), Bihl (1998), entre outros, todos são unânimes em indicar como causas para essa crise, além dos já elencados acima, o crescimento do desemprego estrutural, a perda de posição relativa do emprego industrial para o emprego no setor de serviços, ressurgimento do setor informal, a precarização dos vínculos e condições de trabalho etc).

O novo contexto obrigou, pois, as entidades de classe a partirem para a defensiva, nas suas trincheiras exclusivistas e corporativistas, lutando para não perder os ganhos imediatistas, fazendo com que os sindicatos vivenciem uma tensão sempre perene entre a solidariedade intraclasse e a defesa de interesses imediatos. (SANTANA, 2007, p. 53).

Enfim a dinâmica da acumulação flexível impôs um novo perfil do trabalho e por decorrência, do trabalhador.

⁶ Conforme ANTUNES (2008, p. 65), citando VISSER (1993, p. 18-19), “a Europa Ocidental em seu conjunto, excluído a Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989 a taxa de sindicalização, o Japão reduziu a taxa de sindicalização de 30% para 25% no mesmo período , tendo os EUA , passado de 23% a 16%”.

2.2 – O Fenômeno da Globalização

O fenômeno que se efetiva na contemporaneidade sob a denominação de “globalização”⁷ pode ser definido como sendo *um* “conjunto de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas praticas interestatais, capitalistas globais, ou praticas sociais e culturais transnacionais.” SANTOS (2005, p.85). Confirma-se uma dicotomia entre local/global e o endógeno/exógeno em relação aos novos espaços e ritmos, numa relação entre fenômenos dominantes (globalizados) e fenômenos dominados (localizados).(SANTOS, 2005, p.88).

A dinâmica do capitalismo contemporâneo vem imprimindo uma nova percepção na classe trabalhadora, alterando-lhe tanto a esfera objetiva do trabalho social quanto a sua subjetividade, imprimindo novos padrões agora globais para que se reafirme o caráter capitalista da produção. Na visão de Ianni (1997, p. 19)

O que se impõem, com força avassaladora, é a realidade da fábrica da sociedade global, altamente determinada pelas exigências da reprodução ampliada do capital. No âmbito da globalização, revelam-se às vezes transparentes e inexoráveis os processos de concentração e centralização do capital, articulando empresas e mercados, forças produtivas e centro decisórios [...] tecendo províncias nações e continentes.

Essa percepção do trabalhador ocorre mediatizada pela hoje chamada “grande mídia”, agora em escala global, que trabalha a sua consciência e os seus conteúdos imaginativos, buscando homogeneizar e coletivizar visões de mundo, antes de caráter individual, projetando-as no cotidiano do trabalhador, para que, “ todos estivessem aí representados, refletidos, e figurados, sem o risco de convivência nem da experiência ” conforme (IANNI *apud* SANTOS, 2005, p. 45), no afã de torná-lo “domesticável” e maleável, a fim de que esse seja capaz de se submeter, passivamente, aos ditames da nova lógica acumulativa do capital.

Quanto ao sindicalismo o fenômeno da Globalização, em não sendo homogêneo, mas heterogêneo, multifacetado e complexificado, com vieses de difícil concretização em vista de realidades que se permutem reciprocamente, do local ao global e vice-versa, tem trazido impactos decisivos. Do ponto de vista da classe trabalhadora e da luta sindical, não se tem conseguido organizar o enfrentamento coletivo, conforme se fazia em momentos passados, em virtude da própria dispersão espaço/temporal a que foi acometida a produção. Nesta linha raciocina também Ianni (1997, p. 47) quando estabelece:

⁷ Existem várias acepções e leituras a respeito do termo Globalização, para uma discussão inicial ver (SANTOS, B. S. 2005, p. 25-98).

Na base da internacionalização do capital estão a formação, o desenvolvimento e a diversificação do que se pode denominar “fabrica Global” Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas.

Conforme teoriza Santos (2005) e Silva (2005), o paradigma da reformulação produtiva global impõe, em alguns países centrais do sistema capitalista mundial, como também, naqueles que lhe são subordinados, a prática de uma nova “tecnologia social” - a concertação social - que elege como *Leitmotiv* a colaboração passiva do Trabalho junto ao Capital, para que todos possam “lucrar” com esta modalidade.

Nestas pegadas acima se Globalizam as instituições, os princípios jurídicos políticos, os padrões sócio-culturais e todo o conjunto cultural e diversificado que compõem hoje o modelo capitalista de produção. Por força disto, a governança Global, antes exercida pelos Estados-nações do sistema central, agora passa a ser exercida no âmago de órgãos de caráter multilateral, do tipo FMI, BM (Banco Mundial) e demais estruturas de poder Global. Conforme entendimento de IANNI (1997), esse fenômeno de transferência de poder dos Estados-nações para as mãos de organizações multilaterais diz respeito à própria distinção entre o capitalismo global de cariz neoliberal dos dias atuais re o capitalismo liberal do Século XVIII, quando do surgimento do Estado-nação, produto da revolução burguesa. Segundo o autor

o que distingue o fato do neoliberalismo (do liberalismo do séc. XVIII) é que ele diz respeito à vigência e generalização das forças do mercado capitalista em âmbito global; alguns de seus pólos dominantes e centro decisórios localizam-se em Estados nacionais mais fortes, mas, forma-se pólos também dominantes e centros decisórios em empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Enquanto o liberalismo baseava-se, ou pelo tomava-o como parâmetro, no princípio da soberania nacional, o neoliberalismo, passando por cima dele, tende a deslocar as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito global. São as elites de vários tipos que organizam e dinamizam as organizações e instituições multilaterais e as corporações transnacionais, a modernização dita globalizante confere tarefas fundamentais aos quadros ou elites intelectuais. (IANNI, 1997, p.78-79).

E vai mais além, quando nos aponta que

Na época da globalização, mundializam-se as instituições mais típicas e sedimentadas das sociedades capitalistas dominantes. Os princípios envolvidos no mercado e no contrato generalizam-se, tornam-se padrões. Princípios como mercado, livre empresa, produtividade, lucratividade, flexibilização, consumismo, automação, tecnificação, etc. Esse é o contexto

em que as coisas passam a ser atravessadas pela desterritorialização. Na medida em que se desenvolve e generalizam, ultrapassam ou dissolvem fronteira de todo o tipo, local, nacional, regional, continental. Desenvolve-se relações em geral traduzida em técnicas sociais de produção e controle [...] esse é o reino da razão instrumental, técnica ou subjetiva, permeando progressivamente todas as esferas da vida social, em âmbito local, nacional, regional e mundial. (IANNI, 1997, p. 80-1).

Se entendermos da forma que o autor acima coloca vamos raciocinar que o sindicato, conforme conhecemos atualmente, é também uma instituição típica do capitalismo de base fordista/taylorista, fadada a sofrer os impactos da crise desse paradigma produtivo e societal. Uma possível solução para tal problema, indicada por Santos (2005), seria a de que, para uma nova ordem mundial do capital Globalizado, deveríamos ter também um movimento sindical de caráter global que pudesse fazer frente às novas demandas do mundo do trabalho em escala global, tanto quanto resistir de forma mais efetiva aos ditames do capital nessa. Ademais, estaríamos em pleno surgimento de uma

Nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo a complementação ou superação dos procedimentos do fordismo, das linhas de montagens de produtos homogêneos, tudo isso amplamente agilizado pela automação, pela robotização, pela microeletrônica e pela informática. (IANNI, 1997, p.52).

Vale a pena frisar que *pari passu* a isto, o processo de internacionalização do capital, cariz do capitalismo globalizado, consubstancia-se numa dinâmica que prevê simultaneamente a “internacionalização do processo produtivo, mas também a internacionalização da questão social⁸. Como ocorre em toda formação social capitalista, também na global desenvolve-se a questão social.” (IANNI, 1997, p.53). O enfrentamento coletivo dar-se-ia hoje, no contexto de um mundo globalizado, diferentemente daquele que persistiu durante toda a fase pré Globalização do capital, sendo necessário se desenvolver novos mecanismos pelos trabalhadores que unifique as lutas ao nível global.

Por outro lado, temos que o aparelho de Estado passa por mudanças e tende a se transformar para que possa prestar-se às suas novas funções dentro da nova ordem mundial que se estabeleceu. Neste sentido, o Estado é levado a

⁸ Assim “No desenvolvimento histórico da internacionalização do capital, o Estado-nação terá de considerar, com crescente seriedade, a sua realidade externa, na medida em que certas partes do Estado – umas mais do que outras – terão de submeter-se à situação internacional. A luta de classes conduzida pelo capital ocorre por todo o mundo, e o proletariado não pode mais ignorar este fato. Nesta luta de classe em nível mundial, o capital tem a iniciativa. É necessário introduzir a luta de classes do proletariado na análise do processo de internacionalização.” (IANNI, 1997, p. 53 *apud* PALLOIX, 1977, p. 11, 13 e 16).

Reorganizar-se ou modernizar-se segundo as exigências do funcionamento mundial dos mercados (...) daí a internacionalização das diretrizes relativas à desestatização, a desregulação, a privatização, a abertura de fronteiras, criação de zonas francas. (IANNI, 1997, p.48-9).

Essa “reforma” do aparelho de Estado nos leva diretamente em direção aos estudos de Santos (2005), quando este preceitua que a globalização tem, do ponto de vista conceitual, duas componentes: a) uma prescritiva; b) outra descritiva. A segunda componente é aquela em que, geralmente, é preconizada nos diversos “documentos internos” do FMI e do Banco Mundial para países emergentes, como é o caso do Brasil. Este

Consenso é conhecido por consenso neoliberal ou consenso de Washington por ter sido em Washington, em meados da década de oitenta, que ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia. Nem todas as dimensões da globalização estão inscritas do mesmo modo neste consenso, mas todas são afetadas pelo seu impacto. (SANTOS, 2005, p. 27).

Ainda conforme o autor, o receituário é aplicado dentro de um contexto gradativo que é aquele que prevê prescrições, conforme foi visto acima, de maneira diferenciada. Ou seja, para determinados países do centro do sistema deverá ser aplicado o dito consenso com menos rigor e mais flexibilidade, enquanto que para países da periferia ou países emergentes a prescrição vai num sentido bem mais rigoroso e inflexível.

Outra questão que se evidencia com relação à globalização do capitalismo contemporâneo é o predomínio da esfera financeira, caracterizada por uma verdadeira “autonomização” da esfera econômica em detrimento da dimensão político-institucional. Vale lembrar conforme Ianni (1997, p. 56)

A rigor, o capital financeiro parece adquirir mais força do que em qualquer época anterior, quando ainda se encontrava enraizado em centros decisórios nacionais, mais ou menos subordinados ao Estado-nação. Formam-se redes e circuitos informatizados, por meio dos quais as transnacionais e os bancos movem o capital por todos os centros do mundo.

E isso tem impacto na condução do conjunto de políticas econômicas dos Estados-nações. Pois, ao invés desse volume de capitais financeiros serem investidos nas atividades da esfera produtiva, serve de lastro para atividade meramente especulativa. Essas “redes de comunicação e circuitos informatizados” representam o que tem de mais avançado no movimento de mundialização do capital, pois

A capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização 'autônomo', com características muito específicas, foi alçada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capitalismo. As instituições financeiras, bem como os 'mercados financeiros' [...], erguem-se hoje como força independente todo-poderosa perante os Estados (que os deixaram adquirir essa posição, quando não os ajudaram), perante as empresas de menores dimensões e perante as classes e grupos sociais despossuídos, que arcam com o peso das 'exigências dos mercados. (CHESNAIS, 1996, p. 239, apud VÉRAS DE OLIVEIRA e MOREIRA, 2009, p. 05).

Isto posto, daí se depreende que há no momento atual, por conta da financeirização da economia baseada na autonomia do capital financeiro em face do capital produtiva, toda uma conjugação de fatores que apontam na direção de uma sempre crescente "autonomização da esfera econômica frente à esfera política", vertida nas concepções ditadas pelo mercado em detrimento do Estado. Neste sentido, cabe ao Estado, "após um longo período de intervenção na vida econômica e social" buscar ele mesmo, paradoxalmente, o retraimento de si mesmo, pois, "o Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação." (SANTOS, 2005, p. 38).

Em grandes contornos, a tendência inserida no contexto das medidas sociais, políticas e econômicas da Globalização, sob a égide do consenso de Washington, exigem uma Reforma do Estado, que "consiste em substituir até ao máximo que for possível o princípio do Estado pelo princípio do mercado" (SANTOS, 2005, p.39), tanto quanto delimitando o seu espaço de poder e ação a um mero papel administrativo, que implicaria em, conseqüentemente, redução do seu tamanho, do número de servidores públicos e de sua desobrigação com as funções sociais.

Para Antunes (1997), o sindicalismo só cumprirá o seu papel de elemento renovador e alternativa que recupere valores socialistas originais e uma sociabilidade mais coesa e participativa quando o trabalhador e sua entidades de classe forem capazes de "ir além do capital", negando assim uma globalização e integração que "integra por fora e desintegra por dentro", ou seja, uma lógica contraditória em si mesma.

2.3 – A Crise do Sindicalismo

As transformações que ocorreram no período pós-guerra, com o advento do Fordismo nos países centrais tiveram como pressupostos um sindicato forte e atuante, capaz de participar da interlocução, juntamente com os demais atores, no âmago do "pacto fordista"

(isso nos países centrais). Entretanto, como contrapartida desta “participação”, era-lhe exigido, na qualidade de legítimo representantes dos trabalhadores e de suas demandas, que deveriam “trocar ganhos reais de salários, pela cooperação na disciplinação dos trabalhadores de acordo com o sistema fordista de produção” (HARVEY, 1992, p. 19), ou seja, o trabalhador estaria a partir daí submetido a um trabalho rotinizado, parcelizado, alienante e, agora, mecanizado. É óbvio que as resistências não tardariam a surgir.

Destarte, a competição capitalista cada vez mais acirrada por novos nichos de mercado e uma constante queda nas taxas de produtividade e de lucro acabou por levar o regime fordista ao seu esgotamento, daí derivando-se toda uma série de acertos e ajustes que viriam a ocorrer no sentido de se recolocar a acumulação capitalista em novos patamares⁹.

No cerne deste rearranjo, o sindicalismo operando dentro daquele paradigma corporativista, burocratizado e verticalizado, já não mais serviria aos interesses do capital, estaria, pois, com os seus dias contados. Um “novo” modelo de acumulação iria exigir, por tabela, um novo sindicalismo, bem mais “cooperativo” com os interesses do capital em detrimento do trabalho.

Neste sentido o movimento operário entrou no século XX, nas grandes formações capitalistas ocidentais, notadamente na Europa, dividido entre duas idéias forças, idéias essas que foram responsáveis por direcionar a sua prática sindical com conseqüências bastante diversas em ambos os casos. De um lado, a força político-ideológica ligada à Social-democracia, de caráter reformista. De outro, persistia uma visão de caráter mais revolucionário. Enquanto que aquela buscava “conciliar interesses do proletariado com os interesses da burguesia, no quadro de uma democracia participativa”, através da participação da classe operaria nas esferas representativas do Estado, essa última caminhava na perspectiva de uma ruptura violenta com o “status quo” reinante através de movimentos de “mobilização e enquadramento político-militares das massas populares (proletários do campo e da cidade)”¹⁰.

⁹Buhr (1998, p. 40) comenta que se tratava de substituir um regime de acumulação de capital, antes *extensivo*, com base na extração da mais valia absoluta: “na extração do trabalho excedente pelo simples prolongamento da duração do trabalho além do tempo de trabalho necessário e pelo aumento de sua intensidade”, por outro regime de caráter mais *intensivo*, com predomínio na formação de mais valia relativa: “o aumento do trabalho excedente pela diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do proletariado, graças ao aumento contínuo da produtividade média do trabalho social” fixando a taxa de lucros em níveis mais aceitáveis.

¹⁰ Buhr (1998, p. 20) assim comenta: “Nesse sentido, a existência e a originalidade do modelo social-democrata está relacionada, em primeiro lugar, a seu curioso projeto que propõe ao proletariado emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do Capitalismo. Em outras palavras, esse projeto baseia-se na idéia de que o proletariado pode se libertar de sua exploração e sua dominação pelo capital [...] conquistando e exercendo o poder do Estado, tomando esse poder das mãos da burguesia e de seus aliados políticos”. Ou seja, expressa-se aí a visão de que o Estado seria a “via obrigatória e inevitável da emancipação do proletariado”

É obvio que visões tão díspares haviam de alojar no seu âmago divergências inconciliáveis, haja vista as praticas político-sindicais que ambas as vertentes apresentavam, tanto quanto os objetivos a serem colimados, antagonizando-se a “luta do proletariado por seus interesses imediatos (econômicos ou políticos) e sua luta por seus interesses históricos.” (BIRH, 1998).

No caso do “modelo” social-democrata, a subjetividade da classe proletária padecia de uma “cisão” entre consciência sindical e consciência política (BIRH, 1998, p. 23), restando, assim, a atividade sindical subordinada aos ditames do partido social-democrata, elemento esse externo à dinâmica sindical. Isto trazia para o sindicalismo, especificamente aquele de vertente “reformista” ou social-democrata, condicionantes no tocante à pratica sindical. O sindicalismo daí oriundo primava pela verticalização de suas estruturas (baseada em federações profissionais), fonte intrínseca da burocracia sindical (BIRH, 1998). Já no sindicalismo de cunho mais “revolucionário”, as estruturas eram mais horizontalizadas (preponderância de sindicatos de base, o que incentivava e atribuía importância às redes interprofissionais), que se transformavam em núcleos de solidariedade de classe, argamassando e congregando uma nova sociedade autogestada e emancipada dentro de padrões de desenvolvimento para o futuro¹¹.

Ademais, a depender da condução deste processo, tanto da vertente “reformista” quanto da “revolucionária”, ter-se-ia aquilo que Birh (1998) trata como sendo um “fetichismo do Estado”¹², elemento esse responsável pela gestão da inerente “conflitualidade” do sistema capitalista de produção, podendo, pois, tanto estar a serviço da burguesia, quanto das classes subalternas.

Igualmente, caberia ao Estado, através dos seus “aparelhos ideológicos de Estado” (escola, família, igreja, imprensa, etc), compor, em nome da “paz social”, uma estrutura orgânica e burocratizada de negociação de onde surgiria uma nova “aristocracia” sindical-

(grifos do autor). No tocante à variante dita “revolucionária”: o autor observa “visa a expropriação da burguesia e de seus aliados (as outras classes proprietárias) pela estatização do conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planejado pelo aparelho de Estado” e adita “Nessas condições, a conquista do poder de Estado supõe uma ruptura violenta com as formas institucionais da democracia parlamentar e na maior parte das vezes só pode ser efetuada pela via insurrecional.” (BIRH, 1998, p.21).

¹¹ Birh (1998, p.29) assim observa “a diferença radical entre sindicalismo revolucionário e sindicalismo social-democrata dava-se, de fato, neste ponto essencial: a autonomia estratégica, organizacional e cultural dos sindicatos reconhecida pelo primeiro e negada pelo segundo que, em última análise reduzia os sindicatos à função de “correias de transmissão” do partido, de acordo com a formula bem conhecida de Lênin, mas que a social-democracia anterior a 1914 já soubera colocar em prática.”

¹² Birh (1998, p. 31) nos mostra que “o sucesso do modelo social-democrata operário é explicado, em primeiro lugar, pela *impregnação do fetichismo do Estado* no próprio seio do proletariado e do movimento operário, fetichismo que, como vimos, constitui o principio diretor do modelo social-democrata” (grifos do autor).

operária com interesses nem sempre convergentes com os daqueles de suas próprias bases. Além de tudo isto, soma-se a forma como os conflitos são resolvidos no âmago das instituições do Estado, pois para isso era necessário que

o Estado fosse considerado como o lugar ‘natural’ de resolução pacífica dos conflitos sociais no sentido da busca de um ‘equilíbrio de compromisso’ entre elas. Todos estes efeitos conjugaram-se para tornar plausível a idéia que a solução dos problemas encontrados pela luta de classe do proletariado, e até a via de sua emancipação, encontravam-se no Estado; e que convinha dar forma política (ou melhor, estatal) a essa luta.” (BIRH,1998, p. 32).

Em síntese, conforme nos ensina Birh (1998), a ascensão e consolidação do sindicalismo social-democrata, após a 1ª guerra mundial, marca uma fase histórica na luta da classe operária, pois a figura do operário de ofício vai sendo, paulatinamente, substituído pelo chamado “operária-massa”, que se prestaria convenientemente aos interesses de acumulação do regime fordista/taylorista, naquele contexto em ascensão. Essa substituição teve uma influência marcante no sindicalismo, notadamente aquele de vertente mais “reformista”, não se dando o mesmo com o sindicalismo de caráter mais aguerrido, que tendeu a ser neutralizado, em virtude de que o primeiro tinha na figura do operário massificado um elemento mais “pacificado”, tendo engrossado as fileiras das organizações sindicais do tipo social-democrata.

Deve-se considerar, no entanto, que os termos do pacto fordista, naquelas realidades socioeconômicas em que o mesmo foi oficializado (Europa setentrional), resultaram de um processo muitas vezes cego e, portanto, ilusório para seus protagonistas. (BIRH, 1998, p.36). Este modelo previa uma tendência de que trabalhadores e capitalistas negociassem a distribuição da riqueza produzida (respeitados alguns limites), combinando-se produtividade máxima e intensidade de trabalho com salários sempre crescentes, acompanhando, assim, os ganhos de produtividade. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 251). O caráter organizacional dos sindicatos (a forma e o tipo de representação) foi fundamental. O papel jogado pelos sindicatos era decisivo. O proletariado renunciou à “aventura histórica” em troca da garantia de sua “seguridade social.”¹³ (BIHR, 1998).

A perspectiva de um nível de vida mais “aceitável”, a garantia do emprego, uma melhor condição social de vida, a manutenção de um salário fixo e mínimo, tudo isto,

¹³ Comenta Birh (1998, p.37): “Renunciar à ‘aventura histórica’? É renunciar à luta revolucionária, à luta pela transformação comunista da sociedade; renunciar à contestação à legitimidade do poder da classe dominante sobre a sociedade, especialmente sua apropriação dos meios de produção e as finalidades assim impostas às forças produtivas. É, ao mesmo tempo, aceitar as novas formas capitalistas de dominação que vão se desenvolver pós-guerra, ou seja, o conjunto das transformações das condições de trabalho e, em sentido mais amplo, de existência que o desenvolvimento do capitalismo vai impor ao proletariado neste período.

acabaria por lançar o proletariado numa situação de dependência em relação aos ditames do regime fordista, e essa dependência caracterizava-se por ser prática e ideológica em relação ao Estado, traduzida pelo nome de “Estado do bem-estar”¹⁴.

Como este processo de “subordinação do trabalhador”, imposto pelo fordismo, transformava o operário (agora operária–massa) em apêndice da estrutura de produção com um trabalho “alienante” parcelizado, disciplinado e confinado a um estilo de vida que não lhe era natural, gerando uma pressão de tal forma que no final dos anos 60, e início dos anos 70, explode uma contestação, sob forma de lutas proletárias, que não pouparam a nenhum das formações capitalistas desenvolvidas. Esta revolta da “classe subalterna”, segundo análises do período¹⁵, levou a uma “crise do trabalho” e, sobretudo, “crise do capital”, alterando os níveis de produtividade, por força da desorganização da produção capitalista.

Outro aspecto que fica evidente na análise produzida por Birh (1998) é aquele que diz respeito, justamente, à revolta em desfavor do modelo sindical social-democrata, que neste novo momento passou a sofrer uma série de injunções no sentido de se restabelecer pontos de ligação entre a tradição de luta do proletariado (da época pré-fordista):

Decretado o divórcio entre a ala mais agitada do proletariado ocidental e os organismos sindicais e políticos constitutivos desse modelo. Essas organizações eram evidentemente incapazes de organizar e dirigir um movimento proveniente da base, todas estas organizações se comportaram como perfeitas guardiãs do capital, algumas tentando sabotar o movimento, colaborando, até mesmo, para a sua repressão física. (BIRH, 1998, p.62).

Em suma, no curso dos últimos cinqüenta anos os sindicatos tinham como *Leit-motiv* da sua existência, eficácia e legitimidade, a função de *mediadores* entre o capital e o trabalho. Com o irromper da crise o sindicato (especificamente o Europeu), teve que fazer frente aos desafios colocados pela ruptura do pacto fordista, buscando tratar de “adaptar-se” aos novos padrões sociais, ao invés de lutar para mudar os novos condicionantes impostos pelas classes dominantes, com a chegada da crise na produção, indo, inclusive, contra os interesses da classe proletária que diziam representar. Nesse sentido, o desnorteamento em que o

¹⁴ “É justamente a garantia de adquirir direitos, não só formais (direitos cívicos e políticos) mas reais (direitos sociais), cujo respeito seria garantido pelo Estado, e de ter acesso a uma vida se não agradável, pelo menos suportável (aceitável).” (BIHR, 1998, p.38).

¹⁵ Conforme nos noticia Birh (1998, p.70), vê-se que a revolta era “contra os métodos de exploração do trabalho, por parte das camadas proletárias, que eram suas principais vítimas, marcada por aumento do absenteísmo, do *turn-over*, da dilapidação, da sabotagem, das greves, etc”, redundando, não só apenas em aumento dos custos salariais, mais em desorganização da produção capitalista e sua produtividade influenciando diretamente na manutenção da taxa de lucro.

movimento operário foi lançado foi responsável pela “crise de identidade” que alguns objetam nas suas análises. (BIRH, 1998).

Essa “perda de rumos” deu-se após anos de uma prática sindical voltada quase que exclusivamente para a mediação/negociação de interesses, que nem sempre expressavam a vontade da base. Estas negociações eram sempre conduzidas pelas lideranças sindicais que, isoladas de suas bases, terminariam por estabelecer um distanciamento prejudicial em termos de laços de solidariedade entre os trabalhadores, ocasionando dificuldades à luta emancipatória do proletariado.

Como efeito direto deste distanciamento, as organizações sindicais passaram a se burocratizarem, tornarem-se corporativas e, no limite, clientelistas quando não corruptas¹⁶. A crise que se instalou nas instituições sindicais, nos seus aspectos político-organizativo, valorativo e subjetivo-ideológico, é por demais evidente. No entanto, “o cerne essencial e determinante da crise do sindicalismo moderno no limiar do século XXI é a instauração do complexo de reestruturação produtiva, capaz de impulsionar o “novo (e precário) mundo do trabalho” (ALVES, 2005, p.83). Essa crise atingiu assim, em cheio, a subjetividade do trabalhador, levando-o a não se reconhecer mais como tal, e às entidades sindicais, jogando-as numa posição “defensivista”, preocupada, apenas, com o imediato, o legal, o corporativo.

Entretanto, para pensarmos o caso brasileiro, como tais tendências, da flexibilização e da globalização, repercutem na dinâmica social mais geral e nas relações de trabalho mais em particular? Nos voltemos agora para isso.

2.4 – Aspectos Estruturais do Desenvolvimento Brasileiro

Com a revolução de 1930, toda uma estrutura econômica brasileira passa por um momento de mudanças, em que saímos de um modelo agrário-exportador para um modelo baseado na estrutura produtiva urbano-industrial. (OLIVEIRA, 2003). Tratou-se, pois, de se implantar uma nova matriz produtiva baseada na conjugação de capital e trabalho, sendo que o primeiro deveria ter a primazia sobre o segundo. Para tanto, lançou-se mão de mecanismo de controle e regulamentação dos fatores que interagem na produção, sempre na perspectiva de atrelá-los aos interesses hegemônicos do capital.

¹⁶ A propósito disto assim evidencia BIRH (1998, p. 48) “enquanto as organizações se burocratizavam, os dirigentes não eram mais colocados sob o controle de sua base, tendiam a se tornar membros remunerados inamovíveis dos sindicatos, e, com isso, adquiriam interesses próprios distintos dos de sua base”.

Um dos aspectos que melhor evidencia essa assertiva é o ligado à legislação trabalhista, que configura um arcabouço “formal corporativista, da organização dos trabalhadores e de sua possível tutela do Estado.” (OLIVEIRA, 2003, p. 36). No entanto, esse arcabouço legal esconde mecanismos de um processo de acumulação capaz de uma realização “que dependerá substantivamente de uma realização parcial interna crescente.” (OLIVEIRA, 2003, p. 35.).

Conforme explicita Oliveira (2003), contrapondo-se àqueles que pregam o suposto caráter distributivista dos regimes populistas, que pontuaram no Brasil de 1930 a 1964, a função básica da regulamentação legal de uma acumulação constante e crescente era, sobretudo, preparar aquela população, que migrava dos aglomerados rurais tradicionais em direção às grandes cidades, para se tornar um “exército industrial de reserva”, adequado “à reprodução do capital.” (OLIVEIRA, 2003, p. 38). Neste sentido, a legislação trabalhista estava parametrizada de uma forma que

Igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. Essa operação de igualar pela base reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho. A regulamentação das Leis de Trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiava-a. (OLIVEIRA, 2003, p. 38 – grifo do autor).

Para Oliveira (2003), a consecução do objetivo de se implantar uma estrutura econômica de caráter capitalista aqui no Brasil, colocou-se em função de uma intervenção do Estado na condução de uma política ativa de formação de uma base estrutural, com fixação dos gastos fiscais em atividades diretas de produção ou indiretas ligadas às atividades de reprodução das condições mínimas do sistema capitalista

No entender de Oliveira (2003, p. 40), “o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir”. E, aduz: “o Estado intervém para destruir o modo de acumulação” em que a economia anteriormente estava baseada, permitindo assim que o novo e o velho fossem dialeticamente convivendo num dinâmico processo de criação e recriação de um novo modelo de acumulação.

Outra “especificidade” desse modelo, segundo OLIVEIRA (2003), diz respeito às relações entre a manutenção, ampliação e combinação do padrão dito “atrasado” da agricultura brasileira e as novas relações de produção capitalistas, inseridas no contexto da agricultura brasileira, padrões esses que, diferentemente do que alguns consideram como dicotômicos (relação “primitivo-moderno”), tiveram uma importância na própria dinâmica do

modelo, no sentido de complementaridade ao invés de antagonicidade. Esses processos participaram ativamente na formação de um competente “exército de reserva”, na indústria e nos serviços, capaz, inclusive, de impulsionar setores coadjuvantes da indústria, como o setor de serviços que bebeu daquelas “sobras” oriundas do excesso de mão-de-obra imigrante em busca de melhores condições de vida e sobrevivência.

Na medida em que maiores contingentes populacionais aportavam nas zonas mais industrializadas, principalmente migrantes que vinham do Nordeste, mais e mais as relações Capital-Trabalho pendiam para o primeiro, em virtude da viabilidade de se aumentar a extração de mais-valia, *pari-passu*, via redução do salário médio real. Por pagar baixíssimos salários o setor terciário “transfere, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese.” (OLIVEIRA, 2003, p. 57).

Neste sentido, não há de se falar em “inchaço” do setor terciário. (OLIVEIRA, 2003). Igualmente, deve-se salientar que num “capitalismo tardio” como o brasileiro, a função do setor serviços foi de coadjuvar o processo de acumulação, funcionando como “franjas” que albergavam todas aquelas atividades que eram consideradas mais “arcaicas”, participando assim da formação do Produto Interno Bruto, como elemento de complementaridade. Haveria de se ter um crescimento do setor terciário que não concorresse diretamente com a indústria, em virtude dos escassos fundos públicos e possibilitando a “ordenação” de um contingente sempre crescente de populações que saiam do campo em busca das cidades pólos de industrialização.

Em síntese o processo de acumulação de capital no Brasil pós-1930 traz em si mesmo contradições de uma dinâmica “desigual mais combinada”, fruto de uma “base capitalística de acumulação relativamente pobre,” dependente quase que exclusivamente do setor externo. Dá-se

Introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo em que a introdução de relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

As articulações que são montadas ao nível das frações da classe dominante ligadas aos proprietários rurais *vis-à-vis* aquela fração da classe burguesa agora em ascensão, os empresário-industriais, buscam se ajustarem a um novo arranjo no poder. As classes subalternas não são nem de longe contempladas por esse processo de “revolução pelo alto”. A elas sobraria a subordinação e o controle impostos por mecanismos e instituições que

deveriam primar pela condução pacífica e cordata dos operários. Para tanto, lançar-se-ia mão de novas técnicas e padrões de gestão da produção e do trabalho, consubstanciadas no Taylorismo e Fordismo que, neste ínterim, batia à porta do recém inaugurado surto de industrialização no Brasil.

A história do Taylorismo/Fordismo no Brasil, Segundo (GRAÇA DRUCK, 2001, p. 54 *apud* VARGAS, 1985), inicia-se nos idos dos anos 1920 do século passado, quando já havia uma preocupação, por parte do empresariado brasileiro, no sentido de se organizar um mercado de trabalho, ampliando o trabalho assalariado. Tinham como meta, além de organizá-lo, controlar as classes subalternas. Nesta linha, foi a partir de 1930 que a burguesia industrial paulista e o taylorismo deram-se as mãos, com a fundação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), em 1931.

A principal preocupação da então surgente burguesia industrial era no sentido de que deveria, entre outros objetivos, conter-se a “onda reivindicatória”, oriunda de sindicatos com orientação anarquista, orientação essa reproduzida pela grande massa de operários imigrantes de origem europeia (italianos, espanhóis etc.), que vinham para Brasil em busca de melhores condições de trabalho.

Um ponto digno de nota, é que toda esta dinâmica de propagação do taylorismo surge na “Administração Pública do Estado de S. Paulo, tanto quanto na égide do estado novo, conforme a criação do DASP (Departamento De Administração do Serviço Público)”, (DRUCK, 2001, p. 55) que serviu de reforço ao trabalho do IDORT. Estas ações tiveram a sua decorrência prática na orientação, pelos industriais, no sentido de “treinar”, “educar” e “controlar” o aporte de mão de obra operária nacional, no afã de substituir os operários estrangeiros – principais fomentadores da politização operária – por trabalhadores mais “domesticados”, prontos a serem inseridos e a cumprirem as exigências do processo de industrialização. São deste período a criação das “escolas de formação e qualificação profissional”, tipo SENAI, SESI, SESC, e outras (DRUCK, 2001, p. 55). Percebe-se, pois, uma forte intencionalidade da burguesia em surgimento, no sentido de contar com uma classe operaria dócil.

A referida autora nos mostra que o regime Vargasista procurou, através da persuasão dos trabalhadores e do atendimento das reivindicações antigas de luta, tipo, férias, horas extras, descanso semanal, etc., o controle severo das entidades sindicais livres - é desta época o aparecimento da figura do sindicato “chapa Branca¹⁷”, movimento sindical atrelado ao

¹⁷ Termo usado para denominar o “velho sindicalismo”, caracterizado por práticas sindicais clientelistas, corporativas e burocratizantes, criados no regime Vargasista e vinculados aos ditames do Estado Novo.

interesses do Estado Novo e, por conseguinte, aos interesses do padrão de acumulação capitalista, submetendo o trabalhador ao “novo” regime de produção que se queria implantar no País. Na gênese desse processo as resistências dos operários não tardaram. Enfim, a função do estado varguista sempre foi frear os ímpetos da classe subalterna, seja usando da violência físico/psicológica ou a simbólica para tal intento. (DRUCK, 2001, p. 56).

Nascia um novo período, chamado “desenvolvimentismo”¹⁸, que vai de 1945 até meados de 1970. O padrão que daí em seguida deveria ser implantado previa uma ampla substituição da produção de bens de consumo não duráveis por bens de consumo de capital e de consumo duráveis.

Segundo Druck (2001, p. 58), essa nova dinâmica produtiva, mudou o rumo da economia brasileira no contexto da América Latina. No entanto, para que o modo de vida “fordista de ser” fosse implementado no país, era imperioso um poder político-institucional de Estado, forte, centralizador e concentrador, capaz de disciplinar o conjunto da classe trabalhadora a funcionar e agir dentro de padrões que permeavam a cultura e o modo de ser do modelo em aplicação. Isso, seja através de mecanismos legais de coerção estatal, seja no uso da alternativa truculenta e de exceção, a disposição do Estado brasileiro, no período de 1964-1980.

O golpe de 1964, jogou um papel importante na formalização e adoção do dito “modelo fordista-brasileiro de produção”, de cariz incompleto, precário e excludente, fazendo com que os sindicatos tivessem de ser controlados nas suas manifestações, enquanto instituições de enfrentamento coletivo.

O fordismo implantado aqui no Brasil, como de resto na América Latina, operou no sentido da exclusão social, diferentemente do mesmo implantado nos países centrais, pois lá ocorreu um processo de integração de amplas massas ao mercado de trabalho e ao consumo, tendo como colchão de amortecimento dos conflitos inerentes ao capitalismo um Estado que

¹⁸Segundo Bielschowsky (1995, p. 7 e 77) o desenvolvimentismo foi a “ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros. Definida pelo projeto econômico que se compõem dos seguintes pontos fundamentais: a) a Industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meio de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.”

mediador, o chamado *Welfare-State*¹⁹. Dois fatores são relevantes quanto ao caso brasileiro, o primeiro, falta de formação política e sindical capazes de enfrentar a violência do Estado, e segundo, a forte dependência econômica e subordinação da nação frente às economias centrais.

Devido à especificidade do fordismo no Brasil, ele foi denominado de “fordismo periférico”. O assalariamento e o mercado de trabalho foram marcados por uma série de assimetrias, não encontradas no “fordismo central”, quais sejam: a) preexistência e coexistência de formas fabris de produção fordistas com formas de produção fabris não fordistas; b) desemprego crônico de caráter estrutural, provocando uma assimetria de posicionamento nos postos de trabalho, onde se tem trabalho e não se tem emprego. No entender de Druck (2001), a política salarial no fordismo brasileiro foi baseada no “arrocho salarial”, já que a mesma estava sob o jugo de ajustes antiinflacionários, contrariamente ao fordismo “central”.

Conforme nos mostra Druck (2001, p. 59), para que o “modo de vida fordista de ser” fosse implementado no país, era imperioso um poder político-institucional de Estado forte, centralizador e concentrador. Enfim, a autora nos mostra que o estado brasileiro cumpriu fielmente seu papel de mediador e, indo mais além, de instrumento regulador do mercado de trabalho, sustentando toda uma racionalidade baseada no uso da força de trabalho em termos essencialmente predatório. As políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho, quando haviam, ou eram omissas ou então refêm dos interesses industriais.

Na verdade, aquilo que Lipietz (1989) chamou de “fordismo periférico”, consistiria num deslocamento do capital e de seus mecanismos de reprodução para as franjas do sistema global do capitalismo, atraindo para si, via desenvolvimento político e socioeconômico subordinado, economias das Américas Latina e Central, tanto quanto países da Ásia semi-industrial, que se notabilizaram por ser correia de transmissão da reprodução do capital com implicações sociais, tais como, desigualdades sócio-econômicas, desemprego estrutural crescente, má distribuição de renda e ruptura do mínimo aceitável para a sobrevivência. .

O fordismo periférico, na concepção de Lipietz (1989), assenta-se em uma base capitalista mercantil pretérita, sobre a qual se somou uma estrutura mínima de capital local autônomo, uma classe média urbana relativamente abundante e um projeto embrionário de uma classe operária relativamente experiente. Neste sentido

¹⁹ Literalmente “estado do bem-estar social”. Para um balanço inicial ver (RAMALHO;SANTANA,,2004, p. 15).

Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis. Contudo ele continua sendo periférico, antes de tudo no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a estes países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica de consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro.. (LIPIETZ, 1989, p. 317).

Pelo que se depreende acima, percebe-se que o fordismo que se implantou na América Latina e, mais especificamente no Brasil, trouxe na sua constituição um caráter francamente subordinado, em que parcelas da classe operária, em que pese ter uma participação primordial na operacionalização das linhas de produção fordista, não teve acesso pleno aos mesmos benefícios observados no fordismo central.

O fordismo que aqui se implantou, apesar de ser fordismo na sua feição mecanizada (fordiana) e parcelizada (tayloriana), o é com uma gama de especificidades típicas de uma industrialização que combinava, no interior de cada país, as estratégias e as lógicas mais diversas (LIPIETZ, 1989). Nas observações de LIPIETZ

Há uma complementaridade sincrônica entre vastos mercados já desenvolvidos, bem como entre países que apostam na carta de suas próprias condições de exploração da mão-de-obra para tentar “colar-se” ao regime fordista, com base nos setores menos qualificados da divisão do trabalho, importando equipamentos e exportando bens banais. (LIPIETZ, 1989, p. 327- grifo nosso).

Em virtude disto, a industrialização que é levada a cabo aqui no Brasil tem como característica ser não só um “fordismo apenas tardio, como também periférico”. Apesar da produção de veículos de média e grande cilindradas, os operários brasileiros que os produziam sequer tinham um transporte para os conduzir às unidades de produção, o que os obrigava, muitas vezes, a se deslocarem a pé para o trabalho.

A expansão do capitalismo no Brasil dar-se-á focado na “dialética interna das forças em pugna” (OLIVEIRA, 2003, p. 63) tendo o populismo, como forma política dominante. O populismo se encarregará de argamassar o “arcaico” com o “novo”, num corporativismo evidente, criando novas formas de relação entre capital e trabalho. Na medida em que a legislação trabalhista age no sentido de “universalizar” interesses por si só antagônicos (capitalista x trabalhadores), a classe burguesa se apropria desse capital político para impor sua hegemonia, submetendo politicamente as antigas classes proprietárias rurais.

À classe trabalhadora cabia resistir, quando podia, pois, é sabido que durante o Estado Novo, os sindicatos existentes estavam completamente dependentes do governo central, atrelados, encabrestadas por um “pacto social” que lhes impunham a fiel concordância aos preceitos impostos pela ditadura Vargas, sob pena de serem, caso fossem protestar, sumariamente dissolvidos e silenciados.

Vieram os anos Kubitschek com o seu programa “cinquenta anos em cinco” e a aceleração que o plano de metas trouxera para os já agora mais dinâmicos setores indústrias da economia (automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel, celulose e a siderurgia), definitivamente transformados em unidades chave do sistema, viabilizando ao Brasil tornar-se independente de alguns itens de sua pauta de importações. Para tanto, fazia-se imperioso que o Estado bancasse tal empreitada, seja através de associação com capitais internacionais como investimento direto, ou por conta do capital de curto prazo, no intuito de melhorar a infra-estrutura do país.

No entanto, apesar do esforço de acumulação puxado pelas indústrias de base, não foi o bastante para evitar que a partir do período Kubitschek surgisse uma crise sem precedentes, crise essa que tinha como elemento fundante o descompasso, a assimetria, “no nível das relações de produção da base urbano-industrial, dos ganhos da produtividade e da própria expansão do sistema, em virtude da exclusão de grande parcela das classes trabalhadoras urbanas, que, além de estarem alijadas dos benefícios de tal acúmulo de riquezas, “viam deteriorar-se o próprio nível da participação na renda nacional que já haviam alcançado.” (OLIVEIRA, 2003, p. 88).

Essa assimetria foi o estopim da crise que se gesta a partir do período Kubitschek, “que se acelera nos anos 1961/63 e que culmina em 1964” (OLIVEIRA, 2003, p. 87) com a *debaclê* do populismo e a subida ao poder dos militares.

Em suma, a crise do Estado desenvolvimentista tornou-se uma questão da hora. Ao Estado não cabia mais a mediação, pois, à consciência de classe se contrapunham os objetivos de “pacificação social” bandeira de luta do populismo desde Vargas até João Goulart .

2.5 – Os Termos da Implantação das Políticas Neoliberais, Perpassando o Centro e a Periferia do Capitalismo Mundial

O papel ocupado pelo Estado-nação na contemporaneidade difere radicalmente daquele em que, historicamente, foi delineado quando do seu surgimento, em meados do Século XVI, quando o poder do Estado estava se consolidando dentro da ordem social então

vigente. Neste sentido, falar em Estados-Nações hoje significa circunscrever território, povo e nação, mas, relativizar o exercício da soberania nacional, mormente num contexto de globalização e de um consenso neoliberal (Consenso de Washington)²⁰ em que foi (re)definido o seu novo papel como agente de regulação, perdendo assim, aquele caráter mais de indutor direto na economia. Para Fiore (1995), citado por Nogueira (2005)

O Consenso refere-se a um plano único de ajuste das economias periféricas, chancelado pelo Fundo Monetário Internacional-FMI e pelo Banco Mundial em mais de 60 países em todo o mundo, configurando uma estratégia de homogeneização das políticas econômicas nacionais e tem como elementos básicos o ajuste fiscal, a reforma monetária, liberalização comercial e financeira, desestatização, abertura econômica e retomada do crescimento. (FIORE, 1995, p. 231-45, *apud* NOGUEIRA, 2005, p. 265).

Análises da fecunda e clássica tradição marxista mostraram que “*os homens realizam sua história, porém, não nas condições por eles escolhidas*” (MARX, 1998) e que o Estado capitalista modificou-se, no transcorrer da sua história de vida, tanto quanto à dinâmica da luta de classe, como em relação aos requisitos objetivos do processo de acumulação do capital (BEHRING, 2009). Nesse sentido

O Estado acompanha os períodos longos do desenvolvimento do capitalismo de expansão e estagnação e se modifica histórica e estruturalmente, cumprindo seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, e expressando a hegemonia do capital, nas formações particulares, ainda que com traços gerais comuns. (BEHRING, 2009, p. 02).

Na sua versão Welfare State, o Estado que passa a ter uma maior imbricação em relação à sociedade civil²¹, mas expressando sempre uma direção política com consciência de classe, com base na hegemonia burguesa, determinando a correlação de forças na sociedade civil²² (BEHRING, 2009). Assim Estado e sociedade civil compõem uma totalidade, donde não se pode ter o Estado sem a sociedade civil como também a sociedade civil sem o Estado. A autora nos lembra que, nesse sentido, a abordagem teórica produzida por Gramsci

²⁰ Ver, sobre essa questão, análise de Fiore (1995), particularmente o capítulo “Da dependência ao socialismo: a bússola de Fernando Henrique Cardoso”.

²¹ Segundo Behring (2009, p. 02), a sociedade civil é vista “como territórios das relações econômicas e sociais privadas, da luta de classes, da disputa de hegemonia, da contradição. Essa dinâmica da sociedade civil tem reflexos no Estado, os quais são mediados pelos suas instituições e quadros técnicos, mas assegurando-se sua direção de classe”. No entender de Coutinho (1981, p. 56 e 87), “A sociedade civil torna-se o portador material da função social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito.”

²² Conforme Coutinho (1981, p. 59-60), “Um novo bloco histórico não é cimentado apenas pela convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades culturais. A batalha das idéias – o diálogo e o confronto cultural – assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia.

proporciona uma visão apurada dessa questão, quando sugere o conceito de Estado ampliado articulado à hegemonia²³.

Fica claro no entender de Behring (2009, p. 02), que não há como acatar a perspectiva analítica segunda a qual ver-se-ia o Estado como fruto do “bem comum e árbitro de conflitos que emergem da sociedade civil, ilusão social-democrata alimentada pela experiência geopoliticamente situada do welfare state”. Por outro lado, rejeitar-se-ia a “satanização neoliberal do Estado como símbolo da ineficiência e da corrupção”, como também a delimitação da sociedade civil como “locus da virtude e da realização do bem e da efetividade, ideologia largamente difundida em tempos de neoliberalismo”

Em comparação com o período fordista/keynesiano (onde o Estado tinha sob a sua batuta a condução de uma variedade de instrumentos de política fiscal e monetária que eram utilizados para, entre outras coisas, promover uma política anticíclica e expansiva, articular um aparato produtivo dando-lhe autonomia e funcionalidade, dotar a economia de uma rede de infraestrutura, garantir serviços públicos e e)alguma redistribuição de renda via prestações sociais na forma de direitos, etc), o Estado pensado e projetado com base nos ditames do “Consenso de Washington” contrasta com aquele. Neste estrito sentido, com base em um conjunto de idéias, valores e práticas focados num receituário advindo dos ‘liberais’, da Europa do Séc XVII e XVIII, agora já numa nova roupagem, surge o “neoliberalismo”

O projeto neoliberal, levando em conta a “desmotivação dos trabalhadores, a concorrência desleal (porque protegida), a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas, etc”, propugna “mais mercado livre e menos Estado social.” (BEHRING, 2009, p. 03 *apud* MONTES, 1996, p. 23 e 26).

Do ponto de vista de Behring (2009), o grau de aprofundamento da aplicação das políticas neoliberais variou de país para país, mas sempre tendo um caráter de classe, expressando assim, uma direção política com conteúdos bem definidos de classe. A burguesia lançou-se em uma busca inabalável para recompor as declinantes taxas de lucro a patamares anteriores à crise que se instalou no sociometabolismo²⁴ do capital ao nível global. (MÉSZÁROS, 2002 *apud* BEHRING, 2009).

²³ Um interessante conceito sobre hegemonia consiste em “Determinar os traços específicos de um condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações de outros extratos sociais, da solução das massas, de modo a unir em torno de si esses extratos, realizando com eles uma aliança na luta contra capitalismo e, desse modo, isolando o capitalismo.” (GRUPPI, 1978, p. 78, *apud* COUTINHO, 1981, p. 56).

²⁴ “O sistema sociometabólico do capital tem seu núcleo central formado pelo tripé capital, trabalho assalariado e Estado, três dimensões fundamentais e diretamente inter-relacionadas, o que impossibilita a superação do capital sem a eliminação do conjunto dos três elementos que compreendem esse sistema. Não é suficiente, portanto, segundo Mézáros, eliminar um ou mesmo dois dos pólos do sistema sociometabólico do capital, mas é imperioso eliminar os seus três pilares.” (ANTUNES, 2009 *apud* MÉSZÁROS, p. 11).

Teríamos, assim, a depender de como o país se inseria no contexto da dinâmica do capitalismo contemporâneo (inserção essa subordinada ou dominante), algumas condições e/ou orientações que, somada à reestruturação produtiva e à globalização, buscava multiplicar a rentabilidade do capital através de três determinações, a saber: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. (BEHRING, 2009).

No critério “atratividade”, os Estados nacionais viam-se sob forte dificuldade em desenvolver políticas industriais de caráter interno, pois, estariam preocupados em viabilizar o acesso aos capitais que aqui aportassem, por força dos fenômenos de globalização da produção (territorialização/desterritorialização, entre outros), das linhas de produção (que comportavam padrões *Kaizem*, *Kabam*, *Just In Time*, etc), na configuração da atual acumulação flexível. Autores como Husson (1999) e Mandel (1982), (*apud* BEHRING, 2009), já traziam nas suas análises que uma das funções econômicas do Estado era e é assegurar as pré-condições operacionais e técnicas para facilitar a atração de grupos de produção, função essa que, somados a outros fatores, mais e mais subordinavam os Estados nacionais à dinâmica global do capital.

Quando se fala em “competitividade” têm-se em mente todos os processos de liberalização, desregulamentações e flexibilizações, redução da participação dos salários na renda nacional, segmentação e precarização no mercado de trabalho, diminuição das contribuições para a seguridade social e, por fim, mais recentemente, processos de privatização do patrimônio público, buscando-lhes reduzir as dimensões e com isso gerar dividendos para melhor dar “guardida”, no dizer de (CHESNAIS, 1996 *apud* BEHRING 2009), aos investidores externo direto.

Aqui temos uma interpenetração dos interesses privados condicionando os interesses públicos, num quadro de dissociação entre poder econômico mundializado e poder político nacional. que, no limite, propicia o surgimento, neste “vácuo” de poder e governança, de entidades supranacionais (FMI, BM, BIRD, etc), que, apesar de não terem o domínio completo sobre as funções do Estado-nação, mantêm alguma coordenação sobre o mundializado território do capital. (BEHRING, 2009).

Em virtude disto, “a mundialização altera as condições em que o Estado nação articula compromissos institucionalizados entre os grupos sociais no espaço nacional.” (BEHRING, 2009), tendo como consequência

Um forte fracionamento social e territorial. Há uma perda de coerência entre Estado, aparelho produtivo, moeda e sociedade, produzida, pela deslocalização do capital internacional, que terminam por requerer um Estado forte, sob o olhar vigilante das instituições financeiras. (BEHRING, 2009, p. 05 *apud* HUSSON 1999, p. 123 grifo nosso).

Outro fator que se evidencia, por força desses processos de caráter fracionador da identidade social, é, pois, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a concentração de poderes num Estado forte e enxuto que despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento, com claras tintas antidemocráticas. (BEHRING, 2009).

A hegemonia burguesa no interior do Estado reafirma-se de forma contundente com o neoliberalismo, cuja políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direitos e de um tecido social mais denso e participativo [em detrimento, WBC] da participação nos processos eleitorais, os quais se convertem em mecanismos plebiscitário de legitimação do sistema; de reforço do poder executivo em face dos demais poderes constitucionais; do freio ao desenvolvimento de uma sociedade civil mais densa e capaz de interferir e controlar os processos decisórios; ao lado de uma relação dura e antidemocrática com os segmentos mais combativos da sociedade civil. (BEHRING, 2009, p. 05 e 06).

Aqueles países do capitalismo central, apesar de atuarem pragmaticamente em busca da competitividade, protegem muito bem a sua soberania (através de medidas protecionistas de mercado interno, de registros e patentes e de transferências de tecnologias, aliados que são das grandes corporações nacionais). Já em relação aos países da periferia e semi-periferia, o modelo de ajuste estrutural segue as determinações do FMI e do Banco Mundial, reforçando o caráter fracionador da soberania nacional, conforme visto acima. Há, pois, uma perda de substância dos Estados nacionais, principalmente nesses últimos casos. (BEHRING, 2009).

Com o “apoio” do FMI e demais agências de financiamento supranacionais, as políticas de ajuste estrutural se baseiam em políticas macroeconômicas fiscais e monetárias de perfil francamente recessivas (altas taxas de juros, crédito mais caro, câmbio flexível, formação de superávit primário, etc.), políticas essas que foram responsáveis por uma crescente redução do uso da capacidade instalada, gerando assim desemprego e uma onda de fechamento de unidades produtivas nacionais.

Pari passu a isso, ocorre também a degradação dos serviços públicos (e, por tabela, das condições de trabalho dos trabalhadores públicos) e o corte de gastos sociais induzindo a um processo de privatização do patrimônio público, com conseqüências diretas na prestação dos serviços públicos. (BEHRING, 2009).

Dai entende-se como o projeto neoliberal, na verdade, apenas veicula um “Estado mínimo” só para grande parcela da sociedade, mas na verdade buscando um “Estado Maximo”, no sentido de conservar os interesses do capital, nem que para isso tenha de fixar uma prática política que se diferencia do discurso.

Na esteira disso afirma-se o caráter do ajuste estrutural, proposto pelos “intelectuais orgânicos do capital”, no dizer de Alves (1998), tendo por base as desregulações dos mercados (produção e trabalho), políticas econômicas de perfil conservador, privatização do bem público (com inconfessáveis interesses de lucro), a capitalização das dívidas públicas fundadas (interna e externa), maior espaço para o capital internacional (seja o “*hot Money*” ou o IED – Investimento Externo Direto). Quanto às políticas sociais a grande orientação é não mais o critério da “universalização” da cobertura social, mas as políticas “focalizadas”, a criação de fundos de emergência, programas compensatórios de renda mínima e criação de organizações filantrópicas e ONG prestadoras de serviços públicos à sociedade civil, etc. Ou seja, daí germina uma

Espécie de clientelismo (pós) moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada – sobretudo seus impulsos mais críticos – por meio da distribuição e disputa dos poucos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais. (BEHRING, 2009, p. 11).

Um aspecto central é que, juntamente com os processos anteriormente anotados, tem sido bastante eficiente, em termos de garantir o consentimento e a legitimação dessas políticas, uma maciça campanha ideológica. Neste ponto, “os arautos do neoliberalismo desencadearam inúmeras estratégias ideológicas e culturais, tendo a mídia, especialmente a TV, como um instrumento decisivo de constituição e afirmação da hegemonia da classe dominante.” (SALES, 2005, *apud* BEHRING, 2009, p. 11).

À preponderância dessa hegemonia dominante levou algumas análises a considerar a possibilidade de estarmos nos defrontando com a iminência do “totalitarismo” na política, com um avançado e profundo processo de “privatização da esfera pública”, do “roubo da fala”, do “discurso anulatório da política”, enfim da “anulação do dissenso.” (OLIVEIRA, 1999, p.81).

Outra questão ligada aos ideais do “pensamento único” é aquela em que se dissemina a existência de uma “cultura da crise” (MOTA, 1995, p. 38 *apud* BEHRING, 2009, p. 14) como um elemento político do fazer burguês, gerada por força da disputa hegemônica da classe dominante. Compõe, essa disputa, um núcleo formado por três determinantes, a saber: a) o pensamento privatista, b) a constituição do cidadão consumidor, no afã de assegurar-lhe a

adesão às transformações que ocorriam no mundo do trabalho e c) o surgimento de uma nova ordem, da qual o que todos tinham a fazer era procurar integrar-se, sendo-lhe algo “inevitável”. Estes são os “termos” que compõem a dita “contrarreforma do Estado” enunciada por Behring (2009).

Portanto, todos os esforços caminham no sentido de se buscar novos consensos que tenham, neste caso, o condão de substituir o Estado distribuidor de “benesses” sociais pelo Estado regulador, mas, invertendo-se o sentido de interesses de classe. Para tanto, buscar-se-á

A desqualificação teórica, política e histórica da existência de alternativas positivas à ordem capitalistas e a negação de qualquer mecanismo de controle sobre o movimento do capital, seja enquanto regulação estatal, seja por meio de outros mecanismos democráticos de controle social, em favor da regulação do mercado. (MOTA, 2005, p. 97 *apud* BEHRING, 2009, p. 15).

A difusão e a interpretação da crise que a burguesia leva a cabo, na qualidade de uma “visão social de mundo” e, obviamente, de cariz ideológico (LOWY, 1987, p. 13 *apud* BEHRING, 2009, p. 15), vai-se capilarizando por todos os escaninhos da sociedade, amalgamando e formando um *ethos*, “que é parte de uma contrarreforma intelectual e moral²⁵, de natureza conservadora”.

Os impactos desta verdadeira panacéia neoliberal não se restringiram aos espaços do senso comum, também fez morada naqueles setores dito “pensantes”, habitou pátios, salas e instituições de pesquisa, contando, inclusive, com o aval da comunidade científica. Amplas parcelas desta mesma comunidade subscreveram o ideário do “pensamento único”. Neste sentido, essa “invasão” “caracteriza-se por um cerco às idéias promovido pelo pensamento único, que leva a um descompromisso com a verdade por parte dos intelectuais, que, ao invés de dedicarem-se a desmontar esses argumentos, aderem ao pragmatismo despótico reinante, numa verdadeira desqualificação do espaço acadêmico.”²⁶ (BEHRING, 2009). Invadiu, além dos espaços do trabalho e da política, também, o mundo da pesquisa científica.

Em suma, se pensarmos no capitalismo contemporâneo de perfil globalizado em que cada vez mais a ideologia neoliberal impera, onde caberia o Estado? E o que é mais importante, a quem iria esse Estado servir e proteger? Discutir o novo papel do Estado, ao

²⁵ Conforme Behring (2009, p. 15) nos enuncia, “Os conceitos de hegemonia e reforma intelectual e moral são contribuições inestimáveis de Gramsci para a tradição marxista, considerando as mediações entre economia e política e o movimento dos sujeitos sociais, tornando-se indispensáveis para pensar a ofensiva ideocultural do grande capital que marca este período.”

²⁶ Conforme Behring (2009, p. 17), “sobre a questão da condição do espaço acadêmico nesse contexto da competitividade, e da despolitização da pesquisa, ver artigo de CHAUI (1998) (...) como também, em artigo de (1999) onde a mesma relaciona a concepção de universidade com a “reforma” do Estado em curso (publicado na Folha de S. Paulo, de 09/05/1999 – Caderno Mais).

nosso entender, deve nos levar a questionar que Estado na verdade queremos, destarte, num mundo convulsionado por uma crise do capital em escala global, onde se vive/assiste-se o império da barbárie, da fragmentação; onde a capacidade destrutiva do capital, material e espiritual, mostra toda a sua perversidade (MÉSZAROS, 2002 apud BEHRING, 2009, p. 17); caminhando-se rapidamente para o esgotamento do modo de produção capitalista que se baseia na exploração do homem pelo homem (basta ver como as crises periódicas vêm se amiudando) etc.; deve-se, pois, ter sempre em mente que a saída no sentido da emancipação política, passa, necessariamente, pela construção de um novo paradigma civilizatório que ofereça uma alternativa mais justa, humana e solidária para toda a humanidade.

2.6 – A Reforma do Estado no Brasil

A década de 1990 foi marcada pela ascensão do projeto neoliberal no Brasil, sob a égide de uma Globalização de caráter financeiro, perversa e excludente, impondo uma nova ordem mundial que se tornou a viga mestra da condução de todas as ações políticas dos governos Collor de Mello até Fernando Henrique Cardoso. Com uma participação maciça dos instrumentos midiáticos, em 1989 e 1994, em ambos os casos foram essas as opções eleitorais do país, por força do voto direto, em eleições regulares. É certo que o poder do dinheiro e da mídia foi fundamental para tais escolhas, contudo, não se pode imputar apenas a esses mecanismos a vitória nas urnas.

Indubitavelmente, o que se passou no Brasil dos anos 90 foi, sobretudo, o surgimento de um conjunto de concepções e visões de mundo, que se consubstanciaram na “constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais.”(BOITO Jr, 1996, p. 80). A partir deste ponto o Brasil passa a confirmar os sinais claros de uma estagnação econômica casada com o aumento da exclusão social, “com sérias implicações para o sindicalismo dos trabalhadores.” (POCHMANN, 2005, p. 163). O cenário de lutas sindicais tanto dos trabalhadores do setor privado quanto dos trabalhadores do setor público sofre cruciais mudanças, mudanças essas que vêm reverberando nos dias atuais.

A crise na economia já havia extrapolado o seu conteúdo propriamente econômico, resvalando para outros setores da vida nacional, metamorfoseando-se numa crise também do Estado, por sua impossibilidade de equacionar durante toda uma década as questões referentes à inflação, desemprego, mercados de câmbio, monetário, creditício, etc., e as demandas da sociedade na vida democrática. (DINIZ, 1997, p.21).

A construção de uma agenda pós-ditadura previa como objetivos prioritários a estabilização econômica, a reinserção internacional, a institucionalização da democracia (DINIZ, 1997). No entanto, optou-se por um caminho bem mais conservador do que aquele em que se prevê e se conta com a participação popular, haja vista a repercussão dos diversos “planos econômicos” que eram, simplesmente, criados da noite para o dia, sem que a sociedade, nos seus diversos canais de representação, fosse sequer consultados, gerando-se, assim, verdadeiras aberrações, engendradas, certamente, por algum ‘iluminado’ de plantão, perdido nos desvãos da tecnocracia da gestão estatal, reforçando, assim, a centralização regulatória do Estado e aprofundando o *gap* entre o executivo e o sistema de representação política. (DINIZ, 1997).

Em virtude disto, a relação Estado e sociedade, no caso brasileiro assumem ares de um tensionamento e esgotamento, pois, tínhamos um Estado que não se permitia compor-se com a sociedade civil, chegando em alguns momentos a se antagonizar com a mesma, ao ponto de se ter, de um lado, a Constituição Federal, consagrando o serviço público como dever do Estado e direito do cidadão, tendo “instituído o controle social das políticas públicas e dependendo do vigor dos movimentos sociais para transformar essas premissas em realidade e superar a cisão entre cidadão e administração pública” (COSTA, 2004, p. 116); e, de outro lado, o clientelismo, a injeção dos interesses privados na coisa pública, e uma cultura organizacional autoritária, reatualizando-se via iniciativa do projeto neoliberal, buscando legitimar-se hegemonicamente no Brasil.

Com o neoliberalismo, prosperou o debate acerca da mudança do perfil do Estado, agora já não mais de “Bem estar social”, mas um estado “mínimo” que passou a não acolher as questões sociais e de caráter trabalhista da mesma forma que foi levada a cabo em períodos anteriores.

Neste sentido, emerge um discurso que clama por uma “reforma geral do Estado”, apontando para a “privatização, quebra de monopólios, desregulação e descentralização”, baseando no pressuposto da “superioridade do mercado sobre o Estado”, preconizando “a redução do quadro de pessoal, via demissão, disponibilidade ou desligamento voluntário e, ainda, redução dos salários reais ou contração da estrutura de remuneração” (OSZLAK, 1994, p. 58, *apud* COSTA, 2007, p. 42).

Em virtude dos ajustes estruturais impostos pelas “draconianas” regras do FMI e do Banco Mundial, o desempenho dos dois primeiros governos da Nova República (Sarney e Collor de Mello), na área de política econômica, foram marcados por um verdadeiro contraste entre uma hiperatividade decisória e uma debilidade no tocante à capacidade de se implementar as políticas formuladas, ou seja, esta debilidade estaria ligada a um reforço do

poder despótico do Estado, via alta concentração decisória na cúpula tecno-burocrática, em contraposição a uma deficiência do poder infraestrutural. (DINIZ, 1998, p. 32).

Segundo Diniz (1998), o expediente das Medidas Provisórias passou a ser amplamente usado pelo poder executivo no sentido de viabilizar o projeto da concentração decisória: “se trata da política do fato consumado, que tem um efeito paralisador sobre o legislativo”, pois, como se sabe as MPs entram em vigor automaticamente, o que, em termos de planos de estabilização e de política de ajuste, tem um impacto profundo no ordenamento socioeconômico da sociedade. Por outro lado, conforme raciocina Diniz (1998), a simples rejeição de qualquer destas medidas teria um custo econômico e político tão alto que, “numa análise custos-benefícios, voltar à situação anterior seria a solução menos racional”. Ademais o uso indiscriminado de MPs reflete em parte, segundo a autora, a ausência de freios institucionais à capacidade de legislar do poder executivo. A não existência de determinados dispositivos que possam impedir o poder executivo de legislar por MPs exacerba a autonomia legal desse poder, mediante usurpação de prerrogativas do poder legislativo. (DINIZ, 1998, p. 35).

O caso mais emblemático, quanto a isso, foi o do Plano Real, pois o mesmo

Promoveu a mais intensa intervenção regulatória na economia, desde 1990. Para tanto, lançou-se mão de uma peculiar âncora institucional, a volumosa emissão de medidas provisórias: o equivalente a 70% do total de MPs dos anos 90, ou cerca de 2/3 de toda emissão já ocorrida, desde a criação desse mecanismo, em 1988. (MONTEIRO, 1996, p.15, *apud* DINIZ, 1998, p. 33).

Em virtude do acima dito, pode-se perceber que a experiência brasileira mais recente com políticas de controle da inflação tinha como paradigma operacional, ou pelo menos perfil de condução, “a opção pelo reforço do estilo tecnocrático de gestão da economia”, pois

o que predominou foi uma concepção de autonomia do Estado em termos de concentração do poder decisório no Executivo associada à estratégias coercitivas de implementação. A tendência foi, portanto, reviver a idéia de Estado forte como antídoto contra os efeitos desagregadores do jogo político-partidário crescentemente percebido como ameaça ao governo. (DINIZ, 1997, p. 31).

Somente para termos uma idéia do que representou essa “captura da prerrogativa legisferante pelo poder executivo”, no caso do Plano Real, a MP que o estabeleceu foi a de nº. 542, de 30 de Junho de 1994. de cuja aprovação definitiva deu-se através da Lei nº. 9.069, de 29 de junho de 1995. Nesse ínterim, 12 meses, essa MP teve nada mais nada menos do que 12 reedições. (PESSANHA, 1997, p. 112 *apud* DINIZ, 1998, p. 34). Ou seja, durante um ano, “o

Executivo usufrui do poder irrestrito de criar, ampliar, suprimir e alterar normas de direito, sem qualquer tipo de controle” pelo poder legislativo. (DINIZ, 1998, p. 34).

Neste diapasão, a busca de um Estado eficiente para fazer frente aos desafios que se apresentavam levou o decisor a um processo de tensão constante com a sociedade:

A concepção dominante de eficiência estatal e a percepção dos meios para garantir a almejada eficácia recriam os antigos vícios da marginalização da política e da primazia dos governos tecnocráticos controlados por círculos de especialistas. Tal modalidade de gestão pública, por sua vez, tende a produzir o isolamento do executivo comprometendo a racionalidade governativa. A prioridade atribuída aos programas de estabilidade econômica e o acirramento dos conflitos da distribuição de recursos escassos terminaram por esvaziar a agenda pública, tais como as reformas sociais. (DINIZ, 1997, p. 22).

Percebe-se, pois, pelo dito acima, que havia e (há) uma tendência à hipertrofia do executivo em relação aos demais poderes constituídos e à sociedade, privilegiando-se um núcleo duro do estado, com uma visão tecnocrática perpassada por uma visão da racionalidade técnica e uma paradoxal hiperatividade decisória contrastando com a falência do poder executivo e a incapacidade de fazer valer as decisões tomadas. (DINIZ, 1997, 44).

Por trás de todo esse aparato de hiperatividade do poder Executivo, situa-se a questão da disputa por fundos públicos, mormente nos períodos de crise fiscal do Estado, onde as demandas sociais sofrem um contingenciamento, quando não, a simples anulação de previsões orçamentárias, tudo com vistas ao beneficiamento dos setores hegemônicos da burguesia nacional, agora em consonância de propostas e projetos com frações da burguesia internacionalizada.

O que as análises mais críticas mostram é que houve nestas últimas décadas, especialmente intensificado nos anos 90 do século passado, um forte (re) direcionamento dos fundos públicos no sentido dos interesses do capital, em que pese todo um discurso neoliberal em defesa de um “Estado mínimo”. Resta-nos perguntar, “mínimo” para quem? Decerto não é para a classe dominante, proprietária dos meios de produção. Então o “Estado mínimo” sobraria para os trabalhadores, que saem penalizados, ao colocarem-se de lado demandas sociais dentre as mais prementes, em função de políticas públicas que mal conseguem disfarçar os interesses de classe a elas vinculados.

Assim se colocava o discurso governamental a respeito da redefinição do papel do Estado

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do Papel do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento com vistas a aumentar sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (PDRE/MARÉ, 1995, p. 16-17).

Deve-se, pois, salientar que, segundo a tradição política brasileira, indo na trilha teórica aberta por DINIZ (1997), a crise do Estado brasileiro não pode ser atribuída apenas aos condicionantes externos impostos pela nova ordem mundial, visto que os fatores internos, responsáveis pelo desgaste da atuação do Estado brasileiro deu-se, inclusive, pelas

formas prevalentes da articulação Estado-Sociedade, a dinâmica da relação capital-trabalho, o padrão de administração do conflito distributivo e, sobretudo, a modalidade de relacionamento entre os setores público e privado. (DINIZ, 1997, p. 21).

A Reforma do Estado já vinha sendo gestada bem antes dos dois períodos do governo Fernando Henrique Cardoso. Nos governos Sarney e Collor, em meio a uma crise fiscal somase uma crise de autoridade, surgindo, assim, um vácuo institucional, prevalecendo, pois, a ausência de direitos. Outrossim, deve-se pontuar que a “reforma” tinha como filosofia a simples e mera contenção de gastos públicos, o que, de certa forma, vai bem de encontro àquilo que ficou dito logo acima, quanto à desnecessidade do público em detrimento do privado, ou para ser mais preciso, a privatização do público, sem que houvesse a publicização do privado. (OLIVEIRA, 1998).

Conforme Diniz (1998), essa incapacidade de operar em nível microsocial foi tida como consequência direta do dismantelamento do serviço público, em decorrência de reformas administrativas inspiradas nas diretrizes neoliberais. Outra questão bastante saliente em relação à captura do público pelos interesses privados, já devidamente falados acima, diz respeito à “privatização” do Estado, ou seja, a apropriação dos recursos público por interesses privados, o capítulo da privatização no Brasil.

A Reforma do Estado Brasileiro, consubstanciada na Reforma Administrativa implementada nos governos Collor de Mello, Itamar Franco e FHC, padeceria de todas estas perplexidades, vindo bem a servir aos interesses da burguesia nacional, agora unida à burguesia transnacional globalizada.

Pode-se daí deduzir-se que, de um ponto de vista das demandas sociais, não se poderia esperar muita coisa desta dita “reforma”, pois com estes “qualificativos” e a preocupação puramente fiscalista de geração de superávit, para honrar os compromissos da dívida externa,

ao trabalhador do serviço público e suas entidades de classe restaria não apenas lamentar-se, mas buscar através da luta organizada, aquilo que lhe era de direito.

Passemos, agora, a uma recuperação da construção histórica do sindicalismo brasileiro, dos seus desdobramentos em termos de um sindicalismo do setor público e dos impactos da Reforma do Estado nas práticas sindicais recentes neste último caso.

3 DESENVOLVIMENTO RECENTE DO SINDICALISMO NO BRASIL E O SINDICALISMO DO SETOR PÚBLICO

3.1 – Traços Gerais do Sindicalismo Brasileiro

A estrutura sindical brasileira padece a largos anos de debilidades e contradições que a colocam numa condição ímpar em relação às mesmas experiências do movimento sindical em outras partes do mundo.

Com base num sindicalismo corporativista, o sindicato no Brasil traz em sua formação elementos que o caracterizam como eivados de ambigüidades e tensões. Desde o período varguista a estrutura sindical passou a fazer parte da superestrutura do Estado, com função de “compor” nele os trabalhadores e seus interesses, atrelando-os aos interesses da Burguesia dominante na sua fração industrial-urbana.

As raízes do corporativismo sindical no país vêm desde a implantação da revolução de 1930, quando Getúlio Vargas chega ao poder. Esse modelo de organização implantado com a criação do Ministério do Trabalho em 1931 previa formas de organização das relações profissionais e da resolução de conflitos trabalhistas. (RODRIGUES, 1990). Tal modelo acabou por revelar-se, segundo Rodrigues (1990, p. 47), “uma das instituições mais estáveis da sociedade brasileira”, no tocante às questões de organização das massas. Tão logo foi criado o Ministério do Trabalho, apareceria em seguida o primeiro decreto relativo à organização da estrutura dos sindicatos operários (Dec. 19.770), que tinha os seguintes fins: “o controle estatal sobre as associações profissionais, a unicidade sindical e a obrigatoriedade do reconhecimento do sindicato pelas autoridades públicas.” (RODRIGUES, 1990, p. 47). O objetivo deste dispositivo legal já estava posto no seu formato que era o de “incorporar o sindicalismo ao Estado e às Leis da República.” (RODRIGUES, 1990, p. 47).

Daí por diante, toda uma série de regulamentos adviriam no sentido sempre de estabelecer cada vez mais o controle dos trabalhadores e vinculando-os aos interesses do Estado, na consecução das políticas de renovação e implantação de uma nova base de acumulação para o país. Na visão de Rodrigues (1990), havia brechas para que se pudesse contar, minimamente, com a possibilidade do pluralismo sindical.

O golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo, “preparou o terreno para a mais completa integração do sindicato ao Estado”. Neste sentido, “a nova carta de 1937 estabelecia que somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado teria o direito da

representação legal dos que participavam da respectiva categoria de produção.”²⁷ RODRIGUES, 1990, p. 47).

Na sequência surge uma gama de dispositivos legais que atrelam mais e mais os sindicatos, tais como o Dec. 1.402/39 (que passa a regular a organização sindical), o Dec-Lei de Julho de 1940 (relativo ao enquadramento sindical) e tantos outros regulando a arrecadação, o recolhimento e a aplicação do imposto sindical. (RODRIGUES, 1990).

Como era de se esperar essa nova legislação tornava mais rígido o controle exercido pelo Estado, sobre os sindicatos. Essa verdadeira “camisa de força” legal viria a ser coroada pela publicação em 1943 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Tratou-se de “vasta legislação relacionada à organização sindical, à previdência social, à proteção do trabalhador, e à justiça do trabalho” (op. cit), enfeixando, assim, uma tutela que até hoje não sofreu alterações relevantes, tendo já se passado cerca de sete décadas. A CLT traz insculpida nos seus artigos todo um modelo de sindicalismo corporativo, abrangendo desde os sindicatos operários ligados à iniciativa privada, aos sindicatos de servidores públicos e de empresas estatais.

Ao analisar o modelo sindical corporativista no Brasil, Rodrigues (1990) nos lembra que este conseguiu a proeza de conviver, quase que ileso, com períodos democráticos da vida política deste país, com a “Constituição de 1946, com a redemocratização e a pluralidade partidária, com o ‘bipartidarismo’ dos regimes militares posteriores a 1964 e com o pluripartidarismo dos nossos dias.” (RODRIGUES, 1990, p. 49). Esse modelo sindical e de relações de trabalho criado no período Vargas foi capaz de se adaptar tanto às mudanças institucionais e de formas de governo, quanto às mudanças de caráter social, econômicas e culturais de perfil mais profundas. Neste sentido,

Parece claro, a essa altura, que uma instituição capaz de sobreviver a tantas e variadas mudanças, conseguindo conviver com o Estado Novo, com o nacional-populismo, com os regimes militares e as Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1988, não deixa de ter raízes profundas na nossa vida política e social. (RODRIGUES, 1990, p. 49).

Obviamente, que não se pode exigir do corporativismo um atestado de “neutralidade ideológica”, em virtude de que o seu surgimento deu-se num contexto francamente autoritário (o golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo), tanto quanto pela faceta do “fascismo”, inspirado que foi pela Carta Del Lavoro.

²⁷ Conforme notou Moraes Filho (1978 apud RODRIGUES (1990, p. 48) “o artigo 138 da carta de 1937 constituía uma tradução quase literal da Declaração III da Carta del Lavoro da Itália de Benito Mussolini”. Para maiores aprofundamentos ver FILHO (1978)

O projeto corporativista foi implementado pelo governo de Vargas a partir de um grupo de intelectuais na condição de assessores ministeriais do então recém criado Ministério do Trabalho. Sob a batuta deste seletivo grupo de intelectuais construiu-se todo um arcabouço legal de proteção ao trabalho em face da hostilidade do capitalismo e da economia liberal. “foram os principais responsáveis pela legislação que reconhecia e subordinava as associações operárias ao Estado”²⁸

Todos eles, de uma forma ou de outra, tinham ou tiveram, convicções anarquistas, socialistas ou sindicalistas. A preocupação com a proteção ao trabalho orientava-os na direção de uma estrutura de Estado forte e centralizador. (RODRIGUES, 1990). Alguns deles, ainda, faziam parte de uma “associação de intelectuais”²⁹, de inspiração francesa, formada em 1919, tendo se constituído no Brasil a partir de 1922, e tinha como lema e objetivos a defesa da representação profissional das entidades produtivas e a “administração técnica e a eliminação dos políticos” e a “posse gradativa e coletiva dos grandes meios de produção pelos produtores tecnicamente organizados.” (RODRIGUES, 1990, p. 51).

Vale ressaltar que o corporativismo estava bastante em moda no decorrer dos anos 30, sendo a única solução, para muitos, no sentido de realizarem-se as “reformas” preconizadas pelo ideário do populismo Getulista.

“Corporativismo, autoritarismo, centralismo, antiliberalismo e nacionalismo constituíam componentes de uma ‘ideologia de Estado’³⁰, assumida pelas diferentes forças políticas emergentes, dos integralistas aos comunistas, passando pelas várias facções tenentistas e pelo Getulismo” (RODRIGUES, 1990, p. 52).

²⁸ Esses intelectuais representavam, à época, a fina nata da tecnocracia brasileira. A respeito disso assim pontua Rodrigues (1990, p. 50): “por sua atividade política e intelectual ‘crítica’, esses profissionais podem ser considerados autênticos membros da *intelligenstia* brasileira, tal é o caso de Evaristo de Moraes, advogado e primeiro consultor jurídico do Ministério do trabalho; de Joaquim Pimenta que foi assessor jurídico de Collor, com um passado de atividade sindical em Pernambuco; de Agripino Nazareth, assessor do Departamento Nacional do Trabalho, que havia sido preso, na Bahia, por atividades grevistas; de Deodato Maia, deputado federal por Sergipe, com trabalhos publicados sobre a questão social na Primeira República.”

²⁹ “Alguns técnicos que viriam a elaborar as principais leis trabalhistas na década de 30, como Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes, tinham pertencido ao grupo *clarté*. Essa organização foi formada por iniciativa de Henry Barbusse, Raymond Lefebvre, Paulvaillant-Couturier e outros intelectuais franceses. Como notam Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, os membros do *clarté* brasileiro tinham inclinações corporativas e estatizantes.” (RODRIGUES, 1990, p. 51).

³⁰ Com respeito a essa questão, assim se posiciona Rodrigues (1990, p. 72): “o conceito é utilizado no sentido conferido por B. Lamounier. O autor destaca os seguintes componentes de uma ‘ideologia de Estado’: domínio do princípio ‘estatal’ sobre o princípio do ‘mercado’; visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão autoritária do conflito social; não-organização da ‘sociedade civil’; não-mobilização política; elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; o leviatã benevolente.”

Seguindo nestas pegadas teóricas, é possível raciocinar que o corporativismo que se implantou aqui no Brasil tinha como característica básica a busca de se conter, através do aparelho de Estado, o ímpeto dos trabalhadores e da classe operária que começava o seu caminho dos campos para a cidade no afã de servir aos interesses do modelo de industrialização que começava a ser implantado no Brasil.

A esse respeito, vale frisar que “o Estado reconhece a existência das classes sociais e de seus interesses, mas procura reduzir ou eliminar o conflito” (RODRIGUES, 1990). O que denota uma alternativa elitista, autoritária e conservadora. (RODRIGUES, 1990, p. 52.). Nesse aspecto, o corporativismo serviria prestamente como via de integração e organização das classes sociais (subalternas e populares), conquanto o seu êxito dar-se-ia sempre na possibilidade e

Capacidade de reduzir os conflitos sociais e de acomodar interesses num momento de declínio do poder oligárquico, de ascensão de novas camadas empresariais e de pressão das camadas populares.(RODRIGUES, 1990, p. 55).

O modelo de corporativismo sindical brasileiro se aproxima daquele de perfil Estatal³¹, no qual tende a se destacar, primeiro, o papel que o Estado ocupa no estabelecimento de estruturas sindicais e “na organização compulsória das classes produtoras” (RODRIGUES, 1990, p. 59.) e, em segundo lugar, como elemento de fundamental importância na manutenção da sustentação do sistema, por meio do monopólio da representação e da unicidade sindical.

É justamente nestes aspectos – a unicidade sindical e o monopólio da representação - impostos pelo Estado, que se baseiam as associações e sindicatos, tanto de patrões quanto de operários, para erigirem o controle e a condução corporativa de seus interesses de classe. É bom lembrar que tudo isso tem propiciado à vertente corporativa do sindicalismo brasileiro uma debilidade estrutural muito grande, haja vista a influência fraca que as federações e confederações têm sobre os sindicatos de base, em virtude de uma estrutura sindical, na cúpula, verticalizada e, na base, francamente centralizada e hierarquizada.

Outra questão bastante candente entre os estudiosos da matéria, incluindo Rodrigues (1990), Boito Jr, (1990), Weffort (1974), Luiz Werneck Vianna (1976) e outros, diz respeito à

³¹ À respeito do modelo brasileiro de corporativismo, assim se posiciona Rodrigues (1990, p. 59) “Combinando conceituações de Schmitter e de Stepan, o corporativismo brasileiro pode ser caracterizado como um corporativismo estatal que assumiu, ao longo de sua história, aspectos de um “corporativismo inclusivo” (1930-1945) e de um “corporativismo exclusivo” (1964-1978)”.

longevidade desse corporativismo estatal, que conseguiu manter-se de pé até os dias atuais, sem que as mudanças político-institucionais pelas quais o Brasil passou neste último quartel de século chegasse a abalá-lo decisivamente.

O corporativismo falou muito mais alto, pois, por força do nosso processo de industrialização, que buscava mão-de-obra para substituir aquela que foi trazida da Europa, oriunda das zonas rurais, geralmente sem muita qualificação e em grande quantidade. Nesse sentido, a raiz do sindicalismo corporativo está na revolução de 1930. Entretanto, é a continuidade deste modelo que intriga os pesquisadores.

Objeta o autor que haveria, por conta do grande afluxo de migrantes principalmente nordestinos, um enfraquecimento da coesão interna dos grupos de trabalhadores e que estes teriam a sua capacidade de pressão neutralizada por conta disto. Ao mesmo tempo, a própria estrutura industrial fabril teria sua cota de participação no fenômeno, pois, com a introdução do trabalho parcelado e de máquinas especializadas, e ao se facilitar a absorção de mão-de-obra migrante oriunda do campo, tornar-se-iam mais difíceis à organização dos trabalhadores, na medida em que a desqualificação da força de trabalho atuaria no sentido de conter tais ações. (RODRIGUES, 1990, p.63).

Obviamente, continua a raciocinar Rodrigues (1990, p. 63), melhor que um sindicalismo “independente voltado para a pressão e negociação com o patronato” seria o sistema corporativo e a legislação paternalista que se revelaram “mais capazes de garantir à massa de trabalhadores, especialmente aos menos qualificados mais vantagens e proteção”.

Da parte do empresariado, quanto à ação tutelar do Estado, as análises mostram que esses trataram logo de se adaptar a um sistema “que lhe foi imposto pela nova elite política, procurando retardar a aplicação de certos dispositivos, atenuar outros e, em alguns casos, burlar a legislação.” (RODRIGUES, 1990, p. 63).

Em verdade, o corporativismo serviu não só para proteção do trabalho e controle das atividades dos sindicatos, mais, sobretudo, como guarda-chuva de proteção para uma elite que trazia no seu âmago um forte viés tradicionalista e anacrônico, pois, foi justamente essa elite, outrora dominante, “destronada” que foi de sua base econômica em face das mudanças no modelo brasileiro nos anos 30, que agora procurava abrigo nas hostes do Estado, através de uma bem urdida política clientelista e patrimonialista. Com base nisto, a fração da classe burguesa detentora dos bens de raiz (proprietários de terras) perdeu o poder econômico, mas, mantiveram o poder político, atuando por dentro dos escaninhos da burocracia estatal. Para Rodrigues,

A via corporativa não foi a que serviu aos interesses capitalistas (isto é, dos “italianinhos” e outros imigrantes)³² nem necessariamente atendia “objetivamente” aos requisitos de expansão da economia capitalista, mas sim, a que resultava na hegemonia da nova tecnocracia estatal recrutada da *intelligenstia* da época, formada principalmente pelos membros das famílias mais tradicionais. (RODRIGUES, 1990, p. 65).

Esse mesmo autor nos mostra que não foi somente as elites tradicionais que se locupletaram das oportunidades abertas pela veia corporativa, múltiplos segmentos passaram a ter seus interesses vinculados à continuidade da nova instituição, essa “institucionalidade” havia se disseminado e capilarizado pela vida social do país, atraindo gregos e troianos para, finalmente, uma possibilidade de ascensão social, pois,

O modelo corporativo gerou milhares de novos empregos. Não só de bacharéis das boas famílias recém-saídos das faculdades de direito encontraram um lugar nos novos ramos do funcionalismo público (Ministério do trabalho, Tribunais do Trabalho, etc.) [mas, WBC] as classes médias e baixas receberam também o seu quinhão, empregados em regime de meio período e selecionados de acordo com as regras clientelísticas habituais no funcionalismo público brasileiro. (RODRIGUES, 1990, p. 65).

O sistema corporativo também propiciou às classes populares possibilidade de ascensão social, na qualidade de “dirigente sindical”, pois, o espaço de “emprego” nos sindicatos, na época, era, por vezes, bastante convidativo, em virtude das “centenas de sindicatos então criados pelo poder público” (RODRIGUES, 1990, p. 65.), financiados pelo imposto compulsório, propiciando mordomias aos que o tomaram sob seu controle pessoal. Essa prática como se vê, não é nova, e segundo algumas análises tem contribuído para agravar a crise atual do movimento sindical no país.

Durante o período do “nacional-populismo” o sindicalismo corporativo “foi um dos principais instrumentos governamentais de mobilização dos trabalhadores em favor das “reformas de base”. (RODRIGUES, 1990, p. 67). Contudo, após 1964, esse mesmo sistema, juntamente com toda a CLT, “possibilitaram aos regimes militares intervir nos sindicatos, sem que para isso, fosse criada uma legislação de exceção.” (RODRIGUES, 1990, p. 65).

Em virtude de tudo o que foi discutido até aqui deve-se frisar que, em relação ao corporativismo sindical, tanto os donos do poder podem fazer uso dele em proveito dos seus

³² A esse respeito assim se posiciona Rodrigues (1990, p. 63-4): “o fato da industrialização ter sido conduzida amplamente pelo capital estrangeiro e por imigrantes, ou por seus filhos, culturalmente ilegítimos e politicamente marginalizado, enfraqueceu a capacidade de pressão e de controle da burguesia industrial sobre o aparelho estatal. Houve uma separação entre a elite, ou as elites que controlavam o poder político e os novos grupos industriais de origem estrangeira, “os italianinhos”, “judeuzinhos” ou “turquinhos””.

interesse mais imediatos, a exemplo da intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato dos metalúrgicos do ABC em 1980, como também, dos próprios trabalhadores que em determinados momentos partiram dos sindicatos oficiais mas foram além deles, como no caso do sindicalismo combativo e classista que deu os seus primeiros passos no final dos anos 70 e início da década de 80, ou seja, os protestos dos sindicalistas ligados ao “novo sindicalismo” vieram de dentro do “velho sindicalismo” corporativo e não de fora. Essa última “passagem” nos leva ao fim da década de 70, quando esse modelo de sindicato sofre, assim, o seu mais forte ataque frontal, levado a cabo pelos combativos metalúrgicos do ABC paulista, num movimento que influenciou os caminhos da história política do país e do movimento sindical como um todo. A partir desta experiência exitosa em temas “prático-discursivas” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002) pode-se perceber, através de um volume considerável de pesquisas, empreendidas na década seguinte a propósito destes acontecimentos, que

Considerando apenas o contexto econômico das regiões mais desenvolvidas, as condições dos últimos anos parecem bastante favoráveis à emergência de um movimento sindical que se define mais em função do patronato privado do que do Estado, que procure organizar os trabalhadores no interior das empresas (comissões de fábrica, delegados sindicais, etc). (RODRIGUES, 1990, p. 71).

Em suma, o sistema sindical corporativo chegou aos nossos dias ainda em pé. A sua marca nas entidades sindicais públicas ou privadas são indelévels, pois, enquanto o sindicalismo não livrar-se dessa marca de um tempo – o corporativismo - a atividade sindical ver-se-á tragada por condicionantes que, definitivamente, a impedirão de caminhar para uma funcionalidade mais efetiva e uma prática mais exitosa.

3.2 – O Ressurgimento do Sindicalismo (O Novo Sindicalismo)

Após anos de um sindicalismo atrelado aos interesses de Estado, como também açoitado pelo anos de chumbo que marcaram a história mais recente do Brasil, o sindicalismo buscou novos caminhos, vindo de um período de crescente atividade sindical³³, que esgotou seus horizontes de futuro, quando o país é abalado pelo duro golpe militar de 1964.

³³ Esse período foi caracterizado por um descompasso entre a acumulação capitalista bastante intensa e a distribuição desses dividendos com os trabalhadores e, no limite, com a sociedade brasileira. As perdas salariais, devido ao incremento do processo inflacionário, levaram a uma acentuada queda do salário mínimo, que a preços de 1954 tinha atingido o seu pico máximo, chegando em queda no ano de 1960 e caindo muito mais, ao aproximar-se de 1964. Nas análises de Matos (2009, p. 91), “a principal causa das perdas salariais era a inflação decorrente do aumento das emissões e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação de altos investimentos públicos previstos pelo “Plano de Metas” do Governo Juscelino. A taxa anual de inflação que, em 1955, era de 19,1%, em 1959 atingiu 52,1%. Essa taxa inflacionária continuaria a subir, atingindo 79%

No período que precedeu o Golpe, o sindicalismo caracterizou-se pela combinação de organizações de cúpula (o CGT), por articulações intersindicais intermediárias (PUI, PUA etc.) e por organizações de base (comissões sindicais). Os setores mais avançados propunham um movimento de rupturas com o sindicalismo oficial, apontando sempre na perspectiva de “criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado, nas décadas de 1930 e 1940.” (MATOS, 2009, p. 96).

O Golpe de 1964, fruto de um arranjo de forças conservadoras e retrógradas, objetivou e logrou conter essa onda de mobilização e de lutas empreendidas pelos trabalhadores em prol das históricas “reformas de base”³⁴. O impacto nas entidades sindicais, principal sujeito coletivo de lutas, foi arrasador, com intervenções nos sindicatos e diretorias destituídas, abatendo toda uma trajetória de lutas e greves. (MATOS, 2009).

Com o aprofundamento do Golpe, só havia dois caminhos: enfrentar inquéritos policial-militares ou cair na clandestinidade e/ou exílio. No entanto, entre o Golpe e o surgimento do chamado “novo sindicalismo” as atividades dos sindicatos não pararam de vez e os trabalhadores passaram a desenvolver estratégias que comportassem uma resistência surda, às vezes até muda. Houve aí um profundo esvaziamento dos sindicatos, via redução das bases e desfiliação em massa.

Segundo Matos (2009, p. 105), as entidades voltaram a sua atenção para o setor assistencial e para a ampliação do seu patrimônio físico. Contudo, os trabalhadores não se calaram. Mantiveram-se mobilizados dentre das unidades industriais, de forma muitas vezes clandestina, organizados nos locais de trabalho. A situação da grande maioria da classe trabalhadora naquela época era muito difícil, pois a política econômica do regime militar imprimiu à massa de salários no país um arrocho sem precedentes³⁵.

Em 1968, a ditadura recrudesceria, fechando ainda mais o regime, com a publicação do AI-5 (Ato Institucional nº 05), determinando o fechamento do Congresso, a cassação dos

em 1963. Os dados da época demonstram também que o crescimento econômico e a superação das desigualdades sociais não eram sinônimos, pois, em 1960, os 70% mais pobres da população brasileira detinham 20% da renda nacional, contra os 40% apropriados pelos 6% mais ricos. Entre meados da década de 1950 e o golpe de 1964, observa-se uma fase de ascensão do movimento sindical, vários são os índices dela: crescimento do nº de greves, visibilidade dos sindicatos na opinião pública, constituição de organismo intersindicais”.

³⁴ “Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental.” (MATOS, 2009, p. 101).

³⁵ Na visão de Matos (2009, p. 106): “Nos primeiros anos da ditadura militar, a legislação autoritária criaria diversos mecanismos para diminuir o poder de luta dos trabalhadores, desmobilizando a ação sindical e ampliando a exploração da classe. Entre as chamadas “leis do arrocho” estavam: a proibição do direito de greve; o controle dos índices de reajuste salarial (unificados em torno de um único percentual anual relativo à média da inflação divulgada para os dois anos anteriores); o fim da estabilidade aos dez anos de serviço (trocada pelo FGTS) e o desmonte do sistema previdenciário baseado nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) substituídos pelo INPS.”

direitos políticos, sindicais e civis, instituindo a censura prévia da imprensa e demais providencias do arbítrio de Estado.

Vale lembrar que os anos 1970, do ponto de vista político, foram marcados por uma dura repressão a todos aqueles que se opunham ao regime e, do ponto de vista econômico, tivemos, nos primeiros anos da década de 1970, os “anos do milagre” na economia brasileira, com taxas de crescimento do PIB beirando os 12% a.a., alcançadas graças à superexploração da força de trabalho e a um arrocho salarial sem precedentes na historia recente deste país.

Após uma série de intervenções, nos idos da década, o regime tratou de, conforme lembrado acima, “valorizar um “novo” modelo de atuação sindical” (MATOS, 2009, p. 108) que privilegiasse os aspectos meramente assistenciais, desviando assim, os olhares e interesses das classes subalternas das questões político-ideológica e reivindicativas, enfraquecendo os ânimos de luta e a construção dos liames de coesão e identidade social dos trabalhadores, corporificadas nos seus instrumentos de luta, os sindicatos.

Mais uma vez vige um *modus-operandi* na condução de entidades sindicais baseado na adequação aos interesses da hora, do regime, e dos donos do poder, quanto aos destinos da atividade sindical. No caso do regime militar foi-lhe dado a tarefa de ser “garoto propaganda” do regime. Na verdade esse *script* foi reescrito, mas agora pelas mãos dos próprios trabalhadores do então surgente “ novo sindicalismo”, não de *dentro* da entidade mas de *fora* desta, no entanto, a partir dela mesma, traçando novos rumos ao movimento sindical e aos destinos políticos desse país.

Como não era mais possível nem eleger direções de esquerda nos sindicatos e nem fomentar greves de largo espectro, em face da repressão movida pelo regime a todos aqueles que resolvessem enfrent[a-lo, sobraria aquele trabalho de formiguinha, nos “subterrâneos” do regime, de greve parciais por atrasos de pagamentos, ou em função de acidentes ocorridos nas plantas industriais, de operações tartarugas, de greves de forme, de greves de dor de barriga, da operação zelo, etc., que, em síntese, buscavam parar a linha de produção e forçar os empregadores a ceder em função de uma pauta mínima por local de trabalho.

Foi usando esse tipo de estratégia que se materializou um movimento de manutenção da chama contestatória, que viria mais tarde a servir de embrião para o surgimento em 1978 do movimento que tinha como expectativa a transformação da estrutura corporativa arcaica e colaboracionista com o Estado, em uma nova forma de condução do sindicato e de suas lutas, reforçada pelos meios mais combativos, o chamado “novo sindicalismo”, que retomaria toda uma trajetória de lutas e greves mudando a face sindical e política deste país.

A melhor síntese deste movimento “encoberto” nos subterrâneos do poder militar foi expressado e realizado pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP), que, àquela época, já propugnava a idéia de um “sindicato autônomo, construído a partir da organização dos trabalhadores nas empresas.” (MATOS, 2009, p.114).

Historicamente, está começando a segunda etapa do sindicalismo brasileiro. Não mais o sindicalismo dos tempos de Getúlio, ou de Jango [João Goulart, WBC], baseados na confiança e na expectativa do governo. Hoje está nascendo um sindicalismo novo, sem esperança do governo e sem meios-termos com os patrões. Sindicalismo que vê claro o centro do problema: o problema político, problema de luta de classes. O sindicalismo novo, verdadeiro, tem de nascer de baixo para cima, da fábrica até a organização das várias fábricas em organização de classe: o sindicato. (GIANOTTI, 1987, p. 34 *apud* MATOS, 2009, p. 114-15).

A trajetória político-sindical do movimento que revolucionou as práticas sindicais no final dos anos 1970, mais precisamente em 1978, quando se inaugura aquilo que as análises chamam de o “novo sindicalismo”, em verdade, teria se iniciado, como vimos acima, no começo da década, por força das lutas levadas a cabo contra a ditadura militar.

Essa experiência organizativa tornar-se-ia “ponta de lança” da resistência operária à superexploração da força de trabalho, considerado um dos “pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurada pelo bonapartismo militar a partir de 1964” (ALVES, 2000, p.112) e que, ao opor-se ao arrocho salarial, atingiria, de modo fulminante, a lógica da acumulação capitalista no País.

No comando deste movimento se aglutinou ao seu redor toda uma gama de novas experiências em termos de ação coletiva, os ditos “novos movimentos sociais”, que (SADER, 1988 *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002), teorizou em termos de uma nova “matriz discursiva”, em que novos agentes políticos e coletivos surgiam, entrariam em cena, para compor um cenário de ressurgimento dos idéias de luta das classes trabalhadoras. Tomando como referência as experiências daquilo que Sader (1988) classificou de *agencias*, ou instituições, no sentido de diferenciar os aspectos de suas construções em termos “prático-discursivas” e de práticas de ação e de resistência popular, enunciou que

No âmbito da Igreja Católica, gestou-se um movimento de renovação articulado a partir das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. No âmbito das organizações e práticas de uma esquerda fortemente atingida pela repressão do Estado ditatorial, surgiram “novas formas de interação com os trabalhadores”. No âmbito de uma estrutura sindical oficial esvaziada e submetida ao controle do Estado, surgiu um novo sindicalismo. (SADER, 1988, p.114, *apud* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 16).

É interessante notar que cada instituição dessas, a seu modo, estabeleceu um conjunto de práticas específicas que se diferenciavam através de suas matrizes de discurso, ou seja, a teologia da Libertação cumpria o seu papel “referenciada que estava na Igreja Católica”, (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 16), imprimindo um dinamismo mais profundo junto a “parcelas mais amplas das classe populares”. No caso das organizações de esquerda, fulminadas que estavam pelos rigores da perseguição política, dispunha, “no entanto, de um “corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo”. E, finalmente, no caso da matriz “prático-discursiva” do sindicalismo, esse não se baseava nem na primeira experiência (popular) e nem na “sistematicidade teórica” da construção Marxista, legitimando-se, isso sim, no próprio “lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas.” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 17).

Neste sentido, a luta política somada às demandas econômicas se generalizam e além da classe trabalhadora, novos sujeitos sociais coletivos alinham-se nesta trincheira (trabalhadores do campo e da cidade e funcionários públicos), buscando não só ganhos mais imediatos, mas também, e sobretudo, liberdades democráticas, liberdades de escolha de seus próprios destinos. Objetivamente, buscava-se romper com o “cupulismo”, que caracterizava o “velho sindicato”³⁶, ligado umbilicalmente aos interesses do Estado. Nesta busca, esse sindicalismo mais “combativo” procurou afirmar-se tendo como referência de luta suas próprias construções “prático-discursivas”, sem, no entanto, abandonar de vez a velha estrutura sindical que lhe serviram de apoio e para a qual sempre retornavam a fim de refazer e reformular estratégias de lutas. O cupulismo era uma marca registrada da atuação dos comunistas em anos passados, daí o porquê de sua identificação com a estrutura sindical oficial.

Uma das dificuldades apontadas pelos “novos sindicalistas” em face daquele sindicalismo praticado no passado consistia na completa falta de ligação com o movimento de base, que caracterizava o modelo sindical corporativista brasileiro, ensejando uma série de entraves que emperravam o movimento dos trabalhadores. Em suma, o sindicalismo do passado era visto pelos “novos sindicalistas” como sem bases, de cúpula, de gabinete, distante

³⁶ O sindicalismo Pré-1964, fruto de um grande “acordo de cavalheiros”, que somente beneficiava a uma das partes, é delineado por Santana (1999, p. 104) desta forma. “O sindicalismo pré-64, liderado em pólo progressista pela aliança comunista-trabalhista, era considerado pelos “combativos” uma experiência negativa. Parecia não haver nada que se pudesse aproveitar daquela experiência, a não ser evitar reproduzi-la”. E mais adiante: “era criticado seja por conter um componente trabalhista, o qual era entendido restritamente como sendo ‘populista’, seja por possuir um componente comunista, percebido como uma linha auxiliar do ‘populismo’”.

da classe trabalhadora e orientado por interesses políticos (SANTANA, 1999), visão esta que viria a marcar algumas das concepções que lastrearam inicialmente as práticas do “novo sindicalismo” nos seus primórdios.

No intuito de atrair para o movimento um contingente tal de trabalhadores que permitisse uma atividade de massa com ares de efetividade e representatividade, esses “sindicalistas autênticos”, como se autodenominavam, tendo à frente Luis Inácio da Silva, “o Lula”, buscaram se utilizar de mecanismos tais que propiciassem uma formação de identidade entre trabalhadores de sua base e o Sindicato. Para tanto criariam um periódico, a Tribuna Metalúrgica, tendo como emblema a figura típica de um trabalhador, o “João Ferrador” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002).

Um dos meios que esse sindicalismo auto-referenciado de “autêntico” encontrou, entre outros, para conclamar e, ao mesmo tempo, conscientizar aqueles trabalhadores distantes da vida do sindicato foi, conforme explicita VÉRAS DE OLIVEIRA (2002):

O personagem se apresenta como um trabalhador comum, alguém que estaria falando com os seus iguais, tratando de questões próprias do dia-a-dia dos trabalhadores. Entretanto, expressa a fala do Sindicato, da sua diretoria. Desenvolve um raciocínio articulado, sutilmente construído para desconstruir o discurso do regime (se apresentando como “ignorante” sobre determinadas situações, busca se “esclarecer” com as autoridades, propondo reflexões a partir de perguntas simples, mas desconcertantes, de modo a cultivar a indignação. Encerra um recurso pedagógico, porque se propõe a didaticamente estabelecer associações, relacionando as questões sentidas cotidianamente com questões da política nacional, como modelo de desenvolvimento, política salarial, política habitacional, entre outros. Propõe uma reelaboração crítica sobre a condição dos trabalhadores nesse contexto. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 29).

Essa dinâmica engendrada pelos sindicalistas autênticos baseou-se numa complexa cadeia de causas e efeitos, pois, era imperioso reeducar e redirecionar, ou pelo menos reconquistar o trabalhador, *identificando-o* com as causas que lhe falavam mais de perto enquanto sujeito de um contexto em que contribuía com o seu trabalho e não participava efetivamente dos benefícios advindos desta fundamental participação.

Esse “espaço coletivo de elaboração de identidades” operou positivamente no sentido de informar uma nova prática que surgia, prática essa marcada por um conjunto de valores, idéias, um *ethos* coletivo capaz de argamassar um novo *modus-operandi* do sindicalismo, principalmente quanto aos aspectos mais políticos e ideológicos da prática sindical, levando-se a que novos sujeitos sociais pudessem assumir seus novos papéis.

Ainda com Vêras de Oliveira (2002) temos que essa dinâmica deu-se, pois,

Era preciso realizar duas operações simultâneas: uma associação, a realizar-se entre os trabalhadores (construção de sua identidade comum) e entre estes e o Sindicato (construção de sua identidade coletiva enquanto “sindicato”); e uma transferência, a estabelecer-se entre os trabalhadores, individual e coletivamente, e o Sindicato (através dos seus recursos e canais de construção da representação). (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 30).

Nessas alturas, a principal liderança do emergente “novo sindicalismo” era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo, epicentro de toda essa onda de mudanças que viria a transformar a face política e sindical deste país, LULA, empossado na diretoria a partir de 1975.

Pode-se perceber do dito acima, que o embrião do processo de formação político-ideológico do “novo-sindicalismo” teria nascido e prosperado, no âmago, da própria estrutura sindical corporativa do sindicato oficial

Com um discurso de base eminentemente revolucionário para a época, Lula reafirma o seu firme propósito de: a) reforçar a idéia de que, tanto a categoria quanto o sindicato que a representa, são em si mesmos, elementos de referência na construção das lutas; b) elenca, como estratégico, o trabalho de base e a conscientização de classe, visando a formação de novas lideranças; c) levanta a bandeira da autonomia sindical; d) e, de longe o mais importante, busca “o propósito de aprofundar a relação (de identificação-associação e diferenciação-delegação) entre a categoria e o sindicato.” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 44).

Com base nestas premissas arquitetava-se uma nova forma de ação, genuinamente urdida nas fábricas e unidades de produção, em que o processo de atuação dos trabalhadores dar-se-á, não a partir das entidades sindicais, mas do próprio seio da classe operaria, as bases decidem e depois as entidades encapam as lutas e demandas oriundas do “chão da fábrica”.

No contexto político da ditadura brasileira, de caráter mais “*distensionado*” com a abertura “lenta e gradual”, levada a cabo pelo Governo de Ernesto Geisel, como lembra Vêras de Oliveira (2002), o sindicalismo autêntico operará numa dicotomia radicalidade/responsabilidade, sempre com o fiel da balança pendendo para uma radicalidade, sem, no entanto, esquecer da responsabilidade em manter sempre aberto o espaço conquistado, frente aos patrões e ao Governo, para que se pudesse manobrar em termos de definição de estratégias e lutas.

Deste momento de arregimentação de forças em 1975 chegando às grandes movimentações de 1978 e 79, foi só um salto. O movimento passa a ter, como companheiros de luta e caminhada, novos atores sociais, tais como trabalhadores do campo e da cidade,

funcionários públicos (que até então apenas ensaiavam uma luta sindical mais apurada, dentro de suas associações recreativas, em virtude da proibição legal, que pesava sobre suas costas, de constituir entidades de caráter sindical, vindo a terem esse direito apenas com o advento da Constituição federal de 1988) e crescente parcelas das ditas classes médias, que passaram a se espelhar nos exemplos de contestação e espírito de luta daqueles operários metalúrgicos, dirigidos por um presidente de sindicato que teimava em contestar os limites aos quais o regime impunha aos sindicatos, ampliando mais e mais os espaços públicos de contestação e reivindicação, não só apenas de perfil meramente econômicos, mas indo além, quando questionava a própria condição de sujeito ativo na construção de seus próprios destinos.

O “novo sindicalismo” assim surge como uma busca de, a partir do “velho”, construir o “novo”, ressignificando práticas que vinha de anos passados, agora dentro de uma moldura de rupturas e continuidades, sempre se auto-construindo, construção essa referenciada na experiências de agora. Neste sentido,

A relação entre representantes e representados, Sindicato e trabalhadores, diretoria e base, ganhara uma dimensão ainda não atingida nessa experiência. As assembleias plebiscitárias, às quais acorriam cotidianamente dezenas de milhares de trabalhadores (em vários momentos reunindo mais de 100 mil), e onde se estabeleciam procedimentos constantes de avaliação e definição coletivos dos rumos do movimento, constituíram-se em momentos ímpares de consolidação de uma identidade coletiva entre eles e desta em torno da imagem do Sindicato como sua representação. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 61).

As celebres assembleias do Estado de futebol de “Vila Euclides” fizeram História, mas não somente isso, foram capazes de exercer um efeito demonstração bastante forte, a ponto de, após as greves de 1978 e 1979, conforme lembrado acima, novos atores entrarem em cena, magnetizados que estavam por tudo aquilo que o “novo sindicalismo” estava a mostrar, quais sejam: “uma ousada aposta na mobilização, nas lutas de massa, na organização de base, na politização da agenda sindical.” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p.70). Tudo isso dentro de uma bem azeitada panela com os condimentos da radicalidade em algumas pitadas, adicionada à outras de pura prudência.

Os impactos para a classe trabalhadora, em geral, de toda essa efervescência político-sindical, por força das greves ocorridas na região mais desenvolvida do país, pôde irradiar-se por todas as regiões deste país³⁷, levando uma nova proposta de sindicalismo que renovaria

³⁷ “As vitórias econômicas parciais do movimento em 1978 e, particularmente, a inusitada vitória política dos sindicalistas frente ao recuo da intervenção governamental no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1979, serviram de exemplo para outras categorias e regiões do país”. E, na seqüência: “Nesse ano, além dos metalúrgicos, que continuaram a liderar o movimento, com 18,3% das greves e 31,1% das jornadas

algumas práticas e eliminaria outras, sempre na perspectiva de construção da unidade de luta de toda a classe trabalhadora.

Foi a partir daí que surgiram novas experiências em termos de organização das classes trabalhadoras, como, por exemplo, entre os servidores públicos, que ao se espelharem nos “sindicalistas autênticos” transformaram as suas associações, anteriormente recreativas, em protótipos de entidades de perfil sindical.

Entretanto, as expressões do “novo sindicalismo”, ao se reafirmarem na construção de uma nova identidade coletiva na esfera sindical, ainda assim, buscaram fazê-lo no sentido de partir daquela experiência vivida no sindicato oficial, o que levou alguns analistas a asseverarem que a principal fraqueza do sindicalismo dos anos 1980 (ou seja, oriundo do “novo sindicalismo”) era a estrutura sindical corporativa, que teria sido capaz de, apesar da explosão do sindicalismo na década anterior, minar as estruturas do recente sindicalismo que se queria classista. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002).

Em suma, o movimento dito “novo sindicalismo” teve a ousadia de ir além de suas próprias pernas, quando a situação política e sindical no Brasil não autorizava tal desiderato. Experiência calcada nas demandas que surgiam no seio da própria classe operária e que o modelo de sindicato oficial não tinha podido atender, buscou abrir espaços de reafirmação de classe e, sobretudo, ousar “constituir-se em um movimento social politizado, ciente da sua condição de sujeito político. Isso, ao associar (junto com outros movimentos sociais) às demandas mais especificamente sociais e sindicais.” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002).

Por outro lado, num sindicalismo marcado por uma estrutura sindical em que predomina a fragmentação e a dispersão “por uma miríade de sindicatos municipais, em sua maioria pouco expressivos e com exígua capacidade de barganha”³⁸, “descentralizada com parcas iniciativas e formas de ação unificadas”, “desenraizada, em virtude de não ter inserção nos locais de trabalho, sendo uma estrutura externa à empresa” (ALVES, 2000.) e, por fim, baseado-se em uma estrutura “verticalizada, com imensas dificuldades de articular, numa perspectiva horizontal mas ampla, a organização (e a resistência) de classe, permanecendo vinculada à categoria assalariada” (ALVES, 2000, p. 113-14), tudo isso tem confirmado a

perdas, novas categorias do setor privado entraram em cena: os trabalhadores da construção civil (8,1% das greves e 10,5% das jornadas), os motoristas e cobradores (8,9% e 3,0%) e algumas outras categorias do setor industrial). Além desses, dois outros segmentos, o dos médicos (7,7% e 2,7%) e o dos professores (9,3% e 35,4%), deram início a movimentos que ao longo do tempo os transformariam nos principais grupos grevistas dos assalariados de classe média.” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002, p. 70 *apud* NORONHA, 1991, p. 104-105).

³⁸ Segundo ALVES (2000, p. 114) “a dispersão sindical no Brasil pode ser comprovada pelos seguintes dados: após a “década dos trabalhadores” (anos 80), o IBGE registrou a existência, no país, de 9.118 sindicatos de empregados e empregadores, 4.635 nas áreas urbanas e 4.483 nas áreas rurais”

frágil estrutura sindical que temos no historicamente no país, em que pese os avanços advindos a partir de 1988 com a Constituição Federal.

3.3 – A Constituição Federal de 1988 e o Sindicalismo no Setor Público

Com o advento da CF (Constituição Federal) de 1988, os Trabalhadores do Serviço Público Federal, depois de longos anos de lutas, conseguiram incluir no texto constitucional uma gama de direitos que possibilitaram certa organização sindical das relações de trabalho no setor público no Brasil. Malgrado os obstáculos impostos pelos setores conservadores com larga correlação de forças na constituinte, foram aprovados direitos tais como: direito de greve, à sindicalização, à estabilidade (que mais tarde haveria de ser flexibilizado), diretrizes de Planos de Carreira para o setor público e instituição de um Regime Jurídico único (RJU) capaz de reordenar os direitos e deveres entre os trabalhadores do setor público.

Antes de 1988, não havia nenhum critério de seleção de novos servidores, como também não havia, no ordenamento jurídico brasileiro, um conjunto coerente e harmônico que balizasse a relação Funcionário público e Estado, sobrando neste sentido apenas um estatuto específico (Lei 1.711/52), que amparava um número diminuto de servidores, ficando a cargo do gestor de plantão “selecionar” seus servidores (podendo fazê-lo a partir do seu “curral eleitoral” na qualidade de cabos eleitorais). Isso, em detrimento daqueles que lá já estavam, pois eram “convidados” a deixar os cargos para serem ocupados pelos “novos eleitos”. Nesses termos, preponderava o clientelismo e o patrimonialismo, que sempre marcaram a vida política do Estado Brasileiro. A máquina pública foi historicamente usada, por governos e políticos, como “cabide de empregos”. Havia, pois, “uma descontinuidade na prestação de serviços” (COSTA, 1997, p. 45). Isso, de certa forma, criava uma imagem junto à população em relação aos servidores que lhes imputavam a condição de “servidores do governo e não como trabalhadores cujas atividades se relacionam diretamente com a população” (COSTA, 1997, p. 44), com óbvios prejuízos para os segundos, no tocante à concretização da imagem de “ineficientes e privilegiados” (COSTA, 1997, p. 43), imagem essa que ainda hoje, injustamente, acompanha a categoria.

No que diz respeito à imagem que os ocupantes do poder sempre tiveram em mente quando o assunto é Estado e seus funcionários, sobretudo em momentos de crise, muda-se apenas os cenários, mas os valores permanecem os mesmos, pois, a propósito de fatos da história recente do Brasil, a campanha de Fernando Collor a presidente teve como ponto principal de sua campanha o ataque indiscriminado aos “marajás” termo que vincularia a

figura do servidor, gerando na população com o apoio e amparo de uma mídia comprometida com os interesses das classes dominantes, um sentimento de desprestígio e desvalia da função pública. Neste sentido, conforme nos lembra Guedes (1994, p. 418),

No bojo do ataque ao Estado que quase levou o serviço público ao colapso esse tem sido alvo de críticas como se ali estivesse resguardado um conjunto de trabalhadores privilegiados que não oferecem contrapartida à sociedade que lhes sustenta. Estas críticas são injustas em sua base, pois, mesmo levando em conta o achatamento salarial e o sucateamento do serviço público, assim como a redução dos investimentos em estatais, aí se encontra uma base de serviços e produção de insumos cuja extinção representaria um retrocesso para a economia e a sociedade brasileiras.

O Governo Collor pode ser considerado um bem acabado exemplo de patrimonialismo e clientelismo, que infelizmente ainda vigora na cultura política brasileira, pois, nada melhor para expressar essa realidade. Na expressão “república das Alagoas”, termo muito falado à época, criado pela própria mídia, fazia-se referência clara aos conchavos e urdiduras que entrançavam os destinos (ou desditas) do Brasil no início dos anos 1990, prova maior da subsunção do público em face dos interesses privados, nem sempre interesses legítimos quando não escusos. As práticas patrimonialistas e o clientelismo vêm ambos de longas datas, vêm de um período da vida brasileira em que Estado e sociedade viam-se cingidos e que essa cisão foi o traço singular que diferenciou a evolução da sociedade brasileira nos primórdios do processo civilizatório brasileiro. (COSTA, 2004).

A ação do patrimonialismo se expressa pela “não separação entre o Estado e o mercado” (COSTA, 2004, p. 87.), entendido como a não diferenciação entre o público e o privado, em favor deste último. Neste sentido, como resultado, teríamos uma administração que não funcionaria nos paradigmas do mérito, mas capturada pelos interesses dos grupos dominantes, que, efetivamente, apoderar-se-iam do Estado. (COSTA, 2004).

Vive-se historicamente, no país, sob a égide de uma transferência das “formas de comportamento privado para o domínio público” (COSTA, 2004, p. 87.) ao ponto de disseminar por todas as relações sociais, influenciando decisivamente como “redutores do espaço público” e desqualificando o trabalho daqueles que ao seu serviço se dedicam. Isso tudo dentro de uma dinâmica que Costa (2004, p. 87) assim assinalou

A intervenção do Estado brasileiro sempre traduziu os interesses coletivos dos grupos dominantes nacionais, portadores, muitas vezes, de seus próprios interesses e, em outras, daqueles manifestadas pelo capitalismo internacional.

Nesta ótica, a esfera de atuação do Estado sempre foi impregnada pelos interesses privados (COSTA, 2004), comprometendo toda uma postura voltada para as questões sociais, materializadas nas políticas públicas de Estado.

No tocante à questão do clientelismo marcou a formação política no Brasil, desde os primórdios do Século XIX, no qual a “moeda de troca”, em função das alianças políticas, a lealdade dos acordos e o entendimento das partes, passam a ser a pedra de toque do sistema político que remanesceu até praticamente a República Velha, pois “a concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores em troca da lealdade política e pessoal funcionava para beneficiar especialmente os interesses dos ricos” (GRAHAM, 1997, p.15, *apud* COSTA, 2004, p. 87).

No que se refere ao corporativismo, esse *ethos* passa a figurar na constelação política brasileira a partir de 1930, onde estratégias são efetivadas no afã de se conter e cooptar os trabalhadores, “dando início a uma longa tutela sobre o movimento sindical, visando torná-lo colaborador de classe.” (COSTA 2004). Configura-se, não somente como uma ideologia, mas como uma forma de organização entre trabalhadores e empresários, com o fito de salvaguardar os interesses da acumulação capitalista que se iniciava no Brasil de 1930.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 temos uma busca de melhor equacionar essas “mazelas” que se arrastam na administração pública como um todo. Vários foram os ganhos da Carta Política no sentido de se ter um controle nas práticas clientelistas e patrimonialistas que ainda grassam na esfera do público no Brasil, principalmente quando se refere às questões das relações de trabalho no setor público brasileiro.

Indubitavelmente, o clientelismo e o patrimonialismo ainda se mantêm vivos, na forma de se fazer política neste país, haja vista que estão calcados na efetivação de favorecimento dos interesses privados, que podem se corporificar na feição de subsídios com recursos públicos ou então ou na “omissão do Estado na prestação de serviços, desmontando ou sucateando o serviço público” (COSTA, 2004), sob o argumento de que terão melhor gestão se deslocados para a iniciativa privada.

Vale lembrar que é no final da década de 1970, com os ventos políticos e sindicais em fase de mudança, que os servidores públicos, ainda organizados em associações tradicionais, apostam na direção de novas formas de associação, desta vez de caráter sindical e de oposição política ao regime militar. Autores como Costa (2004, 2007) e Nogueira (2005) são concordes quanto à influência deste setor na participação ativa nas lutas pela redemocratização do país e da própria máquina administrativa do Estado, via redefinição das relações de trabalho no setor público.

Mas o processo de construção das associações inicia-se desde os anos de 1930 até final da década de 70, em que o perfil destas mesmas era corporativo e assistencial³⁹, em que pese toda uma tradição de subserviência e colaboração com o Estado. A partir de 1978, diversos segmentos dos extratos médios da sociedade (hoje chamada classe média) intentaram uma mínima organização para fazer frente às questões tanto econômicas quanto políticas, o que levou à deflagração de uma série de greves, começando pelos professores estaduais de São Paulo, em 1978, conduzidos pela APEOESP (Associação dos Professores de Ensino Oficial do Estado de S. Paulo), levando às ruas 80% de sua base (cerca de 145 mil servidores da Educação Pública) (NOGUEIRA, 2005, p. 134). A partir daí, já em 1979, mais e mais categorias foram aderindo, inclusive em outros Estados (RJ, RGS, MG). Neste sentido,

Os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento de servidores públicos e das classes médias em geral, lembrando muito a ação dos operários do ABC e da oposição Metalúrgica de S. Paulo (OSMSP) com relação ao conjunto do movimento operário e sindical. (NOGUEIRA, 2005, p. 134).

Várias categorias de assalariados da classe média (entre elas os servidores públicos) passaram a fazer parte ativa dos movimentos contestatórios contra, duplamente, o regime político e as condições de degradação econômica⁴⁰, que os aproximavam das classes menos favorecidas. Alguns autores como Antunes (1990) e Rodrigues (1990), ambos (*apud* NOGUEIRA, 2005), chegam a colocar que em termos de radicalidade aqueles sindicatos de classe média e de funcionários públicos suplantavam, e muito, os próprios sindicatos operários. No âmago deste processo, além dos professores secundaristas e universitários, outras categorias, como médicos, sanitaristas e funcionários públicos civis (municipal, estadual e federal), passam a exigir melhores condições de vida e democratização das relações de trabalho no setor público, e as greves se sucedem.

Os servidores públicos com o passar da década de 1980 vão acumulando, em face do número de dias não trabalhados, greves e mais greves, tudo isso, conforme inferimos, devido às lutas por melhores condições de vida e trabalho, tanto quanto apontando na perspectiva de

³⁹ Conforme nos explicita Nogueira (2005, p. 133), “as associações tradicionais dos servidores combinavam a representação dos interesses corporativos das categorias, a promoção do lazer e a prestação de serviços assistências aos associados. Não tinham qualquer perspectiva de mobilização coletiva e estabeleciam com o Estado uma relação de subserviência e colaboração.”

⁴⁰ Assim se posiciona Nogueira (2005, p. 137): “o essencial no caso do Brasil foi a combinação da crise econômica, crise do Estado e a transição política, que provocou arrocho salarial e deterioração das condições de trabalho dos funcionários públicos.”

que, ao se aproximar a data de uma nova constituinte, os seus pleitos políticos seriam conseguidos, entre outros o direito de sindicalização e organização coletivas. Nogueira (2005) chega a considerar que em termos da contabilidade das greves efetivadas em um período de 10 anos (1978-1987), os servidores públicos estariam ocupando o topo da pirâmide, com o ascenso das greves aí por volta do ano de 1987 (ano mais importante da Constituinte), 1988 (ano de promulgação da CF) e 1989 (ano da luta para que se instituisse o RJU) e o seu pico em 1988 e 89⁴¹.

Na verdade, veremos que aquela visão do servidor público, “ora como funcionário patrimonialista, ora como burocrata de tipo ‘weberiano’, vinha sendo questionada na prática e transitava rapidamente para a noção de trabalhador do setor público”, com fulcro nos ideais do “novo sindicalismo”, em que o servidor também era um trabalhador, não do setor privado, mas do setor público, afirmando-se, assim, como “uma força de trabalho em conflito com o Estado.” (NOGUEIRA, 2005, p. 136).

Sabe-se que estava vedado aos servidores fazerem e participarem de movimentos paredistas, até 1988, mas isso não os impediu de fazê-las. Os trabalhadores do setor público buscaram, justamente, as formas mais históricas de luta operária e dos demais assalariados, com o objetivo de efetivamente fazer constar, na nova Constituição, dispositivos que introduzissem e ampliassem direitos de organização e de participação coletivas para todos os trabalhadores do setor público. Conforme pontua Nogueira (2005, p. 138),

As transições – servidor trabalhador e associação tradicional e associação sindical – encontram explicações em um complexo de questões: a dimensão objetiva da crise econômica e o crescimento do Estado, que implicou deterioração dos salários e das condições de trabalho dos trabalhadores públicos; e a dimensão subjetiva, por meio da formação e/ou reorganização das suas entidades de classe, da reorganização do movimento trabalhista e sindical e da luta pelas liberdades democráticas em geral.

Neste sentido, o direito de sindicalização dos servidores públicos, conforme consagrou a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 37, Inciso VI, é um importante marco histórico e formal, contrapartida de um “movimento real mais amplo e de importância inédita no campo do trabalho e do sindicalismo no Brasil” (NOGUEIRA, 2005, p. 137)⁴².

⁴¹ “Em ordem decrescente em termos de nº de greves realizadas: 1) Servidores públicos de ministérios e secretarias (10,5%); 2) os professores de Escolas e Universidades (6,0%) ; 3) os médicos (2,4%); 4) os funcionários de estabelecimentos de saúde (1,7%); 5) os servidores em geral (1,4%); 6) os funcionários de escolas e universidades (0,9%)” (NOGUEIRA, 2005, p.135). Para maiores aprofundamentos ver Nogueira (2005) e Noronha (1994).

⁴² Conforme Nogueira (2005, p. 137, *apud* RODRIGUES, 1992) “Na análise dos fenômenos que estão na raiz da expansão do sindicalismo no setor público existe alguma variação na ênfase dada a esse ou aquele fator”. Kassarov (1969) é um dos que apontam a expansão dos serviços governamentais e o aumento do número de

A Constituição Federal de 1988 garantiu certa autonomia sindical, contudo não foi capaz de sinalizar mudanças quanto ao que pertine ao critério da representação e mudanças na unicidade sindical (monopólio da representação). Ao contrário, manteve aspectos da estrutura sindical corporativista no país, ao ponto de que alguns analistas a consideram, pelo menos do ponto de vista da organicidade sindical, como tendo propiciado a criação de uma estrutura sindical “híbrida” (RODRIGUES, 1990).

A estrutura sindical que surge após 1988 é algo ambivalente – dependendo da correlação da luta de classes, ela serviu para o controle e consolidação do poder sindical. É por isso que, no período de redemocratização política do país, a manutenção da estrutura corporativista no país não impediu a “explosão do sindicalismo” nos anos 80. (FREDERICO, 1993, *apud* ALVES, 2000, p. 118)

Em suma, as repercussões são sentidas até hoje no sindicalismo do setor público, pois, as resistências corporativas da categoria de servidores públicos às mudanças no mundo do trabalho, e na conjuntura do sindicalismo brasileiro, têm as suas raízes fincadas justamente na efetivação destas condicionalidades.

3.4 – A Nova Dinâmica das Relações de Trabalho no Setor Público e a Crise do Sindicalismo

Indubitavelmente as mudanças no mundo do trabalho operam como elementos de pressão junto à redefinição do papel do Estado, haja vista que a flexibilização e a precarização das relações de trabalho “evidenciam a imposição das regras de mercado e de desvalorização do trabalho” (COSTA, 2007). Por outro lado, a intensa transformação produtiva age no sentido de buscar um Estado que possa, minimamente, manter um controle sobre os trabalhadores e garantir uma legislação trabalhista que assegure um padrão de acumulação sempre ascendente, o que nos leva a perceber que “há uma relação recíproca entre transformação do trabalho e do papel do Estado” (COSTA, 2007, p. 43).

Apesar de a Constituição Federal ter garantido, pelo menos em tese, um redirecionamento das perspectivas quanto a uma nova dinâmica das relações de trabalho

empregados como um dos principais fatores que favoreceram a sindicalização. De outro ângulo, o sociólogo britânico Lockwood (1962) chama a atenção para a importância do fenômeno da burocratização, com a padronização das tarefas e racionalização da carreira. Nisbet (1978) entende que a racionalização e a burocratização enfraquecem o clientelismo e o protecionismo que, em todos os países, haviam caracterizado o serviço público e aberto espaço para a atuação sindical. Os sindicatos seriam, desse modo os sucessos das velhas máquinas políticas e dos esquemas clientelísticos. Dilts e Deitsch (1983), por sua vez, relacionam a expansão do sindicalismo no setor público aos problemas sociais que aumentam a intervenção e a amplitude da ação governamental; à maior demanda da população por serviços gratuitos; e à propensão da sociedade, nos pós-guerra, de conceder ao Estado maior papel na economia.”

especialmente no setor público, o que se viu foi um movimento por parte das forças conservadoras, inspiradas no projeto neoliberal, no sentido de barrar o avanço organizativo dos servidores públicos, como também no que se refere à redemocratização do trabalho no setor público brasileiro. (COSTA, 2007).

Embora o direito de greve e de sindicalização tenha se tornado letra formal e sido conquistado pelos servidores públicos, “os governos têm se recusado à negociação de suas reivindicações” (COSTA, 1997, p. 47), utilizando-se da justificativa de que a “administração pública não pode seguir os mesmos critérios da iniciativa privada na área trabalhista”, o que nos levaria, no limite, a uma condição de não realização plena de direitos, aquilo que a autora chama de “incompletude de Direitos.” (COSTA, 1997, p. 47).

Com o advento da CF/88, novos parâmetros foram criados em termos de relações de trabalho no serviço público:

Ingresso no serviço público através de concurso; instituição de diretrizes de plano de carreiras; isonomia salarial (garantia de salários iguais para aqueles que exercem as mesmas atribuições); estabilidade para quem comprove 02 anos de estágio probatório ou para quem possuía 05 anos de efetivo exercício antes de 1988; direito de greve; e RJU. (COSTA, 2004, p. 129).

Desta forma, percebe-se que foram dados os passos iniciais no sentido de uma

Redefinição da relação entre trabalhadores, Estado e usuários na prestação dos serviços públicos, uma vez que o controle social passou a integrar o processo de gestão das políticas públicas e os princípios de moralidade e impessoalidade, associados com o ingresso através de concurso público, possibilitavam condições para o combate ao clientelismo no serviço público. (COSTA, 2007, p. 45).

Houve, assim, uma inovação em termos de Administração Pública no Brasil, em virtude de “sugerir uma bilateralidade nas relações de trabalho, ao introduzir mecanismos de controle social e a descentralização administrativa.” (COSTA, 2007, p. 46). Esses elementos sinalizam claramente para uma “democratização da máquina pública no Brasil, rompendo com a verticalização, até então presente” ou seja, as ações eram geradas no cume e direcionadas para a base. (COSTA, 2007, p. 46).

Contudo, alguns direitos, ou para não dizer, uma grande parte deles foram sendo, paulatinamente, descaracterizados, sendo transformados e/ou eliminados “mais de 150 itens que normatizavam a relação entre o Estado e os trabalhadores” (COSTA, 2007, p. 46.), esvaziando o espaço de atuação coletiva dos trabalhadores do setor público e de sua interlocução com as diversas esferas de poder desde o poder executivo, legislativo e judiciário e entes Administrativos (União, Estados, Municípios, Distrito Federal). Aliás, foi justamente

do Poder Judiciário que o Governo Collor de Mello, no início dos anos 90, se valeu para inviabilizar a aplicação do dispositivo legal que previa a negociação coletiva com os trabalhadores do setor público⁴³. (COSTA, 2007).

Os anos 1990 no Brasil foram marcados por um processo de neoliberalização geral da economia e da política, em que se investiu como nunca num paradigma da desresponsabilização do Estado, cada vez mais curto para o social e bem mais amplo para o capital. Neste sentido, buscou-se, conforme dito no início deste item, toda uma fundamentação em termos de reforma geral do Estado. (COSTA, 2007). Num contexto com tais ingredientes, a situação da ação coletiva dos trabalhadores insculpidas nas suas entidades de classe, somente poderiam sofrer um forte refluxo, levando o sindicalismo a um limite extremo, vulnerabilizando a luta dos trabalhadores, tanto do setor privado quanto do público, mormente no caso do Brasil, onde as tendências da reforma geral do Estado tinham dois aspectos chave com forte repercussão nas taxas de desemprego e nos serviços públicos, o primeiro devido às privatizações e o segundo à reforma administrativa do Estado. (COSTA, 2007).

No entender de Costa (2001, p. 281), a reforma administrativa trouxe mais problemas do que soluções para a sociedade, pois a mesma foi “apresentada à sociedade brasileira como uma forma de modernizar a administração pública e melhorar os serviços públicos”, contudo a maioria das modificações, senão a sua quase totalidade, buscou eliminar direitos e conquistas sociais dos trabalhadores e por tabela da população em geral.

Outra questão que se evidencia como fundamental no tocante às relações de trabalho no setor público, conforme contexto que prevaleceu nos anos 1990, e que teve um impacto decisivo na condução da lutas destes trabalhadores é a não participação dos trabalhadores do setor publico “no planejamento das atividades, sobrando-lhes o papel de meros executores” (COSTA, 2001, p. 287), tirando-lhes a liberdade de agir e capacidade de se posicionar de uma maneira mais acertada em relação aos objetivos de luta a serem colimados.

Vale a pena salientar que a quebra da estabilidade (ou a sua flexibilização), tanto quanto a não regulamentação do direito de greve, a possibilidade de demissões e disponibilidade, as terceirizações; desregulamentações, os contratos precários no serviço público (emprego público), somadas às novas formas de gestão da “res pública” como por exemplo a criação das OS (Organizações Sociais), agencias executivas (COSTA, 2001)

⁴³ Conforme lembra Costa (2007, p. 46), “a inserção do direito à negociação coletiva foi interpelado pelo governo Collor de Mello, em 1991 junto ao Supremo Tribunal Federal, que negou a perspectiva de uma relação híbrida de trabalho. Em seguida a Lei 8.162/91, a Lei 8.745/93, a Lei 9.527/97 e a Lei 9.783/99 modificaram mais de 150 pontos do RJU.”

mecanismos adotados pela Administração Pública, têm gerado uma insegurança tal que tende a desaguar nas entidades sindicais de servidores públicos, um sentimento de impotência e frustração, haja vista, o despreparo de suas lideranças no enfrentamento de tais conjunturas⁴⁴.

É bom que se diga, que essas “propostas” estão ou foram levadas aos Estados, incentivando-os a adotarem, por exemplo, PDV’s (Plano de Demissões Voluntárias), prometendo-lhes o perdão de dívidas fiscais destes com a União. Em suma, todos esses aparatos de gestão e medidas em relação ao trabalho no setor público têm, inegavelmente, trazido obstáculos às atividades do sindicalismo do setor, haja vista a quebra dos padrões de subjetividade, tendo como consequência mais direta o sentimento de desprestígio e desvalia em relação à sua condição de trabalhador com especificidades que lhe garante certa singularidade (COSTA, 2004), afetando de perto a vida do servidor, degradando-lhe as condições de trabalho e debilitando aquilo que Supiot (1995) chamou de “espírito de serviço Público”. Todos eles vivem um drama diário, ao verem seus salários e empregos serem fortemente aviltados e precarizados sem poderem fazer muita coisa. As repercussões no sindicalismo do setor público têm sido nefastas.

3.5 – O Sindicalismo no Setor Público

O movimento sindical no Brasil mantém singularidades e especificidades, nas diversas fases históricas por que passou no século 20, que não são encontrados no sindicalismo de qualquer outro país do ocidente. Vários estudos foram feitos e, na sua grande maioria, a polêmica permanece quando se trata da trajetória da questão sindical no Brasil. Há, neste caso, convergências e divergências, não se havendo uma solução que seja de caráter consensual. (NOGUEIRA, 2005).

Assim, buscaremos traçar em rápidas pinceladas uma periodização do sindicalismo no setor público. Ao historiarmos a gênese e as origens do sindicalismo no setor público, estaremos nos debruçando sobre uma realidade histórica marcada mais por oscilações e continuidades que por rupturas. NOGUEIRA (2005).

Seguindo nas trilhas de Nogueira (2005, p. 95), temos 6 fases, a saber: 1) fase pré-1930; 2) de 1931 a 1945; 3) de 1946 a 1964; 4) de 1964 a 1977; 5) de 1978 a 1988; 6) e de 1988 até os dias atuais.

⁴⁴ “Só entre 98 e 99, ocorreram 19.755 aposentadorias, sendo 60,9% proporcional por tempo de serviço”. Ver a respeito Costa (2001, 2004, 2007) e Nogueira (2005).

Cada período histórico deste traz uma parcela de importância no surgimento e consolidação do sindicalismo no Estado, e não, de Estado. A diferença não é só de cunho semântico, mas, de cariz político-organizativo, pois, na medida em que os funcionários públicos vão caminhando, dentro do horizonte histórico de suas organizações, vai-se percebendo o seu afastamento, no início tímido mas constante, das injunções do Estado, notadamente, num contexto de uma “modernização conservadora”, como a que se deu a partir de 1930.

A principal característica do período pré-1930, foi o chamado “anarco-sindicalismo”, de cariz extremamente reivindicatório, revolucionário. No tocante à participação de servidores públicos, não há registros de formas de organização.

Nota-se, nessa fase, a ausência quase absoluta de formas de associação, participação e organização de caráter sindical dos segmentos de classe média e dos serviços urbanos. (NOGUEIRA, 2005, p. 96).

Entre 1931 e 1945 tem-se a consolidação das primeiras experiências de cunho associativista, ainda que de perfil recreativo, assistencial e civil, através de associações que não tinham (ou podiam) comportar-se como sindicatos. A esse respeito assim se reporta Nogueira (2005):

“As primeiras associações começam a ser criadas, como sociedades civis e assistenciais, considerando que organizações profissionais e sindicais eram proibidas no Estado. (NOGUEIRA, 2005, p. 96).

Ademais, deve-se ter em mente que, no período acima, o controle e o comando do Estado por sobre as organizações sindicais era, via de regra, total, subordinando-as aos interesses do Estado, que estaria por outro lado viabilizando a implantação tardia do capitalismo em terras brasileiras.

A terceira fase (1946- 1964) ocorreu em pleno modelo “nacional-desenvolvimentista” e por força da redemocratização de 1946, quando o movimento operário e sindical tem um novo alento de vida. Não obstante, isso se deu sob o pálio de profundas contradições, haja vista que os tempos eram propícios à politização e reorganização do sindicalismo, o que por conta disto, viria a acender o estopim do golpe de 1964, com pautas políticas e avançadas para a época, pois,

No Brasil, a participação dos sindicatos em temas mais abrangentes, ocorridos no pré-1964, foi um dos motivos que desencadeou o golpe militar, fato que mostrava a fragilidade da democracia burguesa quando a participação popular e sindical era maior. (NOGUEIRA, 2005, p. 102).

É justamente neste período, após os anos de 1950, aproveitando os ventos de relativa liberdade política, que o sindicalismo “desenvolve-se no interior das classes médias e se amplia no interior do Estado.” (NOGUEIRA, 2005, p. 102). O principal indicador destes fatos diz respeito, já na década seguinte, à participação nas greves, através da “representação sindical dos setores estatais” (NOGUEIRA, 2005, p. 103)⁴⁵. Um fato que chama a atenção nessa fase é que os funcionários interessavam-se em participar coletivamente das lutas dos trabalhadores. “Nesse momento, muitas associações de funcionários públicos haviam sido formadas, com finalidades de congregação, recreação, assistencialismo e defesa profissional, sem uma perspectiva sindical.” (NOGUEIRA, 2005, p. 106).

A fase que vai de 1964 a 1978 constitui-se numa grave ruptura do processo de construção coletiva da consciência de classe dos funcionários públicos, de classe em si a classe para si, conforme já nomeara MARX, pois, no entender de Nogueira (2005, p. 107), “seguramente, o golpe de Estado atrasou por mais de uma década a emergência do sindicalismo dos funcionários públicos, que ensaiavam alguma atividade sindical”, trazendo um enorme prejuízo à classe trabalhadora como um todo, e ao sindicalismo no setor público mais especificamente.

A próxima fase, de 1978 a 1988, é considerada pelos estudiosos da matéria como sendo um momento de ascensão das lutas operárias e sindicais no Brasil, com o advento do chamado “novo sindicalismo”, marco do movimento sindical no país e do sindicalismo de funcionários públicos. Os anos 1980 foram de “ascenso mobilizatório e organizatório dos trabalhadores no Brasil”, incluindo os funcionários públicos que, em meio a uma transição do “associativismo para o sindicalismo dos funcionários assalariados do Estado”, iriam estabelecer uma nova dinâmica no movimento sindical brasileiro, em que pese ser proibido aos funcionários públicos se sindicalizarem antes de 1988. (NOGUEIRA, 2005, p. 110.).

E, por fim, na última fase, a partir 1988 até os nossos dias, o sindicalismo de servidores públicos foram “contemplados” com a liberdade sindical, mas contida dentro de determinados limites, pela CF de 1988. Neste sentido, 1988 é um marco de legalização do sindicalismo no Estado. (NOGUEIRA, 2005).

Podemos estabelecer, em largos traços, três momentos distintos que sintetizam o movimento sindical no setor público do Brasil, qual seja, a) entre 1930 e 1978, surgem as associações corporativas e assistencialistas de servidores públicos; b) entre 1978 e 1988,

⁴⁵ : “A partir de 1959 o centro dinâmico do movimento sindical transfere-se para o setor público. Enquanto em 1958, das 31 greves ocorridas, 80% aconteceu no setor privado, em 1963, das 172 greves ocorridas, a maioria (58%) aconteceu no setor público em órgão do governo, autarquias, empresas públicas.” (NOGUEIRA, 2005, p. 103 e 104, apud RODRIGUES, 1981, p. 541-550).

mudanças no perfil político-organizativos dessas associações que passam a se nortear, agora não mais por um caráter assistencialista, mas por aspectos sindicais, nas suas práticas e reivindicações, em virtude do movimento “novo sindicalismo”; c) a partir de 1988, é o período de consolidação e legalização da livre associação para fins sindicais, Resta, após isso, um último período, esse que vai ser marcado por uma crise no sindicalismo do setor público. (NOGUEIRA, 2005).

A partir de 1990, influenciado pelo contexto de redemocratização do país e da emergência do “novo sindicalismo”, os servidores públicos até então organizados em associações (COSTA, 2007), (pois não tinham permissão legal para se organizarem em sindicatos), com o advento da Constituição de 1988 tiveram reconhecido este direito e fundaram seus sindicatos. “A nova Constituição incorporou a perspectiva do serviço público como direitos de cidadania” (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2008, p. 12), o que significava uma nova postura em relação aos trabalhadores do setor público, dos usuários dos serviços públicos e do Estado.

Isto significava dizer que o fruto das lutas sindicais da década anterior (1980) resultou, além de conquistas salariais, “no reordenamento das relações de trabalho no setor público.” (COSTA, 2007, p. 45). Trata-se de uma categoria heterogênea de trabalhadores, cujas diferenciações são um ponto de partida para entendê-las, a partir da forma em que são contratados (COSTA, 2004) Isso vale também para os Servidores Públicos Federais (SPF), onde há uma gama de categorias e instituições

A forma de estruturação do sindicalismo federal mostra por si a fragmentação e a presença de um corporativismo por categoria e instituições. Isso reflete evidentemente na forma de atuação dos sindicatos públicos federais, que tendem a diversidade de acordo com os interesses corporativos. Ou seja, aparentemente dentro de cada setor há maior identidade e atuação articulada dos servidores e sindicatos, mas, entre os setores, o que os une é a defesa e o crescimento do próprio Estado. (NOGUEIRA, 2005, p.198).

Neste caminho, essa dinâmica reforça o dilema entre a luta para equacionar os interesses corporativos e a prática mais coletiva, passível de estabelecer um movimento mais virtuoso da prática sindical. No tocante às estratégias de luta assumidas pelo sindicalismo de servidores públicos em geral, e servidores públicos federais, em particular, evidenciam-se formas de manifestação através de lutas econômicas e corporativas que se exprimem nas greves de sindicatos de servidores públicos. (NOGUEIRA, 2005). Deve-se frisar que as greves exercidas pelo sindicalismo no setor público é o principal, mas não o único instrumento de reivindicação dos interesses de cada categoria. Essas greves, em comparação

às do setor privado, são mais “longas e abrangentes por categoria e setores, envolvendo, número elevado de grevistas e de jornadas não trabalhadas.” (NOGUEIRA, 2005, p. 245). As greves do setor privado têm duração muito menor devido a que já existe uma estrutura organizada de solução dos conflitos. (NOGUEIRA, 2005). Outro aspecto digno de nota nas greves do setor público é que, nessas, não há um obstáculo direto “aos processos de valorização do capital.” (NOGUEIRA, 2005, p. 244 *apud* ANTUNES, 1995).

Outra questão que se relaciona diretamente com a discutida acima é que, por força da singular situação dos servidores públicos, no que diz respeito a contarem com a estabilidade no emprego e por terem um único empregador (o Estado) e estarem vinculados a uma atividade produtiva indireta (o setor serviços), que não impacta duramente na produção industrial, suas atividades de greve tendem a ter maior tempo de duração. (NOGUEIRA, 2005).

Um fator que não se pode esquecer foi o papel que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) teve, nos anos 1980, na condição de aglutinadora de uma grande parcela de recém criados sindicatos de servidores públicos que efetivamente se mobilizavam para a greve. (COSTA, 2004, p. 194). Esses sindicatos encontraram na dinâmica organizativa e político-ideológica da Central um ambiente propício para exercer plenamente as suas lutas mais corporativas, num contexto de redemocratização do país, (COSTA, 2004), onde priorizavam uma dupla estratégia, por um lado, voltada para dentro (na busca de equacionar, fortalecer e definir uma identidade própria de cada sindicato) e, por outro, voltada para fora (visando um relacionamento inter-sindical, com a sociedade civil e seus organismos de participação social). (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2008).

A partir da década de 90, com o novo momento de crise do capitalismo nos países centrais do sistema global, e uma (ré) estruturação produtiva e selvagem regressão dos direitos trabalhistas, deu-se um amplo e sistemático desmonte do Estado tanto nos países de centro do sistema capitalista, quanto nos países da periferia do sistema. Momento este marcado, também, por uma desmobilização social. (COSTA, 2004).

É justamente na Reforma do Estado que se reconfiguram as relações de trabalho na Administração Pública, em virtude do imperativo de mudanças exigidas pela globalização econômica (COSTA, 2004). Na segunda metade dos anos 1990 o movimento sindical de servidores públicos passa a ter uma projeção maior, no cenário político brasileiro. As greves de servidores públicos (tanto da Administração direta, quanto das Estatais) ocupam o cenário sindical e da mídia nacional e internacional. Na passagem para os anos 1990, os servidores passam a se ver premiados por uma onda de reformas (do Estado, da Previdência, etc) e por

pressões nacionais/internacionais no afã de subordinar o Estado em relação ao projeto neoliberal, que previa, entre outros “remédios,” a privatização de órgãos públicos e estruturais do Estado Brasileiro. Nesse contexto, o sindicalismo no serviço público sentiu o impacto das medidas de ajuste neoliberal, com o processo de desmonte de órgãos/instituições⁴⁶. Com o desmonte viria a precarização das condições de trabalho e dos servidores e, como decorrência lógica, a privatização deste patrimônio Estatal (como de fato ocorreu com mais intensidade nos governos FHC I e II). Os sindicatos de servidores públicos buscaram contrapor-se a esta política “privatista” do governo FHC (iniciado no Governo Collor de Mello), como também fazer frente a uma “Reforma do Estado” que tinha como objetivo, entre outros, a “desresponsabilização” do Estado na condução de política sociais (Educação, Saúde, Previdência Social, etc). (COSTA, 2004). Vivia-se, na visão de Vêras de Oliveira (2008, p. 11), “sob o fio da navalha entre os marcos da Constituição de 1988 (*publicista*) e da Reforma do Estado brasileiro (*privatista*).”

Não obstante, velhas estratégias e táticas oriundas do sindicalismo privado, adaptadas ao sindicalismo do setor público, como: greves parciais por órgãos e invasão de órgãos públicos, tudo feito no sentido de “provocar abertura de negociação e exigir um posicionamento dos titulares das pastas”, foram utilizadas por servidores públicos (notadamente os SPF) para buscar seus intentos. (NOGUEIRA, 2005, p. 259). É, também, deste período a intensificação de posturas “corporativistas” e “legalistas”, posições estas que enfraquecem a luta emancipatória que se espera dos sindicatos. (COSTA, 2004).

Em suma, há dois pontos que chamam a atenção quanto à atividade do movimento sindical de servidores públicos aqui no Brasil. O primeiro consiste na evidência de que há uma “recorrência do conflito em torno de pautas elementares de condições de salários e de trabalho, exatamente nos setores essenciais como Educação e Saúde.” (NOGUEIRA, 2005, p. 283). Quanto ao segundo, para o sindicalismo em geral, e o sindicalismo de servidores públicos, no particular, fica a seguinte indagação: como conciliar uma estratégia sindical de caráter mais amplo, classista, com uma tendência à adoção de políticas públicas focadas, fragmentadas, submetidas a uma dinâmica privatista? O que cabe, quanto a isso, ao sindicalismo do setor público como desafio? (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2008).

⁴⁶ Conforme (ALVES, G. 1998, p.127 – 133).

3.6 – A Reforma do Estado e a Crise do Sindicalismo do Setor Público

A década de 1990 foi marcada por mudanças fundamentais que alterariam de vez todo o panorama mundial, com forte influência na América Latina e chegando, mais especificamente, ao Brasil. No caso do Brasil, os movimentos sociais, que nas décadas de 70 e 80 viveram um apogeu, agora ao se defrontarem com as limitações que a nova conjuntura contemporânea lhes colocava, foram assumindo cada vez mais uma postura defensiva. O sindicalismo, como uma das construções coletivas deste conjunto, também passou a se resguardar no tocante às ações políticas mais de enfrentamento, preferindo uma ação mais propositiva de caráter mais defensivo. (COSTA, 2004).

As alterações no mundo do trabalho, realizadas fundamentalmente através da reestruturação produtiva e da redefinição do papel do Estado têm levado o sindicalismo, de uma forma geral, e o sindicalismo do setor público, mais especificamente, a uma posição de recuo, em busca da manutenção dos direitos já conquistados, ao invés de tentar uma ampliação destes direitos através da luta.

Naquilo que diz respeito ao sindicalismo do setor público, objeto desta investigação, a redefinição do papel do Estado toma contornos de extrema importância para o entendimento da crise que sobre ele se abateu.

Desde a época do império passando pelos anos 1930 e chegando à ditadura militar de 1964, na administração pública vem-se alternando políticas de gestão de “tipo racional-legal com patrimonialistas, retirando a coordenação do todo e fragilizando o comando sobre as diversas partes do corpo estatal” (COSTA, 2004, p.112), o que de certo modo expressa o caráter autoritário que ainda persiste nos dias atuais.

Foi sob a gestão do Vargasismo, nos anos 1930, que tivemos os primeiros rudimentos de um modelo racional de administração pública, em que se buscou inserir o critério de mérito no serviço público. (COSTA, 2004) . Neste sentido,

Foi mantida, entretanto, a distinção entre servidores regidos pelo regime estatutário e os demais, regidos pelo regime celetista, bem como a proibição do direito de organização sindical. Se de um lado o sistema de mérito colaborava para a profissionalização da função pública, de outro, a introdução dos cargos em comissão para funções de chefia, que rapidamente se transformaram em cargos políticos, comprometeram a continuidade e eficácia administrativa. (COSTA, 2004, p. 112).

Por aí percebe-se a forte influência patrimonialista que se imiscuiu nos refolhos da administração, tornando-se base para a prática do nepotismo, “expressão mais refinada do clientelismo no Serviço público.” (COSTA, 2004, p. 112) É também desta época o surgimento do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), que se propunha a promover várias mudanças na estrutura da administração pública brasileira, mas sucumbiu às injunções políticas e culturais, derrotado que foi pelas “nomeações de funcionários extranumerários, pelas indicações políticas e pelos concursos manipulados” (COSTA, 2004, p.113).

Na década de 1950 a preocupação de conter gastos foi a responsável por se relegar ao segundo plano a reforma da administração, pois “optou-se pela construção de um sistema paralelo” (COSTA, 2004, p. 114 *apud* LAFFER, 1979 ; NOGUEIRA, 1998) organizado a partir de órgão existentes, tipo: BNDE, BB, SUMOC, etc.

A idéia de reformas na administração deverá ser retomada em plena ditadura militar, por meio do decreto nº 200, que estabelecia no seu cerne uma descentralização de comando, gerando por si só uma “dicotomia entre o Estado Tecnocrático e moderno, representado pelas entidades da administração indireta, e o Estado burocrático, formal e defasado, que é o Estado da administração direta” (COSTA, 2004, p. 114)⁴⁷. Essa “inovação” trazida pela ditadura mais dividiu que somou, pois fica evidente a necessidade do regime de quebrar as resistências que porventura viessem a fazer os trabalhadores do setor público, em que pese ainda não estarem organizados em sindicatos, de esboçar alguma resistência ao regime.

Os anos 80 trazem como signo reformista os programas de desburocratização e desestatização que mais não fizeram que reformar alguns elementos formais do sistema, não tendo nenhuma influência nas questões mais fundamentais do serviço público com vista a garantir uma melhor eficiência deste mesmo, em que pese, com o advento da Constituição de 1988, os Servidores tiveram uma série de direitos reconhecidos. (COSTA, 2004, p. 114). Por outro lado, foi nessa década que os trabalhadores do setor público, organizados agora em associações de caráter francamente sindical vão se inserir de forma efetiva no debate sobre a conformação do Estado.

Finalmente, nos anos 1990, chegamos mais uma vez a assistir à definição da administração pública “como um grande problema no país, com ênfase na redução do papel

⁴⁷ O decreto-Lei nº 200 de 25/02/67 estabelecia, como principio fundamentais: “o planejamento, a coordenação, o controle, a descentralização, a delegação de competência, expansão das empresas estatais fundações e autarquias; expansão do sistema de mérito. Deixou de lado o cerne do serviço público, cristalizando um paradoxo de uma administração direta enfraquecida e marginalizada convivendo com uma administração indeireta reforçada sem qualquer sinergia ou planejamento integrado.” (COSTA, 2004, p. 114).

do Estado” e foco na figura do servidor público, alçado à condição de “*bode expiatório*”, sendo responsabilizado, segundo os governantes de plantão, “por sua falência, sendo atingidos por uma série de medidas, não assentadas em critérios capazes de conduzir a uma moralização e democratização da máquina administrativa”(COSTA, 2004, p. 116).

Trabalhou-se nesta discussão dois conceitos. O Estado e o Mercado. (SANTOS, 2001). No primeiro caso foi se cristalizando na subjetividade da sociedade e dos próprios trabalhadores um imaginário privatista, (COSTA, 2004), através de um competente processo de convencimento e cooptação da mídia que introjetou no imaginário coletivo a idéia de que

O corporativismo contemporâneo constitui um resíduo medieval e de que sua prática, indicativa de uma regressão social, só aparece no lado do capital, por acidentalidade, enquanto que no lado do trabalho constitui uma prática permanente, um verdadeiro “modo de ser” do movimento sindical dos trabalhadores, “modo de ser” que teria na categoria dos servidores públicos a sua expressão perfeita e acabada. (VIOLA 2001, p. 324).

Caberia ao Estado, nesta visão deturpada, a condição de “perdulário, ruim, pesado”, enquanto que o mercado é tido como “enxuto, bom, flexível” (SANTOS, 2001, p. 299). Por isso, a aceitação, pelo cidadão comum, normal, de que o Estado seja desestruturado torna-se muito “natural”, em virtude de como foram trabalhados esses conceitos na sua consciência pela grande mídia, que, via de regra, está ligada aos grandes grupos que as hegemoniza.

Utilizando-se de uma falácia bastante comum ao projeto neoliberal, que o que presta é o Mercado e o ruim é o Estado, nessa linha “constrói-se uma “imunidade política” em benefícios de grupos hegemônicos que privatizam o Estado e concentram a renda nacional, impondo os seus interesses particularistas ao conjunto da sociedade.” (VIOLA, 2001, p. 324).

Obviamente, esse “deslocamento do ônus” das agruras sociais, geradas no processo de acumulação de capital e de suas repercussões no seio da malha social, para os trabalhadores do setor público, guarda em si uma determinação maior, qual seja a de que a responsabilidade pela degradação dos serviços oferecidos à comunidade, antes de ser computado ao malogro das diversas e sucessivas políticas governamentais, deve-se, essencialmente, ser imputáveis à categoria de servidores públicos, “decorrentes do fato de estarem legalmente protegidos contra a despedida arbitrária.” (VIOLA, 2001, p. 323).

A solução, segundo os ideólogos do modelo neoliberal, seria estabelecer um conjunto de Reformas, entre elas, a Reforma Administrativa, que foi apresentada à sociedade “como uma forma de modernizar a administração pública e melhorar os serviços públicos” (COSTA,

2004, p. 130), mas efetivamente visando à flexibilização de um conjunto de direitos, insculpidos na CF de 1988, tendo como carro chefe a

Extinção da estabilidade adquirida, convertendo-se numa das chaves para a superação da crise do País, o ingresso na modernidade e a conquista do progresso, vale dizer, ela era fundamental, não para um simples projeto de reforma administrativa, mas , para o próprio projeto de desenvolvimento social e econômico do país.(VIOLA, 2001, p. 322).

A solução preconizada pelos tecnocratas ligados à gestão da máquina pública foi a implantação do modelo gerencial. Neste sentido, conforme nos lembra Santos (2001, p. 300), “para comportar-se como uma empresa privada, não pode ter as amarrações, por exemplo, do regime jurídico estatutário, não pode estar regida pelo princípio da legalidade”. Na visão deste autor, a Reforma Administrativa alterou as relações de trabalho naquilo em que diz respeito ao cerne da questão do servidor, que é a sua dignidade, sua imagem, enquanto trabalhador remunerado pela sociedade, (COSTA, 2004), pois, “as relações de trabalho no serviço público estão sofrendo radical modificação, para que possam atender os pressupostos da administração gerencial e da globalização.” (SANTOS, 2001, p. 305).

Claro fica em toda essa conjuntura três questões, na ótica de Santos (2001, p. 305) que são:

A) essa relação se torna mais autoritária do que sempre foi, pois, o direito de greve, que já não era exercido por falta de regulamentação provavelmente será objeto de uma legislação restritiva ; B) princípio da legalidade absoluta na fixação de remunerações impede e cerceia a negociação das condições de trabalho e de remuneração dos servidores públicos; C) o cerceamento do papel e da atuação sindical fecha esse ciclo, impedindo que , por meio da sua representação, o servidor público possa furar o bloqueio imposto por essa relação autoritária e obter o reconhecimento da sua condição diferenciada enquanto trabalhador.

É interessante lembrar que a Constituição Federal buscou inovar ao sugerir a bilateralidade nas relações de trabalho, “ao introduzir mecanismos de controle social e a descentralização administrativa” (COSTA, 2007, p.47), visando a democratização da máquina pública no Brasil. Contudo, percebe-se que apesar desta abertura constitucional, “o governo não permitiu a experiência do funcionamento da máquina pública pautada na bilateralidade das relações trabalhistas, na continuidade da prestação de serviços e na democratização das relações de trabalho.” (COSTA, 2007, p.47).

Na verdade, a regulamentação da Reforma Administrativa foi à responsável direta por aumentar o grau de insegurança dos trabalhadores do setor público⁴⁸. Dispositivos foram elaborados com o fito de: a) demitir servidores públicos estáveis por excesso de gastos com a folha de salários e do limite das despesas com pessoal e b) demitir servidores estáveis por insuficiência de desempenho. (COSTA, 2007).

A Reforma não fez outra coisa que não fosse aprofundar o desmonte do serviço público em áreas essenciais para a população, tido como não estratégicos pelo Governo, assumindo-se a perspectiva de mercado ao invés daquela indicada pela CF de 1988. (COSTA, 2004).

Costa (2004), citando estudos franceses, se refere à “formação do espírito de serviço público”. Para a autora, tal espírito “pode ser tomado como uma espécie de modelo ideal” (COSTA, 2004, p. 190), conformado a partir da “dignidade na relação com o poder; a serenidade na relação com o dinheiro; e na continuidade na relação com o tempo.” (COSTA, 2004, p. 190)⁴⁹, pois

A elaboração do conceito de espírito do serviço público parte do estabelecimento da diferença da relação jurídica estabelecida pelo trabalhador do Estado com a entidade pública a que serve – que é de natureza estatutária, vale dizer, regida pela Lei – com aquela que estabelece o trabalhador do setor privado como o tomador de seu serviço, que é rígida pelo contrato e regulada pelo mercado. (VIOLA, 2001, p. 327 *apud* COSTA, 2004, p. 190).

Neste sentido, enquanto o trabalhador privado “conforma uma relação de subordinação direta e exclusiva ao tomador do serviço” (COSTA, 2004, p. 191.), o trabalhador do setor público, na sua relação com o Estado, o faz, não se subordinando “a uma determinada pessoa e, sim, a uma organização e aos valores por ela encarnados.” (COSTA, 2004, p. 191).

⁴⁸ Assim se posiciona a respeito dessa contradição Costa (2004, p. 137): “O método de condução da reforma não incorporou os trabalhadores, pois, o CNRE (Conselho Nacional de Reforma do Estado) não incluiu a participação de nenhum representante dos trabalhadores do setor público e de nenhum movimento social. É interessante notar que o discurso adotado pelo MARE procurou associar a necessidade da Reforma à inadiável mudança na máquina administrativa herdada da era Vargas. Entretanto, as principais medidas de reforma administrativa tiveram o objetivo de retirar do texto constitucional os artigos que instituíam mudanças nas relações de trabalho ainda não regulamentadas. Se ainda não haviam sido introduzidas na administração, como podiam ser tais mudanças as responsáveis por eventuais problemas o funcionamento da máquina pública.?”

⁴⁹ A propósito disto, Costa (2004, p. 192) nos lembra que a situação do serviço público no Brasil, por força da tradição brasileira, não autoriza “efetivar uma transposição da experiência francesa para a brasileira, pois, nossa tradição esteve marcada de forma singular por injunções patrimonialistas, das quais não conseguimos ainda nos desvencilhar. Mas consideramos que a dignidade da função pública conseguida na França (hoje em processo de negação, frente às concepções neoliberais), feitas as devidas relativizações, pode ser uma referência para analisarmos a situação brasileira.”

Por conta disto, os valores entre chefe e subordinado transcendem a relação de poder entre eles (COSTA, 2004), devendo restar para o usuário uma “idéia de dignidade profissional, que exclui o servilismo tanto quanto proíbe a arbitrariedade”. Essa “autonomia de julgamento” é fundamental “na vocação sociológica dos sindicatos de servidores públicos para expressar o interesse público, tanto quanto os interesses categoriais” (VIOLA, 2001, p. 328).

São estas características conformadoras que, no entendimento de Supiot (1995), proporcionaram, na França, o surgimento de uma identidade e uma moral profissional capazes de garantir “a integridade e a eficiência dos serviços públicos”, mas que ter-se-iam sido minados “os elementos conformadores da subjetividade dos trabalhadores do setor público.” (COSTA, 2004, p. 191).

É neste sentido que os baixos salários, a quebra da estabilidade e a instauração e manutenção de relações autoritárias de trabalho minam a formação de um espírito de serviço público e a moral profissional dos trabalhadores. (COSTA, 2004). Vale salientar que além destas, outras causas conformam o panorama atual do movimento de precarização das condições de trabalho no serviço público no Brasil, a ponto de, conforme nos lembra Viola (2001, p. 335)

As condições concretas impostas aqui [no Brasil, WBC] pelo Estado aos seus servidores - marcadamente nos últimos anos, de confinamento alienante nos respectivos postos de trabalho, sem direito a qualificação profissional, de crescente sucateamento dos órgãos e entidades a que servem e, ainda, a submissão a políticas remuneratórias geradora da degradação progressiva de suas condições de vida – poderiam propiciar a formação do espírito de serviço público ao contrário, esta concepção autoritária deveria gerar uma subjetividade marcada por um sentimento de desvalia em lugar da dignidade profissional; de resignação e acomodação em lugar do orgulho profissional, que é gerador da iniciativa e da busca de eficiência dos serviços; de fragmentação em lugar do sentimento de identidade que enseja uma moral profissional elevada.⁵⁰

Em suma, os desafios desse contexto são imensos para o sindicalismo do setor público. Conforme Vêras de Oliveira (2008, p. 25):

Para o sindicalismo do setor público, com a terceirização, a heteroginização e a precarização das relações de trabalho, em meio às pressões pela privatização dos serviços públicos, está em questão a sua própria condição de sujeito social e coletivo. O futuro do sindicalismo do

⁵⁰ Conforme a visão de Viola (2001, p. 335), o serviço público no Brasil, desde os seus primórdios é caracterizado por possuir determinações autoritárias, todas elas fruto da tradição clientelista e patrimonialista que marcou a Administração Pública desde o início: “A formação e o desenvolvimento do espírito de serviço público no Brasil é marcada por 04 determinações autoritárias, a saber a) O clientelismo remanescente; b) O paradigma Taylorista consolidado; c) As políticas salariais concentradoras de renda e d) O cerceamento da autonomia coletiva dos servidores públicos.”

setor público depende do valor estratégico que as política públicas venham a ter para o país. O desafio maior para esse é ir além do horizonte corporativo e imediatista, de modo a poder contribuir mais decisivamente com a construção de uma dinâmica mais virtuosa envolvendo a ação sindical e as política públicas.

A seguir, antes de passarmos a uma apreciação sobre a trajetória histórica do SINTESPB, suas lutas, perspectivas e a forma através da qual essa entidade sindical observou e apreendeu a crise sindical sob diversos ângulos, abordaremos numa panorâmica mais geral as políticas educacionais no Brasil, situando-a num segmento de trabalhadores públicos, contextualizados no setor da Educação, mais precisamente, do subsetor da Educação Superior, de modo a melhor situar a base social do SINTESPB.

4 A POLÍTICA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL PELA LENTE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DO SINDICALISMO

"Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública".

Anísio Teixeira

4.1 - A Política Universitária Brasileira

As questões que giram em torno do quesito “Educação” vão mais além quando, *por* força do embate ideológico são definidos os rumos da educação nacional: “educação para que” e “educação para quem”, se tornam assim questões essenciais neste embate. (MORAIS, 1991, p. 37).

No capítulo referente à Educação de Nível Superior, as questões acima explicitadas se revestem de caráter ainda mais decisivo, pois a instituição “Universidade” no Brasil padece de uma profunda clivagem em termos de função social, em virtude de ter sido pensada numa perspectiva bastante elitista, fruto de sua gênese ter se dado no início do século XIX, coerente, pois com a sociedade conservadora escravagista de então. (NAVARRO, 2001).

A partir dos anos 30, no regime varguista, configurou-se a necessidade de se preparar “elites condutoras do país”, que servissem aos interesses do Estado brasileiro, expressando assim, em termos de propostas e política Educacional, uma vertente marcadamente classista, ou seja, representando os interesses da classe dominante, ficando as classes subalternas alijadas na feitura dos destinos políticos, sociais, econômicos e culturais de uma sociedade⁵¹. (NAVARRO, 2001, p. 63).

Esse novo “modelo” baseava-se na institucionalização da vida social, política e econômica, no tocante à criação, centralização, controle e planificação, visando sempre o “disciplinamento da produção” e do seu entorno. Obviamente, todas essas transformações repercutiram no aparelho educacional brasileiro, pois

⁵¹ Vale salientar, como nos lembra Navarro (2001, p. 62), que “é neste contexto que se afirmam os grandes sindicatos e partidos de massa”, ou seja, é daí que se finca a gênese do serviço público e daquilo que depois viria a ser conhecido como o “sindicalismo de servidores públicos.”

Os novos imperativos da acumulação capitalista exigiam a definição de uma política educacional, científica e tecnológica que assegurasse a ampliação da área de atuação do capital industrial e, ao mesmo tempo, medidas voltadas para a expansão da escolaridade dos segmentos populares e médios urbanos. (NAVARRO, 2001, p. 62).

A meta buscada pelo então regime populista implantado no Brasil pelo Varguismo era escolarizar o máximo possível, trazendo para o âmbito da produção capitalista uma força de trabalho capaz de servir de instrumento de produção e reprodução das relações sociais comandadas pelo capital.

O Estado Varguista, em suma, passa a se responsabilizar, pela primeira vez, por definir uma política educacional no plano nacional, na qual estaria incluída a educação de nível superior, resultando disto a criação do Ministério da Educação e Saúde, tendo como passo inicial, para a concretização de um sistema universitário nacional, a criação, em 1931, do “Estatuto das Universidades Brasileiras.” (NAVARRO, 2001, p. 63).

Esse diploma legal trazia no seu âmago toda uma carga simbólica oriunda do contexto social em que estava mergulhado o Brasil da década de 30. Pois propugnava “a elevação do nível cultural geral, o estímulo a investigação científica em todos os campos do conhecimento e habilitação para o exercício de atividades de nível superior”, o que se prestava, muito bem, a “reafirmar o caráter discriminatório e seletivo da educação superior, preocupada em formar quadros dirigentes adequados aos novos imperativos econômicos, sociais e políticos.” (NAVARRO, 2001, p. 63).

Numa sociedade de profundas raízes escravagistas, na qual os “senhores da Senzala” foram alçados à condição de “donos do poder”, na feliz expressão de Raymundo Faoro, o sistema educacional padecia (como ainda padece) de uma clivagem entre aqueles que mandam (as classes dominantes) e aqueles que obedecem (as classes subalternas). (COSTA, 2004).

Em virtude de tudo isso, implantou-se no Brasil uma formação acadêmica de caráter francamente elitista, marcada pela “supervalorização do trabalho intelectual”, com vistas à formação de um “staf” que alimentaria os quadros dirigentes da Burocracia Estatal em formação, ficando devidamente demarcados os “nichos” de cada classe social, ou seja, para a burguesia dominante, um ensino mais clássico, propedêutico, para os subalternos, um “ensino” mais técnico, voltado, efetivamente, para um mercado de trabalho. (NAVARRO, 2001).

Outra questão bastante controvertida no tocante à Universidade no Brasil, pensada na ótica do Estado Varguista, diz respeito à forma em que foi definida a sua organização

Administrativa, que nos remete, inevitavelmente, à polêmica questão da autonomia da Universidade, que se queria livre para traçar o seu próprio destino, mas que, efetivamente, viu-se tolhida na condução de seus ditames, em virtude de subsistir apenas uma autonomia formal. Na prática, a universidade estava hierarquicamente subordinada aos humores administrativo-burocráticos do então Ministério da Educação e Saúde, nos anos 30.

Por força desse pressuposto básico, as relações de trabalho foram como que tisonadas pelo “ranço” da hierarquização e burocratização da carreira docente:

A afirmação de um processo de trabalho cujos fins e destinação social transcendiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão, imediatamente realizadas pelos docentes e que se subordinava, no limite, as política educacional, científica e tecnológica traçadas pelo Estado em articulação com o grande capital. (NAVARRO, 2001, p. 65).

A fim de bem cumprir o papel que lhe fora dado pelo Estado Vargasista, a Universidade deveria agir “socialmente” na formação, preparação e enquadramento do trabalho do docente, profissionalizando-o e transformando-o num “intelectual orgânico”⁵² Não obstante, todo esse movimento de arrebatamento e cooptação que o Estado Vargasista exerceu junto às classes dominantes (tanto rurais quanto urbanas) em busca de fazer valer uma visão de mundo de perfil dominante, surgiu toda uma leva de intelectuais “compromissados com as classes subalternas”, que apontavam numa linha ideológica mais “crítica e de ação mais emancipadora.” (NAVARRO, 2001). Estabeleceu-se, assim, um movimento histórico de disputa de hegemonias (luta de classes), propiciando que mais tarde surgisse, décadas à frente, o movimento de contestação e luta coletiva, consubstanciado na atividade sindical. Esse processo de implantação e afirmação da Universidade e, por tabela, da pesquisa em ciência e em tecnologia, somente viria efetivamente a ocorrer na década de 50, no auge do populismo iniciado no governo do presidente Vargas e sucedido no Governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Em virtude da ascensão das duas grandes potências que emergiram pós-segunda guerra e da disputa hegemônica entre ambas, conhecida por “guerra fria”, o Governo tratou de, para proteger as suas reservas extrativistas e minerais, criar, em 1951, o

⁵² Conforme preceitua Navarro (2001, p. 68), “É possível admitir, sem recorrer a generalizações, que aqueles intelectuais diretamente envolvidos na revolução de 1930 tenham se incorporado aos aparelhos burocráticos governamentais ou passado a responder às demandas do Estado Novo pela produção e disseminação do conhecimento nas universidades. O fato mais importante é que começava a se estabelecer um vínculo mais forte entre intelectuais e Estado, mediado pela indissociabilidade entre política, ciência e ideologia que marca a produção do saber universitário. A origem desses intelectuais mobilizados por tais demandas – as classes dominantes rurais e urbanas – e o seu perfil político [estaria, WBC] no âmbito de um projeto liberal que se afirmava pelo distanciamento concreto das massas populares.”

Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ) e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agora Coordenadoria. (NAVARRO, 2001). Ao CNPQ foi destinada a responsabilidade em equipar e equiparar, no âmbito do país, prioritariamente, a pesquisa de energia nuclear, então de caráter estratégico para o Brasil. A função da CAPES era, primeiro, promover uma melhoria do ensino de nível superior, que formasse e assegurasse um corpo técnico, científico e humanístico, que desse suporte às demandas tanto do setor público, quanto do setor privado, voltadas para o crescimento econômico e cultural do país, e, segundo, “formar quadros de intelectuais mediadores desse desenvolvimento, do ponto de vista das classes dominantes.” (NAVARRO, 2001, p. 70)⁵³.

Sem, contudo, possuir nenhum *know-how* que pudesse colocar o país em pé de igualdade com as instituições de pesquisa de outros países, a universidade brasileira não pôde dar respostas às demandas em termos de pesquisa, fruto principalmente da subordinação do capitalismo nacional ao desenvolvimento do capitalismo internacional. Essa debilidade ocorreu em virtude do próprio direcionamento impresso pelo Estado brasileiro, que buscava a todo custo consolidar aqui o capitalismo, entretanto com investimentos internacionais. (NAVARRO, 2001).

O Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek aprofundou a internacionalização da economia brasileira, ao ponto de subordinar o parque tecnológico nacional às tecnologias não desenvolvidas no país. (NAVARRO, 2001). Neste ínterim, construiu-se toda uma rede de interesses e relações comerciais, políticas e culturais das classes nacionais, ou pelo menos de algumas frações dessa mesma e a burguesia internacional, representada pelos grandes grupos industriais e financeiros que passariam a operar nestas plagas, sob a bandeira dos “cinquenta anos em cinco” do juelinismo. Em boa medida

Sob a égide do nacional-desenvolvimentismo, a definição das políticas econômicas resultava, do embate entre intelectuais orgânicos das classes fundamentais, centrados nas relações entre o nacional e o internacional engajados, sobretudo, no PCB, nos Sindicatos, fazendo oposição nas Universidades, participando da ANL, esses intelectuais contribuíram para o acirramento das contradições de classes e da luta de classes que se verificou no final da década de 50 e início dos anos 60. (NAVARRO, 2001, p. 72).

Enquanto no *front* político-econômico os embates ideológicos persistiam, tendo como mote a relação nacional/internacional, no campo da política educacional esse mesmo embate girava sobre a questão do público e do privado, que, diga-se de passagem, sempre

⁵³ Isto pressupunha, como nos lembra Navarro (2001, p 70), “propiciar condições de formação profissional ou científica de nível superior aos indivíduos que ‘mais capazes’ mais sem recursos econômicos”.

esteve presente na história da educação brasileira, desde o início do século XX. Aquelas propostas iniciais dos chamados pioneiros da “escola nova”, em final dos anos 20 e início dos anos 30, foram retomada agora numa perspectiva de democratização e melhoria de qualidade da escola pública e gratuita. “A função social e os objetivos das instituições universitárias passaram a ser discutidos nacionalmente, em uma perspectiva mais politizada, do ponto de vistas dos antagonismos de classes.” (NAVARRO, 2001, p. 74).

Da correlação de forças que se estabeleceu desse debate, aliado às disputas entre privatistas e publicistas, convergiu-se para o primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que trouxe à cena a luta que conservadores e progressistas travaram durante longos 13 anos, defendendo aqueles um perfil mais elitista para a educação – na qualidade de um privilégio de classe –, enquanto esses buscavam uma educação de qualidade, universal, inclusiva, gratuita, que abarcasse um contingente cada vez maior da sociedade. Não resta dúvidas que o pêndulo da balança pendeu para o lado dos conservadores, favorecendo-os nos ditames da lei. (NAVARRO, 2001).

Com o golpe de 1964 e o apoio de grande parcela da então chamada “classe média”, que se embriagou com “os discursos, argumentos e teorizações dos antinacionalistas e conservadores”, o regime de exceção impôs um novo padrão de acumulação, sinalizando na direção do grande capital internacional, argamassando a burguesia internacionalizada, o latifúndio improdutivo e o Estado. (NAVARRO, 2001, p. 75).

Obviamente esse “novo” rearranjo das classes dominantes trouxe mudanças na ênfase dada às políticas de ciência e tecnologias, implicando assim em mais verbas para pesquisa e melhores condições institucionais, em termos de formação de mão de obra especializada que pudesse alavancar um crescimento econômico mais pujante e duradouro. Para tanto, o Estado tratou de criar e propiciar melhores condições de pesquisa. (NAVARRO, 2001).

Foi desse período a criação do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que incrementou as pesquisas em nível de pós-graduação, destinando verbas para projetos desenvolvidos nas Universidades, que fossem responsáveis por inovações e adaptações tecnológicas, transformando, assim, a ciência em força de produção e a educação em elemento formador de mão de obra para as fileiras do capital. (NAVARRO, 2001).

O impacto dessas mudanças na Universidade Brasileira foi devastador, pois agora essas deveriam se reger pelo espectro ideológico da segurança nacional, materializada na “lei de segurança nacional”, repercutindo sensivelmente nas práticas mais orgânicas dos

intelectuais, que se alinhavam com a classe subalterna, impondo-lhes uma postura mais castradora e coercitiva.

O golpe de misericórdia em um projeto de educação mais inclusiva e menos elitista foi dado com a aprovação da Reforma Universitária de 1968⁵⁴, que pôs a baixo, inserta nas diversas medidas técnicas, operacionais e legais, todas aquelas reivindicações

De importantes setores das classes médias, sustentadas pelos estudantes e pelos intelectuais de esquerda, dando ao governo o controle da pretendida 'modernização' do sistema universitário, conforme a receita norte-americana via acordo MEC-USAID. As universidades deveriam fabricar, com menor custo possível, respostas às necessidades imediatas ao mundo da produção e formar o 'capital humano' requerido pela administração pública e pelas empresas privadas. (NAVARRO, 2001, p. 76).

O regime militar colocava na ordem do dia e desta feita legitimava as estruturas de reprodução capitalista. A educação superior, incluindo a pós-graduação, assume um papel de caráter ainda mais discriminatório, fruto de uma inquestionável “*modernização conservadora*”, imposta pelo regime em vigor.⁵⁵ (NAVARRO, 2001, p. 78).

Por conta disto a expansão da educação de nível superior promovida pelo regime militar foi “marcada por um intenso processo de interiorização e privatização”, acompanhado por mudanças no trabalho docente, submetido agora a uma lógica e a uma racionalidade que lhes eram estranhas, impostas pelo Estado de exceção. (NAVARRO, 2001, p. 78).

Entretanto, surge no âmago mesmo do regime resistências ao modelo, possibilitando que daí fossem criadas condições para o surgimento de uma nova vanguarda de intelectuais – na figura de docentes que não se renderam ao arbítrio porque estavam “comprometidos com as classes subalternas ou a elas organicamente ligados.”. Afinados com as aspirações populares, tais intelectuais levaram para o ambiente da Universidade pública o debate ideológico das questões sociais e nacionais de maior envergadura, “oxigenando” o miasmático e soturno ambiente gerado pelo regime de exceção no seio da comunidade universitária. Juntamente com outros sujeitos universitários (os estudantes e *funcionários*

⁵⁴ Podem ser evidenciadas as seguintes alterações introduzidas pela reforma de 1968 que repercutiram nas relações de trabalho do docente, segundo Navarro (2001, p. 77): “a) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (que se tornará ‘bandeira de luta’ do movimento docente); b) a extinção da cátedra; c) a criação do sistema de dedicação exclusiva – DE para o docente; d) o fomento aos cursos de pós-graduação; e) a definição do departamento como célula básica da estrutura universitária. Essas medidas haviam sido objeto de reivindicação do movimento estudantil [No entanto, WBC] assumiram uma nova dimensão ao serem fortemente direcionadas para a articulação com o sistema produtivo e na medida em que este passou a modelar o campo de intervenção das instituições de ensino superior.”

⁵⁵ Por outro lado, deve-se salientar, em consonância com Navarro (2001), que todos esses procedimentos acabaram por criar, contraditoriamente, um sentimento de contestação e crítica ao regime, vindo principalmente dos cursos de Pós-graduação “*stricto sensu*” nas áreas de Humanas e Ciências Sociais.

técnico-administrativos), viabilizaram uma resistência, “redefinindo novos espaços institucionais (ainda que não organizados).” Com isso, gestou-se uma nova prática que seria retomada com o advento da redemocratização do país, no contexto da “abertura democrática.” (NAVARRO, 2001. p.79).

Os anos 70, na sua primeira metade, foram marcados por um contexto de amplo crescimento da economia e da atividade produtiva, tendo como impulsionador o Estado. O chamado período do “milagre brasileiro” demandou a viabilização da ampliação e da institucionalização da política de ciência e tecnologia “com marcante participação de fontes de financiamento internacionais (Fundação Ford, ONU, Banco Mundial, OEA, etc).” (NAVARRO, 2001, p. 80).

Esse esforço de investimento tinha como objetivo a formação de “tecnoburocratas” necessários à condução dos destinos da máquina pública, que, entretanto, não logrou êxito em função de, primeiro, não haver um marco regulatório que sinalizasse quanto a procedimentos e normas operacionais, e segundo, de um “descompasso entre oferta e demanda efetiva, preponderantemente dirigida a fontes externas.” (NAVARRO, 2001, p.80).

Contudo, ampliaram-se, no período acima, “os espaços e mecanismos de formação, em diferentes níveis e graus, dos intelectuais orgânicos das classes dominantes.” (NAVARRO, 2001, p. 80).⁵⁶

Em 1974, com a crise do capitalismo internacional e do capitalismo brasileiro, a Universidade pública também mergulhou na crise, o que teve rebatimentos nas relações de trabalho dos docentes (COSTA, 2004), perdendo importância como instrumento “de crítica e de produção do saber necessário à resolução dos graves problemas nacionais.” (NAVARRO, 200, p. 81). Sinalizou-se, assim, um movimento de desresponsabilização dos seus deveres perante a “res publica”, abrindo brechas para a sua privatização. (NAVARRO, 2001).

A crise intensifica-se e suas repercussões no seio do movimento docente são de natureza e intensidade bastante diversas. Os cursos de graduação crescem a olhos vistos. Nesse sentido, apesar de haver decaído essa expansão pós-74, mantiveram-se os índices de crescimento dentro do esperado⁵⁷. No que diz respeito à pós-graduação, por conta do comprometimento com os interesses privatizantes, perdeu qualidade, voltando-se “ao

⁵⁶ “Se em 1968, as instituições de ensino superior (IES) públicas detinham 54,5% das matrículas da graduação, em 1971, as IES privadas já concentravam 55% dessas matrículas, índice que se elevou para 61,4% em 1974 e atingiu o seu ápice (64,3%) em 1980.” (NAVARRO, 2001, p. 81 *apud* COELHO, 1992, p.48).

⁵⁷ Conforme explicita Navarro (2001, p.82): “entre 1960 e 1974 o nº de instituições de ensino superior cresceu quase 300%, o mesmo acontecendo com o corpo docente, ao passo que o nº de alunos teve um incremento de 1.060%, a um ritmo anual médio de 16,95%. No período 1970-80, embora esse crescimento tenha decaído, o número de conclusões de curso e de professores aumentou em 194,86%.”

treinamento de pessoal e à prestação de serviços a empresas públicas e privadas.” (NAVARRO, 2001, p. 81).

Num contexto marcado por diferenciações por dentro da categoria docente, a progressiva deterioração das condições de trabalho, o arrocho salarial, a intervenção no ambiente docente pelo regime militar, etc. levaram os docentes a um quadro de precariedades, “levando a uma redefinição da identidade profissional dos docentes e de seus vínculos com o trabalho realizado nas universidades.” (NAVARRO, 2001, p. 84).

Essa redefinição da identidade profissional dos docentes havia tomado novos rumos, com a “inserção dos intelectuais nas novas camadas sociais intermediárias” (NAVARRO, 2001, p. 84), por força de uma política educacional que, gradativamente, os empurrava para a condição de assalariados⁵⁸. Entretanto, ao mesmo tempo em que o Estado lançava parcela considerável dos professores universitários à condição de assalariados precários, outra parcela desse contingente passava a “reagir contra o autoritarismo na dinâmica institucional e na sociedade”, construindo um conjunto de “concepções de universidade e sociedade que se confrontariam (e ainda se confrontam) nos espaços de trabalho, na luta sindical e nas várias instancias sociais.” (NAVARRO, 1999, p. 82).

Na passagem de 70 aos anos 80, com o surgimento do “novo sindicalismo”, (COSTA, 2004) o movimento docente, juntamente, com outras categorias dentro do espaço institucional da universidade, nele se incorpora, via lideranças nacionais.

Pela necessidade de reagir à repressão e ao autoritarismo intervencionista nas universidades, revigorados em sua capacidade crítica nos espaços contraditórios da pós-graduação e ampliados pela grande expansão do ensino superior ocorrida nos anos 70, contingentes expressivos de professores tornaram-se sensíveis às lutas mais gerais da sociedade pela redemocratização da universidade e do país e começaram a se organizar nacionalmente, criando, em 1981, a ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior). (NAVARRO, 1999, p. 89).

4.2 - A Nova LDB no Contexto da Reforma do Estado

A aprovação de uma nova Carta Política para o Brasil, em 1988, ensejou condições para que fosse elaborada uma nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), sendo que a última já datava da Constituição de 1946, período de redemocratização do país no pós-guerra. O novo

⁵⁸ “A profissionalização assalariada se afirmava, nas IES federais (autarquias e fundações), pelo crescente número de professores em regime de dedicação exclusiva (DE), como também, [além disso, WBC] [...] Os diversos regimes de trabalho, segundo as realidades das IES autárquicas, fundacionais, estaduais, municipais e particulares.” (NAVARRO, 2001, p.82).

projeto de LDB, gestado a partir da Constituição de 1988, ainda mantinha aquela mesma perspectiva de confronto ideológico da anterior, em 1946. A importância de um ordenamento jurídico desta envergadura é fundamental para se realizar tão grande e desafiante tarefa, que é educar-se uma nação. Neste sentido, pressupõem

Um (re)pensar profundo sobre toda a educação escolar brasileira: o que tem sido o que está sendo, o que deve ser visando a uma intervenção na realidade. Isto implica, evidentemente, na compreensão da sociedade brasileira enquanto totalidade social concreta, onde as relações educação-sociedade são apreendidas segundo diferentes visões de mundo conforme a inserção do indivíduos e grupos na estrutura produtiva. (MORAIS, 1991, p. 37).

Numa sociedade como a brasileira, profundamente desigual, dividida em classes sociais com interesses e visões de mundo antagônicos entre si, as questões que dizem respeito à educação são equacionadas por força de uma luta de caráter ideológico, fruto de uma democracia formal e representativa. O Estado tem como um de seus atributos básicos a responsabilidade com a educação nacional, ou seja, esse “direito” fundamental é “dever do Estado”. Neste sentido, a importância política de uma legislação nacional versando sobre a educação é de fundamental importância, haja vista, que é através dela que se estabelecem as mediações de interesses de classe, com o “Estado-legislador” conduzindo o processo.(MORAIS, 1991).

Sob tal referência é que foi criado, em 1931, o Ministério da Educação e Saúde, ato que foi acompanhado pela instituição de toda uma legislação específica referida à Educação, tendo como expressões máximas “as reformas Francisco Campos (1931-32) e Gustavo Capanema (1942-1946).” (MORAIS, 1991, p. 38).

Vale frisar que foi neste lapso de tempo que a política educacional se prestou a viabilizar a transformação progressiva do sistema educacional em “aparelho ideológico de Estado.” Isso, ao estabelecer para as classes dominantes um ensino mais “propedêutico”, enquanto que às classes trabalhadoras ou subalternas destinou-se um ensino mais “técnico”. Na verdade, ao Estado Novo cabia o papel de “indutor” do processo de educação e formação aos moldes do capitalismo em ascensão, o que significava que as classes mais desfavorecidas deveriam ser competentemente “adestradas” e “educadas” no afã de melhor explorá-las. Frise-se que o Estado Novo impôs uma política de centralização administrativa das ações da política de educação. (MORAIS, 1991, p.38).

No início da década de 1920 havia surgido um movimento de educadores que se manifestavam a favor e em defesa de uma educação plural, de caráter público e democrático. Fundaram, pois, uma organização (Associação Brasileira de Educação-ABE) que se

denominava “movimento renovador”, que lançaria um manifesto, em 1932, conhecido por “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, no sentido de sensibilizar o poder público para os “problemas cruciais da educação e para a urgente necessidade de dimensioná-los e resolvê-los.” Com a ascensão do Estado Novo em 1937, os debates e as polêmicas foram deixados de banda, somente sendo retomadas após a redemocratização da sociedade brasileira nos idos de 1946. (MORAIS, 1991, p.38).

Com a Constituição de 1946 havia necessidade de elaborar uma LDB (a primeira). Esboçaram-se, na ocasião, duas vertentes antagônicas: a) “a centralizadora, oriunda das concepções ideológicas da constituição de 1937; e b) a federativo descentralizadora marca da carta política aprovada em 1946.” (MORAIS, 1991, p. 38). Uma segunda polêmica ocorreu quando, em resposta a um substitutivo do deputado Carlos Lacerda, em 1958, que tinha como objetivo primordial “obter do poder público, todas as regalias e proteção para a iniciativa privada em detrimento da escola pública” (MORAIS, 1991, p. 38), estabeleceu-se aí o confronto ideológico entre privatistas e publicistas. Esse embate acompanharia a educação brasileira por toda sua história.

Enfim a LDB (lei nº 4024/61) é aprovada. O resultado final parece ter dado empate, pois “refletiu, sobretudo, uma estratégia de conciliação entre as tendências conflitantes, uma ‘solução de compromisso’ entre as principais correntes em disputa.” (MORAIS, 1991, p. 39).

Neste sentido, Fernandes (1966, p.405, *apud* MORAIS, 1991, p.39) enfatiza que prevalecera “a orientação da antiga camada dirigente da sociedade patriarcal e escravocrata brasileira, de ver o ensino como simples fonte de ilustração do espírito, um ornamento da inteligência, divorciado dos duros problemas da vida social dos homens”. Na verdade, o pior ainda estava por vir, com o golpe militar de 1964.

Com o golpe veio toda uma legislação de exceção, mormente num campo estratégico como a legislação educacional. São do período, as Leis nº 5540/68 e 5.692/71, que se encarregaram, entre outras coisas, de “desvincular, no plano legal, o ensino superior, do ensino de 1º e 2º graus, [traduzindo assim, WBC] uma política educacional claramente voltada para os imperativos econômicos e políticos do capitalismo monopolista” (MORAIS, 1991, p. 39).

Após o período da ditadura militar, vieram os anos de abertura, “gradual e distendida”, onde já se podia voltar a sonhar com uma nacionalidade reconstruído. Sob a ditadura ocorreram lutas pelas reformas sociais, entre elas a da reforma do ensino, particularmente, do ensino universitário, que entre 1964 a 1968 possibilitaram o surgimento de novos atores

coletivos no cenário educacional, para logo mais adiante ocuparem o espaço que lhe era devido naquele movimento conhecido por “novo sindicalismo.” (COSTA, 2004).

Toda a década de 1980 foi revolvida por refutações às concepções autoritárias e a uma racionalidade burocrática que se estabeleceu no cerne da educação brasileira. A esses atores coletivos acima, juntaram-se outros⁵⁹, organizados num FÓRUM NACIONAL destinado a encaminhar propostas de emendas populares referentes à educação, que viriam a recolocar o debate sobre o público e o privado, sinalizando numa perspectiva de questionamentos, tanto quanto, denúncias referentes às assimetrias do modelo capitalista. (MORAIS, 1991).

Sob o pálio de uma “transição conservadora” pela qual passava o país, ainda assim esses sujeitos coletivos e sociais foram capazes de se organizaram, em que pese à correlação de forças no seio do congresso nacional ser-lhes francamente desfavorável. (COSTA, 2004). Em avaliação do processo de discussão da LDB no Congresso Nacional como um todo, assim se coloca o GTPE/ANDES (Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES):

O processo de discussão da LDB no Congresso Nacional vem expressando as características conservadoras nele predominantes e, ao mesmo tempo, o movimento real pela democratização da sociedade brasileira, manifesto pela presença de entidades organizadas da sociedade civil nas atividades desenvolvidas pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN – (ANDES-SN) “*A LDB no Congresso Nacional*” in: ANDES-SN, LDB. Projeto aprovado no IX Congresso Nacional da ANDES-SN. 1990: IV, *apud* MORAIS, 1991, p. 40).

Atuou nesta com muita propriedade O FÓRUM EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA⁶⁰, que buscou aglutinar e trabalhar na perspectiva da construção de consensos mínimos para que se reformulasse a legislação educacional, com vistas à definição de estratégias para as ações políticas, que minimizassem a influência dos interesses privatistas, dados em detrimento daqueles vinculados à escola pública. (SOUZA, 1997).

A tramitação da nova LDB, que durou oito anos, fruto de um intenso e conflituoso processo de negociação política, foi marcado por um embate ideológico de projetos em que o público e o privado mais uma vez se confrontam. Após a promulgação da Constituição

⁵⁹ O fórum Nacional era composto no total por 15 entidades, todas elas ligadas de uma forma direta ou indireta às questões da Educação, são elas: ANDE, ANDES, ANPED, ANPAE, CPB, CEDES, CGT, CUT, FASUBRA, FENOE, OAB, SBPC, SEAF, UBES e UNE. Todas essas entidades participaram ativamente, tanto dos trabalhos da constituinte, quanto da formulação da nova LDB. Para maiores detalhes ver Navarro (2001) e Morais (1991).

⁶⁰ Segundo Sousa (1997, p. 158): “semelhante àquele que havia atuado na constituinte. O fórum é composto por 26 entidades nacionais de caráter sindical, estudantil, científico, governamental e entidades da sociedade civil: ANDE, ANDES-SN, ANPAE, ANPED, CBCE, CEDES, CGT, CNTE, CNTEEC, CONAN, CONARCFE, CONSED, CONTAG, CRUB, CUT, FASUBRA, FBAPEF, FENAJ, FENASE, FENOE, , OAB, SBPC, UBES, UNDIME, UNE. Em 17 Estados forma organizados Fóruns Estaduais em defesa da Escola Pública.”

Federal de 1988, inicia-se a tramitação do anteprojeto da nova LDB, de nº 1.258-A/88, de autoria do deputado federal Octávio Elíseo (PSDB/MG)⁶¹, passando a receber inúmeras emendas, tendo tramitado de Novembro de 1988 a Maio de 1993.

Num Congresso Renovado com uma forte correlação de forças pró-conservadores, o Projeto de LDB teria grandes dificuldades para tramitar, haja vista o volume grande de emendas (1263), que exigiu das forças políticas mais “progressistas” um esforço dobrado.

A presidência e a relatoria da Comissão de Educação foram entregues às forças conservadoras (PFL/PDS). Os partidos considerados mais democráticos e progressistas ficaram à margem do processo. A correlação de forças políticas favorável aos conservadores privilegiou a negociação entre os partidos e rompeu com o processo democrático de debate com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. (SOUSA, 1997, p.160).

Após várias passagens nas diversas Comissões e nas mãos de diversos relatores, chegaria ao final em 1993 com a aprovação em plenário. Após a sua aprovação o projeto, agora de número 1.258-C/88, estava pronto para ser enviado ao Senado Federal. No entanto, antes disso, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro juntamente com outros senadores, apresentou outro anteprojeto, que não chegou a ser aprovado, cujo conteúdo batia de frente com as pretensões e objetivos daquele que tramitava na Câmara. (BOLLMANN, 1997).

Um dos principais confrontos com os segmentos conservadores referia-se “às questões relativas ao financiamento da educação (preconizando a aplicação e o controle das verbas públicas) e ao Sistema Nacional de Educação (a polaridade entre centralização e descentralização).” (SOUZA, 1997, p. 161). Finalmente, chegando ao Senado, o PL (1.258-C/88) passou a receber o nº 101/93 e relatoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, da Comissão de Educação do Senado, que apresentando suas considerações o enviou para o plenário da Casa para que fosse debatido e votado. Neste interregno, foram dois anos de espera para que o projeto tivesse algum andamento. (BOLLMAN, 1997).

Ao chegar à casa senatorial, o projeto da Câmara, agora de nº 101/93, encontrou mais dois projetos que discutiam matérias relacionadas à educação, quais sejam: Projeto de Lei da Câmara nº 45/91, de autoria do Deputado Florestan Fernandes (PT/SP), que versava sobre a “concessão de bolsas de estudo e pesquisa a pós-graduandos” e o projeto de Lei do Senado de nº 208/89, de autoria do Senador Jorge Bornhausen (PDS/SC), que dispunha sobre “os objetivos da educação Superior, estabelecendo critérios para a organização e o funcionamento das universidades brasileiras.” (SOUZA, 1997, p. 162).

⁶¹ Conforme nos lembra Sousa (1997, p. 258), “Esse projeto reproduzia o subsídio escrito pelo Profº Demerval Saviani para a Associação Nacional de Educação (ANDE) debater com seus associados”.

Neste ínterim, o poder executivo, representado na figura do MEC juntamente com o Senador Darcy Ribeiro, agora presidente da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça do Senado, manobram para lançar um novo substitutivo, ameaçando o substitutivo de Cid Sabóia. (SOUZA, 1997).

Com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, com uma correlação de forças políticas pró-conservadores e por meio de inúmeros casuísmos regimentais, adiciona-se ao projeto de Lei nº 45/91 um substitutivo do Senador Darcy Ribeiro/MEC, derrubando o já então aprovado substitutivo Cid Sabóia, com a justificativa de que ele seria “inconstitucional e exageradamente detalhado.” (SOUZA, 1997, p. 162).

Entre março e setembro de 1995, o senador Darcy Ribeiro, produziu cerca de cinco substitutivos. Esse processo de reelaboração foi resultado de inúmeras negociações que envolveram, prioritariamente, o poder executivo (MEC) e o legislativo, [ficando de fora, WBC] o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. (SOUZA, 1997, p. 162).

Ou seja, de golpe em golpe, foi assim aprovado o substitutivo Darcy Ribeiro/MEC, em 25 de Outubro de 1995 e, em virtude do “acirramento dessa disputa, teve como resultado, a aprovação definitiva em 17 de Dezembro de 1996” (BOLLMAN, 1997, p.163) do substitutivo Darcy Ribeiro/MEC em detrimento do projeto original que tinha saído da Câmara. Sem maiores detenções, foi a “nova LDB” sancionada em 20 de Dezembro de 1996, sob o nº 9.394/96 por Fernando Henrique Cardoso.

Da forma como foi conduzido o processo de tramitação da “nova LDB”, com um verdadeiro contingente de parlamentares da base do Governo FHC acionando, na base da “política” do “toma lá, dá cá”, expedientes casuísticos de variegados tipos, da importância estratégica do setor Educação e da vinculação e total capitulação do Governo ao Projeto Neoliberal, não teríamos, pois, uma LDB diferente.

Neste sentido a LDB aprovada faz parte daquele conjunto de medidas que buscavam reformar o Estado Brasileiro, no tocante à educação,

Aglutinando, e consolidando mudanças desde a educação básica até o ensino tecnológico. São exemplos disso: o fundo de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério; Ensino à distancia (ED); Autonomia da Universidade; Formação para o Magistério; Avaliação. (BOLLMAN, 1997, p. 163).

Em suma, no capítulo do ensino superior, a LDB traz como paradigmas, entre outros: a não garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e nem tão pouco articulação com os outros níveis de ensino; desconsidera a autonomia e carreira Universitárias; no que refere ao regime de trabalho do docente, extingue o regime de

dedicação exclusiva (DE), flexibilizando os regimes de trabalho e de contratação de docentes, regido não só pelo RJU; desobriga-se a apoiar a pesquisa e a extensão; abre a possibilidade de instituições privadas de ensino superior receberem verbas públicas, em virtude de sua participação no “sistema federal de ensino”; etc. Prova-se, assim, afinal, o caráter conservador de seus dispositivos, fruto de um histórico embate entre visões de mundo, e entre si, dispares e contraditórias.

4.3 – Evoluções das Relações de Trabalho na Universidade Pública

No espaço Universitário coexistem três segmentos: os estudantes (discentes), os professores (docentes) e os servidores técnico-Administrativo (funcionários). Ao tratarmos das questões relativas às relações de trabalho nas IES públicas, estamos nos debruçando nessa análise sobre apenas dois desses, já que no caso dos estudantes o seu vínculo na Universidade é apenas acadêmico, não compondo as relações de trabalho.

Efetivamente, essa duas categorias em análise têm, nestas últimas décadas, atravessado significativas mudanças nas condições e nas relações de trabalho. Premidas por um projeto de Universidade alheia aos objetivos da grande maioria dos menos favorecidos, servindo aos interesses de um padrão societário que é movido por uma racionalidade francamente divergente daquela que a sociedade mais almeja.

Obrigada que é a operar, hoje, dentro de uma nova ordem que pressupõe o mercado como “portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República”, a universidade pública vem amargando, já há um certo tempo, uma crise de caráter estrutural. Numa Universidade em que os reais interesses da sociedade não são contemplados no ofício acadêmico, mais e mais, essa mesma passa a se enclausurar em seus muros, configurando-se no que Chauí (1999, p. 01) denominou de “Universidade Operacional.”

Obviamente, essa situação de crise da Universidade brasileira não se radica, apenas, na sua propalada “ineficiência acadêmica e/ou administrativa”, ela tem fundamento nas definições do modelo de Estado, no qual a relação Universidade-Sociedade-Estado se dá.

Num mundo globalizado marcado por profundas mudanças no seio do universo do trabalho e nas condições objetiva e subjetiva da classe trabalhadora, em que o Estado é chamado a exercer um “novo” papel, não mais o de indutor, mas de regulador e mantenedor de uma condição “mínima”, redirecionando as suas prioridades para a acumulação do capital e para os ditames do mais novo ocupante do poder global – o mercado, a universidade, como uma instituição pública, não ficaria fora deste processo.

A dita “reforma do Estado”, vista sob a ótica de uma desresponsabilização dos deveres do Estado, determinados pela constituição federal de 1988, frente às grandes questões sociais e coletivas, dentre elas evidencia-se a Educação, trouxe no seu âmago dispositivos que permitem reordenar os custos com a manutenção da máquina pública, como também, dentro das análises de Costa (2007, p. 42), “a) compatibilizar a máquina pública com a atual situação de escassez de recursos; b) reduzir o quadro de pessoal, aliando maior qualificação e maior remuneração; e c) priorizar o desenvolvimento de políticas e programas públicos vinculados aos setores de ponta.”

Vale salientar, conforme se percebe acima, que há um direcionamento no sentido de um ideário de política neoliberal na medida em que

Os principais aspectos das reformas de Estado são: a) transformação do papel do Estado, pela privatização, desregulamentação e descentralização ; b) [...] e c) a redução do quadro de pessoal, via demissão, disponibilidade ou desligamento voluntário e ainda redução de salários reais ou contração da estrutura de remuneração. (OSZLAK, 1994, p. 58, *apud* COSTA, 2007, p. 43).

A precarização e flexibilização das relações de trabalho são um imperativo da própria ordem capitalista global, que impõe mudanças na condição de trabalho daqueles que vivem no mercado assalariado. Os docentes e servidores das Universidades públicas por esse país afora não estariam fora desse contexto. Muito pelo contrário, foram afetados de maneira frontal, por essa nova dinâmica, que se estabeleceu no mercado de trabalho. Há, pois, uma relação de reciprocidade entre as transformações no mundo do trabalho e o papel a que o Estado foi “chamado” a exercer. (COSTA, 2007). É assim que se forjou o modelo de reforma aplicado ao Estado Brasileiro, a partir da década de 1990. Em virtude disso, os impactos no emprego, no serviço público e nas prioridades de investimento estatal são sentidos com mais clareza.

Ao apresentar sua proposta de reforma do Estado, no período que vai de 1995 a 2000, o governo brasileiro concentrou-se, apenas, em “alterar as dimensões fiscal, a intervenção na economia e organização do aparelho estatal” (COSTA, 2007, p.44.). A esse respeito assim se expressa o Ministro chefe do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do Papel do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. Nesse sentido, são inadiáveis: a) ajustamento fiscal duradouro; b) reforma econômica orientadas para o mercado c) reforma da previdência social; d) a reforma do aparelho do Estado com vistas a

umentar sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (PDRE/MARE , 1995, p. 16-17).

Para esse estudo, interessa, sobretudo, a Reforma Administrativa do Aparelho de Estado, em função da influência que esse conjunto de ações e política de gestão do Estado vai trazer nas relações de trabalho no Serviço Público Federal, e mais especificamente na Universidade Pública brasileira. Esse plano apresentava uma linha de ação que buscava suprimir direitos instituídos com a Constituição de 1988, inclusive para os trabalhadores do Serviço Público, direitos esses conquistados a duras penas pelos sindicatos de servidores, no caso em tela, a ANDES-SN e FASUBRA, respectivamente, representantes das categorias dos docente e dos técnico-administrativo da IES públicas brasileiras.

Dentre as principais alterações introduzidas pela Reforma Administrativa, além daquelas oriundas da EC nº 20/98 (que alterou as regras da previdência do funcionalismo), em nome da flexibilização das relações de trabalho no setor público com repercussões nas IES públicas, temos: a) possibilidade de mais de um regime jurídico regulando as relações de trabalho no Estado; b) perda da estabilidade; c) reconfiguração da força de trabalho através da terceirização das atividade-meio; d) e descentralização de serviços para as chamadas “Organizações sociais.” (COSTA, 2007. p.46).

Os movimentos de resistência da classe trabalhadora contra esse atentado aos direitos mais fundamentais, em face do caráter regressivo e autoritário que tais medidas representaram, ocorreram por meio das entidades sindicais da base da ANDES-SN, na figura da ADUFPB (Associação dos Docentes da UFPB), como também, agindo em consonância com o SINTESPB (Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior na Paraíba), filiado à FASUBRA entidade nacional que congrega os sindicatos de Servidores técnico-Administrativos da IFES no país.

Estas duas entidades de abrangência nacional, juntamente com as suas filiadas nos Estados da Federação, empreenderam(em) uma luta em busca de melhores condições de trabalho e salários, sempre referenciados no “novo sindicalismo”, lutas e pautas políticas em comum, com especificidades de parte a parte, buscando avançar num horizonte de uma Universidade Pública, gratuita e de boa qualidade.

Estudos de Bosi (2006), Maués (2006), Ferreira (2003), Pinheiro (1997) e Chauí (1999) sinalizam que se estabeleceu, já de algum tempo, no seio das políticas públicas de Educação, tanto quanto no âmbito da própria Universidade Pública no Brasil, um intenso e perene processo, desencadeado nos anos 1990, de flexibilização, privatização e precarização

do trabalho do docente (e dos servidores técnico-administrativos), como fruto desse projeto de reforma do Estado. Neste sentido

O projeto de reforma articula no espaço específico da Universidade elementos de referência da ideologia neoliberal – desresponsabilização do Estado com a Universidade Pública; privatização do ensino superior; vinculação à lógica do mercado; transmutação da autonomia em livre iniciativa; maior elitização da Universidade e mudanças nas relações de trabalho. (PINHEIRO, 1997, p.13).

Ainda no que diz respeito às políticas públicas de educação, nas últimas décadas, por força da vinculação do Brasil ao contexto da nova geopolítica da globalização, os organismos internacionais, como FMI, BM e BIRD, foram fundamentais como inspiração das autoridades brasileiras, mais especificamente os governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, sem isentar o atual Governo Lula da Silva, a assumirem a necessidade de mudanças nos diversos níveis e modalidades de ensino, a começar pela nova LDB⁶², que já trazia, no capítulo referente à educação de nível superior, elementos precarizantes e privatizantes para os trabalhadores do setor de ensino superior.

Ademais, os “intelectuais orgânicos do capital” chegaram ao desprante de vincular a reforma na educação às “condicionalidades para empréstimos e pacotes de ajuda para o desenvolvimento.” (MAUÉS, 2006, p. 82). Outras orientações que daí decorreram: uma formação mais baseada no “savoir-faire”, “aprender a aprender”; a utilização da ferramenta de ensino a distancia como preferencial; e aquilo que a autora chama de “universitarização” que prevê uma “formação dissociada da pesquisa e da extensão.” (MAUÉS, 2006, p.83).

O documento de autoria do Banco Mundial “*La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*”, de 1994, foi a base para medidas pontuais que foram tomadas ao longo dos anos 1990, no governo FHC (1995-2002), e que estão sendo aprofundadas no atual governo. (MAUÉS, 2006, p.83). São exemplos: a) incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamentos; b) redefinir a função do governo no ensino superior; c) fomentar maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas.

Para Ferreira (2003, p. 128), “nas últimas décadas a política educacional vem se constituindo como um forte aliado em defesa da economia globalizada e do sistema capitalista”. Enfocando as relações entre o trabalho docente e as políticas públicas no contexto

⁶² Conforme explicita Maués (2006, p. 82), “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sofreu uma profunda influência do documento ‘*Priorités et stratégies pour l’éducation: une étude de la banque Mondiale*’ (1995). A propósito da educação superior ‘*la enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*’ (1994).”

da “pós-modernidade”, a autora busca agregar evidências de que, cada vez menos tem sido facilitado o trabalho do docente nos países emergentes, que engloba o Brasil.

As relações sociais, no âmbito do espaço profissional do professor e do processo de educação dos países em desenvolvimento, tem se caracterizado como um engessamento da autonomia e participação dos sujeitos. Se dá em função das manobras político-econômicas dos gerenciadores da submissão cultural, social, política e econômica. Órgãos como FMI, BM, BIRD, imprimem aos países periféricos o controle necessário à sustentação de seus mandos. (FERREIRA, 2003, p. 128).

No tocante à precarização do trabalho docente no Brasil, relacionada com a reforma do Estado brasileiro, os estudos de Bosi (2006) e Chauí (1998 ; 1999) são bastante elucidativos. Ambos traçam suas reflexões, procurando explicitar as consequências notadamente da reforma de Aparelho de Estado para a vida da Universidade e a consequente perda de substância, de valor, do trabalho docente.

Deve-se entender, conforme nos lembra Bosi (2006), que quando se fala de precarização do trabalho docente, não se pode vê-lo apenas quanto às questões puramente contratuais ou econômicas, pois, nesse caso, todos aqueles que não fizessem parte dos quadros efetivos das IES públicas, além dos professores “substitutos”, “convidados”, “conferencistas” e “colaboradores” das Instituições de ensino superior privado, Estaduais, Municipais, etc, estariam assim classificados à conta de “trabalhadores precarizados”. No caso do trabalho do docente, o aspecto a ser evidenciado diz respeito à “intensificação do trabalho, à flexibilização e estagnação dos salários, à subtração de direitos sociais (ou à sua relativização) e ao aumento da produtividade e dos níveis de exigências institucionais.” (BOSI, 2006, p.45).

Igualmente, subjaz, no caso dos docentes, questões que implicam na sua atividade, principalmente, quanto ao aspecto social – na forma de existência de classe –, ao aspecto cultural e político – “no tocante à auto-percepção que os docentes têm de si e no modo com se organizam para resolver problemas relacionados ao salário, por exemplo” (BOSI, 2006, p. 46).

Acompanhado desse “enxugamento de custos” a Universidade, como de resto toda a sociedade, foi bombardeada com a propaganda ideológica do “empreendedorismo”⁶³, que, aliado a uma nunca vista desregulamentação das leis trabalhistas e do regime de proteção social aos servidores públicos, buscava transformar trabalhadores do setor privado e

⁶³ “ A principal manifestação desse empreendedorismo tem sido a produção em série de cursos de pós-graduação lato sensu como forma de recompor os parcos salários e de estruturar as condições de trabalho com a aquisição de equipamentos, livros e até mesmo pela construção de área física” (BOSI, 2006, p.55).

servidores do setor público em “empreendedores de sucesso”. Nesta mesma linha, foi instituído, pela Lei nº 9.468/97, os Planos de Demissão Voluntária - PDV, com o fito de reduzir os quadros de pessoal da Administração Pública Federal.

Outro elemento que participa ativamente desta “cultura competitiva” é o Reuni, programa de expansão do Governo Lula da Silva. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto 6.096 de 24/04/97, é uma das ações integrantes do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Lula da Silva⁶⁴. Esse programa é uma continuação das ações de Governo que tiveram início em 2003, “no módulo de Expansão Fase I das Universidades Federais (2003-2008).” (BRASIL, 2009, p. 9). Segundo avaliações oficiais⁶⁵, havia uma necessidade premente de se expandir o Ensino Superior em nosso País, em virtude de que “em média nacional, apenas 24,3% dos jovens brasileiros com idade de 18 a 24 anos, tem acesso ao ensino superior” (BRASIL, 2009, p. 9), o que denota um sistema por si só elitista e excludente, quanto às possibilidades de acesso.

Os objetivos a serem alcançados pelo Reuni, na ótica do Governo, são:

I) Garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; II) assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; III) promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e IV) otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior. (BRASIL, 2009, p. 3).

Para tanto, foram fixadas metas, entre elas, principalmente,

A elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor; aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação e o prazo de cinco anos, a partir de 2007 – ano de início do Programa – para o cumprimento das metas.” (BRASIL, 2009, p. 9).

⁶⁴ Conforme observa Otranto (2006, p. 19): “A reforma da Educação Superior no Governo Lula da Silva iniciou oficialmente o seu curso, com o Decreto de 20/10/2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto por 12 membros, sendo dois representantes de cada um dos órgãos que se segue: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda. Encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o relatório final do GTI foi divulgado, extra-oficialmente, em dezembro de 2003 (...) apontando as seguintes soluções: a) um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente às universidades; b) uma reforma universitária mais profunda. A reforma “mais profunda” passa pela reposição do quadro docente, ampliação de vagas para estudantes.”

⁶⁵ O documento do qual extraímos esses dados é o Relatório de Primeiro Ano do Reuni 2008, do Ministério de Educação e Cultura/SESu/DIFES, datado de 30/10/2009.

No tocante à adesão do Programa pelas IFES, segundo dados do MEC, isso se deu quase que na sua totalidade, pois, das 54 IFES existentes em 2007, “53 aderiram ao programa, em duas chamadas; uma em 29/10/2007 com implantação do programa no 1º semestre 2008; e outra em 17/12/2007 com implantação do programa no 2º semestre 2008” (BRASIL, 2009, p.5), cabendo lembrar que tanto a UFPB e como a UFCG aderiram logo na primeira chamada. Para os analistas oficiais isto só vêm a reforçar a assertiva na implantação do programa, em virtude de ser um

Programa que preconiza, em seu conceito fundador, a idéia da expansão com reestruturação das instituições federais de ensino superior, abrindo espaço para oportunidades de inovação e de aumento da qualidade da educação superior pública. (BRASIL, 2009, p. 5).

Ademais, o relatório explicita que as universidades, ao submeterem suas propostas ao Reuni, o fizeram, primeiro, dentro de uma perspectiva de interiorização das ações acadêmicas; e, segundo, buscaram ofertar cursos de formação de professores, como também “ampliação de vagas nos cursos existentes, inovação e novos formatos de cursos de graduação” (BRASIL, 2009, p. 5.), objetivando, sobretudo, elevar o padrão de ensino de nível superior no contexto em que elas operam.

Levando-se em conta os objetivos e metas a serem cumpridas pelas IFES, sob o controle do Reuni, temos que, no que diz respeito ao número de vagas ofertadas e o ano de 2007 como referencial, as vagas dos cursos presenciais de graduação totalizavam 132.451. Com a adesão ficou pactuado um aumento para 146.762, o que representa acréscimo de 11%. “No entanto, essa meta foi mais além em 2008 totalizando 147.277 vagas, o que equivale a um aumento de 14.826 novas vagas.” (BRASIL, 2009, p. 6).

O primeiro ano do Programa também demonstrou o crescimento das matrículas projetadas nos cursos de graduação⁶⁶. A previsão inicial era de um acréscimo de 10% em relação ao ano anterior (2007); Essa meta foi amplamente superada, pois, houve um salto de 645.638 matrículas projetadas para o montante de 715.185 em 2008. (BRASIL, 2009, p. 7).

No quesito referente a número de cursos presenciais de graduação, tem-se que para um total de 2.326 cursos existentes em 2007, após a pactuação, esse valor foi fixado em 2.552, perfazendo um incremento de 9,7%, com os cursos efetivamente criados girando em torno de 98%. (BRASIL, 2009, p. 7).

⁶⁶ Conforme esclarece o Relatório Brasil (2009, p. 6): “A Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais (MAT) é a projeção total de alunos matriculados na universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração mínima padrão e um fator de retenção estimado para cada área do conhecimento.”

Outro aspecto bastante considerado pelos analistas oficiais se reporta à meta considerada um dos principais indicadores “de sucesso no cumprimento das diretrizes do Reuni”, a RAP (Relação Aluno Professor), que segundo o firmado pelo MEC mostra “como será a relação Aluno/Professor quando da plena capacidade de operação dos Cursos.” (BRASIL, 2009, p. 7).

Vale lembrar que no decorrer do primeiro ano de execução do programa, segundo dados oficiais, a RAP foi de 17,8 alunos por professor⁶⁷, tendo sido cumprida tal meta. Para que haja sustentabilidade deste programa faz-se imperioso a contratação de novos docentes e técnico-administrativos, que enfrentarão a tarefa de conduzir a bom termo tais atividades. Neste sentido, foram contratados no exercício de 2008, pelas IFES que se habilitaram a participar do programa, as 53 universidades federais, cerca de 1.560 cargos docentes e 1.275 técnicos-administrativos, de um montante pactuado em torno de 1.821 docentes e 1.638 técnicos-administrativos. Ou seja, 86% do montante pactuado para os cargos de docente e 78% para os cargos de técnico-administrativo.

Em suma, para o Governo Federal, o Reuni realizou grande parte de suas metas e objetivos, mantendo-se em plena execução, tendo como parceiros nesta realização, mais do que nunca, as IFES.

O balanço do primeiro ano do Programa comprova que a rede federal de educação superior envidou os esforços necessários para atingir seu principal objetivo institucional que é o de garantir a ampliação do número de vagas no ensino superior público. Além disso, durante esse primeiro período de execução do Reuni, as universidades tiveram condições de reestruturarem-se, garantindo ampliação de suas instalações físicas e ampliando sua presença nas regiões do país que antes não contavam com estruturas universitárias. Outro aspecto que merece destaque são os números referentes aos concursos públicos realizados pelas instituições, tanto para docentes, quanto para técnicos administrativos, fator determinante para a oferta de um ensino de qualidade e para a manutenção das atividades de uma instituição de ensino. (BRASIL, 2009, p. 15).

O relatório aponta para 2009, também, como desafio para a plena realização do programa, “ a sua avaliação em relação a aspectos qualitativos referentes à execução.” (BRASIL, 2009, p. 15). Elenca, também, como possíveis causas para a não consecução de algumas metas, dentre outras:

⁶⁷ Assim explicita o Relatório Brasil (2009, p. 13): “Com o aumento da oferta de novas vagas, as universidades federais passam a receber um contingente significativo de novos estudantes, muitos deles oriundos de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis. Para minimizar as dificuldades desses estudantes, foi instituído, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com o PNAES, esses estudantes passaram a contar com auxílio para alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esportes e serviços de creche.”

- 1) Dificuldades nos processos de contratação de docentes (questões operacionais e, em alguns casos, dificuldades em atrair candidatos para os processos seletivos);
- 2) Remanejamento de oferta de vagas de 2008 para 2009;
- 3) Dificuldades para oferta de cursos noturnos (houve diferença positiva no cumprimento da meta de vagas em cursos diurnos e negativa na de cursos noturnos);
- 4) Atrasos na disponibilização dos espaços físicos (entraves nas obras, como por exemplo: regularização da dominialidade, licenças ambientais e condições climáticas adversas.);
- 5) Readequação dos projetos institucionais.

Contudo, na ótica do sindicalismo docente, que inclui o GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES, essas e outras questões são vistas como um elemento em que a ordem é, sobretudo, buscar “um aumento de quase 100% do nº de alunos por professor na graduação atingindo a média de 18 alunos por docente”, implicando numa “ampliação da taxa de conclusão nos cursos de graduação para 90% em média.” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN – (ANDES-SN), 2007, p.13). determinando que

Apesar de trazer o conceito de desenvolvimento em sua nomenclatura, o PDE simplesmente “desmonta” a universidade baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além dos decretos, há as portarias interministeriais nº 22/07 e nº 224/07, que criam e consolidam o banco de professores equivalentes. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.07).

Todo esse aparato jurídico tem como principal objetivo, segundo vozes oficiais do Governo,

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, [buscando um, WBC] melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.11).

Maués (2006), entre outros, já anteviam um “intenso e perene processo de flexibilização, privatização e precarização do trabalho do docente”, com o rebaixamento da qualidade de ensino, por força do “inchaço” provocado pelas metas irreais do REUNI que busca de qualquer forma aquilo que denominou de “*universitarização*”.

Neste mesmo diapasão, assim se coloca OTranto (2006, p.20), ao analisar os impactos desta e de outras propostas de reforma do ensino superior,

[segundo o GTI/MEC, WBC] seria preciso chegar a 2,4 milhões de vagas no sistema federal em 2007, o GTI apresenta como alternativa para fazer

frente à demanda, a criação de novas bolsas da Capes, para aproveitar aposentados e recém doutores nas atividades de ensino de graduação. Na seqüência, propõem aumento da carga horária dos professores em sala de aula, aumento do nº de alunos.

E aduz logo em seguida,

Cabe ressaltar a ênfase na quantidade em detrimento da qualidade no ensino de graduação, em contraposição ao de pós-graduação, e às atividades de pesquisa de pesquisa e extensão. Isto nos remete a outra universidade, agora centrada somente no ensino . Se analisarmos o documento do Banco Mundial, de 1994, veremos o incentivo à diversificação da educação de nível superior, amparado na crítica ao modelo de ensino superior baseado nas universidades de pesquisa que, segundo o Banco, são muito caras e inadequadas às necessidades e recursos dos países mais pobres.

Evidencia-se, também, com base nestes dados, que a relação aluno/docente, que beira, historicamente, a faixa de 10 alunos por professor na Graduação (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), por força do déficit de professores, esse quantitativo vem aumentando, “em quase todas as Universidades Federais.” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.13).

Esse “inchaço”, do qual as Instituições de nível superior na Paraíba não estão fora, faz parte de uma lógica do atual padrão de acumulação do capital, pois a Universidade Pública é vista, numa “nova” ótica, em face da Reforma do Estado. Essa reforma atingiu em cheio a Educação em virtude de que

A reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, educação, cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado.(MAUÉS, 2006, p. 81 *apud* CHAUI, 1999).

O “produtivismo”, conforme nomeia Bosi (2006), materializado nas práticas acadêmicas atuais, tem raízes fincadas na lógica do mercado, o que reforça a posição da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN) (2007, p.11), quando assim se posiciona

O REUNI segue uma lógica produtivista mesquinha, pois visa a gerar estatísticas positivas compensando a falta de investimentos nas Instituições de ensino superior – IES com a precarização do trabalho docente, tronando o ensino universitário cada vez mais superficial.

Enfim, o REUNI, na visão dos atores que compõem a cena universitária cumpriria assim o seu papel de elemento de ruptura do trinômio Ensino-Pesquisa-Extensão, razão maior da existência do modelo de Universidade referenciada socialmente e de qualidade, conforme espera a sociedade. Além disto, os critérios apresentados e dificilmente satisfeitos por 80% das Universidades do País, acabam servindo, apenas, para criarem “ilhas de excelência”, fragmentando o ensino superior, sobrando à grande maioria, a condição de Universidades de “segunda classe”, ou, conforme se diz, “escolões” com um ensino de qualidade no mínimo duvidosa, apartados que estão da possibilidade de exercer atividades de pesquisa e extensão. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.19).

Outro aspecto que merece lembrança é o que diz respeito à autonomia Universitária, haja vista que, na medida em que ocorre a imposição destas metas indiscriminadamente, as Universidades novas ou antigas, consolidadas ou não, os dirigentes universitários, coagidos ou cooptados,

São levados a se comprometerem a toque de caixa, com um vasto programa de reestruturação que estará submetendo a Universidade, com a anuência do seu conselho Universitário, por cinco anos, a um controle tecnocrático, que obedecerá à lógica de acompanhamento de metas quantitativas, método que caracteriza o funcionamento de algumas empresas internacionalizadas. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.20).

É claro que essa situação repercute mais intensamente nas Universidades que estão situadas na periferia do país, alojadas em regiões historicamente mais fragilizadas, como a região Nordeste, e mais especificamente na Paraíba, na qual as duas maiores Universidade Públicas, a UFPB e a UFCG, sofrem na pele os resultados de tais políticas educacionais.

Mas a questão não para por aí. Quando observamos que no âmago dessas políticas que o Governo Lula da Silva vem implementando, no tocante à contratação e substituição da força de trabalho docente, evidencia-se a figura do “banco de professores equivalentes”, normatizados pelas Portarias Interministeriais nº 22/07 e 224/07. Vê-se perfeitamente delineado o desmonte da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.23).

No afã de justificar o aumento de docentes, sem aumentos nos gastos, o Governo ao invés de contratar docentes com dedicação exclusiva (DE) parte para a contratação gradativa

de docentes por regimes de 40 horas (T-40) ou 20 horas (T-20), quando não simplesmente docentes “substitutos” no regime de 20 horas.

Com a contratação de docentes “substitutos” no lugar de um docente com dedicação exclusiva, mais se amiúda o “perigo da gradual precarização das funções docentes, em contradição com as tarefas universitárias.” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.25). Vale lembrar que

Atualmente, 30% dos cargos docentes na maioria das universidades são ocupados por professores substitutos, o que é uma realidade aviltante tanto para a instituição quanto para a pessoa que exerce essa função, em geral com competência e dedicação, embora receba salários reduzidos.⁶⁸ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p.25).

Deve-se frisar que o instituto da “substituição docente” é regido pela Lei n° 8.745/93, alterada pela Lei n° 9.849/99, que estabelece, entre outras coisas, o contrato de trabalho temporário por tempo determinado, numa relação de trabalho bastante precária, em que a finalidade da Lei era suprir uma necessidade “excepcional” de interesse público.

O impacto dessas medidas foi sentido também junto aos docentes das IFES, que somados às aposentadorias precoces, estimuladas no período, mais estagnaram e diminuíram o contingente efetivo em diversas universidades, que sem um aumento do número de concursos para se repor a força de trabalho que se afastava, a contratação temporária tornou-se regra, ao ponto de que “em alguns departamentos registrou-se casos em que a metade do corpo docente compunha-se de professores substitutos.”(BOSI, 2006, p. 49)⁶⁹.

Essas mudanças têm levado ao aumento do trabalho docente em extensão, intensidade e qualidade. Neste sentido, o docente deve dar mais aulas, orientações, publicar mais e mais artigos, projetos, etc., transtornando-o com uma carga de trabalho além do humanamente suportável. Isto só sinaliza que há um grande “direcionamento empresarial da ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento presente nos editais de fomento à pesquisa” (BOSI, 2006), pois, o que se percebe é que “cada vez mais o CNPQ, CAPES, e demais instituições de fomento buscam direcionar seus recursos para melhor aparelhar e potencializar a capacidade

⁶⁸ Assim pontua a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior-SN - (ANDES-SN) (2007, p.25): “O professor substituto não pode assumir cargos administrativos, desenvolver ou orientar pesquisas, nem submeter ou coordenar projetos. Essas tarefas estão sendo acumuladas por um número cada vez menor de professores efetivos. Além da precarização salarial, o professor substituto ainda deve assumir responsabilidade pela sua aposentadoria e não fará parte do quadro de aposentados, liberando gastos e responsabilidades futuras do governo com a Previdência Social”.

⁶⁹ Segundo Bosi (2006, p. 51) “Há ainda outros expedientes menos ortodoxos de flexibilização da contratação e do regime de trabalho nas IES públicas como a utilização de alunos de pós-graduação como professores substitutos”.

de reprodução do capital.” (BOSI, 2006). Estabelece-se, assim, passo a passo, uma “cultura competitiva” no seio da academia, que, via de regra, acaba por se disseminar pelos discentes de pós-graduação, pois,

Os mestrandos e doutorandos quase sempre recebem pressão de seus orientadores e dos programas (que pleiteiam sempre a melhor pontuação na CAPES) para cumprirem esses prazos a despeito da qualidade final dos seus trabalhos. (BOSI 2006, p. 56).

Com relação a esse caráter “produtivista” das práticas acadêmicas na Universidade Pública brasileira, é claro o raciocínio de Chauí (1999) quando assim se coloca

A heteronímia da Universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de trabalhos publicados, colóquios, congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. (CHAUÍ, 1999, p. 03).

Neste diapasão pode-se, também, dentro do marco teórico desenvolvido por Maués (2006), trabalhar-se na questão de se desenvolver, a favor de uma educação como direito universal e inalienável, uma “pedagogia contra-hegemônica”, no sentido de “reafirmar a defesa de uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, se posicionando contra o imperialismo norte-americano e defendendo a soberania nacional.” (MAUÉS, 2006, p. 89).

4.4 – O Sindicalismo no Espaço Universitário: Trajetórias e Crise Atual

No âmbito da Universidade Pública, espaço privilegiado do conhecimento e do saber, atua o sindicalismo. Desde muito cedo, este teve um papel preponderante na condução dos principais momentos da política universitária brasileira. Sujeito ativo, participante e bastante consciente de suas atribuições e responsabilidades, as entidades sindicais que fazem a vida da Universidade pública brasileira fomentaram durante décadas um movimento vivo e consequente.

A história da ANDES-SN e da FASUBRA, ambas as entidades de representação nacional, é, antes de tudo, uma história de lutas, embates, participação ativa e decidida nos momentos de maior importância da vida nacional. Obviamente, que nem uma nem a outra está isenta dos vícios do sindicalismo atrelado ao Estado, com elementos de corporativismo, de patrimonialismo, de clientelismo. Entretanto, suas histórias estão fortemente vinculada à luta geral pela democratização do país, da Universidade e do sindicalismo.

A ANDES - SN tem como principal singularidade apresentar um caráter, ao mesmo tempo, sindical e acadêmico, que é, “ uma síntese tensionada e tensionante”, que se constitui enquanto força singular e coletiva na “construção da identidade de classe dos trabalhadores.” (NAVARRO, 1999, p. 762).

O cerne da luta sindical da ANDES-SN esteve focado no embate histórico entre o público e o privado na sociedade brasileira. Quanto à sua faceta acadêmica, esteve orientada para a defesa de preposições e projetos com vista a uma universidade sintonizada com os demais níveis educacionais e com as demandas da sociedade.

Foi fundamental a participação do ANDES-SN no debate público sobre o projeto MEC/GERES⁷⁰ e sobre a LDB, como elementos aglutinadores e impulsionadores da luta sindical, nos anos 1980 e 1990. Tais lutas foram travadas com parcelas do movimento sindical de Funcionários capitaneada pela FASUBRA e seus sindicatos de base, dentre eles o SINTESPB.

Nos dois casos, ANDES-SN e FASUBRA, sempre esteve presente uma tensão (própria do “novo sindicalismo”) entre, de um lado, as lutas gerais da sociedade e as lutas políticas específicas do setor no qual se insere (no caso, a Educação, e mais particularmente, a política universitária); e, de outro lado, as lutas salariais e de tipo mais imediatista (luta contra perdas salariais, PCC, vantagens indiretas, etc.), indicando o quanto se encontrava em cena um certo grau de corporativismo.

Tomando como base a periodização histórica utilizada por Navarro (1999), pode-se perceber três grandes períodos em que se distinguem traços marcantes da atuação da ANDES-SN. O período que vai de 1981 a 1984 foi marcado pela formação da entidade, período em que se manteve sob forte referência das lutas gerais da classe trabalhadora. Orientando-se por uma postura política de “resistência transformadora”, baseando-se em reivindicações “não corporativistas/economicistas”, não teve muita aceitação de parte do movimento sindical, principalmente de amplos segmentos das suas próprias bases. Neste sentido, “a defesa do

⁷⁰ Esse projeto foi fruto de uma tentativa, num contexto dado por uma “transição conservadora”, de (re)definir que papel a Universidade brasileira iria cumprir junto à sociedade. Nestes termos, esclarece Navarro (1999, p. 470): “O grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior, foi criado em 1986 para elaborar um projeto para universidade brasileira de caráter nitidamente conservador e com formulação muito genérica e que pleiteava uma ‘universidade do conhecimento’, calcada em um projeto modernizante [que se antepunha, WBC] à uma ‘universidade alinhada’ com os interesses político-ideológicos das forças populares, Questionava os efeitos da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, e adotava o princípio da autonomia como único critério definidor de uma instituição universitária levando para o ensino superior a divisão já existente entre centros de excelências e a proliferação, de IES públicas e privadas, destinadas apenas ao ensino definia regimes de trabalho do pessoal docente, consagrando a ‘dedicação exclusiva’ e o ‘tempo parcial’, em função do nº de horas semanais de atividade abrindo, assim, a possibilidade de retorno do professor horista na rede federal de ensino a isonomia de cargos e salários estaria submetida a questão da avaliação institucional, com base na ‘*aumento da eficiência*’”.

ensino público e gratuito não se revelou historicamente forte o suficiente para sensibilizar as 'bases' da categoria." (NAVARRO, 1999, p. 766). Mas também, de outro lado, não foi capaz de sensibilizar a própria CUT para tal bandeira. Ficou claro para Navarro (1999) que a falta de um maior entrosamento com o "novo sindicalismo" dar-se-ia, por um lado, pelo não reconhecimento do docente como um autêntico trabalhador e enquanto agente de transformação da sociedade. Pesava na conta a questão da despolitização de parcelas significativas das bases sindicais.

Entre 1985 e 1988 marca a ANDES-SN todo um esforço no sentido de superar as debilidades acima descritas, ao procurar melhorar as relações com o movimento sindical e a CUT⁷¹, dentro de uma perspectiva de enfrentamento das forças conservadoras e dos poderes instituídos na figura do MEC. Nesse período, a ANDE transforma-se em Sindicato, processo esse que gerou uma série de polêmicas e conflitos com outras entidades representativas de professores, tipo SIMPRO's, assim como com a CONTEE e CNTEEC, em nível nacional. Esse é um momento em que o ANDES-SN ganha maior projeção nacional e fortalece sua ação acadêmica, com a criação do Grupo de Trabalho em Políticas Educacionais (GTPE).

O terceiro e último período, que se situa entre 1989 e 1994, é marcado pela ascensão da lógica neoliberal no contexto nacional e por suas implicações para a área da Educação. Essa conjuntura, com o sindicalismo de tipo mais combativo ingressando em um quadro de crise, colocou para o ANDES-SN desafios especiais, ao mesmo tempo que compartilha de problemas generalizado de certo isolamento das direções sindicais em relação às suas respectivas bases.

Some-se a isso, uma dificuldade histórica do ANDES-SN em se adequar ao projeto da CUT. Isso ocorreu, seja em razão do jogo político que a entidade "pretendeu, na maior parte do tempo e ao nível do discurso, se furta, o que reduziu o seu poder de interferência" nos destinos políticos da Central, seja em função dos "embates e disputas de bases e das ações judiciais, com a CONDSEF e a CONTEE." (NAVARRO, 1999, p. 774).

Vale a pena lembrar que a participação das AD's no âmbito das CUT's estaduais e regionais, também, não foi das melhores, pois, "apesar de alguns avanços quantitativos registrados, continuou precária." Entretanto, apesar disto tudo, por meio do DNTE (Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação), o ANDES-SN "conseguiu

⁷¹ Conforme explicita Navarro (1999, p. 770), esses avanços "devem ser lidos, no âmbito 'restrito' da militância e da direção da ANDES-SN, uma vez que as 'bases' do movimento continuavam apresentando resistências às proposições e práticas de inserção no conjunto dos trabalhadores organizados."

alavancar as questões educacionais embora essas questões não tenham se tornado, efetivamente, uma prioridade.”⁷² (NAVARRO, 1999, p. 774).

No final deste período histórico de grandes lutas e embates com o neoliberalismo, com posturas internas contraditórias e anacrônicas, o ANDES-SN, que continuava a ser um “sindicato predominantemente de docentes das IFES” , buscou se concentrar em suas “lutas imediatas/específicas de caráter econômico-corporativo” NAVARRO (1999, p. 776). São elencadas algumas causas que poderiam ter levado essa entidade, tanto quanto outras entidades sindicais de servidores públicos, a uma forte retração a) corte de verbas que atingiram as Universidades Públicas, principalmente nos dois governos FHC, fomentadoras do descenso salarial e da perda de identidade de classe como trabalhador, em virtude de um processo de individualização excessiva; b) precarização das condições de trabalho dos docentes, com efetiva negação das bases em aderir à luta mais renhida, c) desregulamentação e mudanças nas relações de trabalho, aposentadorias incentivadas, PDV's, etc., tudo isso num quadro de adversidades no qual

As dificuldades vivenciadas por este sindicato de intelectuais não podem , ainda, ser descontextualizadas da própria crise em que se encontra imerso o movimento sindical classista, marcada pela desregulamentação das relações de trabalho, pelo desemprego estrutural e pela exclusão social crescente, fomentadora da miséria, da violência e da barbárie. (NAVARRO, 1999, p. 778).

A história do surgimento da FASUBRA inicia-se no ano de 1978, quando no auge da abertura política funda-se uma federação das associações de servidores das universidades, com o intuito de prestar um serviço de caráter recreativo-assistencial aos seus dependentes, sob uma ótica meramente não autônoma e subordinada aos poderes estatais.

Essa era a característica básica das associações de servidores e também de sua federação, a FASUBRA. Criadas as primeiras associações, a partir da década de 1960, mantinham e transmitiram à segunda todo um perfil conservador, alinhadas que estavam com a ordem vigente, ao ponto de Fonseca (1996, p. 86) assim defini-las:

Eram em grande medida, precárias e tardias caricaturas do Sindicalismo de Estado forjado no auge do período populista. Era também o perfil dominante das associações de Servidores Universitários e de sua federação , a FASUBRA.

⁷²Assim se coloca Navarro (1999, p. 774): “Na raiz de todas as dificuldades de mão-dupla, reaparecia o problema da divisão social do trabalho, acionadas por barreiras entre “trabalhadores manuais” e “trabalhadores intelectuais” [em que pese, WBC] a reestruturação produtiva em curso estar colocando cada vez mais em xeque essa divisão imposta pela racionalidade capitalista.”

Outro importante aspecto que se ressalta em relação às associações é que, via de regra, era comum haver uma profunda vinculação entre essas e as administrações universitárias às quais estavam ligadas. Neste sentido,

Não foram poucas as associações de servidores cuja criação teve origem na vontade, e mesmo na iniciativa, das administrações universitárias, que estimulavam e sustentavam, materialmente, muitas vezes, suas atividades. (FONSECA, 1996, p. 88).

Vale frisar que a interpretação para tal envolvimento tinha por finalidade, originalmente, buscar, por parte da administração da universidade e do governo federal, “transferir para as associações a responsabilidade pela prestação de serviços de assistência.” (FONSECA, 1996, p. 88). Note-se que muitos dirigentes destas associações ocupavam cargos importantes na alta administração da universidade⁷³.

Obviamente, tais entidades eram totalmente avessas à demandas reivindicatórias, às iniciativas que levassem a um processo de mobilização e ao enfrentamento e o confronto com os órgãos do Estado. Por isso, eram acríicas, dependentes e, no limite, “colaboracionistas, tornando-as, de fato, extensões do aparelho burocrático institucional e instrumentos auxiliares para a legitimação do poder governamental.” (FONSECA, 1996, p. 89).

No entanto, os ventos da mudança passam a soprar no sentido da redemocratização do país e, mais e mais, as ações contestatórias características do “novo sindicalismo” repercutem nas associações, impondo-lhes novas posturas e práticas, com o fito de avançar para “posições mais classistas e menos colaboracionistas.” (FONSECA, 1996, p. 90). É justamente nesta circunstancialidade que surge a FASUBRA, fundada em 19 de dezembro de 1978, “na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, tornando-se, assim, a sede da nova Federação.” FONSECA (1996, p. 91).

Sua criação já era idealizada desde meados da década de 1970, em virtude de iniciativas que visavam estabelecer os contatos entre algumas das diversas Associações de Servidores das IFES, que, à época, operavam quase que inteiramente desgarradas uma das

⁷³ Assim pontua Fonseca (1996, p. 269): “No quadro conjuntural deste período, em particular, tal circunstância constituía indicador inequívoco do atrelamento das Entidades de classe aos desígnios das estruturas institucionais, uma vez que dominava no nível das IFES uma postura alinhada de gestão, inteiramente refratária a iniciativas das quais transpirassem idéias ou proposições anti-governamentais. Sabe-se que no período seguinte, com o processo de democratização da sociedade em curso, os movimentos sociais emergentes lograram alcançar, de forma legitimam, espaços em instâncias de poder do Estado, onde representantes autênticos desses segmentos, antes inteiramente alijados do processo de gestão da atividade pública, puderam praticar, muitas vezes com êxito, a experimentação de programas e formulações cujas diretrizes tiveram origem na elaboração coletiva dos fóruns de suas organizações, e que, geralmente, apresentavam-se divergentes ou opostos às políticas do governo.”

outras. Para tanto, vários esforços foram feitos no sentido de se buscar, com esses contatos, a troca de experiências, focadas no campo assistencial.

Reproduzia, pois, a FASUBRA a mesma estrutura e a mesma dinâmica político-organizativa das Associações: uma estrutura vertical, fortemente hierarquizada, de gestão presidencialista, com duas instâncias que compunham o aparato de gestão, a saber: o Conselho de Representantes e os Encontros Nacionais. Segundo FONSECA (1996, p. 91), “participavam mais regularmente das atividades da FASUBRA nesse período, cerca de vinte (20) das mais de quarenta (40) Associações existentes nas IFES”. Vale frisar que esses encontros semestrais, ao invés de se constituírem em fóruns voltados ao aperfeiçoamento da organização coletiva dos servidores, “ao debate de idéias e à formulação de propostas referentes às questões universitárias e educacional”, serviam, isso sim, de pretexto para que se banquetearassem os seus Conselheiros em eventos sociais “fartamente subsidiados por patrocinadores privados, mas, sobretudo, pelos recursos oriundos da contribuição dos servidores”, quando não “por apoios diversos prestados pelas administrações universitárias e até mesmo pelo MEC.”⁷⁴ (FONSECA, 1996, p. 92).

Destarte, essa “vinculação Institucional” não poderia trazer bons frutos para a vida dos servidores e sua representação, pois, via de regra, os contatos formais com os órgãos superiores da universidade, bem como, com a estrutura burocratizado do MEC, era marcado pela “reverência submissa, marca indelével do jogo de cooptação praticado abertamente pelas duas partes”, como também, os pleitos dos servidores, quando haviam, eram simplesmente desconsiderados “em audiências anódinas no Ministério”, que normalmente “negava-lhes atendimento, obtendo como resposta da federação nada mais que sua resignação obediente.” (FONSECA, 1996, p. 92).

Havia uma forte discrepância, no tocante às questões vinculadas ao sistema de deliberação adotado pelas instâncias da Federação, com relação ao *modus-operandi* do sindicalismo mais combativo, haja vista que, na FASUBRA de então,

O processo de decisão, fechado, hierárquico, sumário, não passava de reprodução mimética do modelo praticado nos órgãos colegiados superiores das universidades, característicos da gestão institucional nesse período de arbítrio. Indicava, ainda, a natureza umbilical desses laços que união a

⁷⁴ Observou, em relação a tais aspectos, fonseca (1996, p. 92): “Sua vinculação com as estruturas universitária e governamental, igualmente intensa e significativa, apresentava-se sob formas variadas. Além do apoio financeiro e material do MEC e pelas IFES, que incluía o fácil oferecimento de bolsas de estudo para funcionários, notadamente para aqueles lotados nas universidades do nordeste, mais inseridas no tradicional esquema de clientelismo político. Havia pois uma íntima relação que ligava a FASUBRA às estruturas do poder institucional. Por exemplo, o assessor jurídico da Federação era funcionário da Assessoria de Segurança e Informação de sua Universidade, organismo de espionagem vinculado aos órgão de repressão política do regime militar, incrustado nas IFES pelo Decreto-Lei nº 200, de 1967, em cumprimento do disposto no Ato Institucional nº 4”.

Federação às estruturas de mando, a profunda intolerância de seus dirigentes quanto a proposições de conteúdo crítico às administrações universitárias e de governo, sempre refutadas e isoladas do processo de debates e de resoluções. (FONSECA, 1996, p. 92).

No entanto, a década de 1980 estava chegando e com ela suas mudanças, repercutindo na FASUBRA, que daí por diante sofrerá uma guinada de 180 graus, direcionando-se, juntamente com outros movimentos sociais e sindicais, para uma vertente de perfil mais sindical, minimizando o seu caráter assistencialista.

Os principais marcos de referência dessa virada, na FASUBRA, são, a saber: a) o ascenso do novo sindicalismo; b) a reconstrução da UNE, segmento importante na condução das lutas por uma universidade de boa qualidade, Pública e gratuita; e c) o surgimento do movimento docente, tendo como coroamento a criação do ANDES-SN.

Os servidores das IFES, agora operando no âmbito da FASUBRA, buscaram se organizar em agrupamentos de oposição aos dirigentes mais conservadores, no intuito de se apropriarem, uma a uma, de “suas entidades de representação, imprimindo-lhes um perfil de caráter mais sindical.” (FONSECA, 1996, p. 94).

No âmbito da FASUBRA essa “corrente opositora” terá como núcleo apenas 4 representantes de Associações, ASUFSC, ASUFF, ASUMG e ASUFBA. Estas foram capazes de “produzirem um efeito tensionador em meio ao marasmo dominante e geraram rupturas importantes.” (FONSECA, 1996, p. 95).

Dois momentos marcaram esse processo. O primeiro foi a aprovação de uma proposta, durante a realização do VIII Encontro Nacional da FASUBRA, em Julho de 1982, na Cidade de Uberlândia, que defendia a convocação do I Congresso Nacional da FASUBRA, onde deveria ser eleito sua nova diretoria, pondo fim “ao jogo de cartas marcadas que caracterizava o funcionamento das instancias da Entidade e a confinava num imobilismo deliberado.” (FONSECA, 1996, p. 95). Ante a todo um processo protelatório daqueles que se mantinham no poder, esse Congresso só viria a ocorrer, depois de uma intensa pressão dos setores opositoristas, em janeiro de 1984.

O segundo momento, que marcou decisivamente os novos rumos que a Federação e os servidores das IFES iriam tomar, foi a realização da primeira campanha reivindicatória por melhores salários no segmento, realizada em novembro de 1982. É bom lembrarmos que essa demanda surgiu no VII Encontro Nacional ocorrido em Santa Maria, em janeiro de 1982⁷⁵.

⁷⁵ Assim pontua Fonseca (1996, p. 96): “Reunido na capital do Rio Grande do Norte, em Outubro de 1982, o Conselho de representantes aprova a criação de uma Coordenação Nacional da Campanha Salarial, integrada por

Desta inédita Campanha Salarial, com a negativa do MEC em atender as demandas e das evasivas das autoridades Federais, a FASUBRA e mais 16 Associações aprovam um documento, a “Declaração de Belo Horizonte”, considerado “o primeiro documento de orientação política de alcance nacional produzido e encaminhado pela Federação” (FONSECA, 1996, p. 97), o qual, além de analisar as negociações com o MEC, propôs a criação de uma Coordenação Nacional da Campanha Salarial e a formação de “um Comando Nacional de Greve instalado permanentemente em Brasília, composto pelo presidente da FASUBRA, Bahia, Minas Gerais, Stª Catarina, Federal Fluminense, Federal do Rio de Janeiro, Goiás e Paraíba”⁷⁶ (FONSECA, 1996, p. 97) dando início, no contexto do segmento dos técnicos administrativos, à primeira greve nacional.

Vale lembrar que, apesar da derrota que os servidores sofreram quanto ao atendimento de suas reivindicações econômicas, o saldo político deste movimento foi de inestimável valor, pois

Logrou agrupar em âmbito nacional diversas novas lideranças que emergiram nas IFE. Foi assim ampliado grandemente e consolidado em definitivo o campo das oposições que transformaria o caráter das Entidades de representação dos funcionários, suplantando suas direções tradicionais agora fortalecidas, mais articuladas e solidamente investida da representatividade conquistada junto aos milhares de servidores. (FONSECA, 1996, p. 102).

O impacto da ascensão das oposições na Federação, como de resto, nas Associações de Base, logo se fez sentir, com a oposição avançando na ocupação dos espaços políticos no interior da Federação e intensificando o enfrentamento com as direções tradicionais, despreparadas e avessas às demandas que estavam postas⁷⁷.

O ano de 1983 marcou uma fase decisiva na vida política nacional, pois, diversos segmentos das classes trabalhadoras, mobilizados em luta contra a política econômica do regime militar, que entrava em crise, alçaram um patamar de organização e estruturação de suas lutas, com a fundação da Central Única dos Trabalhadores, atraindo para a esta as categorias do Serviço Público Federal,

representantes das Associações de Servidores das Universidades Federais de Stª Catarina, Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Aprova também entrega da pauta de reivindicações ao Ministério da Educação, o que se daria no dia 20 de Outubro”

⁷⁶ Vale lembrar que a legislação até então não permitia a realização de greves, fazendo com que o movimento dos servidores das IFES utilizassem o eufemismo de *paralisação* para configurar o processo de paralisação do trabalho.

⁷⁷ “No nível das Associações de base, intensificaram-se as pressões sobre muitos dirigentes, todos acuados em sua perplexidade ante o quadro inesperado da mobilização explosiva de seus “representados”. Suas reações, últimos sinais descontrolados, e por vezes patéticos, de um tempo que se acabava, em vários momentos deixaram transparecer o rancor que sentiam pela radicalidade que tomara de assaltos sua tranqüila e acomodada rotina, e que, em breve, os retiraria, implacavelmente, de seus postos “sindicais.” (FONSECA, 1996, p.102 -03).

Cuja vanguarda serão as entidades dos setores da Educação, notadamente as que representam os servidores docentes e técnico-administrativos das Universidades Federais e da Saúde e Previdência. (FONSECA, 1996, p. 103).

Neste sentido, vários encontros nacionais foram realizados, com o intuito de organizar e aglutinar forças, no seio de segmentos profissionais de servidores da união, que apenas tinham como vínculo comum a condição de serem funcionários da União, para buscarem coletivamente, através de uma Campanha Salarial Conjunta, ganhos de ordem econômico-salariais. Apesar do fracasso em termos salariais, esta experiência trouxe um amadurecimento político a alguns segmentos que a integravam, inclusive aos servidores das IFES.

Referenciados que estavam pelas bases, o movimento das oposições preparava-se para, de uma vez por todas, tomar legitimamente das mãos dos dirigentes mais conservadores a direção da FASUBRA, tendo como marco desta ruptura o seu I Congresso, protelado por mais de 2 anos, que se realizou em janeiro de 1984, em Natal, no Rio Grande do Norte. Escritos numa chapa, “Alternativa Democrática”, e com o apoio da maioria dos delegados eleitos na sua base, propugnava: a) por uma FASUBRA mais voltada aos reclamos de sua base; b) mais comprometida com as mudanças no contexto social e na universidade; c) uma Federação menos “cupulista”.

Os dirigentes da FASUBRA, inconformados com a perspectiva de derrota iminente, e em meio a uma série de “manobras inidôneas” e de expedientes dolosos com vistas a realizar secretamente uma eleição e empossar “uma nova diretoria da Federação, perpetrando, desse modo, um golpe político contra a instância superior representada pelo Congresso em andamento” (op. cit. p. 108), foram superados, pois as eleições são realizadas, não sem muitas dificuldades, saindo vitoriosos por apenas 1 voto a chapa da oposição, liderada pela representante da Associação dos Servidores da Universidade Federal da Bahia - ASUFBA, Vânia Galvão. O resultado expressava a mudança na correlação de forças “montada originalmente para referendar, sem problemas, a chapa da situação, liderada por Nelson Calixto, integrante da diretoria da Associação dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba.” (FONSECA, 1996, p. 108).

Essa página histórica da FASUBRA e dos servidores técnico-administrativos apontará novos rumos na sua auto-organização associativa, fazendo com que, durante toda a década de 1980 em diante, os servidores tenham passado a desenvolver uma *práxis* “através da qual buscarão, coletivamente, consolidar a transformação do caráter de suas entidades de

representação” , como também propor novas questões, cuja centralidade estará no anseio de possuir uma identidade social nova, uma identificação que os libere, junto à sociedade e à coletividade universitária “do estigma da irrelevância, da subalternidade, da redução à condição uniforme de trabalhadores de segunda classe.” (FONSECA, 1996, p. 92).

5 O SINTESPB

5.1 – O Ensino Superior Público na Paraíba

O Ensino Superior na Paraíba confunde-se com a própria história da criação da UFPB. Em 1934, foi criada a primeira escola de nível superior da Paraíba – a Escola de Agronomia do Nordeste no Município de Areia, no Brejo Paraibano, quando as tendências profissionais da comunidade orientavam-se “para Medicina, Advocacia ou Sacerdócio, carreiras já tradicionais entre famílias da classe dominante rural e àquela altura aspirações dos setores de classe média da população.” (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986). Justamente após a fundação desta unidade de ensino superior abrir-se-ia a perspectiva de criação de outras escolas isoladas, o que, no entanto, somente iria acontecer a partir de 1947 com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas, em João Pessoa.

Apesar de todas as dificuldades, dos entraves burocráticos e das imposições político-partidárias, característica da nova ordem que se estabeleceu pós-30, em que pese os fortes resquícios do antigo modelo político, mormente no Nordeste, “onde o coronelismo, o clientelismo, a troca de favores ainda se conservariam por muito tempo, nos traços gerais dos procedimentos políticos” (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986), a dinâmica de criação de novos cursos técnicos e cursos humanísticos de nível superior havia, definitivamente, se estabelecido. Não obstante,

a criação dos primeiros cursos superiores na Paraíba tinha ficado à deriva de situações político-partidárias, o profissional vivia mais ao sabor da política de que ao sabor de sua profissão, desvinculado de sua vocação, de sua profissão, de si mesmo. (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986, p.5).

Quanto à Faculdade de Ciências Econômicas, criada em 1948, só veio a funcionar efetivamente em 1950. A criação desta unidade de ensino é um marco divisório na cronologia da História do Ensino Superior na Paraíba, pois caracteriza-se como sendo a transição para a fase do Ensino Superior, visto que até então só haviase tinda escolas de nível médio.

A década seguinte (1950) foi profícua neste sentido, pois registra a criação de quase todas as escolas isoladas que mais tarde delinearão o corpo da Universidade Estadual. Registra-se o aparecimento de várias Escolas Superiores e a criação da própria Universidade. Neste sentido, o Governo Estadual visualiza projeto de criação do ensino Superior na Paraíba e estabelece uma Comissão de Planejamento para tal fim, cujos membros, representantes das

diversas profissões liberais, deveriam elaborar projetos e encaminhar sua operacionalização. (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986).

Nesse período, também foi fundada a Escola Politécnica de Campina Grande, com a intenção de “integração no desenvolvimento técnico-industrial do Estado”, fazendo da Cidade um novo foco científico-cultural na Paraíba. Ess projeto contou desde o início com o respaldo do mundo dos negócios financeiro-comerciais, de âmbito local, que assumem um compromisso de colaboração com a iniciativa. Neste sentido, mobilizam-se entidades particulares, federais e estaduais, que se beneficiam da realização do projeto. (LIMEIRA; FORMIGA, 1986, p.7).

Veio nesta esteira a criação, também na década de 1950, mais precisamente em 1952, da Escola Superior de Engenharia e diversas outras Escolas, a exemplo da Faculdade de Direito, em 1951, da Faculdade de Medicina, da Escola de Serviço Social, da FAFI (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba)⁷⁸, da Escola de Enfermagem, criada em 1953, da Faculdade de Odontologia, em 1955, do Curso Superior de Farmácia, em 1956. (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986).

Em um primeiro momento todas essas unidades de ensino superior, tanto as escolas oficiais quanto as particulares, sofriam carências de variegados tipos, seja na estrutura físico-operacional, seja na manutenção do mínimo para o funcionamento acadêmico.

A manutenção das escolas oficiais se viabilizavam através dos governos estadual e federal, sendo que, no mais das vezes, as verbas federais advinham de atuações e esforços políticos de parlamentares paraibanos no âmbito do Legislativo estadual e do Congresso Nacional. A escassez de recursos da maioria das Escolas seria um dos fatores de mobilização pela criação da Universidade. (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986, p.16).

Além deste fator acima descrito, funcionaram como elementos propulsores da criação da Universidade da Paraíba, em 1955, o aumento da demanda por profissionais de nível superior nas diversas especialidades, como: Médicos, Odontólogos, Magistério Secundarista, Advogados, Engenheiros, etc. (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986). Isso posto, no ano de 1955, foi criada a Universidade da Paraíba, através da Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro, e

⁷⁸ Conforme nos lembra Limeira e Formiga (1986, p.09): “A Faculdade de Filosofia do Estado e a Faculdade de Direito, a ser criada depois, formaram o quadro das escolas que, além das atribuições profissionalizantes específicas, é a fonte institucionalizada do “saber humanístico” que deve ser uma das qualidades para que se possa caracterizar o futuro componente da “inteligência”. As profissões médicas e jurídicas caracterizam as famílias da elite e já nas décadas de 40 e 50 eram aspirações de famílias com pretensões à ascensão social”.

vindo posteriormente a ser federalizada através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando à denominação de Universidade Federal da Paraíba. (LIMEIRA ; FORMIGA, 1986).

Após uma luta de vários anos, envolvendo a comunidade acadêmica, a sociedade como um todo e a classe política local, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, através da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002.

A situação hoje do ensino superior público no Estado da Paraíba, de alguma forma, acompanha a tendência do ensino superior a nível nacional, já que o projeto de Educação de nível superior do Governo Federal serve como ponto de referência para o incremento de políticas educacionais que são aplicadas às demais unidades da Federação.

Atualmente a rede de Ensino superior público na Paraíba é composta por três Universidades públicas, duas Federais (IFES) e uma Estadual (IEES). As duas primeiras são a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) e a UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG) e a Instituição Estadual é a UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB).

Todas concebidas como *multi-campi*, espalhando-se por quase todo o território Paraibano, ocupam um espaço privilegiado de formação de mão-de-obra qualificada e de geração de conhecimentos técnico-científicos, mormente numa região tão carente de impulsos para o desenvolvimento, quanto a Paraíba. Essas unidades de Ensino superior delimitam um território abrangente quanto às suas atuações acadêmicas, científicas e de intervenção na realidade paraibana como um todo.

A UFPB é composta por quatro *Campi*. O Campus I (JOÃO PESSOA) centraliza as funções Administrativas e Acadêmicas, onde se situa a Reitoria e os demais órgãos da Burocracia da UFPB, os seus Conselhos Superiores (CONSEPE, CONSUNI), tanto quanto toda a parte operativa e de função gestora desta Unidade de Ensino. Os demais *Campi* (II, III, e IV) formam como que um leque de opções, no sentido da interiorização do ensino de nível superior. O *Campus* II (AREIA), juntamente com o *Campus* III (BANANEIRAS), compõem as opções especialmente orientadas às questões agrárias, agrícolas e de cooperativismo rural. O *Campus* IV (MAMANGUAPE/ RIO TINTO) é de recente criação e está ainda em franco processo de reafirmação e concretização das ações.

A UFCG também acompanha o modelo *multi-campi* semelhantemente à UFPB, sendo estruturada em sete *Campi*, tendo como sede o *Campus* de Campina Grande, que centraliza as ações acadêmicas e técnicas, orientando-as no sentido de cobrir, a partir de Campina Grande,

as regiões do Sertão, Curimataú, Agreste e Cariri ocidental. Efetivamente, abre as portas da geração do conhecimento técnico-científico no sentido das regiões mais interioranas do Estado da Paraíba.

As ações voltadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFCG são implementadas nos *Campi* de Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Souza, Cajazeiras, Pombal. Trata-se de um feito, no sentido de que mais e mais paraibanos dos mais diversos rincões do Estado tenham a oportunidade de acesso ao ensino superior, trazendo, assim, para todas as regiões envolvidas, condições propícias para o desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, uma melhoria de vida destas mesmas populações.

No caso da única unidade especializada de Ensino Superior Estadual – a UEPB, o sistema mantém-se o mesmo (*multi-campi e multi-região*), no qual se busca uma cobertura e uma abrangência, em termos técnico-científico e acadêmico, semelhante às suas comparsas. Tendo como sede a cidade de Campina Grande, que detém o *Campus I*, parte-se em direção à interiorização de suas ações, para os seguintes municípios: Lagoa Seca (*Campus II*), Guarabira (*Campus III*), Catolé do Rocha (*Campus IV*), João Pessoa (*Campus V*), Monteiro (*Campus VI*), Patos (*Campus VII*).

Na Tabela 1 é possível se ver a importância em termos de inserção de cada universidade, com respeito ao número de matrículas ofertadas, dentro, é claro, das especificidades e singularidades que as caracterizam. Conforme se percebe na Tabela, uma quantidade significativa de alunos matriculados na Graduação são oriundos da UFPB e da UEPB. No primeiro caso 43,77%, cerca de 30% do total do número de matriculados no 1º semestre letivo de 2010. A UFCG fica na marca de 26,54% dos alunos de Graduação.

A situação inverte-se quando a questão é a Pós-Graduação. Percebe-se que as IFES tomam a dianteira, com a UFPB marcando cerca de 75% do total de alunos matriculados e a UFCG na marca de 15,74%. A UEPB mantém-se no patamar de 9,82%⁷⁹. Isto está relacionado com o padrão de excelência que as IFES conseguem manter nas Pós-Graduações, apesar da crise em que se abateu nestas últimas décadas na Universidade Brasileira, fruto de uma política educacional voltada aos interesses privados em detrimento dos verdadeiros interesses nacionais.

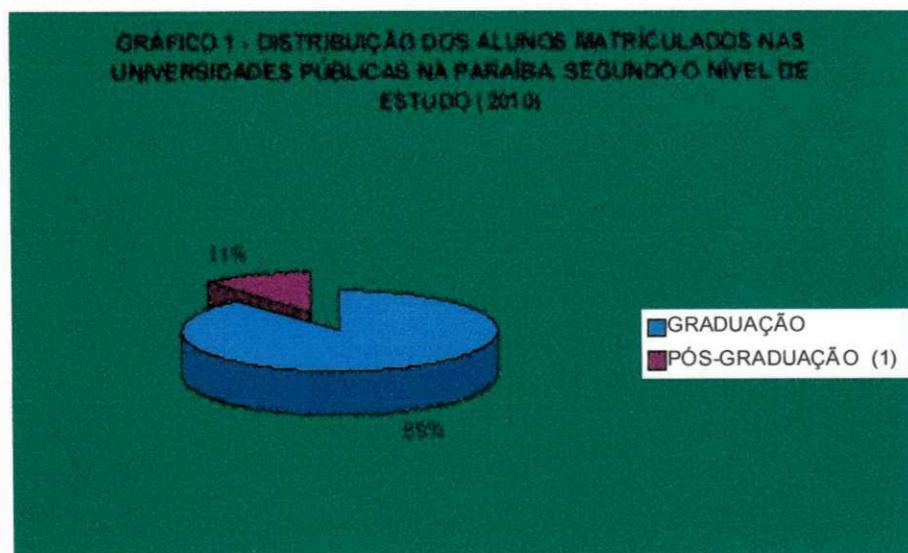
No que diz respeito à participação relativa em termos do total por nível de Estudos, temos, conforme nos apresenta a Tabela 1 e o Gráfico 1, o seguinte:

⁷⁹ Vale lembrar que esses modestos números apresentados pela UEPB, são contabilizados incluindo Mestrados, Doutorados e Especializações. Os primeiros “*stricto sensu*” reconhecidos pela CAPES/MEC e interinstitucionais e os segundos são especializações com carga horária variando de 360 horas aula a 400 horas aula, levados a cabo em virtude de convênios inter-institucionais.

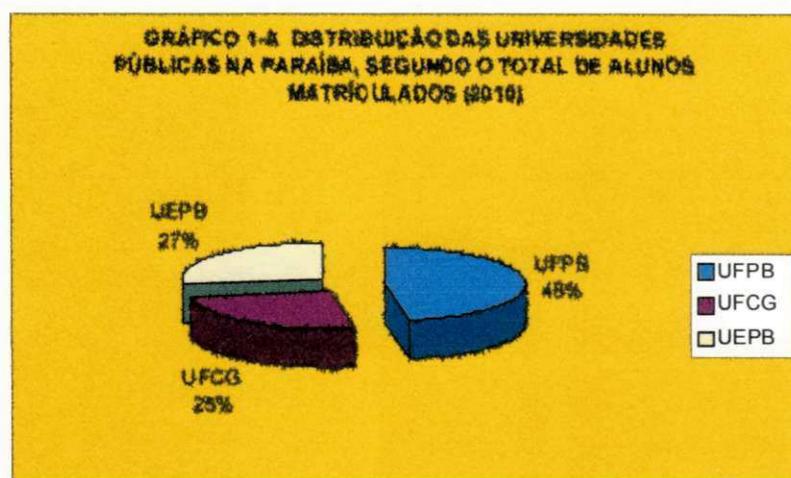
Tabela 1 - QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS POR UNIVERSIDADE PÚBLICA NA PARAÍBA, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO POR PERÍODO (2010)

UNIVERSIDADES	NÍVEL DE ESTUDOS		TOTAL
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO (1)	
	QUANTIDADE		
Total	56.005	7.160	63.165
UFPB	24.512	5.330	29.842
UFCG	14.864	1.127	15.991
UEPB	16.629	703	17.332
	DISTRIBUIÇÃO (%)		
Total	100,00	100,00	100,00
UFPB	43,77	74,44	47,24
UFCG	26,54	15,74	25,32
UEPB	29,69	9,82	27,44

(1) DADOS DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFCG REFERENTES A DEZ/2009
 FONTES: UFPB, UFCG, UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG, UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG, UEPB.

Percebe-se que, quando tomamos pelo total a grande maioria daqueles que freqüentam as universidades Públicas na Paraíba, estão no início da formação de nível superior – a Graduação - cerca de 89% do total de matriculados em 2010, restando apenas 11% que são atribuídos à Pós-Graduação.

Esse expressivo percentual de alunos matriculados na Graduação em contraposição ao percentual visto na Pós-Graduação revelam muito mais que uma tendência a se buscar a inserção de parcelas da população, antes alijadas dos benefícios sociais, e mais uma massificação do Ensino Superior no país, fruto de políticas públicas voltadas à inclusão no setor educacional.

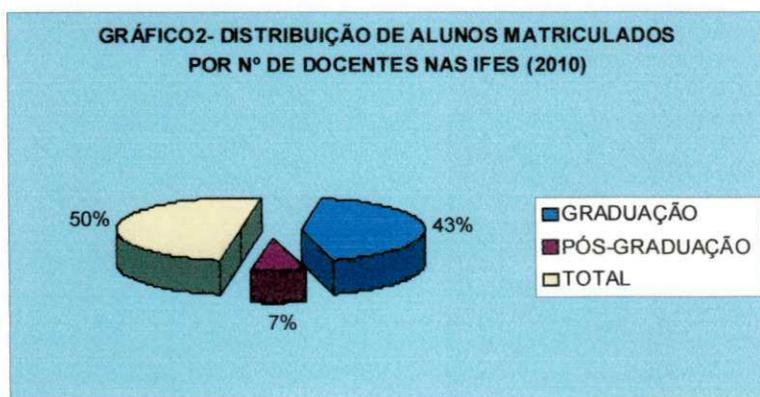
Ainda no tocante ao total de alunos matriculados, nas universidades públicas no Estado temos que, a UFPB mantém-se num patamar de 48% destas matrículas, vindo a UEPB com 27% e a UFCG com 25%.

Essa realidade não anda longe das IES públicas, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais. No caso da Paraíba, junto com a determinação para que se aumente o nº de alunos que ingressam nas três Universidades Públicas do Estado, cresce com ele, conforme explicitou Bosi (2006, p. 45), “Intensificação do trabalho, a flexibilização e estagnação dos salários, a subtração de direitos sociais (ou a sua relativização) e o aumento da produtividade e dos níveis de exigências institucionais”, elementos esses que somados a outros levam a condição de trabalho do docente à rápida e inexorável precarização. Os dados das Tabelas 2 e o Gráfico 2 abaixo nos apresentam essa realidade

Tabela 2 - QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS POR NÚMERO DE DOCENTES NAS IFES, PERÍODO (2010)

UNIVERSIDADES	NÍVEL DE ESTUDOS			RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL	
	QUANTIDADE			
Total	39.376	6.472	45.848	14,82
UFPB	24.512	5.330	29.842	15,53
UFCG	14.864	1.127	15.991	13,64
	Distribuição (%)			
Total	100,00	100,00	100,00	-
UFPB	62,25	82,35	65,09	-
UFCG	37,75	17,41	53,59	-

FONTES: UFPB, UFCG .



FONTES: UFPB, UFCG .

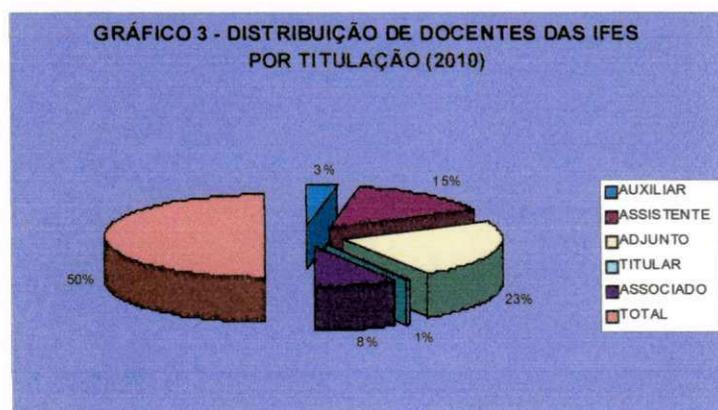
Pela análise da tabela acima e do seu gráfico, percebe-se que 43% dos ingressos nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) na Paraíba dá-se na Graduação e que apenas 7% são creditados à Pós- Graduação, o que por si só já nos dá uma idéia de como esses fatores repercutem na base do Sistema de Ensino Superior no País, seguindo-se a lógica do PDE e do REUNI, conforme determina o Governo Federal para o setor de Educação Superior.

Ao observamos o nível de titulação nas IFES na Paraíba, vamos perceber que estas se mantém no padrão das demais Universidades Federais no País, com predominância de Mestres e Doutores, conforme Tabela 3 e Gráfico 3 abaixo.

Tabela 3 QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS NA PARAIBA, SEGUNDO A CATEGORIA (2010)

UNIVERSIDADE	TITULAÇÃO					TOTAL
	AUXILIAR	ASSISTENTE	ADJUNTO	TITULAR	ASSOCIADO	
	QUANTIDADE					
Total	194	936	1.405	40	518	3.093
UFPB	68	569	919	16	349	1.921
UFCG	126	367	486	24	169	1.172
	Distribuição (%)					
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-
UFPB	35,05	60,79	65,41	40,00	67,37	-
UFCG	64,95	39,21	34,59	60,00	32,63	-

FONTES: UFPB, UFCG .



FONTES: UFPB, UFCG .

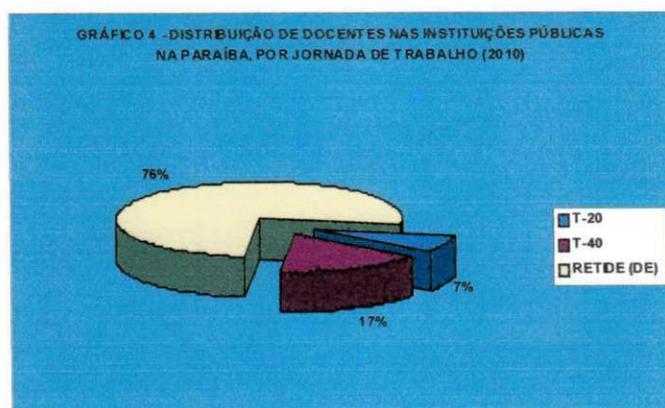
Há, pois, para Assistentes e Adjuntos, que requerem, respectivamente, a Titulação de Mestre e Doutor, um percentual do total que gira em torno de 15% e 23%, respectivamente. Com uma leve predominância da UFPB no caso de Adjuntos, Assistentes e Associados, com uma distribuição de 65,41%, 60,79% e 67,37, respectivamente, em relação ao total de Docentes da UFPB.

Ao nos debruçarmos sobre o perfil do corpo docente das três Universidades Públicas da Paraíba, vamos encontrar também um panorama aproximado daquilo que ocorre em outras Universidades no País. As Tabelas 4 e 5 e os Gráficos 4, 4-A, 4-B, 4-C, 5, 5-A, 5-B, 5-C, espelham bem esta realidade local. No que pertine à Jornada de Trabalho, na tabela abaixo, temos a seguinte situação

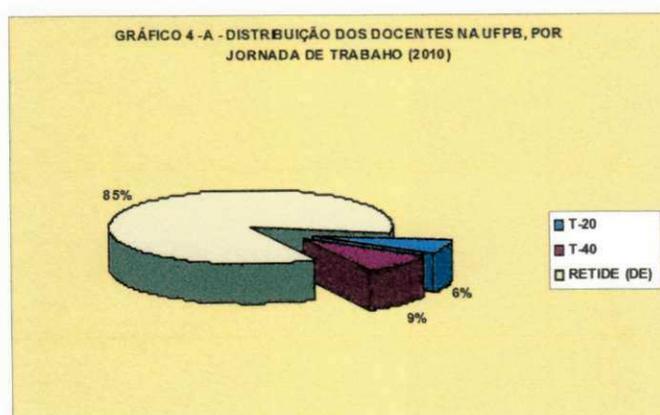
Tabela 4 - QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA PARAÍBA, SEGUNDO A JORNADA DE TRABALHO (2010)

UNIVERSIDADES	JORNADA		
	T-20	T-40	RETIDE (DE)
QUANTIDADE			
TOTAL	337	768	3.529
UFPB	119	164	1638
UFCG	153	15	1.004
UEPB	65	589	887
DISTRIBUIÇÃO (%)			
TOTAL	100,00	100,00	100,00
UFPB	35,31	21,35	46,42
UFCG	45,40	1,95	28,45
UEPB	19,29	76,69	25,13

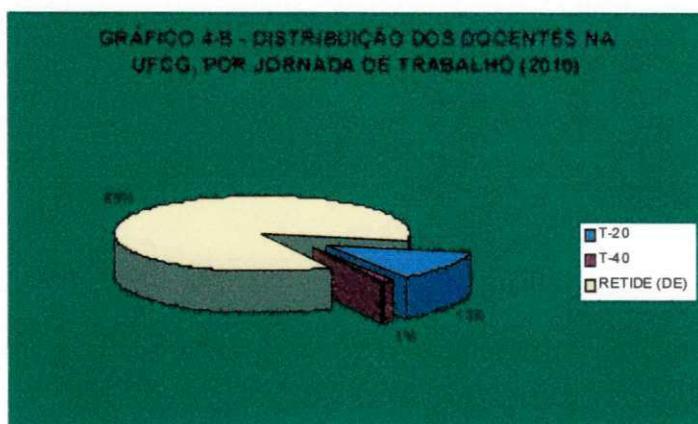
FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



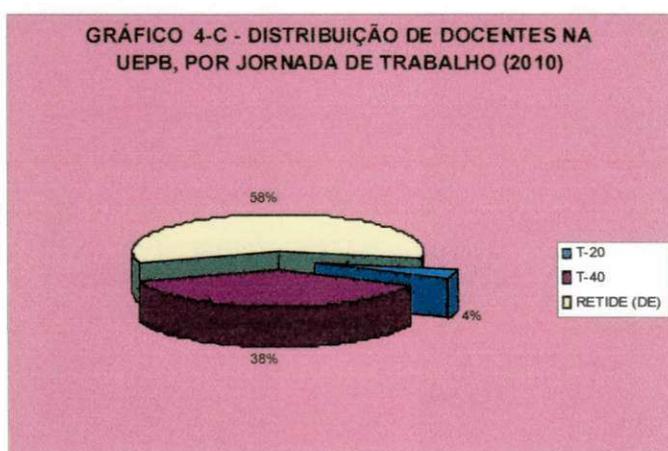
FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.

Conforme nos mostra os dados acima, tanto a UFPB quanto UFCG têm uma jornada de trabalho dos docentes com dedicação exclusiva em 85% e 86%, respectivamente, o que demonstra uma certa regularidade no cumprimento das suas finalidades e na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Já no que diz respeito à jornadas T-20 e T-40, ambas mantêm um comportamento semelhante, evidenciando-se a UFCG com um percentual de T-20 em 13%, levemente mais elevado.

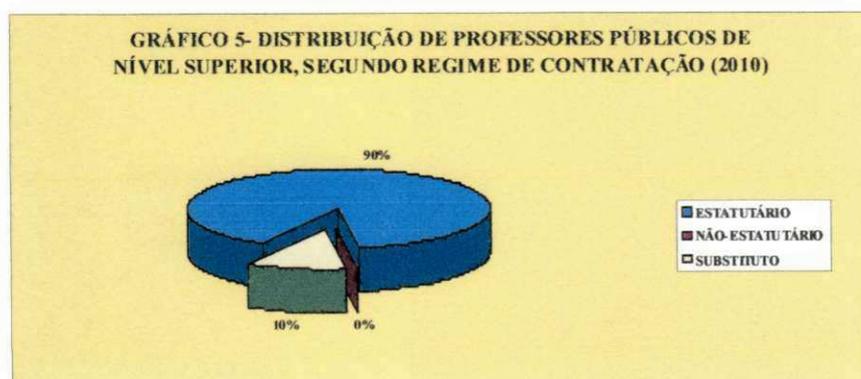
Quanto à UEPB, percebemos uma grande variação, com uma queda acentuada tanto no caso do Retide (DE), como uma forte acentuação no formato T-40, sugerindo indícios de que as condições de trabalho dos docentes desta unidade de ensino podem ser mais precarizadas, com um grau de flexibilização maior. No geral, há um predomínio da Dedicação Exclusiva (DE), na ordem de 76% do total de docentes por jornada de trabalho.

No caso do Regime de Contratação, a situação é descrita pela Tabela 5 e demais Gráficos abaixo

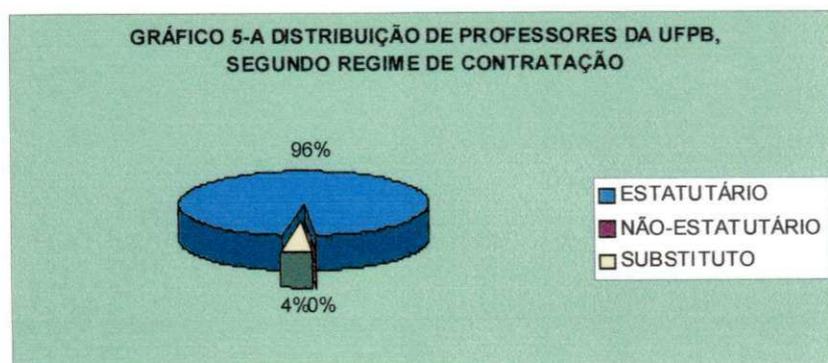
Tabela 5 - QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA PARAIBA, SEGUNDO O REGIME DE CONTRATAÇÃO (2010)

UNIVERSIDADE	REGIME DE CONTRATAÇÃO			
	TOTAL	ESTATUTÁRIO	NÃO-ESTATUTÁRIO	SUBSTITUTO
	QUANTIDADE			
TOTAL	4.775	4.268	7	500
UFPB	2.007	1.921	0	86
UFCG	1.229	1.172	0	57
UEPB	1.539	1.175	7	357
	DISTRIBUIÇÃO (%)			
Total	100,0	89,4	0,1	10,5
UFPB	100,0	95,7	0,0	4,3
UFCG	100,0	95,4	0,0	4,6
UEPB	100,0	76,3	0,5	23,2

FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



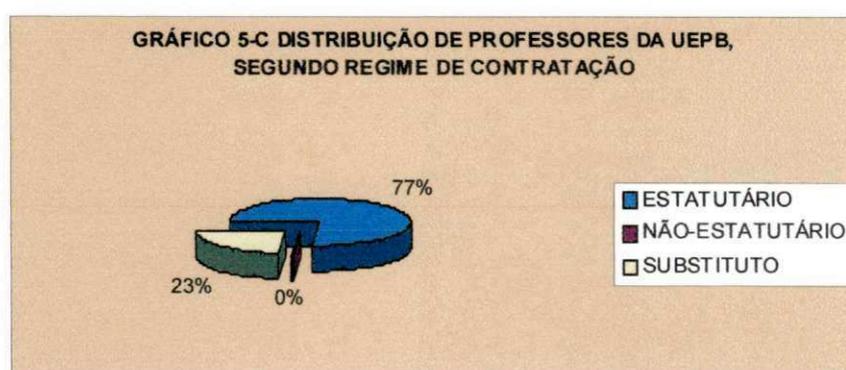
FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.



FONTES: UFPB, UFCG e UEPB.

No cômputo geral, todas as Universidades Públicas na Paraíba apresentam no quesito Regime de Contratação a figura do docente Estatutário, com um percentual de cerca de 90% da força de trabalho docente, ficando apenas 10% no regime de docência substituta. No entanto, quando desagregamos estes dados por Unidade de Ensino, a UFPB tem nos seus quadros a quase totalidade de docentes regidos por algum diploma legal, 96%, com o percentual referente ao Professor substituto girando aí em torno de 4%, o que afugentaria, em tese, o fantasma da precarização das condições de docência. Na UFCG, esse percentual continua bastante alto, 95% de professores estatutários, com 5% de contratos por substituição docente.

Contudo, no caso da UEPB, a situação muda drasticamente, já que o percentual de professores com vínculos efetivos cai para 77%, tendo a parcela de contratos por substituição crescido para 23% (quase $\frac{1}{4}$ da força de trabalho docente). Esse dado preocupa, haja vista, que nos aproximamos da média nacional, que é de 30% dos cargos de docentes nas instituições de Nível Superior (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p. 25), implicando assim um processo em ascensão de

precarização da força de trabalho docente na UEPB. A esse respeito, os dados que a UEPB apresentam falam por si mesmos, conforme Tabela 6.

Tabela 6 - QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE PROFESSORES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB), POR TITULAÇÃO (2010)

TITULAÇÃO	Nº DE DOCENTES	DISTRIBUIÇÃO (%)
GRADUADO	20	2,28
ESPECIALISTA	112	12,79
ADJUNTO	7	0,80
DOUTOR	249	28,42
TITULAR	90	10,27
MESTRE	396	45,21
ASSISTENTE	2	0,23
TOTAL	876	100,00

FONTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB/SRH

A Tabela 6 acima nos mostra que na UEPB, cerca de 29% do quantitativo de docentes têm titulação de Doutor e 45,21% tendo de Mestre, o que demonstra um bom padrão de qualificação da mão de obra docente nesta instituição de Ensino. Contudo, quando focamos no número de alunos por docentes, conforme nos mostra a Tabela 7, vemos uma relação aluno/docente excessivamente alta, ultrapassando, inclusive, a meta do REUNI, quando estabelece um número em torno de 18 alunos por professor. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007, p. 16).

Tabela 7 - QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS POR NÚMERO DE DOCENTES NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PERÍODO (2010)

UNIVERSIDADE	NÍVEL DE ESTUDOS			RELAÇÃO ALUNOS/DOCENTE
	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL	
UEPB	16.629	703	17.332	19,79

FONTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB/SRH.

Na verdade, em virtude disto, as condições de trabalho do docente de nível superior na UEPB, salvo melhor juízo, tendem a se deteriorar, precarizando-se, tanto no que se refere à

Jornada de Trabalho, conforme visto acima, como em relação à quantidade de alunos por cada docente. Diga-se de passagem, o professor de Graduação cumpre um papel de fundamental importância, pois, no caso da UEPB, além da relação aluno/docente ser elevada.

Efetivamente os docentes das IFES Paraibanas também não estão insensíveis a essa problemática, pois, apesar da relação aluno/docente nas IFES paraibanas se situarem ao redor da média nacional – 13% (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN), 2007), ainda assim, o número de alunos por classe também mantém-se alto, em virtude de uma série de atividades que os docentes efetivos têm a cumprir, como: fazer pesquisas, executar tarefas administrativas, supervisionar atividades de extensão, etc. Ou seja, em última instância, as condições de trabalho de uns e de outros tendem a se desgastarem em um ciclo de precarizações sem fim. Finalmente, a esse respeito, ouvimos das lideranças, representantes sindicais dos professores da UEPB, UFCG e UFPB, os quais se posicionaram de uma forma bem específica em relação às condições de trabalho docente nas instituições que representam:

A gente tem enfrentado muita luta. A Paraíba não estava descolada das grandes investidas do projeto neoliberal que estava sendo implementado no Brasil. Os governos estaduais se afinaram com o projeto Macro. Qualquer proposta que previa a melhoria da qualidade de ensino de nível superior, sempre foi tratado como algo supérfluo, secundário. Aqui no estado, quem mais trabalhou pelo projeto neoliberal, foi o governo Jose Maranhão. Nós chegamos a quase 50% nesta universidade de contratos precários, de docentes substitutos, visitantes e denunciemos isso. Conquistamos o concurso público. Além do mais, tínhamos as piores condições de trabalho, você não tinha sala, carteira, o giz, o pincel, o computador, você não tinha nada, e o docente só tinha a voz e a coragem de lutar por melhores condições salariais. Queríamos o fim da precarização dentro desta universidade. (Entrevistado 9, 2010).

Este “pano de fundo” mostra bem como a UEPB atravessou os anos FHC, com a política de desestruturação da Educação em geral, e da Educação Superior mais especificamente.

Além da carga horária alta, tendo obrigação de pegar sete ou oito disciplinas diferentes, aumento da perseguição, as ameaças, a falta de valorização com o outro enquanto colega. O docente que não tem seus instrumentos de trabalho, computador e sua manutenção, condição de programar a aula, fazer transparência, sem um ambiente para estudo e compra de livros. Nós melhoramos muito as condições de trabalho do docente, contudo, não podemos dizer que a precarização já acabou. o docente se quiser manter um currículo minimamente competitivo, deve bancar com suas próprias condições porque a UEPB ainda não pode cobrir a totalidade da demanda de seus docentes. (Entrevistado 9, 2010).

Percebe-se, nesta fala, que, no entendimento da referida liderança, a luta por melhores condições de trabalho na UEPB passa necessariamente por uma mobilização de toda a categoria no sentido de arrancar essas melhorias das autoridades governamentais.

As condições de trabalho levam à depressão e a uma série de doenças psicossomáticas, de fundo nervoso, em virtude das condições objetivas de trabalho que não são, ainda, satisfatórias. O combate da precarização passa pela busca das condições dignas de trabalho. O docente é um dos profissionais que leva trabalho para casa, trabalha em casa com as obrigações da universidade. Produz o livro, o texto, o artigo, que viaja ele tem que ter uma condição digna. A UEPB tem muitas dificuldades em oferecer isso. O Reuni chegou aí, com as propostas de contrato de trabalho uma das mais perversas. A ampliação do ensino superior é feita sem a necessária qualidade, que só serve aos interesses dos políticos, seguindo uma lógica perversa imposta por instituições como o Banco mundial, OMC, etc. O trabalho do professor substituto sempre foi precário e a gente defende isonomia entre o professor substituto e o da ativa. (Entrevistado 9, 2010).

Aí vemos quanto à condição objetiva do trabalho influí nas condições subjetivas do trabalhador, no caso o docente, que tem, conforme nos apresenta essa liderança, por força da precarização das suas atividades, adoecido, alterando-lhe as condições de saúde e sua qualidade de vida.

Há um acompanhamento sistemático do sindicato quanto à precarização no âmbito da UEPB, nós avançamos muito em relação a isso nestes últimos cinco anos, avançamos na política salarial, na contratação de docentes, mas ainda temos muito o que fazer. No momento atual a UEPB tem avançado, tem buscado melhorar. (Entrevistado 9, 2010).

Neste trecho percebe-se a preocupação dessa liderança sindical com as questões referentes à autonomia universitária da UEPB⁸⁰ e com a questão da qualidade da expansão do ensino superior. A precarização é uma preocupação constante no pensar desta liderança, pois, a qualidade do Ensino de nível Superior está intimamente relacionada com as questões de autonomia da Instituição.

Tentaram transformar a UEPB em OS (organização social) e nós não permitimos, tentaram inserir nossa Universidade dentro de um padrão de excelência, com o fechamento de alguns *campi*, nós não permitimos, tentaram criar um novo tipo de contrato de trabalho nós não permitimos. Nem sempre aquilo que LULA tem feito nas Federais, tem conseguido impor nas estaduais, pois as estaduais tem na sua estrutura de autonomia uma blindagem. Houve uma tentativa do atual governo no sentido de retirar 16 milhões do orçamento da UEPB, mas não conseguiu, e o governo recuou, por resistência do sindicato e da categoria. Acho que o REUNI precisa ser reavaliado, a expansão da UEPB tem de ser reavaliada, a

⁸⁰ A propósito da questão da autonomia da UEPB, foi publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba ato do poder Executivo que dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual da Paraíba e dá outras providências, ato este materializado na publicação da Lei nº 7.643, de 06/08/2004 que prevê a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

expansão da Universidade Pública deve ser avaliada. (Entrevistado 9, 2010).

O entendimento e a visão das questões políticas que giram em torno do universo do trabalho docente, notadamente na UFCG, apresentado por uma liderança sindical ligada à ADUFCG, nos remetem a uma postura mais política e socialmente mais engajada naquilo que diz respeito às questões do mundo de trabalho do docente.

Marca-se num processo político mais geral, é importante ver o processo político mais de perto vive-se um paradoxo na UFCG, por um lado tem-se uma mudança nas relações de trabalho, por força da hegemonia do pensamento neoliberal, no conjunto da sociedade. Todas essas IFES, tem uma situação muito particular, porque as IFES, são só uma parte das universidades públicas do Brasil, 70% do ensino superior é privado, enquanto 30% é público. No caso do programa do governo federal o Reuni, por um lado tem um elemento da expansão da massa de estudantes. Essa expansão para você poder receber o recurso do REUNI, os reitores têm que assinar um termo de compromisso junto ao Ministério da Educação, se comprometendo com metas que são muito difíceis de atingir, caso não se lance mão de precarizar as formas de trabalho dos professores. Mas esse tipo de política, diferenciada, desigual, mas combinada, faz com que dentro da Universidade, existam setores vinculados ao capital privado, e outros setores em geral, como as ciências humanas, que vivem uma situação de precarização constante. (Entrevistado 10, 2010).

De acordo com a liderança anterior e esta, a questão do aumento da carga de trabalho do docente é função direta das políticas governamentais, tipo REUNI, etc, que impõem um padrão não de qualidade, mas sim de quantidade no cumprimento de metas, “bastante difíceis”, conforme avalia. São medidas que acabam por trazer mais precariedade para o trabalho docente

No caso da UFCG, existem problemas de infra-estrutura, está ocorrendo um aumento da quantidade de alunos por professores, sem haver uma melhor condição de trabalho acadêmico. O problema é, como fazer uma expansão com qualidade, para que todos possam estudar. Porque se não fizermos na perspectiva de incluir, estaremos excluindo. você tem que fazer muito mais coisa, em piores condições de trabalho. A quantidade é um problema, mas, paralelamente a isto, os organismos de financiamento (CNPQ, CAPES, etc.) exigem uma produtividade, que na verdade está quantificada e não qualificada, o que importa mais é a quantidade de coisas que se faz e não a qualidade daquilo que se tem. Ninguém pode ser contra as pesquisas dos professores, e que as pesquisas dos professores esteja no site. A quantidade de alunos é exigência para se renovar o acordo do Reuni, como também o grau de aprovação que é em termos de 90%. (Entrevistado 10, 2010).

Aqui se percebe claramente que os problemas da Universidade Pública Federal estão ligados ao “produtivismo” imperante no meio acadêmico, onde o professor tem que cumprir uma agenda pesadíssima. Se assim não fizer, correrá o risco de perder acento nas oportunidades de alavancar projetos de pesquisa junto aos órgãos fomentadores, como CNPQ, CAPES, etc. O mesmo nos lembra também que, à medida que as condições de trabalho docente pioram, cai a qualidade de sua produção, seja de ensino, seja de pesquisa, pois, esse não contará com tempo hábil para cumprir todos os compromissos que a “agenda REUNI” exige dele.

A luta do sindicato é por docentes efetivos, porque acreditamos que o docente tem que ter condição de fazer ensino, pesquisa e extensão, o sindicato defende uma universidade pública referenciada no social e luta por manter concursos de prof. efetivos t-40, logicamente, na luta, não diferenciamos nenhum trabalhador seja, das IFES, IEES e até das IESP, pois, todos são todos trabalhadores. Como integrar docentes que são produtos dessa formação mais academicista. Tem muitos docentes que não se enxergam como trabalhadores, isto é um problema, pois, não se enxergam como assalariados, e são assalariados, relativamente bem remunerados, mas são assalariados. A própria rotina de trabalho, a própria rotina individualista, produtivista faz que a pessoa não tenha tempo pra se preocupar com alguma coisa que não a produtividade. Tem muito financiamento que são individuais e não apenas por pesquisa. O neoliberalismo está dentro da UFCG, nós concorremos por tudo. (Entrevistado 10, 2010).

Aqui vemos importante debate que gira em torno da Universidade ideal para a sociedade, que seja referenciada no social. No entender do sindicalista docente, é necessário enfrentar o problema da desidentificação do extrato de classe dos docentes com o resto da classe trabalhadora assalariada, em que pese os docentes também o serem. Notam-se os efeitos do individualismo e da “rotina produtivista”, oriundos, segundo essa liderança, dos valores do neoliberalismo ínsitos na UFCG. Essa seria a causa da ruptura na identidade de classe dos trabalhadores docentes desta Universidade. Não há, efetivamente, uma unanimidade quanto ao que diz respeito às questões relativas ao REUNI, expansão da Universidade, precarização do trabalho docente, etc. Na opinião de uma liderança sindical da UFPB a questão assim se coloca:

Nós estamos vivendo hoje um momento de expansão quantitativa da categoria docente, vários são os professores novos que integraram a categoria desde 2007, vários são os departamentos que mudaram. Veja bem, essa expansão é quantitativa, nós consideramos bem vinda, consideramos importante, não só na UFPB, quanto nas outras Federais. Estamos vendo um momento de crescimento da Universidade, mais cursos de graduação, isso eu acho algo extremamente salutar esse momento que estamos vivendo,

mas , é um momento permeado por contradições, não é unívoco, nem sob as percepções a respeito do Reuni, e nem sempre do ponto de vista qualitativo, mas eu acho que é um processo salutar. No mundo inteiro e no Brasil também, há uma tendência de haver uma superexploração do trabalho intelectual isso não é só com os docentes universitários , mas os docentes tem um papel importante nisto, e há uma certa desvalorização salarial do trabalho intelectual. Em termos universais é um processo mais anterior, os sociólogos estudam um pouco isso, o desmonte do fordismo etc. (Entrevistado 11, 2010).

Vamos entrar agora no Reuni, um aumento da intensificação do trabalho docente, os compromissos, os relatórios, o aumento da carga horária de sala de aula, de orientação o ritmo do nosso trabalho aumentou muito, e que me impressiona é que a aceleração do ritmo de trabalho, nos últimos anos, têm dado saltos, esse fenômeno de intensificação do trabalho, é de 04 a 05 anos atrás. Isso está no corpus do Reuni, a medida do estabeleceu a categoria do Professor equivalente há uma certa tendência de flexibilização do retide, O retide é que garante o ensino, a pesquisa e a extensão na Universidade. Houve um certo incentivo do governo, do MEC, no sentido de flexibilizar a contratação do retide, para T-40 ou T-20, T-40. Houve um estímulo de contratar professores T-20, pra subir prá T-40, que, via de regra, não vai se dedicar à carreira universitária, podendo ter outros empregos, em outras instituições. Também é um fenômeno dos últimos anos. esses regimes, são regimes de trabalho precário, que é diferente da DE. (Entrevistado 11, 2010).

Em relação à posição desta liderança da UFPB, ligada à ADUFPB, a expansão é salutar, mesmo com uma “certa desvalorização salarial do trabalho intelectual”, o que no seu entender faz parte de um contexto maior no qual se incluem os docentes. No entanto, reconhece que essa mesma expansão traz uma sobrecarga de trabalho para o docente e contribui para uma maior flexibilização dos contratos de trabalho, o que em certo sentido deverá precarizar mais ainda a condição de trabalho na academia.

5.2 – A Trajetória Histórica do SINTESPB

O SINTESPB – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA é uma entidade que congrega os servidores técnico-administrativos da UFPB (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA), da UFCG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE) e da UEPB (UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA), com sede na Capital do Estado da Paraíba – João Pessoa, tendo na sua base social atualmente 4.784 servidores, conforme Quadro 01 abaixo, incluindo aposentados e pensionistas, distribuídos nos diversos *campi* destas três unidades de ensino. É uma entidade de base

estadual e conta ainda com 6 secretarias sindicais localizadas nos municípios de Areia, Bananeiras, Patos, Souza, Cajazeiras e Campina Grande.

QUADRO 1 FILIADOS - SINTESPB

SECRETARIA	SÓCIOS ¹	PENS	TOTAL
Joao Pessoa	3091	74	3165
Campina	885	44	929
Areia	250	6	256
Bananeiras	179	5	184
Cajazeiras	65		65
Sousa	47		47
Patos	118		118
Pombal	20		20
	4655	129	4784

FONTE: SINTESPB – Estimativa referente à Jan/2010

¹ inclui filiados ativos e aposentados

A entidade tem nos seus quadros de filiados, desde servidores de nível médio até servidores de nível superior. Atualmente conta com uma diretoria composta por um presidente e secretários distribuídos nas diversas secretarias sindicais. A entidade é filiada à FASUBRA – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.

O sindicato participa ativamente da representação e defesa dos interesses mais imediatos dos seus filiados, tanto quanto nas lutas mais gerais e históricas, quando se une às outras entidades sindicais na defesa dos interesses coletivos dos SPF's – Servidores Públicos Federais.

A história da fundação do SINTESPB confundiu-se com a história do ressurgimento das lutas pela redemocratização do Brasil, nos idos dos anos 1980. Existia até aquele momento a Associação de Servidores Federais na Paraíba (ASUFEP), tendo como missão representar diversos segmentos do serviço público federal, incluindo os servidores da UFPB, aqui incluídos professores e técnico-administrativos.

Na seqüência, na Universidade Federal da Paraíba, um grupo de funcionários funda uma associação de caráter sindical, que pretendia irmana-se junto a outras associações congêneres no país, com o intuito de lutar por uma melhor participação política dos funcionários da UFPB quanto aos destinos da Universidade, assim como em relação às questões salariais. Essa associação viria a chamar-se AFUF (Associação dos Funcionários da Universidade Federal da Paraíba), com sede em João Pessoa, localizada no Campus I da

UFPB, tendo como objetivos básicos: a) lutar por melhores condições de trabalho e melhores salários e b) buscar uma participação mais efetiva dos funcionários na vida da instituição, inserindo-se nos órgãos colegiados superiores da UFPB (CONSEPE E CONSUNI). Mas a vida na AFUF não era fácil. Dificuldades abundavam, desde as de caráter material até os obstáculos deliberadamente impostos pelo regime político-ideológico, que, apesar de estar nos seus estertores, ainda exercia um poder absolutista evidente,

Eu acho que a AFUF, eu digo sempre assim, que nós conseguimos uma coisa boa era como se fosse uma irmandade, né, a AFUF, porque a gente fazia faixa no chão, a gente não tinha telex, a gente não tinha fax. Eu me lembro muitas vezes ficava na escadaria da reitoria, lá em cima o planejamento, e o fax vinha de Brasília. O fax não, o telex vinha de Brasília. E muitas vezes a gente não tinha acesso, porque a reitoria passava pelo SNI. Que tinha uma sala, que eles investigavam primeiro para poder passar para gente. Muitas vezes a gente tinha assembléia de nove horas da manhã e não tinha o telex na mão porque a reitoria prendia pra que não divulgasse o que a FASUBRA tava mandando a nível nacional. (Entrevistado 3, 2009).

Nem sempre se contava com os obstáculos legais, mas, quase sempre com aquelas dificuldade mais concretas do tipo

Nisso nós compramos um telex. Fomos obrigados a comprar um telex, aí melhorou muito mais a comunicação com o movimento, né?! Era faixa na mão, mimeógrafo a álcool, depois veio a óleo. Tudo era muito precário, não tinha computador, mas a informação era muito mais precisa do que hoje, com certeza absoluta, tá entendendo?! O telefone, nós não tínhamos telefone, era o telefone da instituição. Quando se queria ligar tinha que pedir ao gabinete do reitor para ligar para Brasília. Os nossos amigos aqui que iam para o comando nacional de greve, a greve de 84, Chico Ramalho passou 96 dias em Brasília. Não podia vir porque não tinha dinheiro para passagem de volta de avião porque era caríssima. Ele ficou quase vinte dias na casa de Moacyr Franco, aquele cantor, Moacyr Franco., Ele deu lá, cama, dormida, para ele ficar no apartamento dele, né?! E só veio para João Pessoa quando terminou a greve. Então era uma dificuldade muito grande, mas era um movimento muito gostoso. (Entrevistado 3, 2009).

Neste sentido, às dificuldades naturais foram-se somando aquelas específicas oriundas das próprias condições de trabalho na universidade e do contexto político, marcado por décadas de autoritarismo e arrogância política. A entidade, frente a isso, buscou sempre romper com os padrões impostos pela ditadura e levar mais adiante a luta por melhores condições de trabalho.

Não, eu digo assim, que a década de 80 para mim foi o início de toda a organização dos trabalhadores na universidade e o fortalecimento da entidade também, né?! Da FASUBRA, também, que foi um marco assim importantíssimo na federação, né?! Que foi a época das associações. Foi um momento muito importante. Foi exatamente nessa década de 80 que se iniciou o processo redemocratização. A participação dos funcionários nas instâncias deliberativas da universidade. Ela se iniciou a partir dali também.

Foi ali onde surgiu lideranças. Foi ali onde surgiu toda a organização dos funcionários. (Entrevistado 3, 2009).

Vale lembrar que esse movimento encabeçado pela AFUF passou a se disseminar também pelas unidades do interior do Estado, como atesta o depoimento abaixo:

Surgiu um momento muito importante, foi à participação do interior na vida da AFUF. Nós tínhamos a AFUF em Campina Grande, a AFUF em Areia, a AFUF em Patos, a AFUF em Cajazeiras, nós saímos fundando essas associações no Estado da Paraíba. Quer dizer, foi um momento muito importante também, né?! Então, além de ter surgido lideranças, organizações, para mim a década de 80 foi o início de tudo e da minha vida sindical nesta instituição. (Entrevistado 3, 2009).

Como pode se perceber das vozes das lideranças, a AFUF conseguiu superar essas dificuldades abrindo portas para uma participação mais efetiva dos funcionários na vida administrativa da instituição. Os anos que viriam a partir de sua fundação foram marcados por uma intensa atividade de lutas e pautas unificadas com outras parceiras, tipo ANDES-SN, DCE, ADUF-PB, que marcariam a vida da Universidade Federal da Paraíba, com greves, como a de 1984, que durou 84 dias, com pautas unificadas com os professores, com um saldo positivo em termos de ganhos salariais e pactuação com o Governo no sentido da busca da isonomia salarial com outras entidades da União Federal. (FASUBRA, p.08).

Em 1985 diversos movimentos de paralisação das IES públicas são encetados, buscando todos a proposta da isonomia, além de um novo plano de carreiras e a democratização nas Universidades. Em 1986, o movimento passa a se tornar mais coeso com a adesão de diversas unidades de ensino superior público no país e de entidades como a ANDES-SN e a FASUBRA, buscando um plano de carreiras isonômico e contrapondo-se ao projeto GERES, que buscava desfigurar o caráter público do ensino superior federal, desobrigando assim o Estado de sua responsabilidade na manutenção das Universidades públicas. (FASUBRA, p.09). Neste sentido,

Já em 86 tivemos uma conquista no âmbito das universidades que foi a unificação do regime jurídico das universidades com as fundações e as autarquias fundiram-se num único plano do cargo PUCRE. Havia profundas distorções nas estruturas dos cargos e salários das universidades. Unificou-se em nível de Brasil, foi um grande salto para época de expansão das universidades brasileiras. Foi nitidamente, foi à grande luta do sindicalismo das universidades brasileiras, foi justamente a unificação. A universidade era chamada, convocada pela sociedade para contribuir com seus serviços à sociedade brasileira e ao Brasil. Claro que depois veio mostrar que seria superado historicamente e que era necessário renovar a carta da relação trabalhista das universidades. Criar o espaço para o exercício de direitos. (Entrevistado 3, 2009).

O ano de 1987 para a AFUF foi de muitas conquistas, haja vista o sucesso dos movimentos paredistas que conseguiram arrancar do Governo o tão perseguido plano de carreiras quanto à isonomia com as Universidades fundacionais. (FASUBRA, p.10). O MEC toma providencias no sentido de agilizar o plano de carreiras e a isonomia entre as autarquias e fundações. Outro ponto que se ressalta neste ano de lutas foi a rejeição, por parte dos funcionários e docentes na grande maioria das Universidades brasileiras, do projeto GERES. (FASUBRA, p.10).

Esse acúmulo de forças levou a AFUF e a FASUBRA em busca de arrancar do governo Federal, após 51 dias de greve em 1988, a reposição das perdas acumuladas por força dos diversos planos de estabilização econômica (planos Bresser, Cruzado, Verão, etc) e a reposição mensal, através do sistema de “gatilho salarial”, para todos os servidores das Universidades. (FASUBRA, p.11).

Transcorre-se o ano de 1989 e as perspectivas, logo após o advento da promulgação da Constituição de 1988, apontam para o aprofundamento da busca de uma identidade própria dos servidores das universidades públicas federais de ensino superior *vis-a-vis* os servidores públicos federais. (FASUBRA, p. 12).

A luta que se estabeleceu entre setores do Governo José Sarney, por conta do PLANO VERÃO, e os servidores das Universidades, em busca das perdas, é renhida, conforme nos relata o Boletim Informativo da AFUF-JP

O governo divulga informações inverídicas, repassando uma imagem negativa do serviço público, transmitindo à opinião pública a falsa idéia de que a folha de pagamento dos serviços é a causa do desequilíbrio das suas contas, quando, de fato, o que pretende é programar a fórmula de ajuste econômico preconizada pelo FMI, que implica em fome e miséria para os trabalhadores. A sociedade precisa estar ciente destes fatos, pois a ela devemos servir e prestar contas. Não permitiremos passivamente que, apontando-nos como bode expiatório, ataquem nossos já aviltados salários e degradem ainda mais a qualidade dos serviços públicos aos quais tem direitos a população. (FUNCIONÁRIOS, 1989, s.p.).

Percebe-se, pois, da leitura atenta deste trecho, a resistência da AFUF às políticas de caráter neoliberalizantes do Governo Sarney, tanto quanto da tentativa de culpar os servidores pela má gestão da coisa pública.

Outro aspecto digno de nota diz respeito à tendência que começava a se definir, à época, em se buscar, por parte da Administração Federal, meios para terceirizar os serviços públicos, através de contratos precários de trabalho, contrariando o SINTESPB, como o caso

do Hospital Universitário, notícia que saiu no Boletim Informativo do então recém-criado SINTESPB

Irresponsabilidade é utilizar a força de trabalho de bolsistas com promessas de contratação em definitivo, pagando uma quantia irrisória, aviltando profissionais dedicados, criando uma situação inadmissível de verdadeiro trabalho escravo dentro da UFPB [gerando assim, WBC] péssimas condições de trabalho, provocadas principalmente pelo clima de insatisfação, desestímulo, apreensão e revolta que se instalou no HU. (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA, Nota de Repúdio 1989. s.p.).

Vemos aí consubstanciado o fato de que alterações nas condições objetivas de trabalho levam a uma desorganização, a um sofrimento, a alterações na subjetividade do trabalhador da Universidade, o servidor efetivo, que num lance de vista percebe que o seu trabalho passa a ser considerado desnecessário. Além disto, a meta para esse período (1990) culminou, capitaneados pela FASUBRA, com a luta pela construção do Regime Jurídico Único, estatuto esse que continha avanços consideráveis para a época. (FASUBRA, p.13).

Vale lembrar que os anos 1990 iniciam uma nova era no mundo do trabalho e no contexto do sindicalismo de servidores públicos, com fortes repercussões no caso específico, da UFPB. É nesse mesmo momento que ocorre a transformação das AFUF's por todo o Estado da Paraíba em uma nova entidade sindical unificada, o SINTESPB (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA), conforme nos fala uma liderança

Ao transformar a AFUF em sindicato repara que salto qualitativo, primeiro havia uma diversificação de associações de funcionários, tinha a AFUF - UEPB, Campina Grande, Areia, Cajazeiras, Patos, etc, unificamos em todo o Estado. Então no momento em que a gente unificou no Estado todo, respeitando as diferenciações político-ideológicas. Esse foi o primeiro passo positivo. Houve uma verdadeira engenharia política. Isso não é uma coisa trivial, tem que haver convencimento, não é feita à forceps. (Entrevistado 7, 2009).

Foi justamente com essa “verdadeira engenharia política” que os trabalhadores técnico-administrativos filiados ao SINTESPB iniciaram sua trajetória de lutas e o fizeram de maneira bastante aguerrida, conforme nos lembra uma de suas lideranças

Momentos importantes. Reivindicações internas também. Fizemos várias paralisações internamente, em busca de resolver nossas questões. Paralisamos também por várias vezes pelo calendário nacional de lutas. Ou seja, a década de 90 foi uma continuidade do que a gente já vinha fazendo na AFUF só com uma diferença, passamos a ser sindicato. Com mais força, com mais organização, né, e com mais poder. Porque aí já mudou toda uma legislação, já ficou mais tranqüilo para a gente. Então na década de 90 nós tivemos lutas, né de embates com o governo, de muitas greves. Onde o

sindicato mais apareceu para mim foi na década de 90. Não só do ponto de vista das lideranças como de luta mesmo. Foi um ano que a gente teve que se desdobrar do ponto de vista de encaminhar a luta local, nacional, né. (Entrevistado 3, 2009).

Os anos 1990, na área da Educação, estiveram marcados pela política educacional privatista do Governo Collor de Mello. Nesse sentido, ao anunciar para a nação quais eram as medidas que deveriam ser tomadas para conter os gastos e diminuir as pressões que o déficit público (dívida interna e externa) causavam à economia, foi bem taxativo

Uma das medidas anunciadas pelo Presidente Fernando C. de Mello para cortar gastos passa pela demissão de funcionários públicos começando pelos não estáveis, mas o governo não poderá fazer muita coisa nesse sentido, pois, a constituição federal em vigor, conflitando com as promessas de campanha, garante a estabilidade de emprego a pelo menos 95% dos 705 mil servidores públicos. (O NORTE. Collor Demitirá Funcionários Federais para Evitar Gastos, 1990, p.05).

Sob o efeito destes sombrios vaticínios os servidores da UFPB e filiados ao SINTESPB trataram de se prepararem para a “luta de posição” no sentido de salvaguardar os ganhos, em termos de direitos já adquiridos, e passaram à defensiva, buscando contrapor-se aos ditames autoritários de um governo francamente preocupado em se desfazer da responsabilidade que lhe tinha sido imposta pela Carta Política de 1988, no tocante à Educação Pública. As conseqüências dessa política, como vimos, para a Universidade Pública, foram drásticas.

Foi justamente nessa conjuntura delicada de enfrentamento que as entidades sindicais representantes dos sujeitos universitários concatenaram esforços no sentido de combater tal política. Conjugaram-se bandeiras de lutas, nacionais e locais, gerais e específicas. O SINTESPB buscou durante todo o ano de 1990 combater essas medidas oriundas do governo central da república através de movimentos grevistas.

Da parte do governo Collor, havia no entanto uma posição clara em relação ao “enxugamento da máquina administrativa” conforme noticia a mídia

O enxugamento da máquina administrativa será uma prioridade no novo governo, garantiu ontem o futuro secretário da Administração Federal, João Santana. O secretário disse que ainda não foi possível prever o número de servidores públicos a serem demitidos na reforma administrativa que o presidente eleito Fernando Collor pretende comandar logo após a posse. (CORREIO DA PARAÍBA. Collor vai ao Congresso para anunciar as medidas econômicas 1990, p. 05).

Em contraposição a essas medidas que previam, segundo dados da FASUBRA, um quantitativo de demissões na universidade Federal da Paraíba em torno de 1.200, o

SINTESPB lança uma nota de repúdio endereçada ao CRUB (Conselho de Reitores da Universidades Brasileiras) e ao MEC (Ministério de Educação e Cultura), depois de aprovada pelos órgãos colegiados superiores da UFPB intitulada EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO, que assim se colocava:

O movimento dos funcionários juntamente com suas entidades representativas ao longo do tempo vêm desenvolvendo uma luta sem trégua contra o projeto privatista do Governo, principalmente no setor da educação. Historicamente temos denunciado o descompromisso do governo com o ensino público, a falta de recursos que provoca o sucateamento da instituição que é um patrimônio da sociedade. Escudado na propaganda da maior rede de televisão, atropela a própria constituição que jurou cumprir, estabelece uma política recessiva e patrocina o maior arrocho salarial, miséria, desemprego e entreguismo do patrimônio público. (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA. Em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Junho de 1990, s.p).

Toda essa movimentação, em termos de paralisações, atos públicos em conjunto com outras categorias do serviço público federal, greves, e todo um ambiente de confrontação, levaram os ânimos de alguns a se excederem. Neste sentido, é notório evento de perseguição e atentado contra a entidade sindical, vindo da pessoa do próprio reitor à época, Prof^o ANTONIO SOBRINHO, que em determinado momento durante a reunião do Conselho Universitário, órgão superior da direção da UFPB, ao ser questionado sobre os seus atos, pelo então representante do SINTESPB, perdeu o controle e num ato de intolerância encerrou abruptamente a reunião, chegando ainda a ameaçar de punição o servidor FRANCISCO RAMALHO, representante do SINTESPB no colegiado, com a demissão sumária dos quadros da instituição. Essa atitude intempestiva, vinda de um dirigente maior de uma Universidade, gerou imediatamente o repúdio das entidades que representavam os docentes (ADUF/PB) e os estudantes (DCE), tanto quanto do próprio SINTESPB, ocasionando a emissão de uma nota à comunidade Universitária, assinada por seus signatários legais, em que se reprovou tal atitude, defendendo que se deve buscar uma convivência democrática e plural “entre o conselho superior e a administração da Universidade”, ainda mais porque “a defesa dos legítimos interesses dos servidores técnico-administrativos, que estava sendo feita pelo representante legal do SINTESPB, faz parte de uma luta maior em defesa da Universidade.” (ADUFPB/JP, 1990, s.p.).

Enfim, esse era o quadro em que se apresentava a UFPB, nos idos dos anos 1990: mergulhada numa crise de recursos, sendo paulatinamente sucateada e tendo o seu quadro de servidores sofrendo um arrocho salarial sem precedentes na história da instituição

(FASUBRA, p.12). Os movimentos paredistas nesse período giravam em torno da busca de ganhos salariais diretos ou indiretos, ao mesmo tempo que protestavam contra a política de demissão e sucateamento das IFES em todo o país. (FASUBRA, p.13).

O ano de 1992 traz de novo o enfrentamento com o governo em prol da garantia de uma carreira para todos os trabalhadores em educação, recomposição salariais e passivos, como também pela retirada do projeto de Emenda à Constituição apresentado pelo Governo Collor de Mello no sentido de acabar com o RJU e inviabilizar o envio de verbas orçamentárias para as IFES. Continua, por parte do Governo, uma sistemática política de arrocho salarial e a busca da privatização das IFES. (FASUBRA, p.14).

O projeto de EC nº 56/91, que buscava, entre outros fins, regulamentar o Art. 207 da Constituição Federal de 1988, que trata sobre a autonomia Universitária, caso fosse aprovado, segundo o entendimento da entidade de representação dos servidores da UFPB,

Representaria uma drástica redução de verbas para as universidades e excluirá servidores e docentes da categoria de servidores públicos federais com perda de direitos assegurados pelo RJU e Constituição, inclusive o direito à isonomia. (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA. Companheiros, 1992, s.p.).

Os anos de 1993 e de 1994 foram tomados pelo SINTESPB para se buscar metas mais específicas da categoria, como implantação de referências salariais e a isonomia salarial. Entretanto, foi nesse período que se deu início a uma luta contra a revisão constitucional que poderia ameaçar direitos já conseguidos pelos trabalhadores. (FASUBRA, p.15). Vale lembrar que foi em 1993, precisamente em 13/05/1993, “contrariando a maré de imobilismo do movimento sindical” que os servidores Públicos Federais, incluindo aí o SINTESPB, anunciaram uma greve “decisiva contra o desmonte do Estado”, (NAVARRO, 1999, p. 575) a qual conseguiu ser exitosa⁸¹.

Frise-se também que foi a partir de 1994, que o Brasil entraria no circuito do “Plano Real”, com perdas salariais mais uma vez sendo “socializadas” pelos trabalhadores. Mais greves e paralisações nacionais e locais foram levadas a cabo no sentido de rever perdas oriundas da URV (Unidade real de valor), indexador e achatador da massa salarial dos trabalhadores, criada no Governo de Itamar Franco. No plano mais localizado, o SINTESPB luta pela rehierarquização (reposicionamento) e plano de carreira, etc.

⁸¹ Segundo Navarro (1999, p. 575), “essa greve repercutiu diretamente no governo, ao reduzir a arrecadação fiscal e concretizar uma paralisação geral da Administração, o que resultara em conquistas relevantes, como a anistia dos servidores punidos em greves anteriores e um reajuste salarial de 85% sem falar da coesão e unidade desses trabalhadores em greve.”

O ano de 1995 traz ao movimento sindical, promovido pelo SINTESPB, uma série de desafios e enfrentamentos. Inicia-se neste ano o 1º Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com uma forte determinação de enfrentar as resistências oriundas das entidades sindicais, incluindo daquelas que representavam os interesses dos trabalhadores nas Universidades Públicas de Ensino Superior (tanto as IFES quanto as IEES).

No contexto desse ataque aos servidores, o Governo FHC buscou rebaixar salários, inviabilizar o funcionamento das IFES, maculando o princípio da autonomia universitária, além de adotar uma política salarial francamente danosa aos servidores das IFES, o que, através de seu instrumento de luta no plano local – O SINTESPB, levou a protestos por parte dos servidores da UFPB. Ademais,

Além de congelar os salários dos servidores por quase oito anos, o governo baixou várias medidas discriminatórias. A sua “reforma administrativa”, entre outros males, suprimiu a estabilidade do funcionalismo em todos os níveis; já o Decreto presidencial de maio de 1995 [*de nº 1.480, WBC*] limitou o seu direito de manifestação; e atualmente tramita o projeto que regulamenta o direito de greve do funcionalismo, similar à Lei antigreve da ditadura militar. (POCHMAMN e BORGES, 2002, p.73).

A resistência não se fez por esperar. O movimento encabeçado por setores da CUT ligados ao Servidores Públicos Federais, a FASUBRA e o SINTESPB, armaram barricadas e buscaram, através de múltiplos instrumentos de contestação – greves, passeatas na ruas, atos públicos, etc. - enfrentarem essa verdadeira avalanche de medidas que tinham apenas como fito destruir direitos históricos da classe trabalhadora.

Em maio de 1995, estoura uma greve histórica de adesão ao movimento nacional dos SPF e das Estatais, pelo fim da revisão neoliberal da Constituição, pela reposição de perdas salariais e em defesa da Previdência Pública, como também, por uma Universidade pública, gratuita e de boa qualidade. Fazem parte também da pauta de lutas unificadas: DPC (diretrizes de plano de Carreiras), reintegração dos demitidos injustamente pelo Governo Collor de Mello etc.

Em 1996 e 1997, a luta persiste e o SINTESPB prepara-se para mais uma rodada de negociações com o governo de FHC, em busca de reposição salarial, melhores condições de trabalho, verbas para a UFPB e, principalmente, uma luta acirrada contra a Reforma Administrativa que tramitava no Congresso Nacional, assim como contra o Programa de

Demissão Voluntária (PDV)⁸², que se tornou carro-chefe das propostas de enxugamento da máquina pública, conforme foi ventilado pela mídia durante os anos de 1996 a 1998.

Em 1999/2000, O SINTESPB juntamente com os Docentes da UFPB, encabeçam uma greve que durou mais de 90 dias por melhores salários, por mais verbas e vagas na UFPB. No entanto, o SINTESPB passa a ter como foco reconstruir o seu patrimônio, real e simbólico, abalado em virtude de uma série de denúncias das Secretarias Sindicais de Areia e Bananeiras de que haveria uma suposta má utilização do orçamento do Sindicato, deixadas pela gestão “Alternativa” presidida pelo sindicalista José Edvaldo Rosas.

Essa “*crise moral*”, conforme denominação de uma liderança do Sindicato levou o SINTESPB ao mais profundo abatimento e descrédito junto à sua base, determinando, inclusive, medidas que buscassem sanear a situação no tocante à mudança no modelo de gestão, que daqui por diante deixaria de ser “presidencialista” e passaria a ser governado por um “regime colegiado”, tendo à frente uma junta composta por critérios de proporcionalidade dentre as diversas correntes político-ideológicas que faziam parte do SINTESPB.

O sindicato começou no final da década de 90, né, começou a capengar um pouco na questão moral, na questão ética. (Entrevistado 3, 2009).

Bom, no nosso entendimento é o seguinte, a má gestão porque veja bem, houve uma contradição muito grande, é que ao longo do tempo nós fomos perdendo a hegemonia do movimento, Nós fomos perdendo a solidariedade, nós fomos perdendo a nossa identidade de movimentos sindical, no meu entendimento isso que aconteceu, isso é um processo que vem ao longo do tempo, o capital ele constrói armadilhas e a gente vai aos pouco cedendo. (Entrevistado 4, 2009).

A partir deste ponto, há uma ruptura institucional que, da forma em que foi abordado por essa pesquisa, dá bem o tom do que representou em termos de queda da importância do Sindicato e do impacto na subjetividade, primeiro, daqueles que viveram tal momento, e segundo, perante toda a comunidade, não só universitária, mas também a comunidade

⁸² O Programa de Demissão Voluntária (PDV) foi instituído pela Lei nº 9.468/97, tendo como previsão inicial a demissão de 40 mil dos 500 mil servidores públicos Federais. O nível de aceitação do PDV na UFPB foi motivo de várias assembléias puxadas pelo SINTESPB e de uma paralisação por 24 horas, aderindo ao movimento nacional em protesto ao PDV do governo Federal, além disso também, pela autonomia Universitária. Segundo o presidente do sindicato Edvaldo Rosas, em entrevista ao Jornal “a União”, dia 14/11/96, *os salários e auxílio creche e alimentação estão congelados há 22 meses, isso quer dizer que o PDV já está em prática. Afinal, os incentivos não trazem o menor benefício.* Posição análoga teve o presidente Estadual da CUT, Hamurabi Duarte, em entrevista ao Jornal Correio da Paraíba, dia 29/10/96, a propósito da comemoração do dia do servidor público: *a situação é calamitosa, nas três esferas, municipal, estadual e federal. Nós temos servidores nos municípios, que recebem salários de R\$ 5,00 sem falar que alguns estão com oito meses de atraso. Além disso o funcionalismo não recebe reajuste salarial há quase dois anos.) o governo também irá permitir a demissão por falta de desempenho, sem, no entanto, estabelecer nenhum critério para avaliação. A mobilização tem como objetivo denunciar o caráter perseguidor e autoritário da reforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso, além de discutir o dia do servido.*

paraibana, haja vista que esses fatos foram ampla e fartamente veiculados na imprensa local e nacional.

Com a chegada de um ex-sindicalista ao poder, a partir de 2003, estabelece-se uma nova dinâmica de relacionamento entre as entidades de servidores federais e o governo LULA da SILVA, pois elementos de pertencimento ligavam as entidades sindicais com dirigentes que já tinham mantido postos na direção dos sindicatos e que, agora, estavam sendo chamados para exercer cargos na estrutura da máquina pública, nos seus diversos níveis, Federal, Estadual e Municipal.

Inegavelmente, essa mudança no exercício do poder trouxe suas vantagens, mas também desvantagens, como lembram nas suas falas as lideranças sindicais do SINTESPB:

Quando Lula ganhou a eleição para presidente da república 2003. Nós conseguimos uma unidade. A categoria viu a possibilidade, a perspectiva de Lula ser eleito. E tem uma coisa. Por que? Não é só por conta das pesquisas. Porque o fracasso de Fernando Henrique Cardoso de oito anos de massacre sem reajuste, a categoria acordou. Oito anos sem reajuste. Não tinha absolutamente nada. As nossas conquistas, Quebra da estabilidade. Privatização. Desemprego. Recessão generalizada. Desregulamentação. Sem concurso público. O povo se aposentando com medo. Foi uma coisa assim. (Entrevistado 3, 2009).

Olhe, de 2003 para cá eu vejo o seguinte, na realidade houve um refluxo no movimento sindical. Porque no movimento sindical tem refluxo e tem o momento de você ir avante. Eu acho que houve, eu acho que várias lideranças foram para o governo. Agora o movimento sindical tem que entender o seguinte, que o governo é o governo, e que o movimento sindical é o movimento sindical. O sindicato tem que continuar com sua bandeira de luta, Com combatividade. E cobrar do governo. (Entrevistado 3, 2009).

A gente vai desacreditando na própria luta, no movimento né. Eu até encontrei um documento muito interessante que falava sobre a crise do movimento sindical, né, porque aqui hoje a gente não consegue mais fazer um movimento coeso, firme, consistente. Houve uma crise de identidade com Lula quando ele entrou no poder, e agora vai haver muito maior quando ele sair. Os cabras vão perder a cabeça, literalmente. Porque quando ele entrou, porque ninguém podia, que não sei o que e tal, porque Lula foi um companheiro, que ele tem que fazer tudo pelos trabalhadores, como se ele fosse o presidente dos trabalhadores, né? Presidente dos sindicalistas, e ele era presidente do Brasil. (Entrevistado 4, 2009).

O SINTESPB conseguiu caminhar em que pese todas as dificuldades no decorrer destes 30 (trinta anos) de atividade sindical, com percalços, crises de identidade e demais contingências do próprio fazer sindical.

5.3 – A Crise Sindical Vista Sob Diversas Perspectivas

O SINTESPB compõe-se de quatro grandes grupos ou correntes sindicais que tipificam as lutas e o olhar das disputas internas, a saber: o Coletivo “Tribo”, o Coletivo sindical “Um Novo Tempo”, o coletivo “Expressão Sindical” e, mais recentemente, o coletivo “Inclusão Sindical”.

O coletivo “Tribo” teve sua fundação num congresso em Maceió, no dia 07 Julho de 1993, conforme nos noticia o *Manifesto da Tribo Nacional*, lançado em virtude da comemoração dos trinta anos de fundação do SINTESPB,. Agregando filiados da base sem vinculações partidárias organizaram-se e fundaram tal corrente, com expressão tanto de caráter nacional quanto local.

O mais recente participante da vida sindical e de suas lutas no SINTESPB é o Coletivo “Inclusão sindical”, fruto, como o próprio nome diz, da necessidade de se incluir na luta sindical, tendo como *leitmotiv* a busca de pautas bem específicas dos TNS (Técnicos de Nível Superior) na UFPB e UFCG.

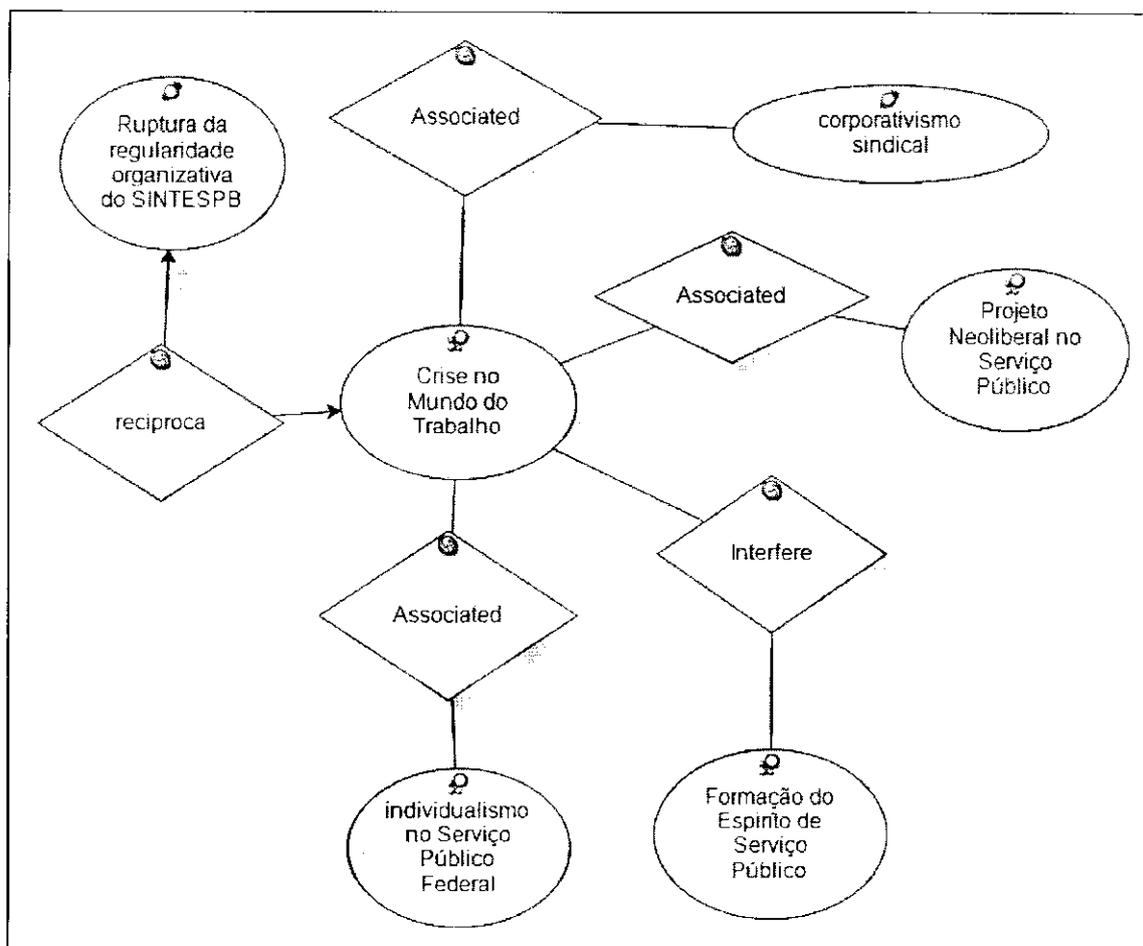
O Coletivo “Expressão Sindical” que juntamente com o Coletivo “Inclusão Sindical, compõem, podemos dizer assim, “o núcleo duro” das oposições dentro do SINTESPB, tem como objetivo precípua a politização e a oportunização do surgimento de novas lideranças sindicais, tanto quanto o fortalecimento da democracia interna no Sindicato e o aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência de gestão dos recursos e patrimônio do mesmo.

Já o Coletivo “Um novo tempo” tem como composição, basicamente, a vertente sindical do PC do B, a chamada CSC (Corrente Sindical Classista). Compõem juntamente com o Coletivo “Tribo” uma aliança programática responsável pela direção dos destinos da entidade, no Triênio 2009- 2012.

No afã de se entender como a crise se deu no seio dos trabalhadores públicos de ensino superior ligados ao SINTESPB, buscou-se determinar, através do uso de um software específico capaz de correlacionar categorias de análise desta crise, tais como: Crise do Mundo do trabalho; Corporativismo Sindical; Projeto Neoliberal; Burocratização dos Sindicatos; Despreparo das Lideranças Sindicais, etc, levando-se em conta, para tanto, um conjunto de modelos que apresentam e explicam como essas categorias comportam-se, no sentido de expressarem qualitativamente uma realidade que é captada nas falas colhidas pelas Lideranças sindicais que participaram deste estudo. Neste sentido a Figura abaixo, expressa, de uma forma clara como a categoria Crise do Mundo do Trabalho é vista pelas Lideranças

entrevistadas. O modelo explicativo que melhor se adéqua à espécie está descrito na figura 1 abaixo.

FIGURA 1 – Mundo do Trabalho e Sindicalismo de Servidores Públicos



Neste sentido, assim se expressou uma liderança:

Há uma fragmentação e vários tipos de relação trabalhistas dentro de um determinado setor, isso conseqüentemente fragmenta a prática sindical isso, a gente tem que fazer uma leitura, existe setores dentro da universidade que é tocado só por pessoas terceirizadas, trabalhadores terceirizados entendeu. É uma bandeira de luta e não foi resgatado ainda, pela FASUBRA e pelo sindicato. Mas eu diria que a corrente majoritária ainda não quer encarar esse debate de frente. Na minha opinião existe um peso de decisão política de que há uma burocracia sindical, instalada no movimento, no SINTESPB e na FASUBRA e dentro do serviço público que não tem muita solidariedade. O setor terceirizado, meu amigo aqui que ganha um décimo do que eu ganho, atrasa faz dois meses e o sindicato acha que isso não tem nada a ver com ele, o SINTESPB, os dirigentes acham que tá tudo bem, que é problema dele e que tem tratar bem que respeitar, mas que eles procurem outro sindicato. (Entrevistado 1, 2009).

Nesta fala se percebe o quanto a solidariedade entre os trabalhadores foi-se perdendo no decorrer das diversas mudanças no mundo do trabalho, impondo-se uma cisão entre trabalhadores (sejam eles sindicalizados ou não; terceirizados, efetivos, etc.), o que vai, como lembra essa liderança, fragmentar a classe, rompendo aqueles identificadores que ligaram um dia os trabalhadores, sejam eles do setor público ou do setor privado.

Além do mais essa fala nos remete à questão da burocratização do sindicalismo, elemento esse que juntamente com a crise no mundo do trabalho vai trazer óbices, às vezes insuperáveis na condução da luta sindical. Outro aspecto que se percebe está ligado ao caráter individualista que vai, paulatinamente, se erigindo no mundo do trabalho, onde cada um cuida dos seus interesses particulares e a preocupação com o coletivo passa a não se tornar mais importante, fazendo com que a solidariedade deixe de fazer parte das preocupações dos dirigentes sindicais, sejam eles do SINTESPB ou da FASUBRA.

Ainda há 10, 15 anos atrás ainda tinha uma relação maior do serviço público como um todo, por exemplo, nos fazíamos bandeiras salariais unificadas, nos tínhamos um piso, mesmo que esse piso no final terminasse negociando cada piso de categoria, ao falar em campanha salarial, vamos lutar por 10% de aumento para cada um dos servidores. (Entrevistado 1, 2009).

A partir do momento que você começa a esquecer um pouco as bandeiras mais nacionais a unidade das entidades, a unidade do movimento mais geral como um todo, você começa a incorporar só bandeiras mais específicas, você começa a diminuir a democracia. (Entrevistado 1, 2009).

Eu diria hoje que com o crescimento desse setor dentro do serviço público que fragmenta que dificulta uma greve, quando você tem um setor que só feito pelo terceirizado ou pelo fundacional, então você vai parar e esse setor não adere ao movimento. Num primeiro momento acho que possa ter havido uma dificuldade de lidar com esse setor, acho também, que é mais uma opção política de relegar esse setor em termos de solidariedade. (Entrevistado 1, 2009).

Aqui claramente há uma percepção de como o processo de terceirização interfere nas lutas e no instrumento de representação dos trabalhadores, pois não há como aglutinar, organizar e comandar um movimento paredista, sem que haja um mínimo de coesão e solidariedade entre os atores sociais. E o que é mais preocupante é que não há, segundo a leitura desta liderança, nenhuma iniciativa de mudança deste quadro de individualismo perene.

Então a gente sai com uma unidade mínima, Isso foi ao longo do tempo foi se degenerando aí a gente sai com uma pauta específica de luta e aí a gente na mesa a gente vai e cede isso, cede aqui e aquilo outro. A gente pega um "x" percentual, reduz pra metade ou menos que isso. E aí a gente sempre vai cedendo, cedendo e isso faz com que a gente vá desacreditando na

própria luta, no movimento. (Entrevistado 4, 2009).

Na voz desta liderança, o descrédito na luta sindical passa a vigorar quando não há uma unidade e nem solidariedade quando da oportunidade de se sentar numa mesa de negociação. Mais grave é a confirmação de que essa crise porque passa o sindicalismo tem repercussões nas entidades superiores, Federações e Confederações:

E o movimento sindical, eu sinto que ele está perdendo cada vez mais as forças, perdendo a característica, existe uns oportunistas que tão agora, principalmente com a história do imposto sindical, os oportunistas. As centrais sindicais estão correndo atrás do dinheiro. Correndo atrás do dinheiro do imposto sindical, pra botar no bolso. (Entrevistado 4, 2009).

Consoante o que a liderança anterior colocou, a perda de substância nas lutas e reivindicações sindicais estaria, pois, intimamente ligada à perda dos horizontes históricos de longo prazo, conforme nos mostra Birh (1998). Ao se perderem bandeiras mais históricas, prevalece o individualismo, que privilegia trajetórias de lutas mais particularizadas, do que trajetórias mais coletivas. É nesse sentido que caminha a liderança em seu depoimento abaixo:

Tem uma palavrinha chamada Poder, ela corrompe. Tem a história do mito. O homem precisa do mito, eu vi em antropologia isso, então precisa daquela personalidade em que você tem que fazer reverência a ela. Isso é uma coisa ancestral! Ele exerce um poder, ele a hipnotiza, então o papel que [...] desempenhou e desempenha ainda hoje, fora do sindicato, é exatamente isso, ele é um mito. Ele ainda deve ter uma influência tremenda. Quem botou o presidente lá? Foi o presidente que se colocou lá? o presidente tinha carisma, tinha? Não, foi [...] que botou o presidente lá dentro. ele está sendo cooptado, engolido, porque ele não tem carisma, ele não tem força. Então ele cumpre só o papel, mas ele tá como se fosse teleguiado. Então é muito ruim a posição, tanto dele perante a direção do sindicato, a própria direção, apesar de ser uma pessoa que eu quero muito bem e é um cara bom. Ele é da tribo e é do grupo político de [...], então é uma pessoa boa, entendeu? Mas ele não tem força de comando, ele não tem o poder de comando, que ele não consegue comandar. É como aquela história do coronelismo. Tem isso dentro do SINTESPB. coronel é [...]. (Entrevistado 4, 2009).

A expressão “coronel” evidencia como os destinos do SINTESPB foram com o passar dos anos sendo desvirtuados por matrizes político-organizativas que prezavam os interesses particularíssimos de uma liderança ou de um pequeno grupo que passou a dominar a vida político-sindical da entidade. Elemento, esse, que bem define aquilo que Labbé e Croisat (1992) (apud MARCELINO, 2008, p.153) indicam como uma das causadoras das crises do sindicalismo, a “desconfiança das lideranças sindicais”. É a própria utilização do sindicato com a finalidade, não de lutar em prol da categoria, mas de servir aos interesses do indivíduo, dissociados das questões mais coletivas.

Segundo essa liderança entrevistada, os efeitos desse tipo de prática manipuladora chega até os dias atuais, em que o “mito” se personifica e passa a comandar agora, não mais de perto, de dentro, mas, de longe, através de redes sociais que se espriam para além dos muros da entidade. Isto tem provocado um forte abalo nas relações por dentro da entidade, inclusive levando alguns até a desistir da luta, a negar o seu papel enquanto sujeito da ação coletiva, trazendo, assim, efeitos danosos ao sindicalismo e a entidade:

O mito para poder construir essa figura que é marionete, a gente pode usar esse termo, o que é que ele fez? Primeiro ele deu um golpe essa transição que você disse, de presidencialismo. Veja bem, essa figura aqui, de presidencialismo passando para coordenação colegiada, mas para que ele, que está numa instância política mais ampliada, seja deputado federal, como ele está pleiteando, ele precisa ter um instrumento, e o instrumento que ele vai utilizar é o SINTESPB. Ele, Esse cara, ele tem uma influência tão grande que ele ficou durante um tempo. (Entrevistado 4, 2009).

Eles conseguem dar o golpe pra terminar a coordenação colegiada, porque coordenação colegiada pra [...] seria muito difícil ele conseguir manobrar, que têm sempre uns mais questionadores, nós da Expressão sindical e o grupo da Inclusão sindical, que surgiu agora emergente, o grupo do pessoal de nível superior, que se juntou com a gente. (Entrevistado 4, 2009).

Porque ele nunca conseguiu se desligar do sindicato. Porque sempre alguém ligava, quando tinha assembléia importante para deliberar qualquer coisa, então ele mandava o morro descer para o asfalto né? Que eram os chilimbaba dele descer para ir às assembléias só pra levantar o braço e votar. Então veja bem, assim, ele transfere a responsabilidade para [...]. (Entrevistado 4, 2009).

Ainda continua a mesma história, que [...], ele agia dessa forma. Quando alguém se destacava e que ele podia, que ele percebia, porque esse comportamento, é um comportamento do mito. O mito ele corta a cabeça de quem quer se evidencie. E pode ver que historicamente sempre é assim, quando algum grupo ameaça, o grupo majoritário ele dá um jeito de destruir. Pode ver que na história. (Entrevistado 4, 2009).

O paternalismo, a gente é contra isso. Aí isso tá tudo concentrado nessa figura chamado [...]. Pode prestar atenção que vários outros dirigentes sindicais, que passaram pelo sindicato como presidente, mas nenhum tem a influência que esse camarada vem tendo. (Entrevistado 4, 2009).

Em todos estes trechos pode-se perceber um processo avançado de desnorteamento de algumas lideranças, em que não há como negar que, em plena crise que se abateu sobre os trabalhadores nos anos do projeto neoliberal, o SINTESPB também sofreu a influência deste momento, mergulhado que estava numa dinâmica viciada, num verdadeiro jogo de interesses pessoais, que passava ao largo dos interesses dos representados. Ademais, observa-se uma quebra no equilíbrio que deve existir nas relações com o poder, debilitando a dignidade de servidores públicos e influenciando negativamente na formação daquilo que Supiot (1995) chamou

de “espírito de serviço Público”, com repercussões diretas no sindicalismo do setor público.

A crise no mundo do trabalho estaria associada, também, ao projeto neoliberal, no entender desta liderança que assim se posicionou:

Porque aí eu acho que com todo esse desenvolvimento tecnológico, isso deu uma base, mudou muito as relações de trabalho. Inclusive muitos setores praticamente reduziu drasticamente a mão-de-obra, né, e isso foi uma forma de controle. Na medida em que cada um está lutando pelas suas conquistas e de fato essas carreiras trazem conquistas, você traz uma acomodação geral, né, porque se você tá bem na sua carreira, você muitas vezes não está muito incomodado. Então, um elemento para ser analisado nesse tipo de coisa é a questão das carreiras fragmentadas, nós temos muitas carreiras no serviço público e dentro das carreiras, como são categorias, funções diferenciadas, isso inclusive trás a fragmentação dentro de uma base. (Entrevistado 8, 2009).

No sentido dado acima, evidencia-se como o individualismo trazido à baila pelo projeto neoliberal foi capaz de romper com os liames da identidade de classe, fazendo com que a luta seja vista apenas com o propósito de auferir ganhos imediatistas, fragmentando, ainda mais, a atividade sindical, mormente no seio de servidores públicos, onde já não se consegue mobilizar a categoria, por força das dessemelhanças, do estranhamento, da heterogeneização e precarização das condições de trabalho, em virtude inclusive de práticas corporativas e clientelistas que atualmente grassa no segmento de servidores públicos. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2008).

Não foi só no SINTESPB não. Estavam nesta situação, onde tinha universidade pública no Brasil ameaçada de privatização, estava assim, todo mundo tentando chegar junto. Professor substituto, contrato temporário foi tudo nesta linha. (Entrevistado 2, 2009).

Na realidade nosso sindicato sempre combatia tinha condições para mostrar que aquele não era o caminho, e até hoje que não é o modelo que nós queremos. O Reuni veio e a Universidade não expandiu seu quadro de pessoal, muita gente se aposentou ou faleceu, mas ela não repõe a mão de obra. Tem uma lacuna, tem departamento com falta de servidor técnico administrativo. Quando eu entrei em 90 eram 20 servidores, hoje só são dez apenas se investiu em material informatizado. (Entrevistado 2, 2009).

Existe uma associação entre a crise do mundo do trabalho e o corporativismo no SINTESPB, segundo o depoimento abaixo:

Quanto mais delegado tem representação, vai lá aprova o que quer. Então é muita assim, é na base do clientelismo mesmo. Ou é um prato de comida, ou é algum benesse que tem depois. Os apadrinhamentos, as coisas então quando os camaradas vão levantar o dedo não é porque sabe que é importante discutir alguma questão, é porque nunca viajou, e quando teve a eleição ele ficou na fila, ele arranjou voto, porque tinha uma promessa de

viagem. Certo? Uma promessa de ir pra um congresso, uma promessa de ir pra algum encontro. Nós permanecemos durante muito tempo, acredito que ainda hoje permanece nessa postura.. (Entrevistado 4, 2009).

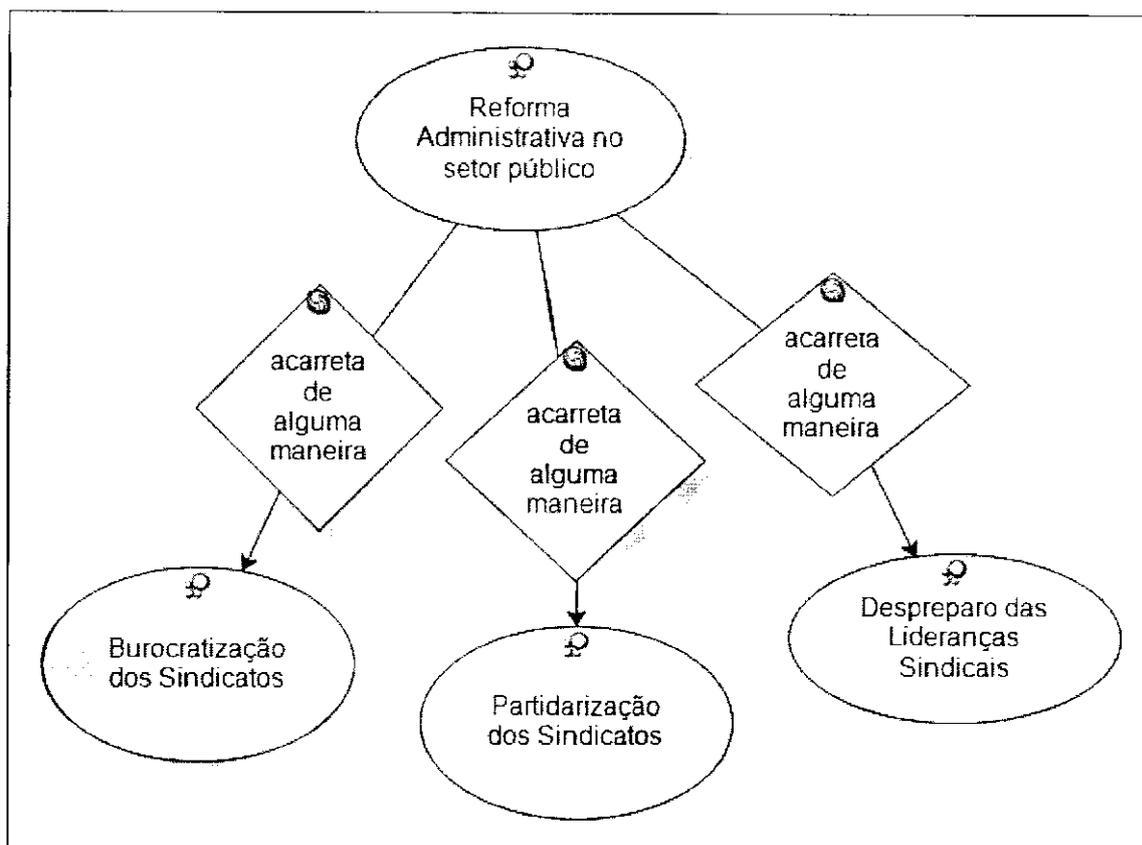
Um oportunismo. Se vê um sindicato como um instrumento, um aparelho para se chegar ao poder né? O formato do sindicato hoje como é, legalmente, que ainda é Vargas, da era Vargas. Eu acho que também interfere para que essas coisas permaneçam do jeito em que estão. O quê que o sindicato faz? Aí houve também uma mistura muito grande, hoje em dia está tudo misturado, os companheiros sindicalistas batendo as mãos nos ombros e dizendo “vamos votar no reitor” e aí assumindo cargos comissionados e sendo diretor do sindicato. (Entrevistado 4, 2009).

Na verdade, o sindicalismo corporativista é inerente à estrutura sindical no Brasil, incluindo o sindicalismo de servidores públicos, que agravado, conforme se observa, por práticas clientelistas e patrimonialistas características do Serviço Público no Brasil (COSTA, 1997), práticas, essas, assumidas agora, também, pelo SINTESPB.

No que pertine à ruptura político-organizativa que ocorreu no SINTESPB, esta mantém uma vinculação recíproca com o elemento da crise no mundo do trabalho. Veja depoimento:

Eu saí muito mais por pressão porque [...] tinha um candidato que era ele mesmo. Ele não aceitava mais tava claro que ele não aceitava mais perder essa oportunidade, até porque a minha gestão tinha uma aprovação de mais de 80%, na categoria, e houve um rompimento político.! Desse rompimento político ele foi candidato a presidente do sindicato, com uma diretoria, só, que ele ficou como presidente de uma diretoria despolitizada, né?! Que tava muito mais pra compor a direção, mas que quem mandava e fazia tudo era ele. Ele era o chefe e tudo. Em função disso o sindicato começou com a crise. E ele foi condenado, foi provado e tudo, só que quando foi para executar que o cuidado dele foi sempre ter maioria na diretoria, que quando viesse para executar, vinha a maioria e não executava. (Entrevistado 4, 2009).

FIGURA 2 – Impactos da Reforma Administrativa e Elementos da Crise do Sindicalismo



A Figura acima relaciona a influência da Reforma Administrativa e suas repercussões na Burocratização, partidarização e Despreparo das Lideranças Sindicais, elementos dinâmicos que enfeixam sob si, os fatores causais da crise que se abateu sobre a entidade em estudo.

Os impactos da Reforma Administrativa na crise que se abateu sobre o sindicalismo de Servidores Públicos, no caso desta análise, o SINTESPB, foram descritos pelos atores sociais que participaram deste processo, conforme a seguir. A percepção deste conturbado momento da vida da entidade foi descrita consoante o entendimento e a visão de mundo daqueles que participaram, direta ou indiretamente, deste evento:

Como se traduz isso no movimento sindical? Aqueles setores que não despertaram para debate mais geral procuraram focar só na tabela salarial e esse foco na tabela salarial nos anos 90 que não tinha mediação, que não tinha mesa de negociação somente se negociava depois que invadia o ministério, depois que resistia cem dias de greve. Então esses setores que começaram a perder a esperança na negociação e pensar o movimento sindical, partiram para uma série de coisas, pra ter o controle dos trabalhadores, o clientelismo e uma série de coisas, esses setores desistiram e passaram a ter poder porque o clientelismo quando você não realiza a função sindical da mediação, da negociação, o setor que vai para o

clientelismo começa a ter mais poder do que aquele setor da militância política as estruturas vão sendo de fato burocratizadas em função do produto clientelista. Não se conseguia salário, mas se conseguia um plano habitacional, o dirigente sindical liberava um conjunto de habitação. Articulados com os poderes internos da universidade criavam uma clientela. Então. (Entrevistado 5, 2009).

O sindicato passou a participar das coisas, mais umbilicais, mais de resultados. Isso tudo isso tudo tem haver com o projeto de Estado do Período. Para o projeto neoliberal ter tido sucesso, houve e há um ataque ideológico, na minha opinião. Existe um peso de decisão política de que há uma burocracia sindical, instalada no movimento, no SINTESPB e na FASUBRA dentro do serviço público que não tem muita solidariedade. (Entrevistado 1, 2009).

Eu vejo. Não estava. Porque quando se instalou a concepção do Estado neoliberal o cara teve que ficar na defensiva. (Entrevistado 6, 2009).

Naquele momento foi um sufoco tão grande em um sindicato e um sindicato atuante como o nosso, que a gente não tinha tempo para mais nada, era defender, defender e defender. (Entrevistado 2, 2009).

Em todas estas falas o que se percebe é a falta de alternativas para se buscar uma pauta de reivindicações que fosse de caráter mais histórico, com os dirigentes sindicais preferindo, de uma maneira mais cômoda, lançar mão do imediatismo, das “questões mais umbilicais”, no dizer de um dos respondentes, aliado ao clientelismo que tomou conta das cogitações sindicais daqueles que dirigiam o sindicato à época, levando-os a se restringirem a uma luta defensivista, dentro dos muros da entidade, burocratizando-se (BORGES, 2005). Neste sentido, burocratização do sindicato rima muito bem com clientelismo sindical:

Há uma retirada das deliberações que deveriam ser da categoria, para os dirigentes sindicais, por conta disso aí sim, você não tem mais direito de fazer um bom debate de formação, que ajudaria a categoria tem uma boa percepção mais clara do que é a sociedade. Do que é o sindicato, qual o papel dele nessa luta. Defendemos para que haja rodízio, para que haja no máximo dois mandatos e aí os dirigentes voltam, porque você começa a se afastar do seu companheiro de trabalho, das condições de trabalho precária, você fica dentro do sindicato aí começa a não ter essa visão que são importantes para que um sindicalista veja. (Entrevistado 1, 2009).

Essa preocupação vai bem no sentido de evitar a perpetuação dos dirigentes sindicais nos cargos, abrindo assim a possibilidade de haver uma renovação, evitando-se que o dirigente sindical perca o contato com a sua base, mormente num segmento heterogêneo e fragmentado como é o caso dos servidores públicos federais, especialmente, os técnicos administrativos das IFES. Outra questão que se realça do dito acima é que, com a burocratização do Sindicato e da Federação, menos espaço ter-se-ia para o debate e o fomento

de processos de formação sindical.

Ademais, a busca por perpetuar-se na direção da entidade faz com que o dirigente se ache no direito de avocar para si uma atribuição que seria por dever do conjunto de representados, o que gera tensões e contradições nos encaminhamentos das reivindicações, com previsíveis repercussões por tratar-se de uma base heterogênea e diferenciada. Tensões essas observadas por Fonseca (1996, p. 188), que leva a um “quase natural distanciamento que separa, persistentemente, as lideranças do movimento de sua base de representados.”

Então eu acredito que sim, eu acho que teve toda uma movimentação depois do governo Lula, com a cooptação do movimento sindical, então houve aquele primeiro momento vai lá o governo se organiza através das federações, e das entidades que ele tem a maioria, por exemplo aqui no SINTESPB, falando abertamente tem gente que é ligado ao PT, tem gente que é ligado ao PSB, tem gente que é ligado ao PC do B que são as bases do governo, então lógico que em um projeto apresentado pelo governo existe limitações de lutar isso é claro, há uma acomodação. É claro que você vai ter uma limitação, você faz parte da base aliada do governo. Seu dirigente tem cargo ligado diretamente com o governo, seja ele Federal, Estadual ou Municipal então quando é apresentada uma medida, há uma certa dificuldade de ir até as últimas consequências na briga sobre essa questão. (Entrevistado 1, 2009).

Existe um refluxo, ele é maior por causa da intervenção dos partidos, das centrais, das correntes que são majoritárias no movimento. No sentido de impedir para que ele não desamarre e exploda, mas há também, um entendimento objetivo de que eu não devo lutar com esse governo. (Entrevistado 1, 2009).

Afirmo a ingerência direta dos partidos a fim de abdicar da luta e da defesa de alguns direitos da categoria, como foi a reforma da previdência, como esta sendo o ataque aos HUS, às vezes isso não está claro, se você pegar lá os documentos da defesa do HU tá, mas quando você vai para a luta do dia-dia, entendeu. Há uma acomodação do ponto de vista da mobilização, nós vamos e tal, coloca no boletim mais não há uma efetivação. (Entrevistado 1, 2009).

Nestes trechos fica claro como a opção pela partidarização pode levar o movimento sindical dos servidores técnico-administrativos a uma encruzilhada político-ideológica no sentido de desnortear as lideranças que agora já não conseguem mais saber a quem devem representar: ou ao governo, por força da identificação ideológica, ou aos representados, por conta das atribuições que lhes foram dadas. No meio deste *imbróglio*, está posto, além de uma crise do sindicalismo, também, uma profunda crise de identidade daqueles que se afirmam representantes de uma categoria, tendo como pano de fundo a Reforma Administrativa e as suas consequências até os dias atuais.

Não, eu disse: “companheiro, nós temos que exigir que o reitor faça exame periódico. Nós temos que exigir que o serviço de saúde do trabalhador, que

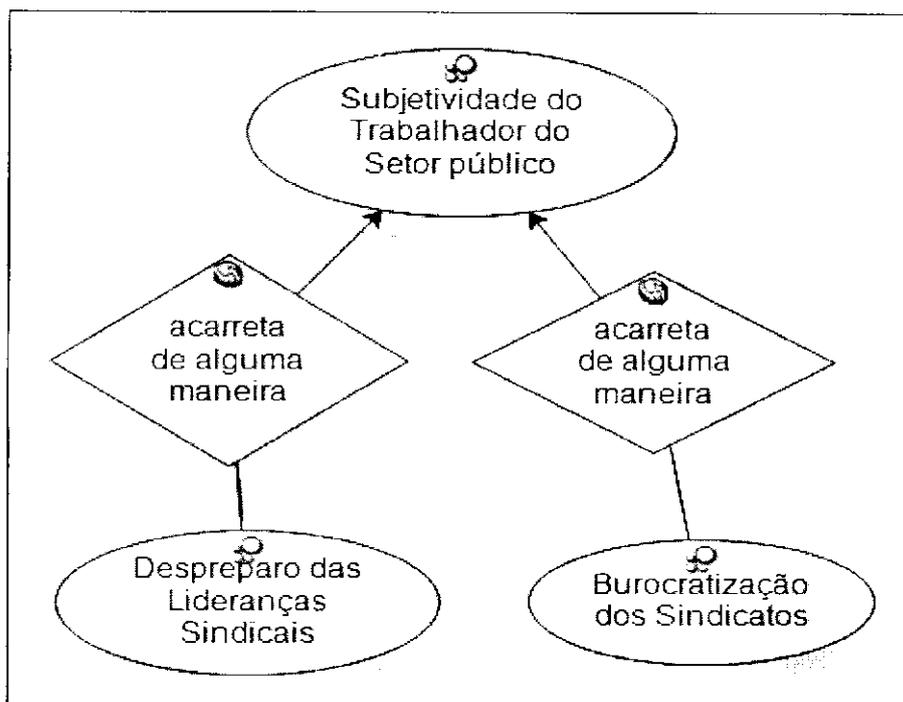
desde 2006, quando eu tava na direção da FASUBRA se discutia isso. E nós estamos batendo a mãozinha nas costas do reitor e do chefe de gabinete, como se tivesse tudo a mil maravilhas, companheiro. Ou nós somos sindicalistas para defender os interesses dos trabalhadores da Universidade Federal da Paraíba através da sua entidade de base ou então é melhor nem existir.! (Entrevistado 4, 2009).

Perdeu-se a credibilidade, então hoje, a grande maioria, a massa mesmo, não acredita na luta. O mundo do trabalho mudou muito, o mundo sindical mudou muito assim, perdendo as suas características e aí, existe essa troca de favorecimento e que ninguém sabe quem é sindicato, ninguém sabe o que é gestão, o povo fica todo receoso. Hoje quando a gente quer baixar o cacete no reitor, não pode. Eu fui inventar de baixar o cacete no reitor aqui nessa reforma que fizeram que a gente ficou engolindo poeira. chama se a CUT, faz-se uma denúncia e no outro dia, tem um clipe da CUT na Internet e o sindicato veio cobrar uma posição minha porque eu tinha falado em nome da direção porque não era pra eu ter falado. (Entrevistado 4, 2009).

Hoje não se admite um diretor sindical não saber escrever para fazer um jornal do sindicato. Não saber fazer um documento para categoria Ficar naquela coisa instalado dentro do sindicato, num birô, no telefone, no note book, como é que se diz uma palavrazinha que eu sempre digo, na mediocridade também, né, um aparelho burocrático. Porque eu acho que a burocracia dentro do sindicato hoje está mais presente do que nunca. O grande problema do movimento sindical aqui no SINTESPB seria a burocratização e a desinformação causada pela falta de formação política e sindical. (Entrevistado 3, 2009).

Aqui vemos, nestas falas, o quanto o SINTESPB vem repercutindo as conseqüências da Reforma Administrativa. Neste sentido, a Reforma do Aparelho de Estado, levado a cabo pelos últimos três Governos da República, impingiu aos trabalhadores, notadamente nas suas lideranças sindicais, um forte impacto nos seus contrafortes ideológicos, fazendo com que não tenham sido capazes de discernir de que lado estão, a ponto de ter gerado, uma insegurança tal que tende a desaguar em um sentimento de impotência e de frustração, haja vista o despreparo de suas lideranças no enfrentamento de tais conjunturas. (COSTA, 2001).

FIGURA 3 – Subjetividade, Reforma Administrativa e Elementos da Crise do Sindicalismo



Na figura acima, relaciona-se os efeitos na subjetividade do trabalhador em virtude da Reforma Administrativa e de como isso impactou os elementos da crise do sindicalismo, no caso em vista, o Despreparo das Lideranças Sindicais e a Burocratização dos Sindicatos. Neste sentido as alterações ocorridas no mundo do trabalho, no seu caráter objetivo, trouxeram influência também na subjetividade dos trabalhadores do setor público, inclusive nas lideranças do SINTESPB, conforme nos apresenta as seguintes falas:

Eu fiquei tão à vontade quando eu vi pela televisão que Lula tava preparando uma reforma da previdência, né, que ia ser pacotão que eu até pensei que o movimento sindical ia se organizar a partir do momento que Lula anunciou na televisão, mas deixou muito próximo a divulgação, porque aí começou a surgir um aqui, uma coisa acolá, que era isso, um artigo tal, tal, mas não sei, toda gente só foi efetivamente conhecer no pronunciamento que Lula deu na televisão. Eu acho que a organização foi muito pouca. Eu acho que deveria ter sido maior. Eu acho que nós não conseguimos mobilizar a nossa categoria. Isso é um fato. (Entrevistado 3, 2009).

Essa entrada aí de Lula, a gente sabe que o país melhorou. Houve uma inversão nessa lógica de privatização na época de Fernando Henrique, mas acho que o movimento sindical como um todo pecou no primeiro governo de Lula, porque ao ter contribuído para sua eleição, para sua vitória, não compreendeu naquele momento que o fato de pressionar o governo, que é o papel do sindicato dos trabalhadores, poderia estar contribuindo para o fortalecimento da oposição. E aí assume um papel de concordar com tudo

que o governo colocava. Inclusive com a reforma da previdência. (Entrevistado 8, 2009).

E outros pontos, né, que poderia ser o movimento sindical e social, se tivesse tido a compreensão de que um governo é um processo em disputa e é uma balança que pende para quem é para o lado que pesa mais, a gente poderia ter tido mais avanços, porque não é o governo que chega, que pode vir com a melhor das boas intenções, mas ele tá ali para administrar e observando a correlação de forças. Por isso que eu acho que o movimento sindical pecou nos primeiros meses do governo Lula, e agora no segundo governo, tivemos algumas conquistas, mas tem muita coisa ainda para avançar, e se não conseguir nesse resto do mandato de Lula, muito dificilmente a gente vai conseguir na frente, sobretudo, se houver um retrocesso nesse processo aí com a volta daquele projeto do Fernando Henrique. (Entrevistado 8, 2009).

Vale frisar que esses trechos são emblemáticos no tocante à forma como cada dirigente sindical se posiciona diante do mesmo fato. Sob interpretações diversas a respeito do atual governo, produz-se visões não só diferentes como divergentes sobre a condução da luta sindical nessa conjuntura. São elementos que sinalizam o grau de despreparo destas lideranças que não conseguem fazer uma leitura mais substantiva da conjuntura. O impacto na subjetividade destas lideranças, em virtude da Reforma Administrativa, é ostensivo, o que corrobora aquilo que (COSTA, 2001) colocou acima:

Houve uma crise de identidade com Lula quando ele entrou no poder, e agora vai haver muito maior quando ele sair. Os cabras vão perder a cabeça, literalmente. Né? Porque houve quando ele entrou, porque ninguém podia que não sei o que e tal, porque Lula foi um companheiro, que ele tem que fazer tudo pelos trabalhadores, como se ele fosse o Presidente dos trabalhadores, né? Presidente dos sindicalistas, e ele era Presidente do Brasil. Né.? (Entrevistado 4, 2009).

Em profunda crise, muitas crises! Nós estamos decadentes, nós estamos degenerados enquanto movimento sindical, não existe mais. Nós não suportamos mais ouvir, sabe? A nossa crise é tão profunda de conhecimento, porque nós temos que ter habilidade, aptidão pra negociar, né? Eu até encontrei um documento muito interessante que falava sobre a crise do movimento sindical, né, porque aqui hoje a gente não consegue mais fazer um movimento coeso, firme, consistente. A gente, inclusive até na nossa própria militância cotidiana, a gente não consegue fazer uma avaliação que conste tudo mais, a gente não consegue, né.? (Entrevistado 4, 2009).

Temos aqui, na voz deste entrevistado, todo o impacto sentido no sindicalismo de servidores públicos, com toda a sua pujança, com a ascensão de um sindicalista ao cargo mais importante da República. Aí vemos o quanto as lideranças sindicais ficaram desnorteadas, perplexas, calcadas em leituras superficiais da realidade, sem parar para rediscutir a conjuntura e redefinir novas ações e papéis a serem cumpridos pelo Sindicato. Em geral,

centraram-se nas contradições e tensões oriundas das próprias disputas políticas internas ou pessoais por espaço de poder, conforme pontua Fonseca (1996).

Então o Sérgio Mendonça disse para a gente que não havia interesse dentro do governo de coalisão de Lula que a Mesa de Negociação Permanente funcionasse. Tanto é que nós conseguimos negar, rejeitar dinheiro público, orçamento público que foi posto na mesa para a gente ratiar e a gente disse que não queria. E a gente expulsou o Ministério da Educação da Mesa de Negociação dizendo que só no Ministério do Planejamento que iríamos nos sentar pra negociar. Nossa! Olhe foi terrível. Então, nós não conseguimos, certo? O governo está passando tudo por cima da FASUBRA. E já tá pegando o calcanhar de Aquiles dos trabalhadores, que é a questão financeira, “neguinho” quer ganhar é dinheiro, não quer saber se ele vai matar a mãe não, tá entendendo? Isso é o reflexo do neoliberalismo em nós. “Eu quero resolver o meu problema, você que se vire lá, Correia de transmissão é verdade.!!!” (Entrevistado 4, 2009).

Então o governo ele faz a leitura, ele sabe muito bem como é que estamos nos conduzindo, nos comportando, nos preparando. E aí a gente vai vendo, hoje em dia é diferente da década de oitenta, porque ainda havia certa unidade, a gente ainda se solidarizava com os companheiros em greve, mesmo que a greve petroleiros foi uma greve que foi extremamente significativa. As pessoas têm medo de serem, de contestarem, né? Assim, e eu me senti muito mal no período em que eu era dirigente porque, era boicotado o meu trabalho, eu na tentativa de encaminhar as coisas, e eu não precisava chamar ninguém pra encaminhar, porque eu nunca tive medo de trabalhar, me senti escanteada. (Entrevistado 4, 2009).

Aqui neste ponto o que se pode observar é a tentativa de cooptação, pelo Governo, de lideranças, sendo o seu uso bastante comum na Administração Pública brasileira, mazela histórica incrustada na formação do setor público no país (COSTA, 2004), o que somente reforça seu caráter autoritário, patrimonialista e clientelista, características essas que acabam por gerar uma dinâmica viciada quando se trata de equacionar as questões reivindicativas dos trabalhadores públicos no Brasil.

O individualismo também se faz presente, haja vista que, quando aquelas questões mais imediatas entram em jogo, as lideranças passam a se preocupar não mais com o coletivo que representam, mas com interesses mais imediatos. O despreparo, conforme pontua o respondente, ficaria por conta do boicote que este sofreu ainda na condição também de dirigente sindical:

O quadro enfraqueceu, os PDV's da vida, teve demissão voluntária, ameaças de quebra da estabilidade, criando um clima desagradável para a UFPB, foi um momento difícil para a universidade. Foi o pior dos momentos para quem tem o sindicalismo na veia mesmo. (Entrevistado 2, 2009).

Nesta fala, fica claro como todo esse aparato de gestão e medidas em relação às

condições de trabalho no setor público foram decisivas no que diz respeito aos seus efeitos na subjetividade dos trabalhadores em Educação, filiados ao SINTESPB, em virtude daquilo que Costa (2004) definiu como uma quebra dos padrões de subjetividade, gerando-lhe um sentimento de desprestígio e desvalia, afetando-lhe a vida laboral e, por tabela, obstaculizando o trabalho das suas entidades de classe,

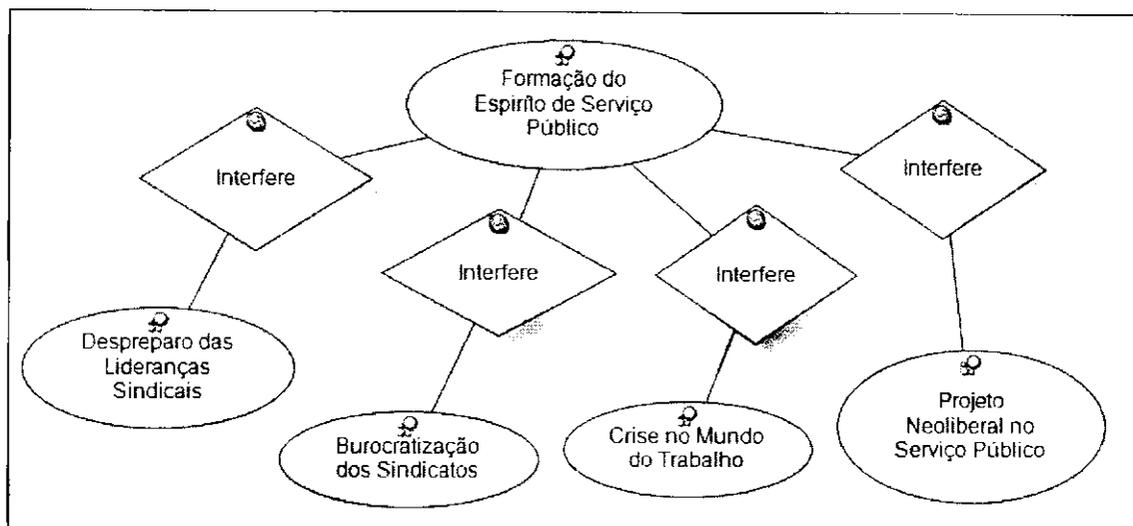
Olha, você acha que se nós tivéssemos uma base da entidade sindical mais esclarecida, mais politizada, a gente ficaria então com os dirigentes sindicais se perpetuando vinte anos? Com o mesmo jeito de fazer política? A mesma fala, a mesma leitura de realidade? Não. (Entrevistado 6, 2009).

Há uma indisposição de determinado setor de trabalho, você vai ter que abrir a democracia para que os trabalhadores, para que a categoria comece a participar. Quando há mais participação, há mais cobranças, há mais questionamentos, entendeu? É muito mais fácil dirigir um grupo menor, então existe um abandono de algumas coisas que eram meio que uma prática, tinha uma movimentação maior por local de trabalho, assembleias mais massivas, então isso aí acaba trazendo para a burocracia, para os dirigentes sindicais, essas decisões, esse debate, entende.? (Entrevistado 1, 2009).

Você começa a achar que preciso pegar o filho ali, começa a gostar do benefício do carro, e começa a passar, começo a pegar o carro para buscar o filho na escola, eu começo a garantir minha ida de taxi para casa que isso é uma coisa muito danosa, em alguns sindicatos. (Entrevistado 1, 2009).

Nestas falas, o que de fato se evidencia são, justamente, os efeitos na subjetividade das lideranças sindicais quanto à questão da burocratização dos sindicatos. Apontam para a perda da democracia interna e junto às bases, toda vez que a direção sindical volta-se para si e passa apenas a cuidar daquelas atividades sindicais *stricto sensu*, relegando às calendas o salutar debate com a categoria. Ao priorizar a participação, a liderança expõe e expõem-se aos questionamentos, permitindo, assim, uma maior sintonia entre representantes e representados. Contudo, esse exercício pressupõe rotatividade nas posições de poder na entidade, o que não parece ser o caso do SINTESPB, no entender do entrevistado E6, que nos lembra da necessidade de renovação, não somente de direção, mais também de *práxis*, para que não ocorra, “um distanciamento quase que natural entre as lideranças sindicais e sua base, ensejando um surgimento de tensões internas, criando obstáculos à atividade da entidade.” (FONSECA, 1996).

FIGURA 4 – Formação do Espírito de Serviço Público e elementos da Crise do Sindicalismo



Na figura acima, procurou-se relacionar uma importante categoria sociológica para o estudo do sindicalismo no setor público, que é a Formação do Espírito de Serviço Público e as repercussões neste, devido aos elementos da crise do sindicalismo. Assim se pronunciam as lideranças:

O congresso de dois mil e oito, em Patos onde houve exatamente a transformação. O que é que eles fazem? Eles distribuem benesses, almoço, tal e tal, né? Para que as pessoas votem neles, então é um curral aqui, certo? As pessoas pouco participam das atividades do sindicato, o sindicato não consegue debater as teses dos congressos, né, participa minimamente das centrais. (Entrevistado 4, 2009).

A gente sabe, encontra muitas dificuldades na base da categoria que se chama uma palavrinha: formação política. O SINTESPB tá confuso, o SINTESPB tá equivocado. O paternalismo, a gente é contra isso. (Entrevistado 4, 2009).

Não consta porque na época eu me lembro de quando a gente fazia greve, mas a gente quer dinheiro no bolso. Tanto é que a política do sindicato era a seguinte,. Quando tinha uma só tava precisando dela . Expectativa de tabela, então era sempre aquilo né? Então quando veio o projeto “GERES” para ser discutido, eu me lembro muito bem na assembléia que foi dito que a gente não tinha que discutir projeto “GERES” coisa nenhuma, a gente quer é dinheiro no bolso. (Entrevistado 4, 2009).

Quer dizer em nenhum momento foram bater de frente pro reitor, como também não vão bater não. Cobrando tudo que a gente já falou aqui, a capacitação que tá sendo mal feita, a qualificação que tem orçamento e que a reitoria não quer aplicar, fazer com que a gente se qualifique porque o reitor mesmo disse que se a gente entrar numa pós-graduação da universidade a gente vai baixar o nível da pós-graduação. Ele disse isso na reunião do CONSUNE e graças a Deus eu não tava lá porque senão eu tinha

sido demitida da universidade, porque eu ia esculhambar com ele. Eu ia perder as estribeiras. (Entrevistado 4, 2009).

Aqui nesta falas podemos perceber como o despreparo das lideranças que atuavam (e ainda atuam, conforme o entrevistado) no contexto da entidade interfere na quebra da dignidade do Servidor Público, pois essas práticas configuram-se como clientelistas e paternalistas, instrumentos de dominação que aviltam a dignidade do trabalhador, defraudando a sua moral profissional, levando àquilo que Supiot (1995) chamou de crise do Espírito de Serviço Público.

Ademais, o entrevistado faz alusão, como possível causa da perda de rumo e da crise em que a entidade mergulhou, à falta de uma formação política, tanto na base do Sindicato, quanto no seio das lideranças sindicais, elemento importante no sentido de entender como melhor atuar numa conjuntura de mudanças no mundo do trabalho e no universo sindical. Na medida em que as lideranças sindicais do SINTESPB à época só estavam preocupadas com as questões mais imediatas, o próprio *leitmotiv* da existência da entidade, que é a condução das reivindicações dos técnico-administrativos, esteve comprometida.

No tocante à questão da qualificação, comentada pela entrevistada, mais do que nunca evidencia-se nesta fala o quanto a falta de respeito em relação aos servidores fere a dignidade do profissional do servidor público, desmerecendo-o, gerando assim um sentimento de desvalia, em virtude da instauração e manutenção de relações autoritárias de trabalho (VIOLA, 2001), responsáveis neste caso pela ruptura da moral profissional dos trabalhadores no serviço público, quebrando a formação e consolidação de um espírito de serviço público

Segmenta a base e aí passa a brigar internamente como foi o nosso caso. Aqui nós tivemos um problema sério. Briga internamente porque uma classe ganhou mais do que a outra. O que se coloca é que na época que foi feito o acordo para implementar a carreira, o recurso não era suficiente. Não era suficiente para implantar a proposta que a FASUBRA queria. Então, foi o que foi possível na época. (Entrevistado 8, 2009).

A burocratização, a categoria não reconhece que a luta não é benéfico para ela mais, há um certo desinteresse e até uma certa desfiliação do sindicato. Eu não sei se precisar isso,. E você vê que o governo Lula é um governo que eles acreditam que é trabalhador, que trabalha em prol do trabalhador, que esse projeto é para o trabalhador. Você tem menos resistência de lutar contra ele, entendeu.? (Entrevistado 1, 2009).

O SINTESPB tá confuso, o SINTESPB tá equivocado, o SINTESPB está despreparado para enfrentar o novo período. Para enfrentar o que nós temos que enfrentar. (Entrevistado 4, 2009).

A interferência da burocratização dos sindicatos na formação do espírito de serviço público é bem evidente nas falas acima. Considere-se que: o não entendimento pela liderança sindical das especificidades e singularidades da própria categoria que diz representar, a desfiliação em virtude da desconfiança das principais lideranças da entidade, a não ruptura da política e do discurso que teima em não reconhecer as diferenciações, propugnando pela uniformização de uma categoria que de si mesma é diferente e a manutenção de um personalismo, em disputas não orgânicas e pessoais, levaria à época, segundo Fonseca (1996), a uma crise do movimento sindical organizado dos técnico-administrativos, e que se mantém na atualidade.

Realmente o norte que eles tinham era procurar o SINTESPB, era medida provisória uma atrás da outra como enxurrada que deixa qualquer um bombardeado. A aposentaria era essa não é mais, vêm às ameaças de demissão quem não era concursado, vinha à desestabilidade, ele tentou desestabilizar o trabalhador da área de educação, com o fito da privatização.” (Entrevistado 2, 2009).

Nesta fala evidencia-se, como principal interferência da crise no mundo do trabalho em relação à formação do espírito de serviço público, a apreensão do entrevistado no que diz respeito às diversas mudanças no campo jurídico das regras que regulamentavam as relações de trabalho no setor público, mudanças essas que traziam um sentimento de desvalia e desprestígio na relação do servidor com o poder, representado pelo governo federal. No entender de Costa (2004) e Viola (2001), essa provisoriedade em termos fáticos e jurídicos proporcionou um sentimento de insegurança e frustração no seio do segmento dos servidores técnico-administrativos, ao ponto de debilitar a sua condição de trabalho, influenciando na sua moral profissional, que por conta disto teria alterado-lhe: a) a sua dignidade na relação com o poder; b) a serenidade na relação com o dinheiro e c) a continuidade na relação com o tempo.

É a visão do Estado mínimo. Eu acho que esta perspectiva neo-liberal aí foi devastadora para os servidores. Foi um menosprezo. De que o serviço público é um desastre, é uma [...] e você não vai ter futuro nenhum aí, vai para iniciativa privada rapaz com sua competência e tal, aí lá vai o peixinho e mordeu o anzol. (Entrevistado 5, 2009).

O que eu percebo, que a fragmentação do serviço público na terceirização eu acho ela um peso. Entendeu? Existe também nos docente, os substitutos, que é uma forma também. (Entrevistado 1, 2009).

Então houve toda uma mudança aí nos requisitos pra aposentadoria, então, muitos professores, muitos servidores, correram para se aposentar proporcionalmente perdendo salários, sendo cortado abruptamente de toda uma relação de trabalho, relação ainda em construção dentro da instituição, de construção pessoal, profissional. Pude perceber o quanto isso foi sofrido para quem teve que optar pela aposentadoria naquela época. E aí a partir do

plano neoliberal acho que o conjunto do serviço público só vem tendo perdas, e cada dia mais. (Entrevistado 6, 2009).

No FHC a gente viu, sobretudo aquela frase dele que chamou o aposentado de vagabundo. Aquilo desqualificou muito o servidor público. Acho que passou muito a idéia de que o servidor público era o câncer da nação. aquela coisa, sabe, consome todo o orçamento da união, né?! Então, acho que foi muito sofrido. (Entrevistado 6, 2009).

Eu acho que é uma posição extremamente preconceituosa porque a Universidade Federal da Paraíba, pelo menos, a gestão de agora ignora, nós somos invisíveis para ela. Nós servidores públicos, servidores técnicos somos invisíveis pra ela. (Entrevistado 4, 2009).

Eu acho que mexeu sim. No serviço público tem um fator aí que é mais agravante do que na iniciativa privada. É que a mídia, ela faz uma propaganda diariamente em relação aos gastos públicos. Na imprensa o investimento no serviço público significa gasto e não investimento. Aumentar as despesas com o serviço público significa um desperdício. (Entrevistado 8, 2009).

O SINTESPB ele sempre era contra essas medidas, chamava os trabalhadores para luta, foi uma época que os trabalhadores mais tinham que se desdobrar mesmo na atuação, tinha que está demonstrando, combatendo, encaminhando, fazendo mais assembléias. Como eu te falei quatro vezes por semana, tirando encaminhamento, indo para as federações, cobrando dos parlamentares. Com um bombardeio deste, por mais que você busque informação que você fique antenado, você se perde. A liderança sindical também sofreu as consequências, ele é um trabalhador como qualquer outro, agora tem mais amparo ferramenta, mas mesmo assim ele ficava bombardeado. (Entrevistado 8, 2009).

Em todas as falas acima é ponto pacífico a influência do projeto neoliberal e seus impactos na vida profissional dos servidores públicos, mormente os técnico-administrativo filiados ao SINTESPB. Sem embargos, a influência deste conjunto de propostas, valores e de ações, trouxeram no seu âmago um forte sentimento de rejeição de desvalia, de nulidade à grande parte do serviço público no Brasil.

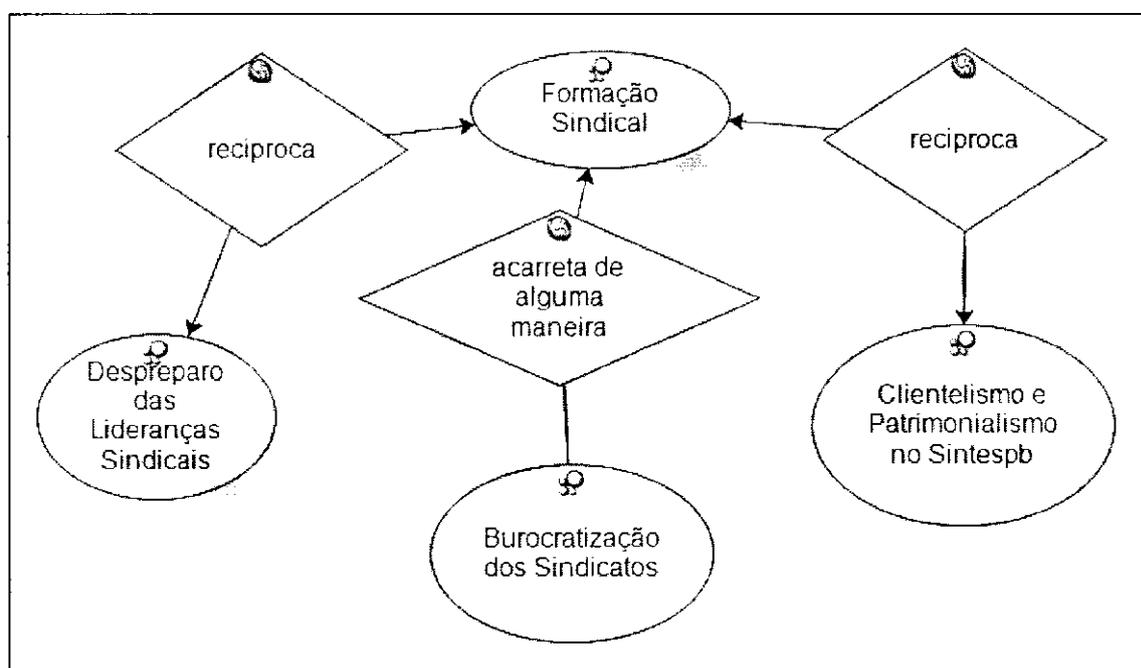
Ademais, vários instrumentos foram utilizados, para se satanizar o servidor público, inclusive a maciça propaganda da mídia burguesa sintonizada que estava com os interesses do capital.

Expediente bastante utilizado pelos governos de perfil neoliberal sempre foi, conforme nos apresenta Costa (2004), demonizar o público em detrimento do privado, tomando como bode expiatório a figura do servidor público, assacando contra ele toda a sorte de desprezos e injúrias, com o fito único de desestabilizar as relações de trabalho, como também semear a instabilidade, jurídica e factual, resvalando assim nos contrafortes da moral profissional do

trabalhador do sector público, levando-o a desenvolver toda uma gama de sentimentos de frustração de desmerecimento, etc., interferindo negativamente na formação do espírito de serviço público. (VIOLA, 2001, *apud* SUPIOT, 1995).

Com o constante uso de MP's, o governante vai, paulatinamente, desmontando o arcabouço jurídico que ampara o servidor, trazendo aturdimento, tanto para os trabalhadores da base do SINTESPB, como para as suas lideranças, rompendo a dignidade do servidor no trato com o poder, semeando a intranqüilidade no lugar da serenidade, no trato com as questões financeiras, e imprimindo alterações que ensejaram a descontinuidade em relação ao tempo. (VIOLA, 2001, *apud* SUPIOT, 1995).

FIGURA 5 – Formação Sindical, Clientelismo, Patrimonialismo no SINTESPB e elementos da crise do Sindicalismo



Nesta figura, procurou-se relacionar formação sindical, o clientelismo e patrimonialismo ínsitos na entidade e as possíveis repercussões dos elementos da crise do sindicalismo na formação sindical (ou na sua falta).

A relação entre a formação sindical (ou a falta dela) reforça determinadas práticas ainda presentes em entidades sindicais de servidores públicos. É o caso do clientelismo, que junto com o patrimonialismo, atuam no sentido de desmobilizar e despolarizar qualquer categoria. Além do mais, essas práticas, no caso específico do SINTESPB, por ser uma

entidade de servidores públicos, foi importada para dentro da entidade, trazidas por força do *ethos* que predomina no serviço público no Brasil até hoje (COSTA, 2004), justamente, por aquelas lideranças que não tinham (ou não tiveram) interesse, seja por qualquer motivo, de participarem ou de promoverem qualquer programa de formação sindical, seja no SINTESPB, seja na FASUBRA. As falas expressam uma realidade acerca disto. Nesta conformação, o clientelismo/Patrimonialismo mantém uma relação de reciprocidade, uma via de mão dupla, com a formação sindical (ou sua falta).

E uma das coisas que faz com que existam pessoas com essas características é exatamente uma coisa que a gente sempre debate, a gente sabe, encontra muitas dificuldades na base da categoria que se chama uma palavrinha: formação política. Então quando veio o projeto “geres” pra ser discutido, eu me lembro muito bem na assembléia que foi dito que a gente não tinha que discutir projeto “geres” coisa nenhuma, a gente quer e dinheiro no bolso. Eu me lembro demais do [...] em cima lá, que nosso sindicato era ali onde é a ADUF hoje e lá na mesa ele batia assim no bolso e dizia: “A gente não vai discutir projeto ‘geres’ coisa nenhuma, a gente quer dinheiro no bolso. (Entrevistado 4, 2009).

No que pertine à burocratização do SINTESPB, a relação dinâmica é influenciada de alguma maneira, nos aspectos político-organizativos, pela formação sindical, ou seja, é crível se dizer que quando há um processo de formação dos dirigentes sindicais, a tendência da entidade ser levada a burocratizar-se é bem menor, em virtude do efeito multiplicador e conscientizador que a formação sindical enseja. A respeito disso assim falaram os protagonistas:

E conhecimento, porque o grande problema nosso hoje é a desinformação. Hoje não se admite um diretor sindical não saber escrever para fazer um jornal do sindicato. Não saber fazer um documento para categoria. (Entrevistado 3, 2009).

Não há formação, investimento. Então, acho que alguns dirigentes sindicais, eles não investem massivamente e efetivamente na formação política de uma base, sobretudo, para se garantir e perpetuar-se no poder como as pessoas que mais sabem e mais conhecem. Entendeu?! Então, grupos políticos, eles são atrelados a partidos políticos, que são atrelados a gestão, que dentro da gestão universitária eles tem cargos. Então, se investir muito na formação política e na formação sindical as pessoas podem compreender muito como toda essa engrenagem funciona e como desmontar a engrenagem. (Entrevistado 6, 2009).

Eles foram dirigentes da FASUBRA e hoje estão dentro do governo. Então, na hora de você está dando conta de uma reivindicação e você querer avançar na conquista de seus direitos você se defronta, se confronta com quem é, quem é o representante do estado que ta lá? Era aquele parceiro seu da luta sindical. Mas ele hoje não é mais o seu parceiro da luta sindical. Ele representa o estado, o modelo de estado, a concepção de estado, entendeu?! Então, acho que isso tem deixado os sindicatos de saia justa. E num

problema de identidade muito grande. Porque ia requerer de quem faz o sindicalismo estudar, se politizar, se capacitar. Acho que as pessoas com quem eu fiz sindicato, que eu fiz política sindical, poucas, que realmente tem condições de estar dentro do movimento sindical, como dirigente sindical. (Entrevistado 6, 2009).

Encontra-se muitas dificuldades na base da categoria que se chama uma palavrinha: formação política! As pessoas têm que ser qualificada. No mundo globalizado. Nós não temos dirigentes qualificados! O SINTESPB não dispõe de dirigentes qualificados politicamente para traçar um planejamento político. (Entrevistado 4, 2009).

O que falta ai é a formação sindical. A direção do SINTESPB está ficando madura e não estão surgindo novas lideranças, porque formar liderança sindical não é fácil, tem que estar no sangue e depois tem a parte da formação mesmo, propriamente dita, aí nosso sindicato peca em muito porque não tem um curso de formação sindical continuada. Quando eu falei a você aqui a formação sindical é o caminho, a única saída que eu vejo, talvez se os líderes sindicais tivesse uma formação política. O cara acha que é dirigentes sindical, mas tem que ter uma formação pelo menos interesse em ter a formação, buscar mais conhecimento, estar sempre lendo, não pode ser um dirigente mau informado, ir buscar mesmo a referência. (Entrevistado 2, 2009).

No tocante ao despreparo das lideranças sindicais, vale tudo o que foi colocado acima para não sermos mais repetitivos, contudo, já há, por parte da atual direção da entidade, pelo menos foi o que demonstrou os dirigentes atuais, uma preocupação com a necessidade de formação sindical, haja vista que, no transcorrer desta pesquisa, soube-se da realização de um momento de formação, ainda não continuado, conforme desejava um dos entrevistados, mas, de qualquer forma, é uma ação válida para suprir uma demanda reprimida de anos, relegada apenas ao campo da retórica. Neste sentido há uma reciprocidade direta entre o despreparo das lideranças sindicais e a formação sindical, que pode ser percebida pelas colocações abaixo:

Nós temos essa preocupação. Está previsto no nosso planejamento estratégico para atividades nos próximos três anos de gestão, investir aí com uns cursos de formação política e sindical. Esse semestre que vem aí, estamos querendo realizar pelo menos dois eventos desse por semestre. E aí vamos discutir desde a questão da formação do sindicato, do papel do sindicato, também da compreensão da estrutura sindical hoje no país, sobretudo, com essas inovações hoje que é a pulverização de centrais sindicais, algo nos preocupa. Falaremos, também, da complexidade das mudanças nas relações de trabalho. Aqui mudou muito. Muita gente que trabalha hoje foi contratada como datilógrafo. Hoje não existe nem máquina de escrever. O despreparo está nisso, porque às vezes por falta de uma compreensão política da questão termina se prendendo a picuinha. (Entrevistado 8, 2009).

Em suma, a crise que se abateu sobre o SINTESPB pode ser encarada sob diversas perspectivas. Neste sentido, evidência-se um movimento de multidimensionalidades que concorreram, singularmente ou coletivamente, para o ensejo desta crise que perdura desde os anos 1990. Resta hoje, mais do que nunca, a possibilidade de se desenvolver mecanismos tais que possam senão eliminar, mas, pelo menos, minimizar os efeitos de tal crise, desde que para isso os dirigentes busquem tomar consciência da necessidade de se implementar medidas efetivas que recobrem uma trajetória mais virtuosa desta entidade, orientando-se pelas lições do passado, para a concretização do presente e novos planos para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como proposta estudar e analisar a crise do sindicalismo e os seus reflexos no sindicalismo de servidores públicos, notadamente de servidores públicos federais do Ensino Superior na Paraíba, representados pelo SINTESPB.

Trabalhando-se sob uma perspectiva sociológica, buscou-se entender como os elementos que permeiam o mundo do trabalho, suas mudanças e suas crises, desafiam a ação coletiva, notadamente no âmbito do sindicalismo do setor público.

A pesquisa de campo acompanhou facetas da vida sindical, com seus dramas, tensões, contradições e um forte espírito luta sindical, em busca dos objetivos maiores da entidade ora em estudo. Ao mesmo tempo, constatou um forte sentimento corporativista que grassa no âmbito da prática sindical analisada.

Ficou evidenciado o quanto a prática sindical do SINTESPB foi sensivelmente reformulada para fazer frente às reformulações do mundo do trabalho principalmente quanto às reformas neoliberais levadas a cabo nos últimos governos que passaram pela Brasil. Ficou evidenciado, ainda, que a Reforma Administrativa do Estado teve impactos diretos nas relações de trabalho e que, por conta disso, a subjetividade dos trabalhadores sofreu modificações a ponto de alterar negativamente a sua dignidade enquanto servidor do público. Como consequência do quadro de desprestígio imputado aos trabalhadores filiados ao SINTESPB, restou o seu desinteresse quanto à sua participação nas lutas e demandas encaminhadas pelo SINTESPB, assim como em relação à política de um modo geral, influenciando negativamente para a formação do espírito de serviço público.

O Sindicato, conforme sinalizaram as evidências captadas pela pesquisa, burocratizou-se, partidariou-se e vem, desde então, fragmentando-se em uma luta interna, fratricida, centrada nas disputas de poder, com prejuízos para todos. Além do corporativismo, percebeu-se uma cisão entre a base e as suas lideranças.

Outra questão que se evidenciou no tocante à trajetória político-organizativa do Sindicato diz respeito, muito de perto, ao despreparo de grande parte das lideranças sindicais, antigas e novas, que compõem o quadro de dirigentes desta entidade, no sentido de ter um norte para orientar ação junto à categoria, numa conjuntura assaz complicada, como é essa que atualmente está posta. As políticas de formação sindical, quando existiram, não conseguiram debelar, ou pelo menos, minimizar práticas francamente clientelistas e patrimonialistas de determinadas lideranças, ou grupos que se formam ao redor delas,

alimentando um processo de despolitização, desconcientização e desagregação do tecido social que compõe essa entidade. A formação sindical, que deveria cumprir esse papel de dotar o dirigente sindical de meios, instrumentos e medidas para se conduzir e conduzir a entidade, fica, como se percebeu na pesquisa, apenas no campo da retórica, sem que as diversas direções que lá tenham estado, fossem capazes de, realmente, implementar um programa continuado de formação político-sindical. Isso, em que pese ser essa uma determinação da Federação à qual o Sindicato está ligado e, também, vontade de alguns daqueles que, quando lá estiveram dirigindo a entidade, não quiseram, ou não foram capazes de levar a cabo tal iniciativa.

Aquela questão que denominamos de ruptura da regularidade administrativa da entidade tem muito a ver, além do despreparo das lideranças, com a influência do projeto neoliberal e das reformas feitas no perfil do Estado Brasileiro, que lançaram os servidores em geral e aqueles que compõem a base do SINTESPB, em particular, numa verdadeira cruzada, a fim de defender-se, mas de tal modo levando a entidade a uma posição defensiva, puramente reativa, frente às demandas oriundas da sua base.

Foi constatado também como o corporativismo, o imediatismo e a luta meramente econômico-financeira contaminam a prática atual da entidade. Algumas práticas oriundas da gênese do ainda incipiente movimento das associações de funcionários em décadas passadas foram constatadas na entidade, práticas do tipo: cupulistas, aparelhísticas e de hegemonia de determinadas correntes político-sindicais em detrimento das forças mais minoritárias. A oposição política no SINTESPB, por outro lado, não parece cumprir o seu papel que é de fiscalizar, se contrapor no debate, fazendo assim com que esse seja um debate pequeno, de somenas importância.

Constatamos que, com a crise do mundo do trabalho e a quebra das regras constitucionais, trazidas pela reforma administrativa no âmbito do projeto neoliberal, os trabalhadores e dirigentes do SINTESPB passaram a agir de forma individualista, quebrando assim, a coesão, que de alguma maneira vinha se construindo na categoria, agravando o quadro de crise de identidade que assola a muito.

A burocratização da entidade tem rebatimentos na prática do Sindicato, de modo a dificultar a entrada de novos quadros na sua direção. Em contraste com a trajetória histórica da entidade, nos últimos períodos tornou-se evidente um descolamento das lideranças em relação às bases, perdendo os seus elementos de identificação com a categoria que dizem representar. Daí resultou, em passado não muito distante, um caos político, sindical e moral, conforme se constata nas notas empíricas. A burocratização juntamente com a partidarização

política atual do SINTESPB tem se constituído como um forte obstáculo à retomada das lutas que tanto marcaram sua trajetória histórica.

Por fim, mas não menos importante, tudo isso rebate a questão da dignidade profissional, tão fundamente afetada pelas mudanças que vêm impregnando a gestão pública no Brasil, com rebatimentos decisivos no campo da Educação. Esse sentimento de desvalia, que foi presenciado por esse pesquisador, e que tem repercussões profundas nas lutas e demandas da categoria, tanto quanto no bojo da sua entidade de classe, tem anulado a formação de um espírito do serviço público, provocando, em virtude disto, uma crise de identidade profissional com óbvios rebatimentos na entidade, conforme constatado por alguns entrevistados.

A construção do espírito do serviço público, no caso dos trabalhadores do SINTESPB, passa necessariamente pelo reconhecimento do seu papel ativo e participante da vida da Universidade, o que implica em uma busca constante de se democratizar os espaços de convivência institucional e profissional dentro da Universidade. É bastante claro que, quando isso não ocorre, os efeitos são sentidos nas entidades representativas do movimento de técnicos-administrativos, orientados pelo SINTESPB.

Há evidências de que a entidade mergulhou numa crise, logo após a ascensão do modelo neoliberal e de seus princípios, durante os últimos governos da república. Patinando sem conseguir levar à diante, por mais que sua atual direção diga ao contrario, um projeto político-sindical realmente inovador, fruto do aumento do nível de consciência, por força de uma série de obstáculos oriundo de práticas político-sindicais, baseadas que estão, na busca de ganhos imediatos; no despreparo de suas lideranças; na falta de um sentimento de solidariedade; em práticas corporativista; práticas clientelistas, patrimonialistas e adesistas à projetos que não dizem respeito ao ideal de emancipação da classe trabalhadora; à partidarização da entidade, com visíveis ações no sentido de transformar o sindicato em correia de transmissão de partidos políticos vinculados à projetos estranhos ao seu mister.

Em síntese, é por isto tudo que a entidade ainda não conseguiu reaver aquele espírito de luta do passado, claudicando em operar um projeto próprio, mantendo-se presa a compromissos alheio aos seus objetivos. Em virtude disto é que, ainda hoje, não conseguiu implantar, efetivamente, um projeto de formação político-sindical a fim de equacionar toda essa problemática.

Enfim, como a ciência vive para ser superada, ao finalizar esta pesquisa, abre-se espaço para a continuidade de tais reflexões, já que colocamos uma palavra, contudo não foi a

última, mormente num segmento tão carente de estudos como o sindicalismo de servidores públicos. Sugere-se que trabalhos futuros dêem seguimento ao estudo aqui realizado.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa In: TEIXEIRA, Francisco J. S. (org). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1998. p. 110 - 121

_____. **O Novo (E Precário) Mundo do Trabalho** : Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Do “Novo Sindicalismo” À “Concertação Social”: Ascensão (e crise) do Sindicalismo no Brasil **Revista de Sociologia Política**. Curitiba; n.15, p. 111-124, 2000

ANTUNES, R. **Os Sentidos do trabalho**. S Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao Trabalho?** : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho. 13. ed. Revisada e ampliada; S Paulo: Cortez, 2008.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil** S Paulo: Boitempo 2006.

_____. Dimensões da precarização estrutural do Trabalho: In. DRUCK, Graça e FRANCO, Tania (org). **A perda da razão social do Trabalho**: Terceirização e precarização São Paulo: Boitempo 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPB. NOTA. João Pessoa, 8 de Novembro de 1990.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR-SN - (ANDES-SN). **PDE: O Plano de Desestruturação da Educação Superior**. Brasília, DF: ANDES-SN, 2007. 30p.

AULETE, Caldas, AULETE DIGITAL. Disponível em: < [http // www.auletedigital.com.br/](http://www.auletedigital.com.br/)> acesso em 15/11/2009.

BEHRING, Elaine. R. – **As Novas Configurações do Estado e da Sociedade Civil no Contexto da Crise do Capital**. In: **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais - Curso de Especialização Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais (Org.) – CFESS – ABEPSS – CEAD/ NED – UNB, 2009.**

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro**. O ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto. 1995.

BIHR, A. **Da Grande Noite à alternativa**. : O movimento Europeu em crise. S. Paulo: Boitempo. 1998.

BORGES, A. **Encruzilhadas do Sindicalismo**. 1. ed. S. Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

- BOITO Jr. A. A Crise do Sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio ; RAMALHO José Ricardo (Org.). **Além da fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social**. S. Paulo: Boitempo. 2003
- BOITO Jr. A. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**. n. 3 , p 80 – 105, 1996.
- BOSI, A. Precarização do Trabalho Docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista. (1980 – 2005). **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 16, n. 38, p. 43 – 59, 2006.
- BOLLMAN, M.G.N. LDB: do processo de construção democrático à aprovação anti-democrática. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 7, n. 12, p. 162-163, 1997
- BRASIL. Ministério da Administração e da Reforma do Estado, Plano Diretor da Reforma do Estado. Brasília, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório. Brasília, 2009.
- CATTANI, D. A. **Trabalho e Tecnologia: dicionário Crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 9. ed. S. Paulo: Paz e Terra. 2006.
- CANDREVA ; MAESTRI. **Antonio Gramsci: Vida e Obra de um Comunista Revolucionário**. 2. ed. S. Paulo: Expressão Popular. 2007
- CHAUÍ, M. Universidade Operacional, **Folha de São Paulo**, S. Paulo, 09/05/1999, Caderno Mais!
- CHAUÍ, M – **A Universidade Hoje**, In: Escritos sobre a Universidade, S. Paulo: Edunesp, 2001, p.175 – 193.
- COHN, A. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania: In: Mota C. (org). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transação**. S. Paulo: SENAC, 2000.
- COMIN, A.A. et al. **O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do Século** .S.Paulo: Pagina Aberta, 1994.
- CORREIO. “Collor Vai ao Congresso Para Anunciar as medidas Econômicas” Correio da Paraíba, João Pessoa, 14/03/1990, Política, p.5.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci – Fontes do Pensamento Político**. Porto Alegre: L & PM, 1981. v. 2.

COSTA, Cândida da. **Nas Malhas da Instabilidade**: a subjetividade dos trabalhadores públicos em um cenário de mudanças: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal. 2004.

_____. Reforma do Estado e relações de trabalho: a experiência brasileira nos anos 90. **Revista Ariús**. Campina Grande; CH/UFCG, v. 13, n.1, Jan/jul, 2007.

_____. **Nem Vítima nem Vilão**: Reflexões sobre o Serviço Público no Brasil: Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão.- UFMA, São Luiz. 1997.

_____. Processo de Trabalho, Relações de Trabalho e os Impactos da Reforma Administrativa. In: **Trabalho, Globalização E Desemprego** : um enfoque internacional. (Org.). CARVALHO, R. A ; HORTA, C. R.; Belo Horizonte: C/art, 2001. p. 278 – 288.

DINIZ, E **Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado**: Os desafios da Construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. DINIZ, E (Org). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília : Ed. UNB, 1997

DINIZ, E. Uma Perspectiva Analítica Para Reforma do Estado. Lua Nova – **Revista de Cultura e Política**, n. 45, p.39 – 47, 1998.

DRUCK, Maria da Graça. **(des) fordizando a fábrica** 6. Ed. S. Paulo: Boitempo; Salvador: EDUFA, 1999.

FASUBRA SINDICAL. Memorial 30 anos: linha do Tempo. Brasília, Ano 1. n.1, p. 06 – 100, 2009.

FERREIRA, M, J, L. Políticas públicas e trabalho docente: mapeando a conjuntura pós-moderna. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 12, n. 31, p.128 – 13,1 2003.

FONSECA, J, E, do N. **Novos atores na cena universitária**. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996, 294 p. (Coleção Teses e Dissertações).

FRANÇOIS, C. **A finança Mundializada- raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. (Org) FRANÇOIS. C. S. Paulo: Boitempo. 2005.

FUNCIONÁRIOS Unidos Contra Choque Verão do Governo, Governo Mente, **Jornal da AFUF**. João Pessoa, março de 1989, Editorial, p. 01.

GUEDES, C. Os Trabalhadores no Setor Público Brasileiro: prática Sindical, Conquistas e Armadilhas. Análise do Período Pós-1978 In: COMIN, A.A. et al. (Org.). **O Mundo do Trabalho**: crise e mudança no final do Século. São Paulo: Pagina Aberta, p.403-424.1994.

HARVEY, D **Condição Pós-Moderna**. S Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWN, E **Era dos Extremos**: O breve Século XX (1914 – 1991). S. Paulo: Companhia das Letras. 1995.

IANNI, O **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 224 p.

KUCINSKI ; BRANFORD. **A ditadura da dívida**; Causas e Conseqüências da Dívida Latino-Americana. 2. ed. S.Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. 130p.

LIMEIRA, M. D ; FORMIGA, Z, S – UFPB : Implicações Políticas e Sociais de sua História, João Pessoa. **Textos UFPB-NDIHR**, n. 11, p.16, Abril de 1986.

LIPIETZ, A **O fordismo Periférico**. In: Ensaio FEE. Porto Alegre, nº 10, vol. 2, 1989

MELLO E SILVA, L. Promessas em Suspensão. **Revista Sociologia–Especial**, Ano 1, n. 3, p. 64 - 71, 2007

MATOS, M. B **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. S. Paulo: Expressão Popular. 2009, 160p.

MARCELINO, P. R. P – **Terceirização e Ação Sindical**: a singularidade da reestruturação de capital no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) IFCH/UNICAMPI, São Paulo. 2008.

MARX, K – **O Capital**. São Paulo: Difel, 1998

MAUÉS, O. A educação na contemporaneidade: mercantilização e privatização? **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 15, n. 37, p 81 – 92, 2006.

MADEIRA NETO, A. **Sindicalismo no Serviço Público**: da Meritocracia ao Associativismo político sindical. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal. 2006.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. S. Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. S et al. **Pesquisa Social**; Teoria, método e criatividade. 10. ed. S. Paulo: Vozes, 1998.

MORAIS, I. N. Educação Brasileira: uma nova LDB. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 1, n. 1, p. 37, 1991.

MONTAÑO C. – **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica do padrão emergente de intervenção social. S. Paulo: Cortez. 2007, 288p

NASCIMENTO, E. P. Notas a Respeito da Escola Francesa da Regulação. **Revista de Economia Política**, nº 02 (50), vol. 13, abril/junho/1993 – 120-136 pp.

NAVARRO, I. P. **ANDES-SN**. Um Sindicato de Intelectuais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) IFCH/UNICAMP, São Paulo. 1999.

NOGUEIRA, A, J.F.M. **A liberdade Desfigurada**, a trajetória do sindicalismo no setor público. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

OLIVEIRA, F *et al.* **A era da Indeterminação**. S Paulo: Boitempo, 2007.

O NORTE. “Collor Demitirá Funcionários Federais para Evitar Gastos, O NORTE, João Pessoa, 21/01/1990, Política, p.05.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política : O totalitarismo Neoliberal. In: PAOLI, Ma Célia (Org.). **Os sentidos da Democracia**: políticas do dissenso e hegemonia Global. Petrópolis: Vozes, 1998. 250p.

_____. **Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo. p 29-91. 2003.

OTRANTO, C, R. Desvendando a Política da Educação Superior do Governo Lula. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 16, n. 38, p 19 – 20, 2006.

PINHEIRO, U, L. – As alterações das práticas acadêmicas e do trabalho na universidade pública brasileira. **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 7, n. 13, p. 13 – 22, 1997.

POCHMANN, M **O emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001

POCHMANN, M ; BORGES, A. “Era FHC” **Regressão do Trabalho**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002 . 120p

_____. **Desafios Atuais do Sindicalismo Brasileiro**. In : “sindicatos y nuevos movimientos sociales em América Latina” Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 163- 179

_____. Adeus à CLT? O “eterno” sistema corporativo de relações de trabalho no Brasil. **Novos Estudos**. São Paulo. n. 50, 1998. p. 149-166.

RANDS, M. Relações de Trabalho na Função Pública. In: **Trabalho, Globalização e desemprego** – um enfoque internacional. (Org.). CARVALHO, R.; HORTA, C. R.; A, Belo Horizonte: C/art, 2001. p. 308 – 316

RAMALHO, Jose Ricardo. Sindicatos: crise ou declínio no final do Século? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, 2000

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Além da fábrica**: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo. 2003.

RODRIGUES, Luciana. Dia do servidor é só preocupação : fim da estabilidade e perspectivas de demissões causam apreensão na categoria. **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 29 de out. 1996. Caderno Cidades.

RODRIGUES , L, M. Sindicalismo Corporativo no Brasil. In: Partidos & Sindicatos – Escritos de Sociologia Política – Série Temas. São Paulo, v. 17, 1990 p. 46 – 76

RODRIGUES , I, J ; RAMALHO, J,R. Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: Estratégias Diante das Novas Formas de Gestão da Produção. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 1, p, 142 – 153, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as Ciências Sociais**. 3. Ed São Paulo: Cortez. 2005.

SANTOS, I. A. Globalização Neoliberal – Impactos da Reforma Administrativa nas Relações de Trabalho. In: **Trabalho, Globalização e desemprego** – um enfoque internacional. (Org.). CARVALHO, R.A ; HORTA, C. R Belo Horizonte: C/art, 2001. 297– 307 p

SANTANA, M. A – Mundo em Transe. **Revista Sociologia** –Especial, Ano 1, n. 3, p 48 – 55, 2007.

SANTANA, M. A – Entre a Ruptura e a Continuidade: Visões da Historia do Movimento Sindical Brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14, n. 41, p. 103 – 120 1999.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA. Nota de Repúdio, João Pessoa, 1989.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA. Companheiros, João Pessoa, maio/1992.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA. Em Defesa do Ensino Público e Gratuito, João Pessoa, junho/1990.

SILVA, L. M. (2005). Mudanças na organização do Trabalho em Empresas Brasileiras nas últimas duas Décadas: uma visão geral”. In: ESTANQUES, Elísio (Org.). **Mudanças no Trabalho e Ação Sindical - Brasil e Portugal no Contexto da Transnacionalização**. S. Paulo: Cortez.

SOUZA, A. N – Movimento Sindical Docente: A Difícil Trajetória. In: LEITE, M. P (Org.). **O Trabalho em Movimento: Reestruturação Produtiva e Sindicatos no Brasil** Campinas, São Paulo:–Papirus, 1997, p. 113 – 173.

SUPIOT, A. A Crise do Espírito de Serviço Público. **ADVERSO, Revista da Associação de Docentes da UFRGS**, Porto Alegre. v. 5, n. 7, Julho/ 1995, p. 17-25, 1995.

TELLES, V. **Direitos Sociais**. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

UNIÃO. “Protesto na UFPB paralisa 80% dos Servidores”, A UNIÃO, João Pessoa, 14/11/96, Geral, p.6.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil**. S. Paulo: Boitempo, 2006.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R O sindicalismo e a Questão Democrática na Historia Recente do Brasil.: O Que se Pode Esperar? In : OLIVEIRA, F & RIZEK, C.S (Org.). **A era da Indeterminação**. S. Paulo: Boitempo, 2007

_____. **Sindicalismo e Democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

_____. Processos de Heteroginização entre Trabalhadores do Serviço Público da Saúde e Previdência Social no Brasil e em Pernambuco. **32º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS (Anais)**-2008, (mimeo).

VÉRAS DE OLIVEIRA, R; MOREIRA, E. Sentidos da globalização: um desafio ao pensamento sociológico. In: Vêras de Oliveira, R e Moreira, (Orgs.). E - **O fenômeno da globalização em perspectiva local e multidimensional**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

VIOLA, R. C. A Ideologia da Reforma Administrativa e a Formação do Espírito de Serviço Público. In: **Trabalho, Globalização e desemprego** – um enfoque internacional. (Org.). CARVALHO, R. A, ; HORTA, C. R. Belo Horizonte: Ed C/art, 2001. 317 – 342 p

ANEXOS

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Abertura: Como foi sua inserção na militância sindical no SINTESPB? Fale-me um pouco.

a) Conquistas sindicais anteriores (os 'ganhos' em termos de bandeiras/Pautas de lutas);

b) As condições de Trabalho (privatizações, terceirizações, influência do Projeto Neoliberal nas relações de trabalho no setor público);

c) desregulamentação da força de Trabalho no setor público (efeito da reforma Administrativa e do aparelho de Estado nos governos Collor, FHC I, FHC II e LULA I e II);

d) Mudanças na subjetividade do trabalhador do Serviço Público, por força da(s) reforma (s) em curso no período;

e) formas de lutas (Greve, Piquetes, OLT, etc., formação sindical, participação institucional.)

f) como se dá a disputa de poder entre as correntes políticas do Sindicato (olhar da disputa, nº de assembléias do SINTESPB, finalidade das assembléias.)

g) Elementos da Crise do Sindicalismo (burocratização do funcionamento dos sindicatos, despreparo das lideranças sindicais, politização e/ou partidarização dos sindicatos);

h) O quadro de desprestígio da condição de trabalhador do Serviço Público, por força da reforma Administrativa do Estado, tem levado o servidor a um desinteresse em participar ativamente da luta sindical do SINTESPB. (influindo negativamente na formação do espírito do serviço público).

i) poderia falar da relação do SINTESPB com as demais entidades sindicais que atuam no "entorno" do sindicato, como por Ex. o ANDES-SN.

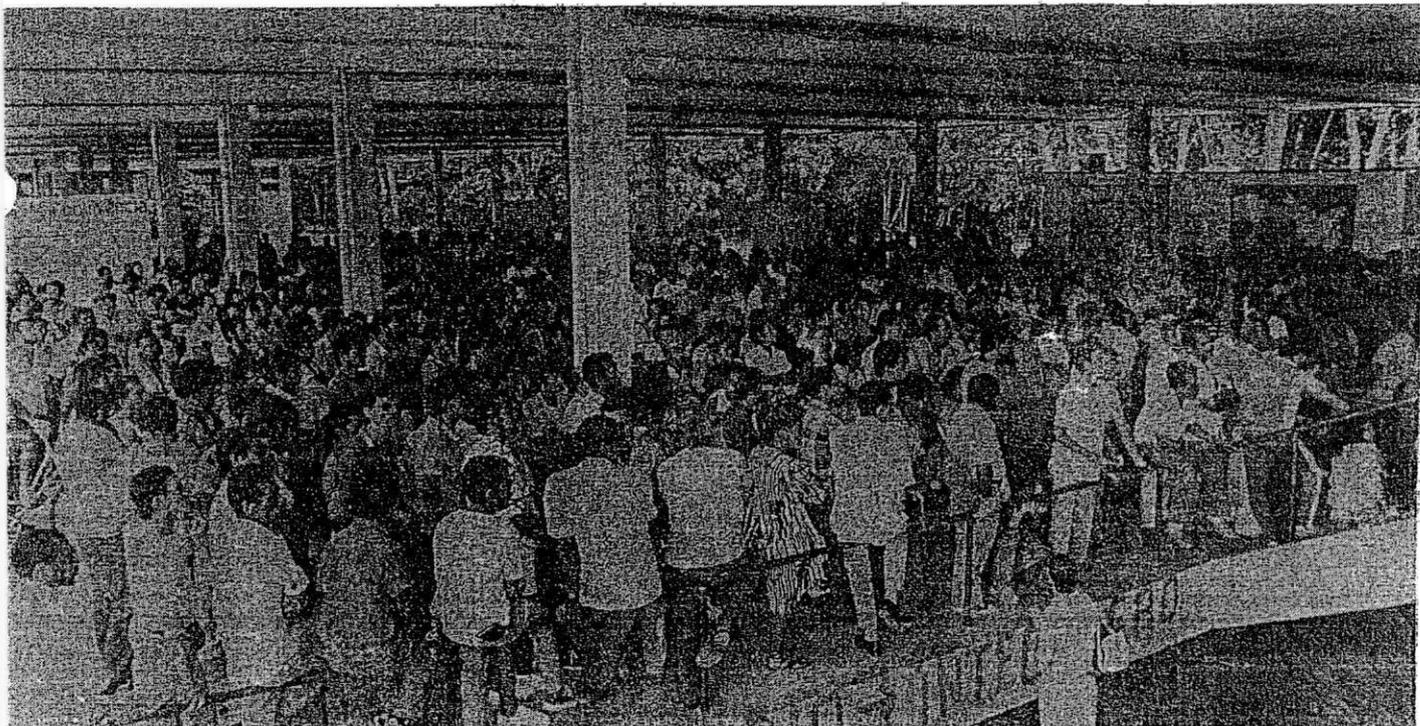
Roteiro Para Entrevista – Capítulo Empírico

a) Apresentação da Liderança;

b) As condições de Trabalho (Flexibilização, privatizações, e precarização terceirizações, influência do Projeto Neoliberal nas relações de trabalho no setor público);

c) Desregulamentação da força de Trabalho no setor público (efeito da reforma Administrativa e do aparelho de Estado nos governos Collor, FHC I, FHC II e LULA I e II).

FUNCIONÁRIOS UNIDOS CONTRA CHOQUE VERÃO DO GOVERNO



AFUF convoca funcionários para nova jornada de lutas.

AINDA NESTA EDIÇÃO:

- PAGAMENTO DO ABONO DE NCZ\$ 31,00
- CORREÇÃO SALARIAL
- TABELAS SALARIAIS
- LICENÇA GESTANTE
- HORÁRIO CORRIDO
- INSTALAÇÃO DA CPPTA
- MOVIMENTO SINDICAL
- LICENÇA ESPECIAL

EDITORIAL

GOVERNO MENTE

Sob o pretexto de combater o déficit público e a inflação, uma vez mais a chamada "nova república" ataca os trabalhadores. Utilizando o recurso das medidas provisórias, empurra de goela abaixo um pacote econômico já apelidado de PLANO LADRÃO, que traz em seu bojo, dentre outros, recessão, desemprego, arrocho salarial e corte de investimentos no setor público, principalmente em áreas prioritárias como a saúde e educação.

Para legitimar tais medidas, o governo divulga informações inverídicas, repassando uma imagem negativa do serviço público, transmitindo a opinião pública a falsa idéia de que a folha de pagamento dos servidores é a causa do desequilíbrio de suas contas, quando, de fato, o que pretende é implementar a fórmula de ajuste econômico preconizada pelo FMI, que implica em fome e miséria para os trabalhadores.

É preciso que todos saibam que as verdadeiras razões do déficit público têm sua origem no caos administrativo e financeiro de uma máquina estatal corrupta e mal administrada. As tão propagadas demissões representariam uma redução nos gastos públicos, da ordem de 400 milhões de dólares anuais, enquanto que o governo continuará gastando, através de incentivos fiscais a grupos econômicos privilegiados, um valor anual de 4 bilhões e meio de dólares, além de pagar, a mais, os 14 bilhões de juros de uma dívida externa imoral e impagável que ele mesmo aumentou, por decreto, ao desvalorizar em 17 por cento o valor de nossa moeda.

A sociedade precisa estar ciente destes fatos, pois a ela devemos servir e prestar contas. Somos funcionários da Nação e não serviais de ocupantes eventuais do poder. Não permitiremos passivamente que, apontando-nos como bode expiatório, ataquem nossos já aviltados salários e degradem ainda mais a qualidade dos serviços públicos: aos quais tem direito a população.

Assim como os anteriores (PLANOS CRUZADOS I E II, PLANO BRESSER), o "choque verão" não ataca as causas estruturais da inflação, que são os gastos financeiros exorbitantes com o pagamento das dívidas interna e externa, os incentivos fiscais aos grandes empresários e latifundiários, as viagens desnecessárias feitas pelo Presidente e seus Ministros, invariavelmente acompanhados de grande comitiva, e os investimentos em obras não prioritárias para a população, como a ferrovia Norte-Sul, feitas pelo governo, de modo corrupto e eleitoreiro, com o dinheiro do contribuinte.

As medidas adotadas tentam, na verdade, salvar os interesses do grande capital, garantir os compromissos com o sistema financeiro internacional e, ao mesmo tempo, recuperar a credibilidade do governo que deseja influir nas eleições presidenciais.

Diante desse quadro, a AFUF/PB/JP, conclama todos os funcionários da Universidade a se engajarem na luta para garantir as reivindicações apresentadas pela FASUBRA ao Ministério da Educação e, juntamente com os demais trabalhadores, com todo vigor que já demonstramos possuir, barrarmos as medidas do PLANO LADRÃO.

A LUTA CONTINUA.

NOTA DE REPÓDIO

A Diretoria do SINTESP vem publicamente repudiar as descabidas e inaceitáveis declarações do Superintendente do HU, publicadas na edição do jornal "O Momento" de 10.08.89, pelas razões que se seguem:

1 - Os funcionários, em geral e muito menos os do HU são irresponsáveis por terem participado de um movimento em defesa da Universidade. Irresponsáveis são aqueles que recebendo gordos salários e regalias defendem ferrenhamente a política educacional privatista do governo SARNEY, que tem transformado as universidades em verdadeiras sucatas, desqualificando os serviços que devem ser prestados à população.

2 - É necessário ressaltar que a nossa luta foi e sempre será pela construção de um hospital que cumpra sua função de produzir e transmitir conhecimento. Não podemos permitir que o HU seja transformado, pela visão mercantilista, em mera unidade assistencialista, auto financiada como o atual superintendente deseja, ao priorizar a ampliação de atendimentos ambulatoriais e tentar implementar uma exdrúxula proposição de leitos particulares, ou seja, pagos, colocando de lado o trinômio ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, descaracterizando-o como hospital escola. A esta tentativa de ressuscitar o PROJETO GRES de privatização da Universidade, por uma questão de princípio, nos contrapomos com todos os instrumentos de luta que podemos utilizar.

3 - Ao atribuir a séria crise do HU a prejuízos causados pelo movimento dos funcionários, o superintendente tenta encobrir, sem êxito, no mínimo, duas questões: A - irresponsabilidade do governo com a saúde, a educação, a ciência e tecnologia, e o fracasso de sua repressiva, autoritária e intempestiva administração. Como se sabe não são os funcionários que têm permitido que aparelhos como tomógrafo, gama-câmara e ultrasonografia continuem sem conserto, há mais de seis meses, enquanto vem sendo tentado sem planejamento algum, projetos de ampliação de serviços com fins lucrativos que redundaram em retumbantes fracassos.

4 - Irresponsabilidade foi ameaçar chamar a polícia federal para reprimir, autorizar assessores rasgar faixas, promover verdadeiro terrorismo psicológico com ameaças de corte de ponto, transferência e demissão de funcionários do HU, como ocorreu durante a recente paralização.

5 - Irresponsabilidade é utilizar a força de trabalho de bolsistas, com promessas de contratação em definitivo, pagando uma quantia irrisória, amontoando profissionais desolados, criando uma situação insidiosa de verdadeiro trabalho escravo dentro da UFPA.

Por fim o SINTESP não aceita que por represália, desprezo, sentimento e vingança tentem denegrir a imagem da Universidade e dos funcionários que têm demonstrado compromisso, responsabilidade e competência no desempenho de suas atividades funcionais e em defesa da Instituição, mesmo a despeito das péssimas condições de trabalho provocadas principalmente pelo clima de insatisfação, desestímulo, apreensão e revolta que se instalou no HU.

A DIRETORIA

Collor vai ao Congresso para anunciar as medidas econômicas

BRASÍLIA - Quinta-feira, depois de ter assumido o Governo, o presidente eleito, Fernando Collor, vai se reunir no Palácio do Planalto com os líderes dos partidos no Congresso Nacional para lhes comunicar o conteúdo das medidas que enviará do Legislativo. No dia seguinte, o Congresso fará uma sessão extraordinária e receberá oficialmente o conjunto de medidas, que será entregue ao presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, pessoalmente por Collor. O novo presidente da República irá ao Congresso acompanhado dos futuros ministros da Justiça, Bernardo Cabral, e do Gabinete Civil, Marcos Coimbra.

Ontem o presidente eleito almoçou com os futuros ministros do Exército, general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes - da Marinha, Mário César Flores -, e da Aeronáutica, Sócrates da Costa Monteiro, na Base Aérea de Brasília e anunciou que o atual ministro do Estado-Maior das Forças Armadas, general Jonas de Moraes Correa Neto vai permanecer no cargo, embora o Estado-Maior perca o status de Ministério no novo Governo.

FUNCIONÁRIOS

• enxugamento da máquina, ad-



Collor de Mello

ministrativa será uma prioridade no novo Governo, garantiu ontem o futuro secretário da administração federal, João Santana. O secretário disse que ainda não foi possível prever o número de servidores públicos a serem demitidos na reforma administrativa que o presidente eleito, Fernando Collor, pretende comandar logo após a posse. Santana adiantou, porém, que serão dispensados todos os funcionários "que não estejam

cumprindo suas funções de servir ao público".

A secretaria para a qual foi nomeado João Santana, ex-assessor do ministro Dilson Funaro, será responsável pela execução de toda a reforma administrativa programada pelo novo Governo. O principal objetivo da secretaria, de acordo com Santana, será o resgate, pelo Estado, de seu papel de controle e coordenação, acabando com o desperdício. "Precisamos racionalizar os gastos e garantir a eficiência e transparência da máquina", observou o novo secretário.

Santana garantiu que não existe por parte do Governo a iniciativa de tentar modificar a nova Constituição, que prevê estabilidade para os funcionários com mais de cinco anos de contrato. Ele afirmou ainda que o novo Governo pretende cumprir a promessa feita durante a campanha e colocar à venda alguns - não informou quantos dos mais de 10 mil imóveis funcionais, sobretudo as mansões ministeriais, como parte de uma reforma patrimonial de "amplo espectro". O novo secretário reconheceu, porém, que isso não será fácil. "trata-se de um ponto complicado e político", avaliou.

CENTRO DE VIVÊNCIA DA UFPB - Campus Universitário
CEP 58.059 - João Pessoa - Paraíba
Telefone: (083) 224-7200 Hamal: 2474 - Telex (83) 2493
Reg. Nº 54412 - C.G.C. 08.323.065/0001-80

PROPOSTA DO SINDICATO APROVADA PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES DA

UFPB E ENCAMINHADA AO CRUB E AO MEC
EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

Ao Reitor e aos Órgãos Colegiados e Superiores da UFPB

Magnífico Reitor, senhores conselheiros

O movimento dos funcionários juntamente com suas entidades representativas ao longo do tempo vêm desenvolvendo uma luta sem trêgua contra o projeto privatista do Governo, principalmente no setor da educação.

Historicamente temos denunciado o descompromisso do Governo com o ensino público, os ataques que visam a desmoralização da universidade, a falta de recursos que provoca o sucateamento da instituição que é um patrimônio da sociedade. Enfim, temos empreendido todas as formas de lutas em defesa da Universidade Brasileira.

Dessa forma, apesar das sequelas provocadas pela intervenção nas universidades no período negro da ditadura militar, sou bemos, com maturidade e competência, articulados com os setores da comunidade universitária criar condições para o estabelecimento do processo de democratização e autonomia.

Pelo compromisso que temos, com responsabilidade lutamos por eleições diretas em todos os níveis, pelo concurso público, pela alocação de recursos suficientes para pleno funcionamento da instituição, pelo plano de carreira digno para os funcionários, pela transparência administrativa, pela reestruturação da universidade, pela lei de diretrizes e bases voltada para os interesses maiores da educação com o objetivo único do cumprimento da função social da Universidade.

Assim Sr. Reitor, Senhores Conselheiros, mesmo a despeito das críticas daqueles que, reconhecidamente favoráveis à linha educacional do Governo, faziam coro e engrossavam o seu discurso contrário ao movimento dos funcionários, todos esses ataques ao patrimônio comum da nação, representados por 51 universidades e escolas federais, as quais são responsáveis por parte significativa da pesquisa

Sec. Sind. Adj.
de Patos
Fone: 421-3397

Sec. Sind. Adj.
de Aralis
Fone: 392-2300

Sec. Sind. Adj.
de Campina Grande
Fone: 321-7722
Direto: 321-6331

Sec. Sind. Adj.
de Bananeiras
Fone: 363-2245

Sec. Sind. Adj.
de Cajazeiras
Fone: 531-2146

Sec. Sind. Adj.
de Sousa
Fone: 621-1363

Sec. Sind. Adj.
de Guarabira
Fone: 271-1451

Sec. Sind. Adj.
da UFPB - Campina
Grande
Fone: 321-0089
Hamal: 33

CENTRO DE VIVÊNCIA DA UFPB - Campus Universitário
CEP 58.059 - João Pessoa - Paraíba
Telefone: (083) 224.7200 Ramal: 2474 -- Telex (83) 2493
Reg. Nº 54412 - C.G.C. 08.323.065/0001-00

científica realizada em todo país, pela matrícula de 400.000 estudantes de graduação e pós-graduação, por inúmeros serviços prestados à população, sempre foram repelidos com vigor pelo movimento dos funcionários.

Agora, diante da grave ameaça de demissões, novamente nos posicionamos em defesa da instituição.

Como já prevíamos, o Governo Collor, de natureza nitidamente conservadora e privatizante, representante legítimo das minorias opressoras, apoiado pelos setores mais reacionários, não tardaria a impor mais sacrifícios a sociedade brasileira, notadamente a imensa maioria explorada.

Excedido na propaganda da maior rede de televisão do país, atropela a própria Constituição que jurou cumprir, estabelece uma política recessiva e vende a ilusão de que o conjunto de medidas arbitrariamente impostas à nação visa a estabilização econômica, quando na realidade representa arrocho salarial, miséria, desemprego e o entreguismo do patrimônio público.

Defendemos intransigentemente o emprego, o salário e a democracia.

Nós funcionários temos compromisso com esta Universidade e cumprimos nossas obrigações funcionais com zelo e dedicação. Não aceitamos que o Governo nos apresente à população como parasitas responsáveis pela ineficiência do Serviço Público que tem origem no processo de sucateamento promovido pelo Governo ao longo dos anos, com a conseqüente queda na qualidade dos serviços.

Assim, diante desse quadro, na certeza que a comunidade universitária não se curvará diante desse novo ataque a sobrevivência da Universidade, a sua autonomia, reiteramos a nossa posição em defesa do Ensino Público e Gratuito e solicitamos ao Reitor e aos Srs. Conselheiros:

1 - A defesa intransigente do princípio da autonomia universitária, tão duramente conquistada e assegurada no artigo 207 da Constituição Federal.

2 - Um posicionamento firme, contrário as inaceitáveis medidas do Governo que impliquem em demissões ou redução de salários dos funcionários.

3 - Rebater com veemência a coação do MEC explicitada na

Sec. Sind. Adj.
de Patos
Fone: 421-3397

Sec. Sind. Adj.
de Aracá
Fone: 362-2300

Sec. Sind. Adj.
de Campina Grande
Fone: 321-7722
Direto: 321-5331

Sec. Sind. Adj.
de Bananeiras
Fone: 363-2245

Sec. Sind. Adj.
de Cajazeiras
Fone: 531-2146

Sec. Sind. Adj.
de Souza
Fone: 521-1363

Sec. Sind. Adj.
de Guarabira
Fone: 271-1451

Sec. Sind. Adj.
do UEPB - Campina
Grande
Fone: 321-0098
Ramal: 33

SINTESPB

BOLETIM DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA MAIO-92
FILIADO À FASUBRA E À CUT

COMPANHEIROS

O Governo COLOR, executando o seu projeto neo-liberal, além do criminoso arrocho salarial imposto aos funcionários, agora, investe com maior agressividade na aceleração do processo de privatização das Universidades.

Para atingir esses objetivos, encaminhou ao Congresso Nacional, através de parlamentares que lhe dão apoio, dois projetos:

- O 125/91, de autoria da Deputada Rita Camata, visa diminuir o limite da despesa com o funcionalismo público de 65% para 60% da receita corrente líquida da União. Ou seja, ~~sem mais arrocho.~~

- O outro, projeto de Emenda Constitucional no 56/91 tramitando em regime de urgência urgentíssima, com alterações do Deputado Ney Lopes, a pretexto de regulamentar o artigo 207 da Constituição Federal que trata da Autonomia Universitária, se aprovado, ~~representará uma drástica redução de verbas para as Universidades e exclusão funcionários e professores da categoria de servidores públicos federais,~~ com a conseqüente perda de direitos assegurados no Regime Jurídico Único e na Constituição, inclusive o direito à isonomia.

Enquanto o governo acelera a tramitação desses projetos, (no caso do PEC 56/91 com o endosso inclusive de alguns reitores) atrasa ao máximo a aprovação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases que tramita no Congresso Nacional ~~há mais de 3 anos,~~ demonstrando claramente o seu ~~descompromisso com a Educação.~~

Por outro lado, na base da embromação, do engodo, o Governo acena com a isonomia salarial entre os três poderes, através de um ante-projeto genérico e confuso, onde sequer estão definidos os pisos e tetos salariais, mesmo assim com o prazo de noventa dias para o encaminhamento ao Congresso Nacional.

A FASUBRA tem trabalhado junto aos parlamentares para impedir a aprovação desses projetos que representam grave ameaça de irreparáveis danos às Universidades Brasileiras.

Nessa grave conjuntura, mobiliza a categoria para a greve tendo como eixos ~~O SALÁRIO, A AUTONOMIA E O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES.~~

Cumprindo as deliberações da última Assembléia Geral, que aprovou o indicativo de greve para 27/05, a Diretoria do Sintespb fez paralização de advertência, realizou debate sobre esses temas, tem ocupado a imprensa e feito reuniões setoriais mostrando as conseqüências da política do Governo sobre a Universidade e a vida dos funcionários.

Há urgência no enfrentamento dessa questão. A mobilização deve ser ampliada. O assunto diz respeito a professores, estudantes e a própria sociedade. E vamos buscar o envolvimento e a participação de todos para acumular força suficiente para barrar essa investida do Governo.

Temos que ter capacidade de realçar a exata dimensão do problema, sensibilizando todos para que percebam que a Universidade corre sério risco, nossas conquistas estão em risco.

Vamos à Luta.

Protesto na UFPB para a

80% dos servidores

OITENTA por cento dos servidores da UFPB, Campus I, cruzaram os braços ontem por 24 horas, aderindo ao movimento nacional em protesto ao Programa de Demissão Voluntária do Governo Federal e pela autonomia das universidades. Dentro do calendário, de atividades do Sintesp contra estas medidas, os dirigentes recorrerão hoje ao Consuni para que aprove uma nota contra o PDV. No próximo dia 27 haverá mais uma paralisação, desta vez com a adesão dos professores.

O Sindicato dos Servidores da UFPB (Sintesp) iniciará, a partir de segunda-feira, assembleias setoriais para garantir uma adesão zero ao programa de demissões. Segundo Edvaldo Rosas, presidente da entidade, os salários e auxílios creche e alimentação estão

congelados há 22 meses. "Isso que dizer que o PDV já está em prática. Afinal, os incentivos não trazem o menor benefício. Quem entra no serviço público hoje percebe inicialmente R\$ 150,00 já com a gratificação", afirmou.

A paralisação de ontem na UFPB atingiu os seguintes setores: Prefeitura, os sete Centros de Ensino, Editora, Restaurante Universitário, Biblioteca e Laboratório. Os setores essenciais como água, luz e Hospital Universitário continuam funcionando normalmente. "O HU registra um atendimento médio diário de 700 pessoas e não podíamos incluí-lo neste movimento de 24 horas", declarou.

Edvaldo Rosas explicou que a UFPB é a segunda universidade do País com maior número de alunos e melhor estrutura, com

Receita e Folha de Pessoal representando quase 40% do ICMS do Estado. "A aplicação da autonomia da instituição na íntegra eleyaria o nível de pobreza do Estado, porque reduzirá o ICMS do Estado e Prefeitura, provocando o atraso no pagamento dos salários", salientou.

Aduf: O diretor de Comunicação da Associação dos Docentes da UFPB, Derval Galzio, disse que a categoria não participou deste movimento por que foi específico dos funcionários, mas que estará presente na paralisação do próximo dia 27. "O PDV não traz nenhuma vantagem e não é aceito pelos professores. O governo está apenas colocando em prática as recomendações do Fundo Monetário Internacional para enxugar a máquina administrativa", desabafou.

Para Sindicato, plano é "armadilha"

"O Plano de Demissão Voluntária do Servidor Público Federal é uma armadilha. Devemos resistir as pressões e chantagens", disse ontem o Secretário-Geral do Sindserf-Sindicato dos Servidores Federais da Paraíba, Severino Araújo. Desde que o plano do Governo foi anunciado, os sindicatos da categoria de todo o país se preparam para incentivar o boicote, já que acreditam nas desvantagens e perigos encontrados para quem aderir a iniciativa do Governo.

O plano incentiva as demissões voluntárias em troca de uma indenização. De 21 deste mês a 18 de dezembro, os servidores públicos federais podem fazer a opção. Eles terão o direito a 1,8 salário por ano trabalhado, se já tiverem mais de 24 anos de serviços; a 1,5 salário por ano, de 14 a 24 anos de trabalho; e a um salário por ano pelo tempo cor-

respondente e até 14 anos.

O Sindicato explica que o valor da indenização terá por base o salário referência, bem inferior ao que o funcionário recebe de fato, somada todas as vantagens garantidas em uma demissão normal. Com este argumento, a estratégia será em mostrar ao servidor a realidade no valor da indenização.

"A princípio o servidor pode se iludir com a indenização, achando que terá condições de sobreviver dignamente. Isto é puro engano", esclareceu o Secretário-Geral do Sindserf da Paraíba, Severino Alves Araújo. A maioria das pessoas que aceitarem a proposta do Governo Federal devem ingressar na economia informal, abrindo pequenas empresas e negócios.

A posição do Sindicato é de que o valor recebido na indenização não oferece condições de entrar nes-

te mercado. Desta forma, o servidor não teria como garantir alternativa de renda, recorrendo a empresas privadas em busca de novos empregos. "O problema é que o mercado está em crise, a onda de recessão e desemprego é grande, além de que a média de idade do servidor é avançada, dificultando ainda mais a possibilidade de um novo trabalho", explicou Severino Araújo.

A entidade está procurando esclarecer o servidor público federal destas desvantagens. Desde que o pacto de medidas de Fernando Henrique Cardoso foi anunciado, o Sindicato está realizando assembleias setoriais, debatendo junto a categoria quais as medidas cabíveis para defender os seus direitos. A proposta é que todo o Estado da Paraíba, em cada órgão e setor seja visitados para que o Plano de Demissão Voluntária seja um fracasso.

VEICULO: A UNIAO

PAGINA: GERAL

ASSUNTO: ~~DE~~ DEMISSOES VOLUNTARIAS

DIAMÊS/ANO: 14/11/96

CHAMADA:

SIM: NÃO:

Collor demitirá funcionários federais para evitar gastos

BRASÍLIA - Uma das medidas anunciadas pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello para cortar os gastos passa pela demissão de funcionários públicos. Mas o futuro governo não vai conseguir fazer muita coisa nesse campo. As promessas de campanha são conflitantes com a Constituição em vigor que garante a estabilidade no emprego para aproximadamente 95 por cento dos cerca de 705 mil servidores públicos. Mesmo assim a equipe de Collor já iniciou as conversações com a Secretaria de Recursos Humanos da Seplan para identificar os não estáveis. O levantamento com os números exatos será apresentado esta semana à equipe de transição.

A Constituição de 1988 em seu artigo 41 concede estabilidade para os servidores nomeados em virtude de concurso público após dois anos de efetivo serviço ou então no artigo 19 das disposições transitórias que diz que os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, da Administração direta, autárquica e das fundações públicas são estáveis se até a data da promulgação da Nova Carta tivessem completado cinco anos de serviço.

O número exato de quantos servidores o presidente eleito pretende demitir ainda não foi formalmente anunciado, mesmo porque a equipe de Collor precisa conhecer quem são esses funcionários. Já se mencio-

nou números que variavam entre vinte a cem mil. O que em termos práticos não acarretaria uma grande economia.

Alguns assessores chegaram a falar que os alvos principais seriam os cargos de (direção e assessoramento intermediário, Rio) das (direções e assessoramento superior) e (função de assessoramento superior). Esse número, entretanto, é pequeno. Somados chegam a apenas 51,5 mil colocações ou seja, 7,3 por cento de um total de 705 mil servidores.

Mesmo assim nem todos são passíveis de estarem no "olho da rua". Para começar as funções daí só podem ser exercidas por servidores do próprio órgão em que elas existem. O valor da função é equivalente a 10 ou 15 por cento do valor do salário. Portanto, se o futuro governo quiser extinguir continuará tendo de arcar com o salário base do servidor que possui estabilidade constitucional. Atualmente existem 42 mil 194 cargos no Governo - 5,98 por cento do total de servidores - cujos salários não chega a metade do salário.

Quanto as funções de nível superior, existem sete mil 258 servidores desfrutando de tal benefício. De acordo com dados da Seplan pelo menos metade dos que ocupam esses cargos são funcionários de carreira do serviço público. A outra metade passível de demissão, cerca de 3.600 servidores, não vai significar uma economia de

gastos muito grande, visto que não passam de 0,5 por cento do total de empregados.

Calcular efetivamente de quanto seria esta redução na folha de pagamento torna-se uma tarefa um tanto complicada, e um posto de confiança, preenchido por indicação superior. Se o escolhido já for funcionário ganha um abono de vinte por cento no salário. O que vem de fora ganha um salário próximo aos novos colegas.

Outros funcionários que poderiam entrar na "tesoura" do futuro presidente são as funções criadas para dar mais flexibilidade aos Ministérios que dessa forma podem contratar pessoas de fora do Governo chamados "sem vínculos". Desse universo 1.067 pessoas têm vínculo com o Governo, ou seja 0,15 por cento dos empregados da Administração. Outros mil fazem parte de algum órgão e, portanto, só perderiam uma parte dos vencimentos.

Se demissão de funcionários proposta pelo presidente eleito ficar nos cargos em comissão, a economia que irá ajudar na redução do déficit público será irrisória. Mas se ele quiser levar adiante a sua proposta de enugamento da máquina administrativa vai esbarrar em impedimentos constitucionais. Isto porque se Fernando Collor pretender extinguir um órgão alegando necessidade de redução de gastos ou qualquer outro motivo, terá de pensar o que fazer com o pessoal.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPB, Campus de João Pessoa

N O T A

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP, tendo em vista o abrupto encerramento, por parte do reitor da UFPB, da reunião de ontem do Conselho Universitário quando usava da palavra o secretário do Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Superior da Paraíba, Francisco Ramalho, vem a público declarar o que segue:

1 - A falta de serenidade e equilíbrio emocional demonstrada pelo reitor revela o seu despreparo para conduzir os destinos da UFPB, trazendo consequências desastrosas à Instituição;

2 - A interrupção da reunião do Conselho Universitário configura-se, nestas circunstâncias, como um desrespeito ao órgão máximo de deliberação da Universidade, além de revelar uma posição de intolerância do dirigente maior da Instituição ao não aceitar o livre debate e o direito de expressar críticas e divergências em relação aos seus atos;

3 - A ameaça de demissão do secretário do SINTESPB dos quadros da Universidade além de desprovida de qualquer respaldo legal, é um atentado não só à organização sindical dentro da Universidade, como também à democracia interna na UFPB;

4 - A defesa dos legítimos interesses dos servidores técnico-administrativos, que estava sendo feita pelo representante do SINTESPB, na reunião do Conselho Universitário, faz parte de uma luta maior em defesa da Universidade;

5 - Assim sendo, a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP solidariza-se com o secretário do SINTESPB ao tempo em que manifesta sua preocupação diante de fatos dessa natureza e expressa o mais veemente protesto diante desse gesto autoritário do reitor da UFPB.

João Pessoa, 08 de novembro de 1990.

JADER NUNES DE OLIVEIRA
(Presidente da ADUFPB-JP)

Dia do Servidor é só preocupação

Fim da estabilidade e perspectivas de demissões causam apreensão na categoria

Luciana Rodrigues
Repórter

O fim da estabilidade e as perspectivas de demissões em massa, contidas nas Reformas Administrativas do governo Fernando Henrique Cardoso, é o que mais tem preocupado o servidor público, que não teve nada a comemorar no dia de ontem, dedicado à categoria.

O presidente da CUT, Hamufabi Duarte informou que a situação é calamitosa, nas três esferas, municipal, estadual e federal. "Nós temos servidores nos municípios, que recebem salários de R\$ 5,00, sem falar que em algu-

mas cidades, os salários estão com oito meses de atraso. Além disso, o funcionalismo não recebe reajuste salarial há quase dois anos. Sem falar nas medidas provisórias do presidente FHC, que permite às empresas, estatais e privadas, demitir os funcionários, caso os gastos com pessoal ultrapassem os 60 por cento da sua receita. O governo também irá permitir a demissão por falta de desempenho do empregado, mas não apresentou nenhum critério para a avaliação, o que para nós significa o que significa o fim da estabilidade e a possibilidade de demissão em massa", colocou Duarte

Os funcionários públicos realizarão hoje uma passeata que terminará com um ato público no Ponto de Cém Réis. A mobilização, segundo o presidente da CUT, tem o objetivo de "denunciar o caráter perseguidor e autoritário das reformas administrativas do governo Fernando Henrique Cardoso", além discutir o dia de servidor.

A concentração será a partir das 15 horas, em frente ao Liceu Paraibano. Duarte informou também que às 11 horas haverá uma sessão especial na Assembléia Legislativa, solicitada pelo deputado Padre Adeliño, para discutir a pro-

blemática do funcionalismo público e as políticas de privatização do governo do Estado.

"O que estamos recomendando ao servidor público é que ele procure os seus sindicatos para se mobilizarem contra as medidas da Reforma Administrativa que objetivam massacrar a categoria. Nós temos que cobrar dos parlamentares uma posição contrária a tudo isso, e inclusive aos programas de privatização para a Paraíba, porque estão querendo o desmonte do serviço público e isso significa o desmonte do País", finalizou Duarte.

VEICULO: CORREIO DA PARAIBA
PAGINA: CIDADES
ASSUNTO: ESTABILIDADE

DIAMENSINO: 29/10/96
CHAMADA:

SIM: NÃO: